



RECEPÇÃO E DISPERSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM JOÃO PESSOA (1970-1985)

ERIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS

Recife, 2014

ERIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS

RECEPÇÃO E DISPERSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM JOÃO PESSOA (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

Linha de pesquisa: Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Guilah Naslavsky.

Foto da capa: Agência Cabo Branco da Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual. Fonte: Arquivo Central/ PMJP editado pela autora.

Recife, 2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO OU PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S237r Santos, Erika Diniz Araújo dos
Recepção e dispersão da arquitetura moderna em João Pessoa,
1970-1985 / Erika Diniz Araújo dos Santos. – Recife: O Autor, 2014.
300 p.: il., fig.

Orientador(a): Guilah Naslavsky.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2014.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Arquitetura moderna. 2. Arquitetura brasileira. 3. Crescimento
urbano – João Pessoa (PB) 4. Paraíba. I. Naslavsky, Guilah
(Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC2014-163)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ERIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS

RECEPÇÃO E DISPERSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM JOÃO PESSOA (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida e aprovada em: 04 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

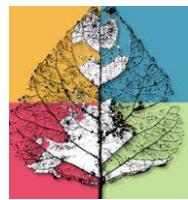
Prof. Dr. Fernando Luiz C. Lara – Universidade do Texas

Prof. Dr. Marcio Cotrim Cunha - UFPB

Prof. Dr. Fernando Moreira Diniz – UFPE

Prof^a Dr. Guilah Naslavsky - UFPE

Recife, 2014



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano da mestrand(a) **ÉRIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS**.

Às 10h do dia 04 de setembro de 2014 reuniu-se no Mini Auditório 2 do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Guilah Naslavsky (orientadora), Fernando Diniz Moreira (examinador interno), Fernando Luiz Camargos Lara e Márcio Cotrim Cunha (examinadores externos) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "RECEPÇÃO E DISPERSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM JOÃO PESSOA (1970-1985).", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Guilah Naslavsky, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada _____. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Renata de Albuquerque Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 04 de setembro de 2014.

- Indicação da Banca para publicação ()

Profa. Guilah Naslavsky
Orientadora

Prof. Fernando Diniz Moreira
Examinador Interno/ MDU/UFPE

Prof. Fernando Luiz Camargos Lara
Examinador Externo/ Universidade do Texas

Prof. Márcio Cotrim Cunha
Examinador Externo/UFPB/
Arquitetura e Urbanismo

Renata de Albuquerque Silva
Secretária do MDU

Érika Diniz Araújo dos Santos
Candidata

“Nada mais difícil de conhecemos do que o passado recente. Ainda não é história e já não é vida. Ainda não encontrou quem o fixasse em livro e já não se acha acessível ao conhecimento direto. Já está esquecido e ainda não foi registrado”.
(Tristão de Athayde)

AGRADECIMENTOS

Ao longo de dois anos e meio, tive a oportunidade conviver com muitas pessoas, sem as quais esse trabalho de mestrado não seria possível, e as quais eu devo sincera gratidão.

A minha família, em especial aos meus pais, pelo esforço e dedicação na minha formação e educação, além do carinho de sempre.

Ao meu esposo, amigo e companheiro Alberi Ribeiro de Carvalho Silva, pelo amor e companheirismo, mas principalmente pelo incentivo nos momentos difíceis e pela compreensão nos momentos de ausência.

A minha orientadora Guilah Naslavsky pela confiança em meu trabalho e pelo apoio metodológico durante o período de orientação, além de sua contribuição particular na minha formação durante a graduação.

Aos professores Fernando Diniz Moreira, Luiz Manuel do Eirado Amorim, Márcio Cotrim Cunha, por me ajudarem, cada um a seu modo, a ampliar o enfoque do meu trabalho.

Aos arquitetos Armando José Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto Melo de Almeida, Expedito de Arruda Pires de Freitas, Régis de Albuquerque Cavalcanti, e a arquiteta Maria Grasiela de Almeida Dantas, pelas entrevistas concedidas.

Aos funcionários das instituições e órgãos públicos e privados por ajudarem na busca das informações e no acesso aos projetos e documentos relevantes.

A Aristóteles Cantalice, Clóvis Cojesu, Fernando Moraes, pelas diferentes ajudas e informações fornecidas.

Aos colegas de mestrado, pelas dicas e trocas de informações, além da convivência durante o primeiro ano de mestrado.

Aos professores Ana Rita Sá Carneiro, Luis De La Mora, Maria Luiza de Freitas, Rosa Maria Cortês de Lima, Tomás de Albuquerque Lapa, pelo aprendizado em suas disciplinas.

A CAPES pela concessão de bolsa de mestrado para ajudar no custeio do desenvolvimento dessa pesquisa.

RESUMO

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos. **Recepção e dispersão da arquitetura moderna em João Pessoa (1970-1985)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Aborda a recepção e dispersão da arquitetura moderna brasileira, ao tratar desse processo na cidade de João Pessoa entre 1970 e 1985, por se revelar nesse momento um período de intensa produção moderna a partir de um novo quadro de arquitetos. Objetiva ilustrar, a partir do vínculo entre arquitetura e cidade, como se manifestou essa arquitetura no espaço urbano, como ela foi concebida e quem foram os seus autores e promotores. Baseia-se em artigos, publicidades e noticiários de revistas e jornais do período, ao abordar obras públicas e privadas, além de intervenções urbanísticas; em análises de projetos, entrevistas com arquitetos e nas obras construídas. Constata a existência de continuidades e descontinuidades na expressão da arquitetura moderna pessoense, manifesta em certa diversidade de linguagens, ainda que pautada nos princípios modernos, porém ajustada às especificidades locais.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna (Brasil), Recepção e dispersão (Arquitetura). História Urbana, João Pessoa.

ABSTRACT

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos. **Reception and dispersal of modern architecture in João Pessoa (1970-1985)**. 2014. Dissertation (Master's Architecture and Urbanism) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Discusses the reception and dispersal of Brazilian modern architecture, to address this process in the city of João Pessoa between 1970 and 1985, to be revealed at that time a period of intense modern production from a new framework for architects. Aims to illustrate from the relationship between architecture and the city, as manifested this architecture in the urban space, as it was conceived and who were the perpetrators and promoters. It is based on articles, advertisements and news of magazines and newspapers of the period, when public and private buildings, and urban interventions was approaching; in analyzes of projects, interviews with the architects and built works. Notes the existence of continuities and discontinuities in the expression of pessoense modern architecture, manifested in certain diversity of languages, yet guided by the modern principles, but adjusted to local specificities.

Key-words: Modern Architecture (Brazil), Reception and dispersal (Architecture), Urban History. João Pessoa,

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| Capítulo 1 | |
| OS ELEMENTOS DO CONTEXTO | 41 |
| Antecedentes da expansão urbana | 41 |
| A redefinição do quadro de arquitetos | 57 |
| Os estudos de arquitetura em Recife | 66 |
| Em torno do curso de Arquitetura da Paraíba | 76 |
| Capítulo 2 | |
| A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO | 83 |
| A recepção e divulgação na imprensa | 83 |
| As rápidas transformações urbanas | 100 |
| A verticalização da orla marítima | 116 |
| O desenvolvimento físico do campus | 133 |
| Capítulo 3 | |
| AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO | 153 |
| Arquitetura para o setor bancário | 153 |
| As grandes obras públicas | 175 |
| A praça do povo paraibano | 197 |
| As novas construções residenciais | 209 |
| Capítulo 4 | |
| UM PANORAMA EM ABERTO | 237 |
| Permanências e transformações na cidade | 237 |
| Um novo meio arquitetônico local | 252 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 259 |
| REFERÊNCIAS | 267 |
| ARQUIVOS E FONTES PESQUISADOS | 286 |
| Instituições | 286 |
| Entrevistas | 286 |
| Revistas | 286 |
| Jornais | 286 |
| APÊNDICE A | 287 |
| Lista de arquitetos atuantes em João Pessoa entre 1970 e 1985, por ordem alfabética, e seus respectivos projetos | |
| APÊNDICE B | |
| Linha do tempo expandida (1966-1987) | 299 |

INTRODUÇÃO

Na historiografia da arquitetura a difusão tem sido utilizada constantemente para caracterizar o processo de desenvolvimento da arquitetura moderna pelo território brasileiro. Termo que engloba segundo Pereira (2008, p. 11) “*tanto a expansão no campo físico, ao atingir outros territórios, quanto no social, ao ampliar e diversificar seu público*”. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que a difusão contribuiu significativamente em diversos estudos e pesquisas com a identificação de outros territórios onde a arquitetura moderna teve seus elementos e características culturais transmitidas e disseminadas.

No entanto, a visão que se estabeleceu com o emprego deste termo no campo historiográfico tem se aproximado mais do processo de comunicação através do qual a propagação de conhecimentos ocorre de um grupo de indivíduos para um grupo diferente, de indivíduos distantes ou isolados. Ora, se na ação de difundir estão envolvidos os agentes promotores (ou fontes), os agentes receptores e o conteúdo a ser transmitido (PEREIRA, 2008, p. 11), por que a existência de interação ou de troca entre esses sujeitos não é apreciada?¹ O conteúdo desta relação não pode sofrer alteração?

¹ De acordo com Pereira (2008, p.12) não é comum no processo de propagação de conhecimentos a troca ou a existência de interação entre os promotores e os receptores, “*pois está associado a um fluxo único de informações, isto é, ligado a uma fonte central (...)*”.

Até os anos 1980, a revisão da historiografia nacional permaneceu enfatizando predominantemente o momento de constituição da Arquitetura Moderna Brasileira e a produção do grupo carioca, consolidado pelo alvo do olhar estrangeiro² ao escolher e destacar certos eventos e figuras do modernismo brasileiro - seja nos livros clássicos e/ou nas revistas internacionais (SEGAWA, 1998, p. 107-112; TINEM, 2006), gerando uma relação de ascendência na produção moderna brasileira. Visão compartilhada e consolidada em “*Arquitetura Contemporânea no Brasil*” (BRUAND, 1981), onde os olhares se voltaram especialmente para as produções carioca e paulista. Eram marginais as produções do Sul, Norte e Nordeste³.

A “*divisão regional do assunto*” serviu para a pesquisa intitulada “*Arquitetura Moderna Brasileira*” (FICHER & ACAYABA, 1982), que ampliou os horizontes geográficos para as outras regiões do país e admitiu a diversidade da produção brasileira (até então buscada apenas nas revistas especializadas) - apesar de considerar a “*influência marcante e unificadora exercida pelos três arquitetos contemporâneos mais significativos*” (FICHER & ACAYABA, 1982, p. 112): Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas. Compareceram obras de norte ao sul do Brasil: Brasília, Recife, Porto Alegre, Curitiba, Manaus e Salvador. Os recantos geográficos se estenderam assim como o período privilegiado, mas o discurso da difusão permaneceu presente, mesmo com a diversidade de arquiteturas localizadas fora do eixo Rio-São Paulo.

Esta visão em favor de uma diversidade foi destacada por Comas (1987) ao afirmar que: “*a complexidade e diversidade da história e geografia do país não autorizam dizer tratar-se da única linguagem moderna e brasileira possível*”, dando margem à ampliação do olhar para outras linguagens modernas que não apenas a carioca. Fato que foi feito no trabalho “*Arquiteturas no Brasil 1900-1990*” (SEGAWA, 1998), que mesmo ao abrir um leque de “*modernidades regionais*” e ampliar os recortes espacial e temporal, associou essa diversidade ainda como sendo resultado da difusão de uma linguagem carioca através dos ensinamentos da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) nas regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste do país (SEGAWA, 1998, p. 141).

Na medida em que se deslocaram no espaço e no tempo, estas primeiras “*cartografias arquitetônicas*” se depararam com a pluralidade da modernidade brasileira. À margem da ideia de escolas e vertentes, ou na busca por um quadro evolutivo na arquitetura moderna brasileira, ganharam espaço às questões relacionadas com novos eventos e

² Parafraseando TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro**: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. 2^a edição. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. 240 p.

³ No caso do Nordeste, com exceção dos estados da Bahia e de Pernambuco, as experiências modernas de outros estados da região não estiveram presentes na pesquisa. E as poucas abordagens em torno das experiências das cidades de Salvador e Recife se formaram diante das influências da produção da escola carioca.

personagens: “*arquitetos peregrinos, nômades e migrantes*”, “*caminhos paralelos*”, continuidades e descontinuidades da produção nacional, “*a emergência de regionalismos*” (SEGAWA, 1998). O emprego do termo difusão pareceu não ser mais adequado para compreender esse quadro diverso do segundo pós-guerra no Brasil.

O que se evidenciou através dos trabalhos de releitura de parte de uma nova geração de pesquisadores que se sucederam⁴ foi a mudança do foco hegemônico em torno da “*escola carioca*” e do distanciamento temporal e espacial do período de constituição do modernismo no país. Entretanto os estudos se mantiveram distantes das arquiteturas fora do eixo tradicional, buscando compreender o que a historiografia ainda não tinha contemplado, especialmente a produção moderna brasileira depois de Brasília.

O recente “*Brasil: arquiteturas após 1950*” (BASTOS & ZEIN, 2010) também se manteve distante das arquiteturas produzidas para além do Centro-Sul do país⁵, quando muito abordou obras de arquitetos consagrados realizadas em outros estados⁶. Sua intenção em dar continuidade ao seu precedente canônico acabou por talvez alimentar a mesma visão hegemônica, privilegiando os mesmos profissionais responsáveis por “influenciar” a produção das demais regiões do país.

Assim, ao analisar o processo de difusão da linguagem moderna, a historiografia pareceu não ter conseguido olhar a diversidade que a modernidade assumiu em cada região do Brasil e reconhecer a relevância, a qualidade e as especificidades das produções regionais⁷. A reboque da valorização de personagens, eventos e obras consagradas, as narrativas historiográficas pouco tem se aproximado de outras produções modernas, focalizando na produção dos centros maiores do país tidos como os responsáveis por influenciar a produção dos centros menores.

⁴ BASTOS, 2004; SPADONI, 2004; ZEIN, 2005

⁵ Tiveram maiores destaque as produções das principais cidades da região como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

⁶ Da região Nordeste compareceram: o projeto habitacional de Cajueiro Seco (Acácio Gil Borsoi – 1968) em Jaboatão; o Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes -1966), em João Pessoa; o Fórum Judiciário de Teresina (Acácio Gil Borsoi – 1972); o Centro Administrativo de Salvador (João Filgueiras Lima – 1974); o Museu da Bahia e a Igreja (João Filgueiras Lima – 1974), ambos em Salvador; o Parque Nacional dos Guararapes (Armando Holanda – 1975) em Recife; e o edifício-sede da CHESF (Assis Reis – 1975) em Salvador; além da citação dos nomes dos arquitetos Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim. Da região Norte compareceram: o Quartel da Guarda Territorial do Amapá (Vilanova Artigas – 1971) em Macapá; a Suframa (Severiano Porto – 1971); a Casa do arquiteto (Severiano Porto – 1971); o Hotel Pousada da Ilha de Silves (Severiano Porto – 1979); a Universidade do Amazonas (Severiano Porto – 1983); e o Centro de Proteção Ambiental de Balbina (Severiano Porto – 1983), todos no Amazonas; o Espaço Cultural de Palmas (Paulo Henrique Paranhos – 1994), em Palmas.

⁷ Afirmou-se que: “*se houve mudança quantitativa, a ponto de essa produção regional assumir relevância, ela não foi acompanhada de uma mudança qualitativa, de modo a, diferenciando-se da arquitetura paulista ou carioca, configurar uma produção regionalista. Limita-se, neste particular, a algumas obras peculiares esparsas, capazes no entanto de, por seus conteúdos, prenunciar o surgimento de um ou mais movimentos regionais. Tais obstáculos são devidos a fatores de ordem cultural e econômica; o primeiro diz respeito à dependência de modelos arquitetônicos produzidos no eixo Rio-São Paulo e o segundo é ligado às ainda modestas oportunidades de projeto, especialmente na região Norte-Nordeste, subjugadas à natureza basicamente de ordem quantitativa daquelas mudanças, mantidos e até reforçados que foram seus arcaicos fundamentos econômico-sociais (...)*”. XAVIER, Alberto. Pós-Brasília, pós-milagre. In: Módulo. Rio de Janeiro. nº 82. set. 1984. p. 42-52.

Entendemos que o enfoque na difusão não permitiu uma visão mais ampla e plural da arquitetura brasileira uma vez que traz consigo a idéia de linha evolutiva, aproximando-se do conceito de “*influência*”, termo muito empregado nas narrativas para destacar certa relação de ascendência entre os sujeitos ao privilegiar a atividade dos arquitetos oficiais e dos arquitetos que adotaram as concepções hegemônicas. Assim, valorizam-se mais as continuidades do que as descontinuidades, as similaridades do que as divergências. Enfatizaram mais o local de formação e a procedência dos arquitetos do que o seu local de atuação e a sua produção específica.

Então aqui repartimos a aversão em torno da palavra “*influência*” exposta por Abílio Guerra. Segundo ele, o termo traz consigo a ideia de existência de “*uma via de mão única, uma espécie de contaminação involuntária, sobre a qual os sujeitos envolvidos pouco ou nenhum controle teriam*” (GUERRA, 2010). Achamos que a “*influência*” aproxima-se do conceito da difusão por não considerar a possibilidade de participação ativa do receptor e sua capacidade de atuar sobre o conteúdo assimilado. Também se afasta dos conceitos propostos por Guerra da “*interlocução*” e do “*diálogo*” que aceitam um movimento multidirecional, de troca de referências entre diferentes atores.

Concordamos que a indicação de influências, conforme Silva (2004, p. 16), em geral “*tende a ser uma questão delicada, a não ser quando admitidas verbalmente pelo próprio arquiteto, pois podem terminar por desmerecer o trabalho daquele que foi ‘influenciado’ ou ainda retirar o próprio mérito do trabalho, ao ignorar ou ocultar outras influências, pesquisas e experiências pessoais*”. Desse modo, apesar de na historiografia da arquitetura a busca por influências ser utilizada como “*instrumento facilitador de reconhecimento de afinidades projetuais*” (SILVA, 2004, p. 16), ele pode dificultar ou mesmo camuflar a identificação de especificidades e características diferentes das arquiteturas hegemônicas.

Se a teoria da difusão ratifica a historiografia construída como oficial ao valorizar apenas aqueles arquitetos que seguiram as concepções arquitetônicas predominantes, nos aproximamos à teoria da recepção proposta em estudos recentes. A recepção então é considerada como alternativa para “*destronar a explicação de difusão de um movimento artístico por irradiação de um centro maior para outros ‘menores’ em prol de um movimento em rede, admitindo trocas e interações diversas*” (MARQUES & NASLAVSKY, 2011, p. 04). Segundo Marques & Naslavsky (2011), a teoria nos ajudaria a pensar criticamente a continuidade e considerar as descontinuidades diante das mudanças do contexto nacional e das novas condições políticas e sociais que ocorreram no Brasil, além dos fenômenos culturais e físicos de cada região.

Ao permitir a troca de referências⁸, a teoria da recepção se aproxima do que Roy Landau chamou de “*a dispersão das posturas arquitetônicas*”⁹. De acordo com Landau (LANDAU, 1991 *apud* MONTANER, 2002), as posturas arquitetônicas estão relacionadas com certos princípios que cada arquiteto (ou artista) possui e que o diferencia de outro arquiteto. Para ele, a partir desses princípios e da escolha das regras formais, espaciais, tecnológicas, políticas e éticas adotadas por cada profissional, existe o predomínio da vontade de seguir a tradição ou a reinvenção¹⁰.

Ou seja, as posturas arquitetônicas tem relação com o posicionamento crítico dos arquitetos diante de uma arquitetura hegemônica, resultando em propostas convergentes ou divergentes, similares ou diferentes. Por exemplo, continuidades e descontinuidades na evolutivo da arquitetura moderna brasileira surgiram em razão da aceitação ou rejeição, da “*dependência e resistência*”¹¹ dos arquitetos brasileiros diante da “*grande aventura*”. Igualmente, a obra de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas foi resultado de continuidades e descontinuidades, do posicionamento crítico dos arquitetos brasileiros diante do Estilo Internacional, aceitando ou não as concepções arquitetônicas, o que resultou em diversas propostas de trabalho. Como afirma Conduru (2004, p. 58-59):

“é possível encontrar na arquitetura moderna do Brasil, dessa forma, tanto experiências que adotaram o Estilo Internacional predominante no resto do mundo quanto propostas críticas com relação a tais ideais universalistas. Isso gerou um amplo espectro de abordagens tecnológicas, configurações tectônicas e diversas posturas ante as condições de produção e recepção da arquitetura no país. Parte da história da arquitetura moderna do Brasil se constitui, portanto, de uma leitura do modo como tecnologias de construção desenvolvidas fora do país foram adotadas, modificadas ou rejeitadas quando introduzidas no Brasil”.

Essa afirmação corrobora com os estudos de Roy Landau, apesar de Conduru somente considerar a diversidade de posturas pelo amplo espectro de abordagens tecnológicas, e não pelas diferentes atitudes relacionadas ao projeto. Mesmo assim, o que se depreende da visão desses dois autores é que a arquitetura moderna brasileira não seguiu uma linha evolutiva através da difusão de uma única linguagem arquitetônica,

⁸ A recepção é baseada na teoria e história da literatura de Hans Robert Jauss e consiste, principalmente, em estudar o ambiente em que uma obra de arte foi criada, produzida, tornando-se assim objeto de crítica. A recepção refere-se à acolhida alcançada por uma obra à época de seu aparecimento e ao longo da história (CAPPELLO, 2011, p. 3). No campo da arquitetura, a teoria da recepção foi aplicada nas revistas de arquitetura, pois segundo Cappello (2011, p. 3) “acompanhar a trajetória das obras publicadas nas revistas seria um modo de produzir história da arquitetura”.

⁹ Termo criado pelo crítico britânico Roy Landau, baseado em Omre Lakatos e Michel Foucault. Ver em: LANDAU, Roy. *Notes on the concept of an architectural position*. AA Files, nº 1, 1991.

¹⁰ Segundo ele “podem ser estabelecidas semelhanças e diferenças em relação às concepções arquitetônicas dominantes, constatando que as diferentes atitudes relacionadas ao projeto, à relação com o lugar e o entorno urbano, à estrutura espacial adotada, aos materiais utilizados, ao uso de ornamentação ou não, à idéia de usuário que se desenvolve etc., podem ser agrupadas em diversas posturas que mantêm uma coerência interna e continuam, sintetizam ou se opõem a tradições culturais existentes” (MONTANER, 2002).

¹¹ Parafraseando SPADONI, Francisco. Dependência e resistência: transição na arquitetura brasileira nos anos de 1970 1980. In: *Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo, nº 102, v. 1, 2008.

mas sim através da dispersão de várias posturas arquitetônicas. Uma variedade de atitudes projetuais foi gerada não apenas diante da continuidade ou descontinuidade da obra desses personagens, mas também diante das condições de produção do país.

Portanto, ante os conceitos aqui abordados vemos que há uma relação de oposição entre a difusão e a recepção, especialmente pelo fato de trazerem visões distintas sobre a participação ativa do receptor no processo. Por outro lado, há uma relação mais próxima entre a recepção e a dispersão pelo fato de serem conceitos que consideram o receptor não apenas como aquele que recebe, mas que participa do processo de comunicação ao selecionar e adaptar a informação.

Também, esta relação de oposição se faz presente nos termos utilizados pela historiografia para caracterizar os caminhos distintos tomados pelos arquitetos brasileiros: difusão x recepção, influência x interlocução, unidirecional x multidirecional, linha evolutiva x movimento em rede, convergente x divergente, unidade x diversidade, continuidade x descontinuidade, tradição x reinvenção, dependência x resistência. Uma oposição entre os termos que não significa necessariamente ruptura, mas a adoção de posturas projetuais distintas.

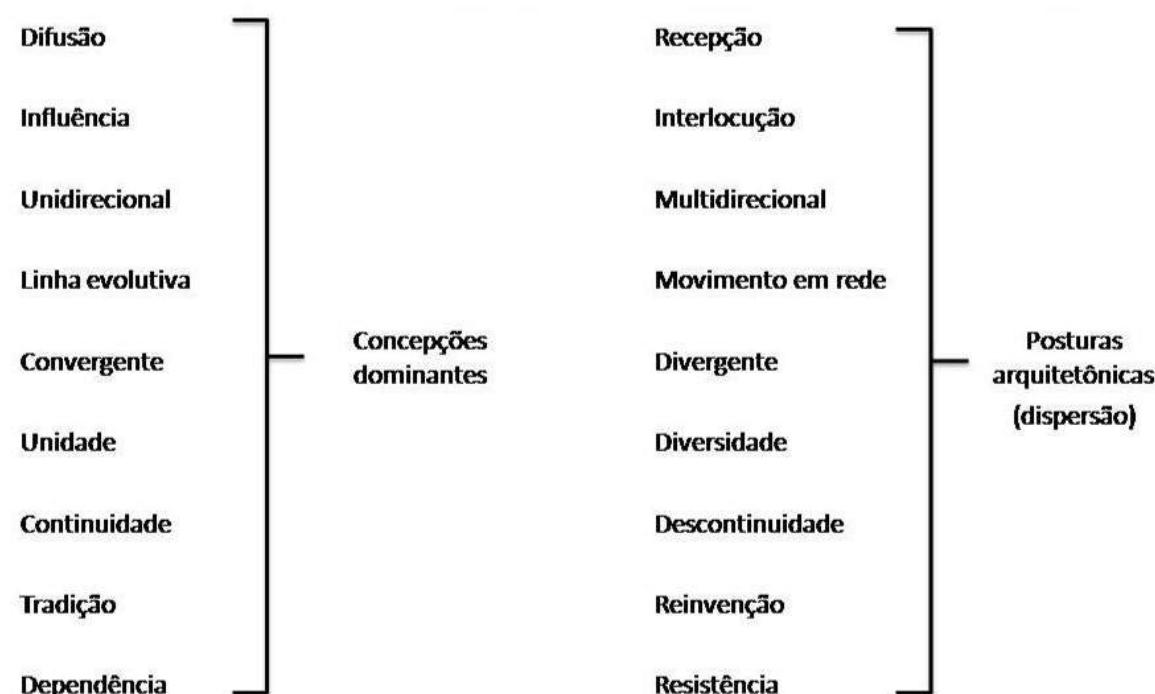


Figura 1: Diagrama conceitual difusão x recepção. Fonte: Arquivo da autora (2014).

Até fins da década de 1950, o que havia de mais expressivo na arquitetura moderna brasileira restringia-se à produção dos centros mais dinâmicos do país. As décadas subsequentes, no entanto, passaram a ter como uma de suas características marcantes a crescente importância das produções regionais. Apresentando uma linguagem

arquitetônica com diferentes sotaques ou “*dialetos plásticos empregados pelos arquitetos*” (FICHER & ACAYABA, 1982, p. 117), as produções regionais passaram a rescindir com a expressão plástica predominante. A diversidade verificada não se deu apenas do ponto de vista geográfico, mas dos materiais e técnicas construtivas, das características regionais e das ênfases estéticas. Esse quadro, na época dos anos 1960, ainda não era possível identificar pela proximidade dos fatos, pelo cessamento de idéias no Brasil e pelo crescimento do número de profissionais pelo país, além da ampliação do campo de trabalho dos arquitetos. Mas a idéia que se tinha (ou que se plantou foi) era de que essas distintas realizações não teriam valor por haver se afastado da pretendida unidade da arquitetura moderna brasileira (XAVIER, 1984, p. 46; ZEIN, 1987, p. 88).

Foi somente ao final dos anos 1980, que se iniciou uma progressiva tentativa de traçar um panorama da arquitetura brasileira, após a avaliação de dois importantes episódios (ou talvez três, se considerarmos o “*milagre econômico*” como evento isolado): a construção de Brasília (1956-1960), grande símbolo da integração e do desenvolvimento nacional, além de marco da arquitetura brasileira, de acordo com a historiografia recente; e o período da ditadura militar, evento que mudou o panorama geral dos anos 1960 até meados dos anos 1980.

A repercussão de Brasília tanto em nível nacional quanto internacional, como identificou Xavier¹² (XAVIER *apud* SEGAWA, 1998, p.107), revelou o sucesso desse acontecimento para a arquitetura brasileira. Era a materialização das quatro funções urbanas do ideário racionalista enunciado pela Carta de Atenas. Mas o sucesso atribuído a Brasília não representou uma unanimidade na historiografia da arquitetura moderna. Para alguns, Brasília marcou o término da década áurea da arquitetura e urbanismo modernos no Brasil¹³, como se o processo evolutivo da arquitetura nacional tivesse sido interrompido; enquanto que para outros¹⁴, a capital federal indicou o início de um momento de inflexão no contexto da produção brasileira, marcado pela ruptura

¹² “Entre 1943 e 1973 o levantamento bibliográfico de Alberto Xavier [s.d.] registrou 137 referências em periódicos especializados fora do Brasil, tratando da arquitetura brasileira em geral, e 170, a respeito de Brasília”. XAVIER, Alberto. *apud* SEGAWA, *Op.cit.*, 1998, p.107.

¹³ BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. GALBINSKI, José. **Comentários sobre a arquitetura brasileira após Brasília**. In: X Congresso Brasileiro de Arquitetos. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), 1979. 7 p. COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Arquitetura moderna 1930 a 1960**. In: MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife: UFPE, 2002. p. 20-25.

¹⁴ SPADONI, Francisco. **A transição do moderno**: arquitetura brasileira nos anos de 1970. Tese de doutoramento. São Paulo; FAUUSP, 2004. BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Dos anos 50 aos 70**: como se completou o projeto moderno na arquitetura brasileira. Tese de doutoramento. São Paulo: FAUUSP, 2004; ZEIN, Ruth. **A arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese de doutorado. São Paulo e Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROPAR/UFRGS, 2005.

do “pensamento único”¹⁵ e hegemônico, em favor de uma heterogeneidade (BASTOS, 2004, p. 100).

A tomada do poder pelos militares, com o golpe de 1964, resultou em um período de esvaziamento e consequente esgotamento da produção cultural do país, influenciando no debate arquitetônico e na mídia especializada. Ausência de uma crítica, que se tornou aguda com a progressiva extinção das publicações especializadas e a censura à imprensa. O regime militar também foi responsável por afastar expoentes da arquitetura moderna brasileira do cenário nacional, entre eles: Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, entre outros, os quais regressaram ao país apenas nos anos 1980.

Numa das primeiras tentativas de examinar a arquitetura brasileira após esses dois episódios, Galbinski (1979, p.3), por ocasião do X Congresso Brasileiro de Arquitetos (1979), bem observou que:

“Após 1964, o contexto em que se desenvolvia o debate da arquitetura modifica-se totalmente. Da mesma forma, o amparo oficial em que sempre se embalara a arquitetura brasileira, desde o Estado novo, é suspenso. Deve-se este fato às implicações de um conflito de objetivos estabelecidos entre a nova política econômica e as motivações sociais da Arquitetura de vanguarda.

Esta reversão do processo evolutivo da arquitetura teve graves consequências. Houve um truncamento violento no processo de desenvolvimento do pensar arquitetônico e não só do pensar, mas, igualmente, do fazer que se iniciava (...)

Naturalmente, o apoio oficial manteve-se firme para aquelas obras, suntuárias ou não, de sentido arquitetônico limitado à promoção de certos setores governamentais (...). Durante este período, até os momentos atuais, a produção arquitetônica brasileira perdeu seu momento e esvaziou-se (...).

Depois destes eventos, os arquitetos brasileiros pareceram ter abandonado o esforço de teorização ou foram forçados a tal. De acordo com Segawa (1993, p. 02), o excesso de trabalho durante os anos do ‘milagre’ “embaraçava a autocritica. Os arquitetos encastelavam-se num isolamento de olímpica auto-suficiência ante as discussões em curso no mundo. A arquitetura brasileira dialogava menos com o exterior (...). Em paralelo, dialogavam menos internamente, o que resultou segundo Ficher & Acayaba (1979, p. 23), “uma produção fragmentada, símbolo da tentativa de sobrevivência de uma linguagem capaz de imprimir às formas construtivas características culturais”.

¹⁵ Expressão utilizada por Bastos (2004) para se referir à concepção ideológica de apelo desenvolvimentista baseada na valorização da capacidade técnica nacional através de uma arquitetura baseada na síntese entre expressão e técnica, onde a exploração plástica do concreto armado foi alcançada à condição de característica diferenciadora da arquitetura moderna brasileira. Segundo a autora, “esta visão gerou um pensamento único e poderoso no meio arquitetônico brasileiro, que influiu na construção historiográfica, nos resultados dos concursos, nas premiações dos órgãos de classe”. BASTOS. Op. cit., 2004. p.15.

Num primeiro esforço sistemático em romper este isolamento e a falta de debate, as bienais¹⁶ e as premiações do IAB foram importantes nesse processo a fim de promover uma aproximação à prática arquitetônica do período. Porém, esses eventos, em especial àqueles ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo, demonstraram a fragilidade e as divergências no diálogo interno, no momento em que valorizavam e premiavam a arquitetura brasileira a partir de critérios distintos. Fato confirmado por Bastos (2004, p. 100) que verificou que: “*ao longo do tempo é possível observar uma crescente diferença entre as premiações de São Paulo e as do Rio de Janeiro (...)*”. Apesar da diversidade formal e tecnológica apresentada e da busca de propostas inovadoras nas premiações, continuou prevalecendo a defesa de uma única linguagem moderna, que acabou se desgastando. De qualquer modo, as premiações serviram para abrir caminhos para a pluralidade¹⁷ permitindo que outras modernidades fossem valorizadas e, sobretudo que o diálogo interno fosse estabelecido.

O debate interno e o processo de divulgação dos valores modernos também foram prejudicados pelo hiato das publicações nacionais, principalmente entre 1964 e 1974, decorrente do cenário político-ideológico do período militar. Apesar da diversidade de publicações as quais os arquitetos tinham à disposição, principalmente entre os anos 1950 e 1960¹⁸ (SEGAWA, 1989, p. 130); nos anos 1970, as publicações foram esparsas, se restringindo em poucos periódicos. Fato que só começou a ser revertido a partir de diversas tentativas e do esforço de situar a arquitetura moderna brasileira após Brasília e os “*anos de chumbo*”.

De acordo com Cunha (2007, p. 267), o resultado imediato desse período de silêncio crítico por parte da mídia especializada foi “*a manutenção estéril da crítica arquitetônica pelos periódicos não especializados*”. Periódicos semanais como as revistas *O Cruzeiro* (1928-1975), *Manchete* (1953-2000) e *Veja* (1968-...), as quais publicavam matérias, muitas vezes sem critérios, reforçando o apelo desenvolvimentista baseado na valorização da capacidade técnica nacional através de uma arquitetura baseada apenas na síntese entre expressão e técnica, através da exploração plástica do concreto armado.

¹⁶ Nesse período, de 1965 a 1973, a Bienal sofre de perto os efeitos do golpe militar e da repressão política no país. As participações, nacionais e internacionais, diminuem sensivelmente, comprometendo o evento.

¹⁷ Elas também contribuíram para a disseminação da arquitetura oriunda de São Paulo, entre 1960 e 1970, “*possibilitando a construção historiográfica de uma segunda etapa da Arquitetura Moderna Brasileira, que se pretendeu tão heróica quanto foi a primeira*” (CUNHA, 2007, p. 258). Foi o momento em que a “*linha paulista*” contou com a historiografia, os resultados dos concursos, e as premiações dos órgãos de classe para legitimar sua influência (BASTOS, 2004).

¹⁸ Acrópole (1941-1971), Arquitetura e Engenharia (1946-1965), Habitat (1950-1965), Brasil Arquitetura Contemporânea (1953-1957), AD Arquitetura e Decoração (1953-1958), Módulo (1955-1965), Brasília (1957-1961) e Arquitetura (1961-1969). SEGAWA, Hugo. *Op.cit.* 1989. p. 130.

O desaparecimento de revistas especializadas como a *Módulo*, que deixou de ser editada em 1965; da *Arquitetura*, em 1969; e da *Acrópole*, em 1971, foi o suficiente para causar um descompasso no debate arquitetônico do período. “*Havia apenas uma cobertura esporádica da arquitetura nas revistas de construção*”¹⁹ e a contribuição do jornal *Arquiteto* (1972), embrião da futura revista *Projeto*, que se “*dedicava totalmente à consolidação da profissão do arquiteto e de suas atribuições como urbanistas frente aos problemas urbanos*”.



Figura 2: Primeiro número do Jornal *Arquiteto*, lançado em 1972, embrião da revista *Projeto*. Fonte: Arquivo da autora.

¹⁹ Entrevista de Vicente Wissenbach ao Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP). Disponível em: <<http://www.arquiteto-sasp.org.br/newsletter/78/boletim2/entrevista.htm>>. Acesso em: 02/10/2013.

Mas, a progressiva extinção destas publicações pareceu não ter interferido tanto em outros meios de divulgação da arquitetura brasileira. A repercussão doméstica da arquitetura nacional também contribuiu para a legitimação dessa produção, principalmente nos anos 1950 e 1960. “*Essa legitimação transformava a arquitetura moderna brasileira em ícone da modernidade artística e intelectual do Brasil, ponto de partida para as gerações mais novas de arquitetos*” (SEGAWA, 1993, p. 85). Também já havia se consolidado a divulgação da arquitetura moderna brasileira através da mídia quanto dos deslocamentos empreendidos pelos profissionais de arquitetura pelo território brasileiro. Como apontou Segawa (1998, p. 9), tanto os arquitetos locais, como os estrangeiros radicados no país, tiveram a contribuição de dispersar diferentes valores modernos pelos quatro cantos do Brasil, seja para ajudar a formar novos cursos de arquitetura e urbanismo ou através de novas oportunidades de trabalho.

Igualmente, a circulação de profissionais sob o signo do ensino de arquitetura foi um fator significativo para a propagação da arquitetura moderna. Até o início dos anos 1960, existiam apenas sete cursos no país²⁰, em seis cidades, sendo somente um deles realmente autônomo, desvinculado das Escolas de Belas-Artes²¹. Esse número quase duplicou até o início dos anos 1970, quando já eram doze cursos, em onze cidades, com apenas um curso em uma universidade privada²². Um número expressivo para o período já que Segawa (1998, p. 130-131) aponta os anos 1960 como o momento de auge da profissão, graças ao “(...) *crescimento do prestígio da arquitetura como atividade*” e à realização de Brasília. Contudo, foi nos anos 1970 que esse número cresceu expressivamente, pois já eram 16 cursos²³ de Arquitetura e Urbanismo nas principais universidades do país (14 cursos em federais, um em estadual e um em universidade privada). Nesse momento, por força do acordo MEC-USAID²⁴, proliferaram as escolas de arquitetura. De acordo com Moreira (1989, p. 79), entre 1968 e 1974, “o número de vagas nos *Cursos de Arquitetura e Urbanismo aumentou cerca de 260%*”, graças ao incremento das universidades privadas no cenário nacional em meio ao período do “*milagre econômico*” com o crescimento de diversos setores, entre eles o da construção civil que cresceu até 15% ao ano, entre 1968 e 1974. Ao final da década de 1970 já eram reconhecidos 32 cursos de arquitetura no Brasil.

²⁰ As faculdades de arquitetura da Universidade do Brasil (RJ), da Universidade de São Paulo (SP), do Mackenzie (SP), da Universidade de Minas Gerais (MG), da Universidade Federal da Bahia (BA), da Universidade de Porto Alegre (RS) e da Universidade do Recife (PE).

²¹ A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, é federalizada em 1946.

²² Além dos cursos já citados, foram criados nos anos 1960, os cursos das universidades federais do Paraná (1961), de Brasília (1962), do Pará e do Ceará (1965).

²³ Além dos cursos citados em notas anteriores, foram criados os cursos das universidades federais de Alagoas e Rio Grande do Norte (1973), Paraíba (1974), Santa Catarina (1977) e Espírito Santo (1978).

²⁴ O MEC-USAID foram uma série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), os quais visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira como pressuposto do desenvolvimento econômico.

Este incremento na criação dos cursos pelo país afora também foi um reflexo do período de recessão política, quando o país conheceu um momento de pujança econômica, sobretudo entre 1967 e 1974. Os arquitetos tiveram a oportunidade de conceber projetos de programas de uso variado em cidades até então desconhecidas, ampliando seu campo de atuação. De acordo com Segawa (1993, p. 86), “é provável que nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto também. (...) Parte do legado da arquitetura dos anos 50/60 encontrou caminhos de viabilização nos anos do ‘milagre’ (...)”. Engenheiros e arquitetos especializados, além de grandes escritórios de arquitetura e empresas de engenharia, foram chamados para construir em outras regiões adequando sua infra-estrutura.

Foi então o governo que contribuiu para a propagação da arquitetura moderna, quando os profissionais foram convocados para a realização de grandes obras públicas, principalmente a partir das políticas voltadas para a capacitação do aparelho estatal para intervir na economia, concomitantemente à formação do parque industrial brasileiro e a especialização dos serviços. O Estado empreendeu a modernização das sedes dos órgãos criados no período, como desenvolveu uma variedade de programas, em diversos setores, expandindo as áreas de atuação dos arquitetos, graças à “(...) uma intensificação do processo de diferenciação no setor da construção civil (...)” (SEGAWA, 1998, p. 160). Diferenciação que não se estendeu à linha de trabalho e à tecnologia construtiva adotada pelos arquitetos.

Portanto, os deslocamentos de profissionais com o enejo de buscar novas oportunidades de trabalho também foi um fator importante e “(...) decisivo para a afirmação de uma linguagem comum pelo território brasileiro” (SEGAWA, 1998, p. 131). Seja em cidades próximas aos seus locais de origem, seja em outras regiões do país, os arquitetos que empreenderam essas transferências internas expandiram os limites geográficos para o desenvolvimento e a renovação da arquitetura moderna brasileira. As migrações internas Brasil afora foram responsáveis por expandir e legitimar a linguagem oficial nacional, ao mesmo tempo em que também foram responsáveis, segundo Cunha (2007, p. 259-260), “(...) por transformações e deformações que se tornaram evidentes na medida em que essa produção identificou, no âmbito teórico, seus dilemas e contradições e, num âmbito pragmático, deparou-se com regiões marcadas por tradições distintas ou distantes”.

A presença de obras pontuais de arquitetos consagrados, executadas fora das sedes de seus escritórios também constituiu uma efetiva forma de propagação da arquitetura moderna, seja por meio de contratos públicos, convites, concursos e premiações. As

obras desses arquitetos culminaram em novas e diferentes experiências em outras regiões do país, como contribuíram com a vulgarização ou popularização do pensamento destes arquitetos pela apropriação de seus conceitos pelos profissionais de outras regiões (SEGAWA, 1998, p. 142). Graças à interação entre os valores trazidos por estes profissionais, sejam brasileiros ou estrangeiros, e os valores existentes em cada realidade local, originaram aclimatações e/ou derivações da arquitetura moderna brasileira. A linguagem arquitetônica até então predominante no cenário nacional foi se enquadrando em um novo contexto: “*diferenças econômicas, climáticas, tecnológicas e de programa conduzem a um processo de regionalização*” (FICHER & ACAYABA, 1982, p. 48). O uso de novos materiais e o novo uso de materiais tradicionais, adequando-se a arquitetura às realidades ecológicas regionais e locais, foi “*a origem do quadro diversificado da produção arquitetônica que vai desabrochar nos anos de 1980*” (SEGAWA, 1998, p. 134).

Diversidade que, até então, não tinha sido captada totalmente em razão da predominância de certos modelos e paradigmas associados ao Movimento Moderno, tanto no projeto do edifício quanto do espaço urbano, mas que veio a ser registrada com o relançamento de periódicos especializados. Mesmo com a extinção de muitas delas, as revistas de arquitetura lançaram os meios para a retomada do debate arquitetônico, no período dos anos 1970 (BASTOS, 2004, p. 367; CUNHA, 2007, p. 254). Com a evolução gradual da abertura política que se vislumbrou e o lento processo de redemocratização, o pensar arquitetônico foi retomado e “*animado pela circulação de revistas de arquitetura cujo espaço crítico era valorizado e incentivado*” (CERETO, 2005, p.1).

A respeito deste episódio, a partir de 1973 com a publicação da *CJ Arquitetura* (1973-1978) e a republicação de *Módulo*, em 1975, pela firme posição de Oscar Niemeyer de reconstruir o vínculo importante para o debate da arquitetura, o jornalismo arquitetônico brasileiro foi resgatado. Em seguida, houve o lançamento de *Projeto*²⁵ (1977), e, oito anos depois, da *AU - Arquitetura e Urbanismo* (1985) ²⁶, quando se abriu definitivamente o debate pródigo nos anos 1980, permitindo também o surgimento de várias publicações regionais, como: *Chão* (1978-1980), *Pampulha* (1979-1984) e *Gávea* (1985-1997), entre outras. Publicações que contemplaram a concreta e diversa atuação dos profissionais brasileiros. Apoiadas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), essas publicações serviram para a concreta circulação de propostas, sob a forma de projetos

²⁵ A revista *Projeto* foi fundada e editada por Vicente Wissenbach, de 1977 a 1995, e surgiu a partir do jornal **Arquiteto**, editado pelo sindicato da categoria em São Paulo. (LARA, 2003, p. 01).

²⁶ A revista *AU* foi idealizada pelo arquiteto Mário Sérgio Pini, com apoio de seu pai, Sérgio Pini.

ou de idéias, produzidas no cenário nacional. Ao contrário das “revistas de tendência”²⁷, em que o conteúdo editorial refletia orientações arquitetônicas definidas, como se aproximaram as revistas *Habitat* e *Módulo*, dos anos 1950, e *Acrópole*, dos anos 1960 (SEGAWA et. al., 2005, p. 03), as recentes publicações brasileiras criaram condições para o necessário debate profissional diante do quadro da produção do espaço habitado no país.

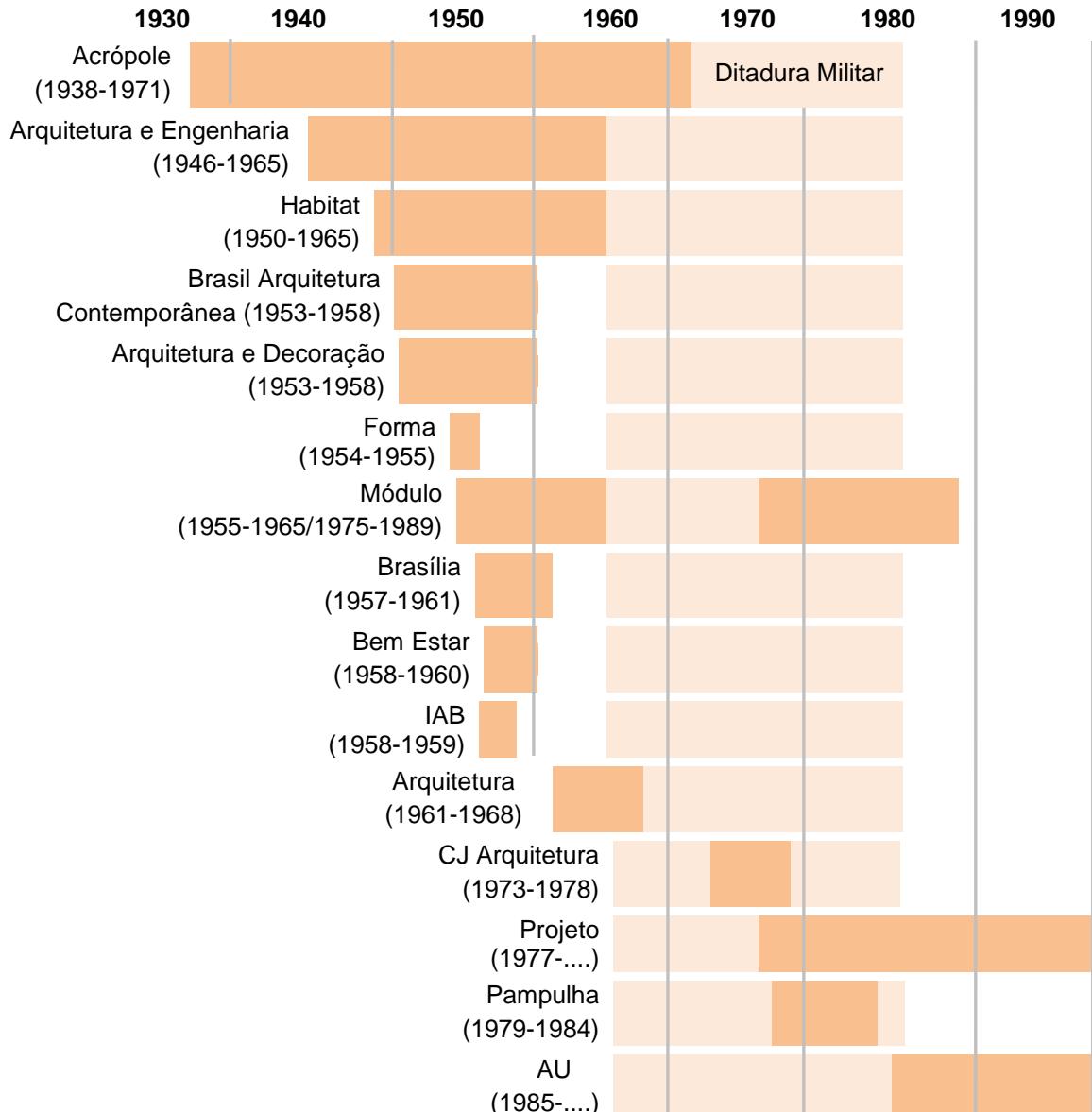


Figura 3: Quadro histórico das revistas brasileiras de arquitetura. Fonte: PEREIRA (2008) adaptado pela autora.

Produção esta que já vinha se delineando, nas últimas duas décadas, em direção às identidades regionais ou “modernidades” brasileiras de Segawa (1998), e passou a ser tema comum nas pautas dos editoriais. O que tinha sido ignorado ou evitado, agora era aceito e destacado nessas publicações, as quais traçaram um panorama com as

²⁷ Ver mais em: GREGOTTI, Vittorio. *Rebuilding the rules*. GSD News, Summer, 1996, p. 30.

diversas linhas de trabalho e opções tecnológicas adotadas pelos arquitetos brasileiros. Além disso, as revistas tiveram um papel fundamental de retomar a pauta sobre os problemas nacionais, entre eles, os ligados à arquitetura e à arte, enquanto os Congressos Brasileiros de Arquitetos e os concursos de projetos ajudaram a diminuir o descompasso entre os profissionais e a realidade plural do Brasil.



Figura 4: Publicidade de *Módulo* anunciando: novo formato, aumento de 100% na tiragem, 4.500 assinaturas e periodicidade bimestral.

Fonte: Revista MÓDULO. nº 55, set, 1979.

A principal publicação dos anos 1980, a *Projeto*, foi gradualmente acompanhando as transformações pelas quais passavam o país e os arquitetos, demonstrando uma diversificação da participação regional na revista, com mais espaço para arquiteturas do Sul e do Nordeste, em detrimento das produções do eixo Rio-São Paulo (LARA, 2003, p.1). Além disso, diminuiu o espaço dedicado à habitação popular, aos terminais de transportes e aos edifícios administrativos - produção que segundo Lara (2003, p. 01), marcou a arquitetura dos anos 1970; e aumentou o espaço para a publicação de edifícios educacionais e culturais destacando uma pluralidade de posições.

Por sua vez, a *Módulo*, que apesar de, na transição entre 1970 e 1980, passou de uma revista bimestral para um periódico mensal com formato “Veja”, continuou publicando a arquitetura do “pensamento único” e o trabalho de um mesmo grupo de profissionais, até 1989, quando deixou de circular. Até então, a revista publicava, especialmente, projetos de Oscar Niemeyer, Sérgio Bernardes, Lelé, Glauco Campelo, Cydno da Silveira, entre outros da “escola carioca”. Quando voltou a ser republicada, passou a publicar alguns projetos dos arquitetos da “escola paulista”, como de Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Décio Tozzi e Ruy Ohtake, como foi possível constatar.

Depois a revista *AU*, de periodicidade bimestral, trouxe ao profissional de arquitetura e urbanismo, inicialmente, a trilha das edições temáticas: Brasília, habitação, ensino, Amazônia, patrimônio, lazer, Le Corbusier, Niemeyer, entre tantas outras (WOLF, 2005, p. 01). “*Investindo em uma abordagem especializada, mas apoiada numa linguagem jornalística, quase informal, atrelada ao cenário político do País*” a publicação rompeu com o eixo cultural Rio-São Paulo, a partir de sua sexta edição, ampliando a questão dos “sotaques periféricos”²⁸ ou da regionalização do modelo nacional já levantada pela revista *Projeto*. O fato é que se anunciaram outros sotaques e linguagens, regionais e locais da produção arquitetônica moderna brasileira, a partir da revelação e reconhecimento de arquitetos e escritórios ainda desconhecidos nacionalmente.

Além da publicação de projetos e ideias, especialmente àqueles frutos de premiações ou de concursos, também foram publicados textos teóricos, matérias especializadas e debates técnicos. *Módulo* abriu a seção “*Debate*”, em 1978, onde arquitetos, paisagistas, artistas, etc. debateram sobre temas diversos; no mesmo ano, foram publicados os textos da série “*Problemas na arquitetura*”²⁹, de Oscar Niemeyer, abordando questões técnicas ou tentando esclarecer seu método de trabalho. Esse conteúdo foi dividido com as páginas dedicadas à publicidade de diversos materiais de construção, que ao exaltar suas qualidades estéticas, funcionais e econômicas, promoveram e estimularam a diversificação de técnicas construtivas e aplicações programáticas ao repertório arquitetônico dos arquitetos.

Publicidade que também ganhou as páginas de publicações não-especializadas, ainda que tratassem da arquitetura, como as revistas recém-lançadas voltadas para o grande público, entre elas: *Casa Cláudia* (1977), que surgiu como uma revista voltada para a decoração, mas publicava projetos de arquitetura; e a *Arquitetura & Construção* (1987)

²⁸ Aproveitando o termo de CAVALCANTI, 2001, p. 90 ao se referir às arquiteturas fora do eixo tradicional que vão desenvolver “(...) uma linguagem própria, com sotaques diferenciados e individualizados nas mais diversas regiões”.

²⁹ Os temas abordados por Oscar Niemeyer foram: 1. O espaço arquitetural; 2 . As fachadas de vidro; 3. Arquitetura e técnica estrutural; 4. O pré-fabricado e a arquitetura; 5. O mercado de trabalho; 6. Arquitetura e acústica; 7. Método de trabalho.

que surgiu ainda como um encarte especial de Casa Cláudia, até se tornar uma publicação independente. Esses periódicos não estavam alinhados com as questões do período, e funcionavam, sobretudo para a divulgação de materiais de construção e técnicas construtivas, além de projetos de arquitetura e interiores. Assim, era a publicidade de materiais de construção que popularizava a arquitetura produzida naquele período, como por exemplo, a publicidade das Lajes Volterrana ([NOVO ELEMENTO de Arquitetura], 1973, p. 59), ao divulgar novos elementos construtivos, como as abóbadas de cobertura e marquises onduladas.

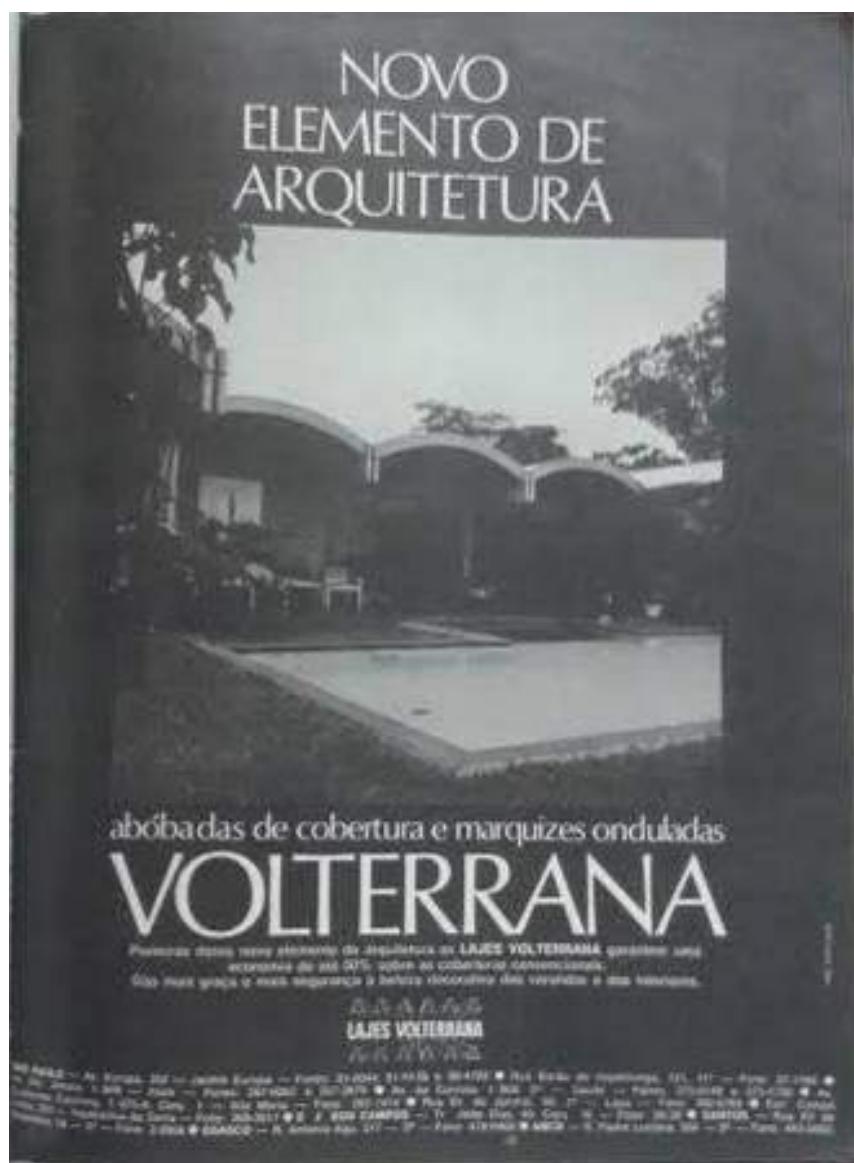


Figura 5: Publicidade das Lajes Volterrana, publicada na revista CJ Arquitetura, em 1973.

Fonte: [NOVO ELEMENTO de Arquitetura], 1973, p. 59.

Também os Ciclos de Debates organizados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), “com o objetivo de detectar as novas tendências na arquitetura brasileira”, trouxeram alguns dos nomes mais significativos da atual arquitetura brasileira. “Além de ajudar a situar o Brasil no contexto da produção mundial”, os Ciclos serviram como um “valioso

incentivo à crítica e à interpretação arquitetônicas, práticas pouco usuais entre os arquitetos brasileiros" (CARRASCOSA, 1987, p 42). Foi uma forma de recuperar o trabalho de análise e avaliação, situando novamente o arquiteto como um elemento fundamental na realização de projetos importantes. A entidade, então, se abriu para toda uma série de novas experiências profissionais abrindo caminho para o pluralismo.

Desse modo, sobretudo, a arquitetura brasileira voltava a ser vista, comentada e debatida entre os arquitetos. O debate e a divulgação da arquitetura brasileira, não somente no Brasil, mas também no exterior – principalmente na América Latina e Terceiro Mundo – também era uma preocupação constante da revista *Projeto* que mostrou "as tendências atuais da arquitetura brasileira" por duas vezes na Bienal Internacional de Buenos Aires; uma vez por Nova Orleans; e em diversas capitais do Brasil através da mostra "Arquitetura Brasileira Atual", tornando clara a diversidade de pensamento e de caminhos buscados pelos arquitetos brasileiros. A crítica passou a evidenciar posturas e resultados distintos daquelas concepções arquitetônicas dominantes, o que ficou demonstrado na mídia especializada.



Figura 6: Capa de catálogos publicados pela revista *Projeto*, nos anos 1980: *Arquitetura Brasileira Atual* e *Arquiteturas no Brasil – anos 80*. Fonte: Arquivo da autora.

Portanto agora, segundo Rabelo (2005, p. 01),

“Podemos falar de uma temática básica no discurso da crítica nacional: uma procura por um sentimento de latinidade na produção nacional e a valorização de trabalhos examinados como regionais, nos quais os dogmas da arquitetura moderna tivessem sido substituídos por um exame mais aprofundado da cultura das diferentes localidades brasileiras. O regionalismo era, portanto, uma saída digna da pós-modernidade que aportava tardiamente no Brasil”.

Era o início do processo de divulgação e integração dos movimentos regionalistas da arquitetura da América Latina animados pelo “*regionalismo crítico*” de Kenneth Frampton³⁰, segundo o qual “*tendências universais deveriam ser combinadas com as necessidades locais para gerar uma arquitetura que respondesse tanto à cultura local quanto à civilização universal*” (LARA, 2012, p. 04). Assim, o que se demonstrava era a ampliação do campo de trabalho, tanto geográfica como programaticamente, e uma diversidade de obras, seja nas técnicas construtivas, seja nas propostas espaciais, reunidas, entretanto, pelos sinais comuns de nossa brasiliade. É justamente nesse momento, a partir dos anos 1980, como assinalou Segawa (1998, p.193), quando:

“colhem-se, no âmbito arquitetônico, os primeiros frutos dos programas de interiorização da economia no país. Os arquitetos que se deslocaram pelo território brasileiro como migrantes e nômades, saindo dos grandes centros, e os profissionais egressos dos vários cursos de arquitetura implantados nos anos de 1960 e 1970 fora dos centros tradicionais, enfrentaram seus primeiros projetos de magnitude com o ‘milagre econômico’ e tiveram suas primeiras obras materializadas ao longo das últimas duas décadas. Arquitetos com repertórios dos grandes centros ou formados segundo esse modelo, enfrentando um Brasil distinto do Rio de Janeiro ou São Paulo: o interior e as áreas menos modernizadas do país. Outras arquiteturas surgiram dessa dialética”.

Este quadro diversificado e as transformações constatadas na arquitetura brasileira, a partir dos anos 1980, não foram alimentados pelo debate do pós-modernismo internacional em 1976, o qual só veio a ser sentido na segunda metade da década de 80, de acordo com Segawa (1998, p. 191). O fato da discussão sobre o pós-moderno ainda ser muito insípida no Brasil foi justificada, segundo Katinsky (1984, p. 35) pela falta de reflexão crítica dos profissionais brasileiros. A “*arquitetura pós-moderna e hibernação tropical*” (MANDOLFO, 1984) também confirmou a pouca atenção que o debate internacional pós-moderno teve em nossa arquitetura nesse período.

³⁰ O “*regionalismo crítico*” de Frampton advoga em favor das posturas críticas em relação à arquitetura universal do *International Style*. Para o autor a arquitetura moderna brasileira foi tratada como uma espécie de regionalismo pela forma como os arquitetos brasileiros adaptaram os preceitos modernos. O conceito também foi utilizado nacionalmente como forma de destacar as produções regionais do Brasil.

Assim sendo, como poderíamos caracterizar a produção arquitetônica do período entre 1970 e 1985? Se ainda não era pós-moderna, continuava ainda moderna³¹, ou como o próprio Lauro Cavalcanti denominou era “*um modernismo em movimento*”. Um modernismo em movimento no sentido geográfico-temporal, quando os arquitetos brasileiros, especialmente aqueles formados fora do eixo Rio-São Paulo, tiveram que se comprometer com as peculiaridades climáticas, construtivas e culturais das outras regiões brasileiras. A arquitetura brasileira prosseguiu o seu desenvolvimento pelo país, principalmente nas cidades médias, longe dos grandes centros, como foi apontado pelas revistas. Porém as arquiteturas dessas outras regiões permaneceram escamoteadas pela bibliografia de referência.

A Paraíba pouco compareceu na historiografia. Até mesmo no período entre 1942 e 1960 quando a arquitetura moderna nacional era reconhecida internacionalmente, a produção paraibana esteve ausente da historiografia nacional. No livro de Bruand (1981) não foram feitas referências a obras ou arquitetos locais³², mas segundo o autor ao falar sobre a produção pernambucana (BRUAND, 1981, p. 145-149) a arquitetura do Nordeste seria influenciada pelas escolas carioca e paulista. Depois de Bruand a arquitetura de João Pessoa foi citada na cartografia de Ficher & Acayaba (1982, p. 102), quando foi feita uma abordagem sobre a obra de arquitetos de Fortaleza. O projeto da agência central do Banco do Nordeste do Brasil (Ernest Bormann e José Liberal de Castro – 1969) foi citado como um dos projetos de grande escala realizados pelos arquitetos cearenses que tinham uma preocupação constante com a adaptação climática. Posteriormente, no livro de Segawa (1998) a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Acácio Gil Borsoi – 1955) apareceu entre um dos exemplares destacados na obra do arquiteto no Nordeste. Dava-se ênfase as referências formais e espaciais da obra de Oscar Niemeyer e Affonso Reidy, justificando a difusão da linguagem carioca na região Nordeste. Talvez, com exceção da cartografia de Ficher & Acayaba (1982), a bibliografia seguiu buscando os mesmos elementos formais modernos propagados pela historiografia, os quais eram procurados em outras regiões. Portanto não se buscava conhecer a produção arquitetônica de cada região, mas as influências nacionais e internacionais em suas arquiteturas.

Os primeiros estudos sobre a produção moderna pessoense se lançaram nos anos 1980, em um momento em que a arquitetura moderna brasileira ganhou espaço em fóruns especializados. Fato que estimulou estudos e pesquisas voltados para o

³¹Parafraseando CAVALCANTI, Lauro; LAGO, Andre Correia do. **Ainda moderno?** Arquitetura brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

³² Com exceção de Delfim Fernandes Amorim e Acácio Gil Borsoi que atuaram em João Pessoa, mas eram radicados em Recife.

(re)conhecimento de obras e arquitetos não contemplados pela historiografia. Caminhando nesse sentido que se iniciaram os estudos pioneiros sobre João Pessoa.

Manifestação da Arquitetura Moderna em João Pessoa (ROCHA, 1987) trouxe uma primeira e preliminar listagem de obras modernas possibilitando o conhecimento de arquitetos atuantes na cidade e de suas experiências locais. Em 1998, um segundo estudo abordou as primeiras experiências modernas na capital paraibana. *Vanguarda e esquecimento: a obra do arquiteto Clodoaldo Gouveia* (TRAJANO, 1998) trouxe os primeiros exemplares modernos de João Pessoa destacando a atuação pioneira do arquiteto capixaba esquecido pela historiografia³³.

Igualmente na tentativa de valorizar os pioneiros da arquitetura moderna em João Pessoa, abordagens recentes apontaram para identificação de novos atores e de novas experiências projetuais. Entre eles destaca-se a pesquisa de Pereira (2008) que, ao se deter no processo da difusão da arquitetura moderna, identificou que a produção local se manifestou de forma não-unitária, mesmo com a atuação de um grupo de arquitetos de igual formação.

Diversidade que também foi exposta na pesquisa de Araújo (2010), ao tratar especificamente da produção residencial unifamiliar em João Pessoa nos anos 1970, identificando diferentes experiências arquitetônicas, sobretudo no que diz respeito aos processos construtivos e partidos arquitetônicos adotados. Não apenas a atuação de um novo grupo de arquitetos, somado as mudanças de postura projetual de antigos arquitetos, contribuiu para uma diversificação da arquitetura moderna local, que segundo o autor, ainda permaneceu atrelada às experiências modernas nacionais.

Diferentemente, o trabalho de Costa (2011), ao analisar as casas modernas na orla marítima de João Pessoa entre 1960 e 1974, procurou identificar em que medida essa produção se aproximou ou se afastou daquela propagada na bibliografia especializada. Ao revisitá-las referências bibliográficas a pesquisadora chega à conclusão de que as características ditas modernas parecem ser insuficientes para caracterizar as residências unifamiliares pessoenses (COSTA, 2011, p. 206). Em sua pesquisa evidencia-se que os arquitetos e engenheiros não seguiram especificamente as escolas do eixo tradicional, mas buscaram recursos diversificados para responder preceitos da arquitetura moderna.

³³ A experiência de Clodoaldo Gouveia em João Pessoa pode ser comparada a do arquiteto Luiz Nunes em Recife, e foi reconhecida por Carlos Martins (1988, p. 88) como “o que há de melhor na produção brasileira do período”, principalmente pelas referências às arquiteturas da Bauhaus e de Le Corbusier. Seus exemplares mais significativos como a Secretaria da Fazenda (1932), o Complexo Educacional do Liceu Paraibano (1936) e a Rádio Tabajara (1936) evidenciaram segundo Tinem (2005, p. 6) proposições de cunho modernista.

Mais recentemente Rocha (2012), não se detendo às questões da difusão e recepção, fez um estudo sobre a produção local de dois arquitetos consagrados nacionalmente: Sérgio Bernardes e Glauco Campello. Os projetos, não contemplados pela historiografia, foram analisados sob a ótica da tectônica a fim de verificar “as *interações entre a expressividade arquitetônica e suas determinações construtivas*” (ROCHA, 2012, p. 26). Segundo a autora, as obras revelam uma atitude projetual de valorização da expressividade das técnicas e dos materiais construtivos, mantendo um alinhamento com as arquiteturas do “*moderno brasileiro heróico*” (ROCHA, 2012, p. 236).

Percebeu-se que nos estudos há diferentes abordagens quanto à produção moderna de João Pessoa: alguns enfatizam as influências das arquiteturas produzidas no eixo Rio-São Paulo-Brasília, enquanto outras identificam novas e diferentes relações projetuais. Com exceção destas pesquisas, a produção da arquitetura em João Pessoa entre 1970 e 1990 foi um período pouco abordado na historiografia local³⁴. A ideia de explorar esse fragmento espacial e temporal foi motivada pelas novas perspectivas apontadas por Pereira (2008), a partir de meados dos anos 1970, quando ocorre a ampliação e renovação do quadro de arquitetos atuantes na capital paraibana, a partir da chegada de novos profissionais; a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo (1974), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e o processo de urbanização pelo qual passa a capital paraibana. Um novo quadro com alguns aspectos representativos, que ocorreram igualmente em outras cidades brasileiras, e que merecem ser investigados.

A partir de tudo isto, traçamos como objetivo principal, entender e analisar o processo de recepção e dispersão da produção arquitetônica moderna em João Pessoa, entre os anos de 1970 e 1985, e verificar as manifestações dessa produção no cenário urbano, além das técnicas construtivas, propostas espaciais e experiências estéticas. Procuramos nos deter a identificação dos elementos característicos, dos agentes e receptores dessa produção moderna, e dos seus exemplares mais significativos. Por fim, esperamos contribuir com o processo de (re)conhecimento de sua produção moderna e de construção de sua historiografia, ainda que tomando certo distanciamento das produções nacionais e internacionais, ainda que nelas pautadas.

³⁴ Os trabalhos por nós levantados e consultados, em sua maioria, abordam a produção arquitetônica em João Pessoa até meados da década de 1970 (COSTA, Roberta Xavier da. **Casas modernas na orla marítima de João Pessoa. 1960-1974**. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2011; PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008); e fins da mesma década (ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. **Arquitetura residencial em João Pessoa: a experiência moderna nos anos 1970**. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2010).

Para a construção do universo da pesquisa, o nosso trabalho partiu inicialmente de uma coleta de dados em fontes secundárias³⁵ sobre João Pessoa, como também de trabalhos correlatos³⁶, seguido de uma coleta em fontes primárias em arquivos públicos. Somado a isso, foram feitas várias observações empíricas na cidade para localização de obras possíveis de enquadramento em nosso trabalho. Esse extenso levantamento contribuiu para dar um panorama da produção pessoense no período, além de ajudar a identificar os principais arquitetos e suas respectivas obras, e delimitar um recorte temporal. O período selecionado entre as décadas de 1970 e 1985 foi delimitado pelos projetos selecionados, correspondendo coincidentemente aos projetos das agências bancárias do Banco do Nordeste do Brasil (Gerard Ernerst Bormann e José Liberal de Castro - 1970) e da Caixa Econômica Federal (Maria Grasiela de A. Dantas -1985).

Inicialmente optamos por abordar apenas obras públicas e institucionais, porém, no decorrer da pesquisa, preferimos incluir as obras privadas e residenciais, além de intervenções urbanísticas, no sentido de caracterizar melhor a produção de nosso recorte temporal delimitado. Não consideramos em nosso universo os conjuntos habitacionais pelo tempo disponível para a pesquisa, uma vez que seria necessária a consulta em arquivos específicos. Também não foram incluídos os edifícios residenciais pela dificuldade de identificação dos empreendimentos nos arquivos.

Das obras levantadas recorremos, em sua maioria, aos projetos originais, quando disponíveis no acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa , uma vez que foi comum nos depararmos com demolições ou alterações dos imóveis pesquisados. Também incluímos alguns projetos não construídos ou parcialmente construídos pela importância dos mesmos ao estudo. Optamos por identificar os projetos pela data do projeto apresentado à Prefeitura Municipal, e não pela data de aprovação junto a este órgão, uma vez que consideramos que a data de concepção traz consigo a ideia do arquiteto, naquele momento, carregada por uma conjuntura específica. Também identificamos que em muitos projetos existia uma diferença de mais

³⁵ PEREIRA, *Op.cit.* 2008; ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. **Aspecto plástico (1980-1988)**. Trabalho final de graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, João Pessoa, 1989; ARAÚJO. *Op.cit.*, 2010; COSTA, *Op.cit.*, 2010;

³⁶ FREIRE, Adriana L. de Almeida. **Modernização e modernidade**: uma leitura sobre arquitetura moderna em Campina Grande (1940-1970). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, (USP), São Carlos, 2010; MELO, Alexandra C. Seabra de. **Yes, nós temos arquitetura moderna!** Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2004; NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951-1972**: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), São Paulo, 2004; SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Residências em Fortaleza, 1950-1979**: contribuições dos arquitetos Liberal de Castro, Neudson Braga e Gerhard Bormann. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), São Paulo, 2005; SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi: 1962-1973**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PPGAU, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011; SILVA, Izabel do Amaral e. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi**: obras e projetos residenciais, 1953-1970. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2004; SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura moderna**: a atitude alagoana, 1950-1964. Maceió, UFAL/IAB-AL/Governo de Alagoas, 1991.

de dois ou três anos (até cinco anos), entre a data do projeto e a data de aprovação. Diferença que também verificamos, algumas vezes, entre a aprovação e o início da construção. Desse modo, chegamos a um critério único para sistematização dos projetos e dos dados. Depois de identificados, as obras e os projetos levantados foram dispostos numa linha do tempo (ver APÊNDICE B), que além de organizá-los sequencialmente, permitiu situar a produção local diante de outras produções, sejam nacionais e/ou internacionais, a fim de identificar relações de diálogo ou não entre elas.

Assim como fez Pereira (2008, p. 23), recorremos aos jornais e revistas locais em circulação na época para um melhor conhecimento, ou leitura dos projetos, uma vez que identificamos muito poucos memoriais descritivos, depoimentos, entrevistas ou publicações sobre essas obras. Essas publicações, ainda que não especializadas, captavam e registravam, diariamente, os acontecimentos e as transformações no espaço urbano de João Pessoa. Ao mesmo tempo recorremos às revistas especializadas em circulação no período, e publicadas nacionalmente, para verificar também o comparecimento de projetos realizados em João Pessoa, e a leitura que foi feita dos mesmos.

Aos periódicos foram acrescidas entrevistas realizadas com alguns dos principais arquitetos do período a fim de aprofundar o conhecimento sobre seus projetos e seus perfis profissionais, além de sua participação e contribuição no cenário arquitetônico local. Infelizmente não pudemos aprofundar a obra de cada um dos arquitetos estudados pelo fato de nenhum deles ter um acervo particular de suas produções.

Por fim, as etapas desse trabalho de pesquisa e a sistematização dos dados coletados resultaram nos quatro capítulos desta dissertação, os quais foram estruturados em uma ordem cronológica, mas sem o rigor de uma subdivisão em fases estanques e definidas por datas precisas. No Capítulo 1, tratamos primeiramente dos antecedentes aos anos 1970, seguida da caracterização do contexto local ao trazer as experiências arquitetônicas e urbanísticas já existentes na cidade de João Pessoa, além da redefinição do quadro de arquitetos e o seu meio de formação profissional. No Capítulo 2, identificamos os agentes envolvidos na dispersão e recepção da arquitetura moderna, com base nas principais transformações da paisagem urbana então captada pela imprensa. No Capítulo 3, abordamos a manifestação dessa arquitetura no espaço urbano, ao analisarmos as ações dos principais agentes identificados. No Capítulo 4, tratamos das novas perspectivas locais, do ponto de vista do espaço urbano, quanto de uma nova geração de arquitetos atuantes, responsável pela arquitetura contemporânea desenvolvida, a partir de 1985, em João Pessoa.

Capítulo 1

OS ELEMENTOS DO CONTEXTO

Antecedentes da expansão urbana

Os anos entre 1940 e 1960 marcaram um período de dificuldade econômica na Paraíba, principalmente a partir de 1950, momento em que grande número de investimentos públicos foi reduzido. Os problemas na exportação do principal produto da economia paraibana, o algodão, fizeram com que a Paraíba enfrentasse sua maior crise³⁷. Campina Grande perdia destaque na economia brasileira, e João Pessoa - que permaneceu até os 1960 praticamente como uma capital administrativa - tinha uma economia estagnada baseada apenas no comércio.

Em termos urbanísticos, a capital ainda era uma cidade contida em sua área central, consolidada pela Cidade Alta e Cidade Baixa, as quais se transformaram na medida em que atividades comerciais e de serviços expandiam sua ação. De acordo com Coutinho (2004), as reformas urbanas empreendidas ainda no início do século XX também contribuíram para impulsionar a ocupação do território e modificar os ares provincianos da cidade. Essas reformas estimularam dois vetores de ocupação: primeiro na direção sul, seguido do deslocamento da expansão para o leste (COUTINHO, 2004, p. 71).

³⁷ No século XX, até 1931, a Paraíba foi o maior produtor de algodão do Brasil, com produção de 23 milhões de quilos de algodão em caroço, chegando a ocupar o segundo lugar como maior centro mundial de comercialização do algodão, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. Com a crise do café em São Paulo, este passou a produzir algodão como alternativa. Em 1933, São Paulo já produzia 105 milhões de quilos em comparações com seus 3,9 milhões em 1929.

O desejo de romper as barreiras físicas do centro consolidado se deu através de dois eixos de expansão: via Avenida Epitácio Pessoa, no sentido leste – onde se instalaram a população de classe média e alta; e outro, via Avenida Cruz das Armas, na direção sul – onde se instalaram a população de menor poder aquisitivo. Estruturava-se a superação dos limites tradicionais do núcleo urbano apoiada em um novo sistema viário. Foi nesse momento quando teve início a ocupação de novos territórios, graças às investidas públicas no setor habitacional conformando, segundo Trajano (2006, p. 12), “*uma incipiente tendência expansionista*”.



Figura 7: Avenida Getúlio Vargas, em meados dos anos 1950: primeiro eixo de ligação entre o centro e a orla. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

Neste processo, a representatividade do bairro da Torre é destacada por Silveira (2004, p. 190), que o caracteriza como um dos “*objetos sociais mais arrojados da época, por ser um espaço projetado*” – de acordo com as propostas de remodelação e extensão de Nestor de Figueiredo³⁸. O bairro teve um papel de destaque em relação aos demais espaços da cidade por propiciar a criação de um espaço intra-urbano de transição entre o “*antigo e o novo*” (SILVEIRA, 2004, p.191). Por sua vez, Trajano (2006, p. 13) destaca o papel importante da criação do Jardim Miramar ao favorecer o “*encurtamento simbólico*” das distâncias entre o centro e a praia – também seguindo as diretrizes do plano de Nestor de Figueiredo. Seguindo um traçado quadricular, o bairro contou com a instalação de praças e jardins, além de uma série de equipamentos urbanos atrativos especialmente para a população de melhor poder aquisitivo (PEREIRA, 2008, p. 70).

³⁸ Ver mais em: VIDAL, Wylnna. **Transformações urbanas**: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 e 1940. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. UFPB, João Pessoa, 2004.

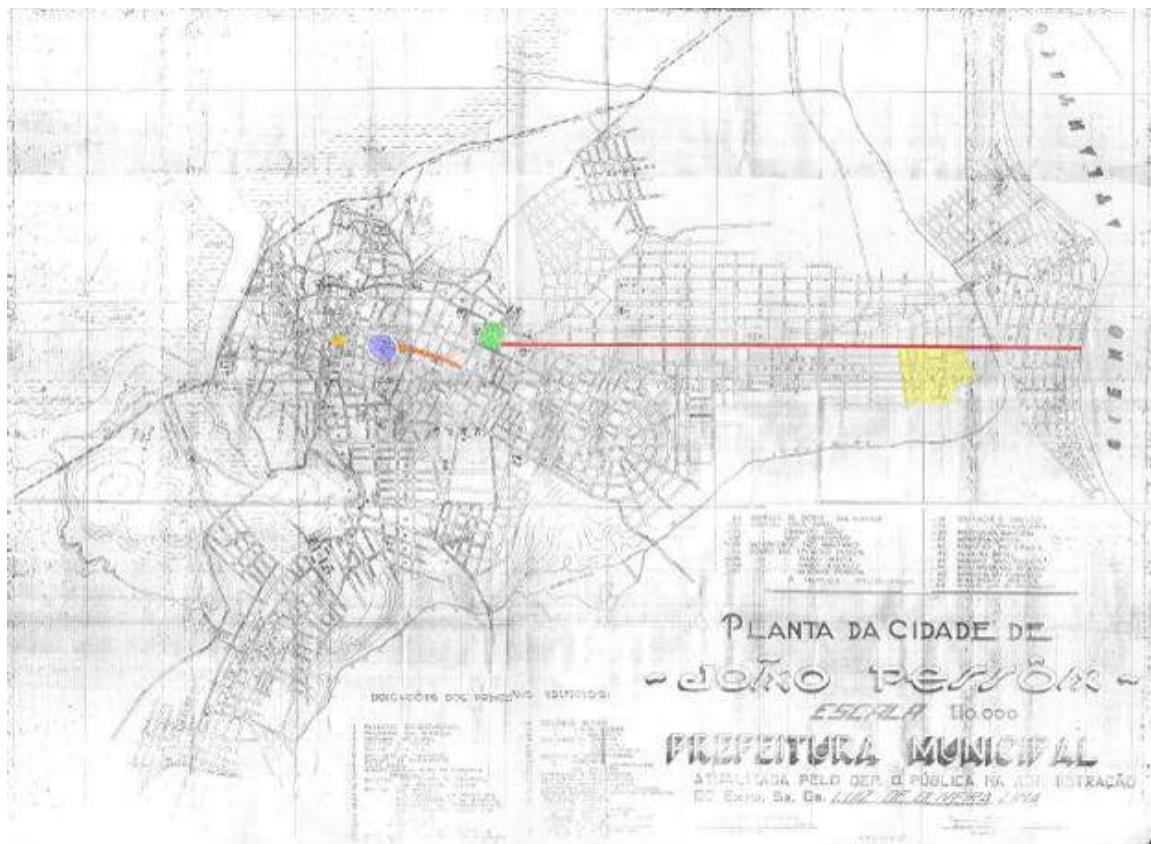


Figura 8: Planta geral de João Pessoa (1953), com destaque para o Parque Sólon de Lucena (azul), Ponto de cem Réis (amarelo), Avenida Getúlio Vargas (laranja), Praça da Independência (verde), Avenida Epitácio Pessoa (vermelho), bairro da Torre (lilás) e Jardim Miramar (amarelo). Fonte: PEREIRA, 2008, editado pela autora.

Além dos bairros Torre e Miramar, é unanimidade entre os autores (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 40; COUTINHO, 2004, p. 22; PEREIRA, 2008, p. 72), que a pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, concluída em 1952, foi responsável por “*ampliar a acessibilidade à área*” e “*consolidar a ocupação das áreas adjacentes*”. Com essa intervenção então seria possível percorrer a avenida em direção à praia - primeiramente através de bondes, que depois foram substituídos pelas marinetes, lotações e pelos ônibus. Após trinta e dois anos da sua abertura, a Avenida Epitácio Pessoa tornou-se a principal via de ligação entre o centro e a praia, entre o rio e o mar. Nos anos seguintes, ela foi responsável por proporcionar a ocupação não apenas de suas margens, mas de áreas tanto ao sul quanto ao norte do território de João Pessoa, graças a um importante fato urbanístico: a promulgação da Lei Orgânica e do Código de Posturas (COUTINHO, 2004, p. 86-87). Essa expansão territorial foi confirmada pelo aumento da área urbana, a qual passou de 1.145 hectares, em 1950, para 3.788 hectares, em 1970 (PEREIRA, 2008, p. 230); e acompanhada pelo crescimento demográfico fruto do aumento de crescimento vegetativo e incremento de fluxos migratórios. Em 1950, João Pessoa contava com população de 119.326 habitantes em lugar de seus 228.418 habitantes, nos anos 1970 (IBGE, 1992).



Figura 9: Vista aérea da Avenida Epitácio Pessoa, a partir da Praia de Tambaú, em 1955, que ainda tinha uma ocupação incipiente. Do lado esquerdo, tem-se o loteamento do Jardim Miramar. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.



Figura 10: Vista aérea, a partir do Parque Sólon de Lucena, com a Avenida Getúlio Vargas (em primeiro plano) e a Avenida Epitácio Pessoa (em segundo plano) em direção à orla, em meados dos anos 1950. Ao fundo, do lado direito, tem-se o Jardim Miramar. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

Por conseguinte, foram implantados os primeiros loteamentos que tiveram esse fim de ocupar o território vazio e aproximar o centro da orla. Ainda em fins dos anos 1950 foram empreendidos em bairros próximos ao centro como a Torre e Miramar. Destacaram-se os empreendimentos de iniciativa dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da Fundação Casa Popular³⁹, em conjunto com as ações do governo estadual o qual funcionava segundo Trajano (2006, p. 13) “(...) como agente determinante na ocupação de um vasto território que, compõe a cidade desde o início da década de 1930, encontrava-se ainda escassamente habitado, senão totalmente vazio em largos trechos”. Desse modo, em termos espaciais, se materializaram as primeiras iniciativas de dispersão urbana, pautadas em processos de fragmentação e dispersão do tecido urbano e associadas a mecanismos de segregação socioespacial.



Figura 11: Ocupação das margens da Avenida Epitácio Pessoa com o Clube Cabo Branco, em primeiro plano, e o bairro de Miramar em segundo plano, em meados dos anos 1950. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

³⁹ Os Institutos Previdenciários (IAP's), criados na década de 1930, foram os primeiros órgãos estatais a tratar da questão habitacional via construção de moradias para uma determinada parcela da população. Por não serem órgãos específicos para tratar do problema habitacional, foi criada, em 1946, a Fundação da Casa Popular (FCP) com o intuito de tratar exclusivamente da questão da moradia em todo o país. A atuação desses dois agentes nacionais não foi suficiente eficaz para resolver a questão, sendo extintos em 1964, ano em que era criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). BONATES, Mariana Fialho. **Ideologia da casa própria... Sem casa própria.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. p. 35.

Na década de 60, os investimentos foram deslocados para iniciativas em outros bairros da cidade, consolidando as ações do Governo para a construção de novos núcleos residenciais. Mas as ações públicas não se restringiram à criação de novas áreas habitacionais e foram combinadas a investimentos públicos em serviços de infra-estrutura urbana. Além dessas ações de consolidação urbana, intervenções importantes passaram a ser empreendidas para garantir também o seu desenvolvimento econômico da cidade. Os autores destacam três importantes operações urbanas que foram realizadas nesse momento graças às ações do governo federal junto a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para melhorar o quadro econômico da cidade, sendo: a instalação do anel rodoviário (BR-230); a implantação do Distrito Industrial (1963), às margens da BR-101; e a implantação do *campus* da Universidade Federal da Paraíba (1965).

Silveira (2004, p. 218) e Pereira (2008, p. 78) destacam a importância desses equipamentos “*distendendo largamente os limites passíveis de ocupação*”, graças ao avanço territorial e a superação dos limites geográficos como o Vale do Rio Jaguaribe e a Mata do Buraquinho. Já Lavieri & Lavieri (1999, p. 43) enfatizam esses equipamentos como parte de um processo de planejado urbano relacionado à “*setorização funcional*” ou “*especialização em áreas urbanas*”, baseado em relações de acessibilidade e mobilidade com o uso do solo (SILVEIRA, 2004, p. 218). Em conjunto, esses empreendimentos promoveriam um novo vetor de crescimento para a cidade: o setor sudeste de seu território.

Somado a essas ações de reestruturação urbana foi empreendida uma produção massiva de conjuntos habitacionais na cidade, tanto por iniciativa federal quanto estadual, e por órgãos locais ligados à questão da moradia⁴⁰ - para prover habitação para a população que migrava da região central da capital pela expansão das atividades comerciais (TRAJANO, 2006, p. 12), ou advinda do interior do Estado por causa das constantes secas (COUTINHO, 2004, p. 94), e/ou das expulsões do campo pelos conflitos sociais e disputas de terras (PEREIRA, 2008, p. 77). A construção dos conjuntos, materializada sob a ação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tendo à frente o Banco Nacional da Habitação (BNH)⁴¹, foi a que trouxe alterações significativas na estruturação urbana de João Pessoa, a partir do final dos anos 1960. Inicialmente, o

⁴⁰ Através da atuação do então Montepio do Estado da Paraíba (MEP), órgão criado em 1913 (Montepio dos Funcionários Públicos da Paraíba), reformado por Rui Carneiro em 1942, e novamente alterado em 1970, por João Agripino, criando o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP), com a função de promover a previdência social para os funcionários estaduais. Em 2003, o IPEP foi extinto e sua carteira de habitação transferida para a Companhia de Habitação Popular (CEHAP) - órgão criado em 1965 para desenvolver a política estadual de habitação. Idem, p. 36.

⁴¹ O Banco Nacional da Habitação (BNH), criado a partir da Lei nº. 4380, de 21 de agosto de 1964, aprovada pelo Presidente Castelo Branco, dava o apoio financeiro para a política habitacional criada durante o regime militar (1964-1986), e veio a realizar grandes intervenções urbanas a nível nacional, alterando definitivamente o desenho de grande parte das cidades no Brasil.

BNH se voltou para o adensamento das áreas ao longo da Avenida Epitácio Pessoa, através dos conjuntos destinados à classe média baixa, seguida da ocupação da região sudeste, com residenciais destinadas à população de baixa renda. De todo modo, eram construções de baixo padrão construtivo e arquitetônico, localizadas em áreas distantes da região central consolidada.

A atuação desse órgão pareceu firmar as iniciativas anteriores de expansão e ocupação do território desocupado, consolidado dois vetores de crescimento: a ligação à praia e a porção sudeste (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 43; COUTINHO, 2004, p. 93; PEREIRA, 2008, p. 81). Podemos considerar que, para esses autores, a ação foi positiva para o crescimento da cidade, divergindo do ponto de vista de Trajano (2006, p. 12) que considera que essa ação ocorreu de modo desigual com tendência à “*acelerada periferização*”, pois:

“(...) ao mesmo tempo em que avançava a ocupação mais intensiva ao longo dos eixos viários em direção às praias, nas margens e imediações das avenidas Epitácio Pessoa e Rui Carneiro, com a construção dos conjuntos Jardim 13 de Maio, Boa Vista, Pedro Gondim e Redenção, e se acentuava a concentração de setores mais populares em bairros como Torre e Cruz das Armas, um movimento de expansão urbana de caráter periférico e de proporções inauditas se iniciava” (TRAJANO, 2006, p. 12).

O que o autor aponta pôde ser comprovado a partir das iniciativas posteriores empreendidas na cidade, principalmente quando a política habitacional foi associada à política oficial de remoção de favelas. Em 1969, por exemplo, era entregue o maior conjunto habitacional da cidade, o Conjunto São Rafael (1968), que passou a ser denominado Conjunto Presidente Castelo Branco⁴², criado para realocar os moradores da antiga favela Adolfo Cirne, a qual margeava o Rio Jaguaribe e o futuro corredor ligando o centro à praia do Cabo Branco, a Avenida José Américo de Almeida (Avenida Beira-Rio). Assim, o poder público se encarregava da retirada em massa das comunidades, especialmente aquelas que se encontravam próximas das áreas de interesse expansivo e de recente valorização imobiliária. Ação que não foi suficiente para erradicar as poucas favelas existentes, uma vez que nos anos posteriores, depois do processo de êxodo rural, várias favelas seriam criadas em João Pessoa, como veremos adiante [na seção “*Permanências e transformações na cidade*”, no Capítulo 4].

⁴² O Conjunto Castelo Branco foi edificado em três etapas, constituído três conjuntos, os quais foram nomeados: São Rafael I, II e III. (Atualmente denominados Castelo Branco I, II e III, ou simplesmente, Bairro do Castelo Branco).



Figuras 12: Antiga comunidade Adolfo Cirne.
Fonte: Arquivo do IBGE, 1957.



Fonte 13: Remoção da comunidade Adolfo Cirne para implantação da Avenida José Américo de Almeida (Avenida Beira-Rio), em 1967. Fonte: Arquivo Damásio Franca.

Na historiografia é inegável o papel do BNH na promoção habitacional, mas em João Pessoa, o trabalho do órgão teve particular expressão pelo número significativo de unidades habitacionais, principalmente entre os anos de 1968 e 1983⁴³, quando houve uma intensificação da política habitacional, principalmente pela ação da esfera estadual em parceiras com órgãos-gestores⁴⁴. Nesse momento existia uma demanda por novas habitações, em resposta ao crescimento demográfico verificado, que foram instaladas nas extensas áreas vazias das periferias onde o custo do solo era baixo.

⁴³ Com uma produção de 2.333 unidades habitacionais entre 1968 e 1969; 2.266 unidades entre 1970 e 1974; 4.874 unidades entre 1975 e 1979 e de 8.492 unidades entre 1980 e 1983. CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

⁴⁴ Como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP).

Além da expansão urbana, os autores (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 44-45) destacam que a atuação do órgão também propiciou a ampliação das redes de infra-estrutura básica, em especial água e luz. *“fosse diretamente através de financiamentos na área de desenvolvimento urbano, fosse indiretamente, ao estender tais serviços aos novos conjuntos habitacionais por ele financiados”* (PEREIRA, 2008, p. 81). Além de impulsionar o ramo da construção civil, a ação do BNH provocou a valorização do solo e a aceleração do processo de ocupação de vazios urbanos em torno da infra-estrutura instalada, incrementando a urbanização nos anos seguintes.

Foi na década de 70 que o órgão passou a financiar habitações isoladas para a classe alta, através de recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Nesse caso em João Pessoa, as unidades residenciais foram empreendidas principalmente no Bairro dos Estados, Tambaú e Cabo Branco (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 44; COUTINHO, 2004, p. 94; PEREIRA, 2008, p. 81). Esses eram os bairros com alguma infra-estrutura instalada (pavimentação, iluminação, saneamento e esgotamento), situados nas proximidades da principal avenida da cidade, e em franco processo de ocupação do solo urbano.



Figura 14: A Praia de Tambaú, em meados de 1950, tomada por veículos. Fonte: Arquivo do IBGE, 1957; Acervo de Arion Farias.

A política habitacional trouxe dinamismo para as referidas áreas, além de atrair novos moradores principalmente para os bairros do setor leste onde existia a melhor infra-estrutura, e que agora eram ocupados por construções novas. A modernização das residências estava diretamente ligada à ocupação dos novos bairros e *“o setor habitacional tinha um peso significativo na transformação da paisagem”* (PEREIRA, 2008, p. 83). Boa parte dessas residências estava localizada na Epitácio Pessoa ou na orla, demonstrando a constituição de uma segregação social intra-urbana. Em sua

maioria estavam localizadas em plena Avenida Epitácio Pessoa ou nas praias de Tambaú, Cabo Branco e Manaíra, localidades que iam constituindo o espaço privilegiado onde a população abastada se instalava (COSTA & TINEM, 2008, p. 5). As casas comumente de pescadores que ocupavam a orla marítima passaram a dar lugar ou coexistir com mansões de políticos, advogados, médicos, usineiros, comerciantes, etc.

Esta ocupação não ocorreu mais de maneira apenas sazonal, restrita aos veraneios, mas passou a ser local de moradia permanente (PEREIRA, 2008; COSTA, 2011), estimulada especialmente pela forte propaganda para mudar a imagem remota e pacata da orla marítima em local moderno e badalado. Conforme Costa & Tinem (2008, p. 6):

“Os anúncios registrados aliados às notícias e aos próprios loteamentos criam e comercializam um novo modo de vida, em que o apelo às “amenidades” da praia criava um novo ideal de moradia e, com isso, novas necessidades. Inclusive não havia menção aos antigos habitantes de Tambaú, quando havia eles eram tratados como “sedentários pescadores”, que destoavam do modelo de ocupação que se pretendia para o local. Assim, a publicidade impulsionava a ocupação da, até então, desértica orla marítima de João Pessoa, onde eram oferecidos aos potenciais compradores dos imóveis serviços modernos que geralmente não existiam: energia elétrica, transporte coletivo, boa vizinhança, água encanada, linha telefônica, valorização certa dos terrenos e um “estilo novo” adotado nas edificações. A indução ao “consumo” dessas moradias limitava-se à promessa de tais serviços, em uma publicidade mais descriptiva do que ilustrativa”.

Antigas fazendas particulares e áreas privadas deram lugar a extensos e distintos loteamentos que não seguiram um planejamento técnico ocasionando, segundo Costa (2011, p. 56), a criação de terrenos generosos e lotes exíguos. A partir disso, as novas residências esboçavam um aspecto formal e espacial distinto das construções até então edificadas naquelas localidades, configurando numa representação da transformação da linguagem arquitetônica local. As residências basicamente ocuparam a faixa fronteiriça da praia estando voltadas para as avenidas a beira-mar (COSTA, 2011, p. 56), as quais receberam primeiramente os investimentos em pavimentação, saneamento e iluminação.

Diferentemente da tipologia e do padrão construtivo das casas dos conjuntos habitacionais, as habitações para as classes favorecidas se constituíram em residências isoladas erguidas com melhor padrão construtivo e arquitetônico. As casas térreas com telhados em duas águas que predominavam na orla deram lugar, em sua maioria (ou passaram a coexistir), com residências de dois pavimentos e telhados em uma ou duas águas. O pavimento superior surgiu comumente para abrigar os dormitórios e amplas varandas, enquanto o térreo passou a abrigar predominantemente as atividades sociais e de serviço.



Figuras 15, 16 e 17:
Diferentes tipologias das
construções residenciais
erguidas na Praia de
Tambaú e Manaíra.
Fonte: Arquivo do IBGE,
1957; Arquivo Humberto
Nóbrega.

Na paisagem predominavam as residências de um ou dois pavimentos, porém edifícios também passaram a pontuar a cidade, no final da década de 1950, se intensificando nos anos 1960 com a valorização das áreas do Centro e da orla marítima (CHAVES, 2008). Com “os *incentivos a verticalização*”⁴⁵ por parte do governo municipal, ao estabelecer uma altura mínima de gabarito, a área central abriu mão de suas edificações históricas para dar lugar a edifícios com mais de três pavimentos destinados, principalmente, à iniciativa pública e a escritórios. De acordo com Pereira (2008, p. 108) “os novos prédios contribuíram para difundir a arquitetura moderna na paisagem e modernizar o centro da cidade, além de assinalarem uma maior ação dos incorporadores imobiliários”.



Figura 18: Vista do Parque Sólon de Lucena, nos anos 1950, e ao fundo, os edifícios que surgiam na paisagem urbana. Fonte: Acervo de Arion Farias.



Figura 19: Primeiros edifícios na Praia de Cabo Branco e na Praia de Tambaú, em final dos anos 1960. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

⁴⁵ PEREIRA. op.cit. p. 96. Verbete “Os *incentivos a verticalização*”. O governo municipal, através de isenção fiscal, estimulava a construção de edifícios com mais de três pavimentos na região central da capital paraibana.

Já na orla marítima, a construção em altura foi um marco urbanístico, especialmente pela horizontalidade da paisagem litorânea, evidenciando os edifícios de apartamentos como os principais elementos de transformação da paisagem litorânea (COUTINHO, 2004, p. 95; PEREIRA, 2008, 185-186; CHAVES, 2008). Os edifícios despontaram em menor número (se comparado com o maior número de edifícios na região central) graças às intervenções estaduais através de emenda constitucional que limitava a construção maior que três pavimentos. A valorização da orla se deu pela transformação de seu caráter temporário, de moradias de veraneio dando lugar a moradias permanentes; e pelos investimentos públicos que eram realizados na estrutura física e básica dos bairros (pavimentação de ruas e calçadas, instalação de iluminação, construção de equipamentos públicos, etc.).

Os edifícios construídos igualmente no centro e na orla demonstraram certo vigor do mercado imobiliário local, mas principalmente, a orientação moderna de suas soluções formais e adoção dos princípios de economia, racionalidade e simplicidade (PEREIRA, 2008, p. 184). Mesmo assim, em ambos os casos, a partir de meados dos anos 1950, a construção de edifícios altos passou a ser acompanhada por medidas oficiais de incentivo à verticalização justificadas pelo simbolismo de progresso dessas construções. Mas que, anos depois, sofreriam uma inflexão a partir da proibição da construção de prédios altos a fim de preservar a paisagem histórica e litorânea da cidade⁴⁶. Discussão que adentrou nas décadas de 70 e 80, como veremos adiante [na seção “A verticalização da orla marítima”, no Capítulo 2].



Figura 20: Praia de Cabo Branco, com destaque para o Edifício Beiramar e o Jangada Clube, em final dos anos 1960. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

⁴⁶ Ver mais em: PEREIRA, 2008. *Op. cit.* p. 96-110; PEREIRA, 2008. *Op. cit.* p. 173-199.

De acordo com Pereira (2008, p. 199), “*as rápidas mudanças provocadas pelos incorporadores imobiliários fizeram surgir medidas para controlar sua ação na cidade*”. Desse modo, a ação do mercado imobiliário em João Pessoa se restringiu à construção de poucos exemplares à beira-mar incitando, ainda ao final dos anos 1950, a verticalização na orla. Foram construídos os edifícios João Marques de Almeida (Romildo Marques de Almeida - 1960), Borborema (Construtora Unaldo Cruz - 1962), São Marcos (Mário Glauco Di Lásio - 1967), e Beiramar (Walter Vinagre - 1967). Construções que traziam consigo a valorização da área das principais praias da cidade: Tambaú e Cabo Branco, transformando a paisagem urbana, mas sobretudo, introduzindo uma postura urbanística distinta, nos moldes da arquitetura moderna sistematizada por Le Corbusier.

Nesse período, a paisagem urbana também foi marcada pela construção de diversos clubes sociais, fato que apontava as áreas recentes e prioritárias de ocupação na cidade. Se até os anos 1950 eles ficaram restritos a área central, tais como o Clube Astréa (Linhares Fonseca – 1956), Clube da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB (1956); em meados dessa mesma década eles passaram a acompanhar o deslocamento da ocupação em direção às praias, como o Esporte Clube Cabo Branco (Acácio Gil Borsoi – 1955), erguido em Miramar, seguido a partir dos anos 1960, do Jangada Clube (1965) e do Clube de Engenharia (196?) na Praia do Cabo Branco; o Clube dos Médicos da Paraíba (Mário Glauco Di Lásio – 1964) e do late Clube da Paraíba (Acácio Gil Borsoi – 1966), ambos erguidos na Praia do Bessa. Esses clubes, além de indicarem a assimilação dos preceitos da arquitetura moderna, “*ajudavam a delinear a segregação espacial de João Pessoa*”, conforme Pereira (2008, p. 172).

A transformação do espaço urbano também foi verificada com a construção das obras oficiais, as quais imprimiram novas feições no traçado de vias e na própria arquitetura. A instalação de muitos órgãos e repartições públicas em João Pessoa entre 1950 e 1970 só reforçava ainda mais sua função administrativa. E foi no centro da cidade ou nos bairros adjacentes a ele que os novos edifícios foram instalados, firmando a utilização da área central para a administração pública (PEREIRA, 2008, p. 213). Foi ali onde foi erguida a sede da Divisão de Instalações Prediais da SANECAP (Mário Glauco Di Lásio – 1969), a Assembléia Legislativa (Tertuliano Dionísio – 1972), o Fórum de João Pessoa (Mário Glauco Di Lásio – 1973) e a Câmara Municipal (Tertuliano Dionísio – 1974).

A consolidação do tecido urbano daquela área e a existência de poucas áreas livres deslocaram a construção de outros prédios administrativos devido às suas amplas dimensões e às extensas áreas requeridas, como por exemplo, a sede do Departamento de Estradas e Rodagens – DER (Leonardo Stuckert – 1958), erguida na Torre, e o Centro Administrativo (Tertuliano Dionísio – 1973), construído em Jaguaribe. Assim, nesse período, os edifícios da administração pública não seguiram muito além do que aqueles bairros circunvizinhos ao centro, permanecendo distantes e não acompanhando o movimento de expansão urbana em direção à orla marítima, como vinha ocorrendo com as residências unifamiliares e os edifícios em altura (principalmente os residenciais multifamiliares). Em todos os edifícios, em maior ou em menor grau, as referências adotadas eram diretamente vinculadas à arquitetura moderna brasileira.

Apesar desse novo processo de modernização pelo qual passou a cidade e as edificações, seu crescimento ocorreu de forma gradual e desordenada, e não era acompanhado por um plano urbanístico. Segundo Coutinho (2004, p. 97), “desde as intenções de Saturnino de Brito e de Nestor de Figueiredo – nos anos 1910 e 1930, respectivamente – não se fazia um trabalho de planejamento urbano consequente em João Pessoa”. A necessidade de planejamento urbano guiado por critérios técnicos, em detrimento das intervenções isoladas empreendidas, se manifestou apenas em 1975 com a criação do Código de Urbanismo. Enquanto isso, investimentos públicos em serviços de infra-estrutura urbana e viária eram as soluções implantadas na tentativa de minimizar ou solucionar os problemas do trânsito da cidade antiga, que crescia e se adequava à modernidade. O alargamento e a pavimentação de ruas, a construção de viadutos, a remoção de favelas, entre outras operações públicas, foram exemplos dessas intervenções para adaptação às novas condições urbanas advindas com o novo estilo de vida da crescente população pessoense, especialmente com a substituição do transporte por bondes pelo transporte em veículos motorizados.

Esta expansão urbana pareceu não seguir um plano urbanístico que delineasse previamente as intervenções urbanas e a implantação dos edifícios, pelo menos até os anos 1970. Como verificou Pereira (2008, p. 234), o crescimento de João Pessoa era acusado de desordenado diante dos problemas de infra-estrutura. Também era acusado de precário e ineficiente o sistema de transporte público em meio a um trânsito confuso e desordenado. Quadro que só viria a sofrer mudanças efetivas a partir dos anos 1970, durante a administração do prefeito Dorgival Terceiro Neto, como veremos adiante [na seção “As rápidas transformações urbanas”, no Capítulo 2].



Figura 21: Visão panorâmica do centro de João Pessoa, no início dos anos 1960, antes da construção do Viaduto Damásio Franca. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.



Figura 22: Alargamento do oitão do Quartel de Polícia, em 1968, no início da Av. Guedes Pereira, para futura construção do Viaduto Damásio Franca. Fonte: Acervo de Arion Farias.

A redefinição do quadro de arquitetos

A partir de meados dos anos 1970, o quadro de arquitetos atuantes na capital paraibana se alterou novamente, como ocorreu ao final dos anos 1940 e meados da década de 1950, de acordo com os relatos de Pereira (2008, p. 36). Acácio Borsoi parece não ter realizado mais projetos na capital paraibana, já que se dedicava a expansão das atividades de seu escritório com projetos realizados em diversos estados da região Nordeste. Leonardo Stuckert já havia deixado seus laços familiares quando retornou definitivamente ao Rio de Janeiro, em 1966; assim como Carlos Roberval da Cunha Guimarães, que atuou até 1955, deixando de se dedicar à concepção de projetos para apenas administrar sua empresa de construção civil CRC Guimarães (PEREIRA, 2008, p. 37). Com exceção desses, continuaram atuando na cidade os arquitetos Mário Di Lásio, Carlos Carneiro da Cunha, Tertuliano Dionísio e Pedro Dieb, os quais já trabalhavam na capital paraibana desde os anos 1960. Era um número muito pequeno de profissionais atuantes em João Pessoa para um período de aumento de investimentos nos setores público e privado.

Este bom momento favoreceu a construção civil e atraiu profissionais de outras cidades, quando houve um crescimento no número de profissionais atuantes na cidade (PEREIRA, 2008, p. 26). Araújo (2010, p. 39) constatou um total de 50 profissionais atuantes apenas na década de 1970. Assim, ocorreu a atuação de novos profissionais em João Pessoa, os quais se instalaram na cidade a partir dos anos 1970, conformando uma “*geração intermediária*”⁴⁷ ou uma “*terceira geração*” de arquitetos paraibanos. Predominaram os trabalhos de arquitetos recém-formados na Universidade Federal de Pernambuco: Maria Grasiela Dantas, Amaro Muniz de Castro, Armando Carvalho, Expedito Arruda, Régis Cavalcanti, entre outros (Ver Figura 22). Esses arquitetos formados uma década após a “*segunda geração*” de arquitetos paraibanos, passaram a contribuir com o processo de modernização e atualização da cultura arquitetônica pessoense, além de redefinirem o quadro da arquitetura local. Como em João Pessoa (nem na Paraíba) ainda não havia uma escola de arquitetura, os estudantes tinham que realizar os estudos em escolas mais antigas do Nordeste, como por exemplo, em Pernambuco ou no Ceará, que já possuíam seus cursos autônomos. Outros optaram por buscar formação em grandes centros como foi o caso do arquiteto Carlos Alberto de Almeida, que saiu de Campina Grande para estudar no Mackenzie, em São Paulo. O curso da Universidade Federal da Paraíba só foi criado em 1974, e os primeiros arquitetos da escola local passaram a atuar apenas na década de 80.

⁴⁷ WOLF, José. Algo de novo na Terra do Sol... Arquitetura paraibana, sim senhor! In: AU (Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, nº 79, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/79/algo-de-novo-na-terra-do-sol-arquitetura-paraibana-sim-23947-1.asp>> Acesso em: 18/06/2012 às 20:50.

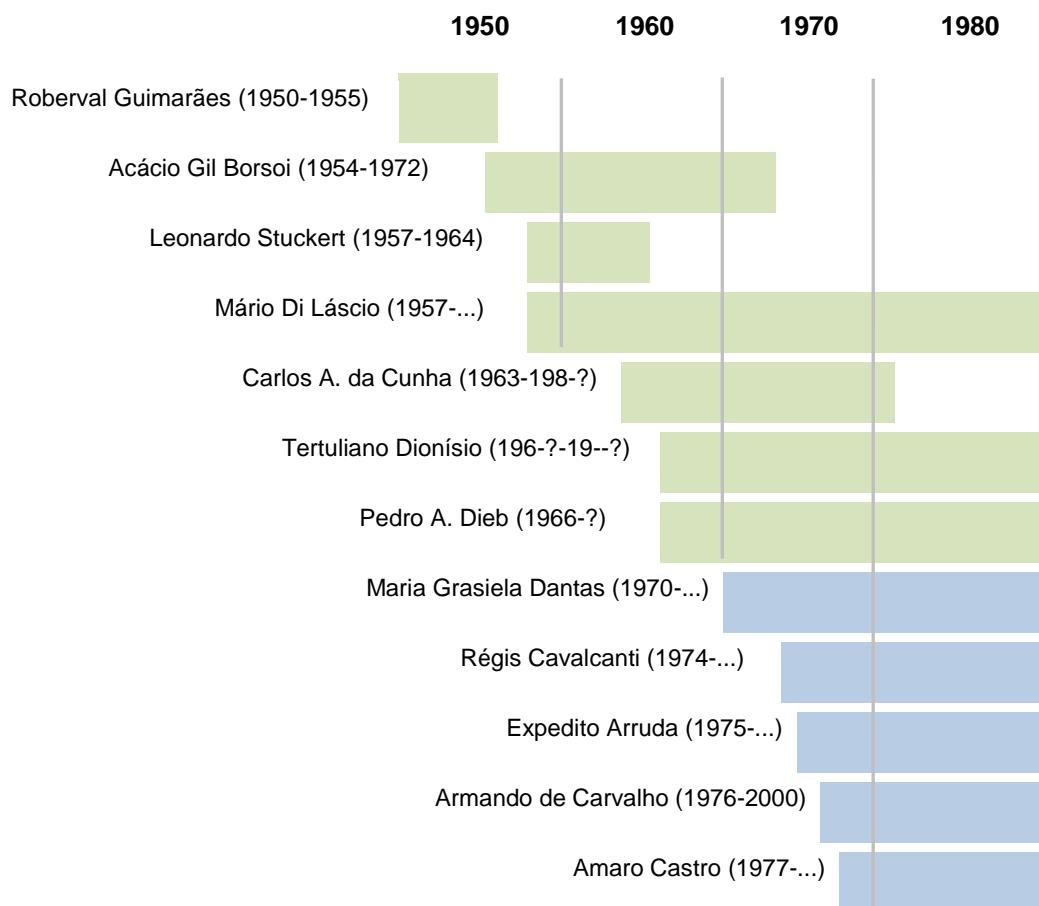


Figura 23: Quadro histórico dos arquitetos atuantes em João Pessoa, conforme o período de atuação na cidade. Fonte: PEREIRA, 2008, adaptado pela autora.

Nos anos 1960, Maria Grasiela de Almeida Dantas (n. 1947) saiu de Campina Grande para estudar Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco. Ainda estudante, foi para São Paulo onde trabalhou nos escritórios de Luiz Paulo Conde⁴⁸ e Luiz Arthur Navarette⁴⁹ por quase quatro anos. Voltou à Paraíba para exercer sua profissão, entre 1971 a 1975, “quando só existiam dois arquitetos atuando na cidade: Mário Di Lásio e Pedro Abrahão Dieb” (DANTAS, 2014). Foi arquiteta-chefe do Setor de Projetos da SUPLAN (Superintendência de Desenvolvimento da Paraíba) onde desenvolveu diversos projetos, especialmente de escolas públicas. Também atuou como arquiteta autônoma desenvolvendo diversos projetos e na empresa de seu esposo, o engenheiro Luiz Sálvio Galvão Dantas, na SOTEMA Engenharia Ltda. (COSTA, 2011, p. 79). Sua produção compreendeu diversas residências unifamiliares e edifícios multifamiliares nos novos bairros de João Pessoa, além de ter desenvolvido o

⁴⁸ Luiz Paulo Conde (n. 1934) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou em Arquitetura pela antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ainda estudante, integrou a equipe de Affonso Eduardo Reidy. Foi presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, professor e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ. Entre 1993 e 1996, foi Secretário de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro. Em 1996, foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro pela legenda do Partido da Frente Liberal.

⁴⁹ Luiz Arthur Guimarães Navarette (n. 19??) arquiteto paulistano. Projeteu o Monumento aos Expedicionários, fruto de Concurso Nacional de Arquitetura promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo; o Centro Administrativo Municipal de Sorocaba; entre outros obras.

projeto para a filial da Caixa Econômica Federal (1985), fruto de concurso público, em parceria com a também arquiteta paraibana Vera Pires⁵⁰. Em 1978, passou a lecionar na Universidade Federal da Paraíba, onde ministrou as disciplinas de Projeto de Edificações e Urbanismo, permanecendo na instituição até 1995. Em 1997 foi para Barcelona fazer doutorado na Universidade Politécnica da Catalunha, onde desenvolveu tese que resultou em parte do livro intitulado “*Planejamento Urbano & Zoning*” (2003).



Figura 24: Instituto Patologia e Citologia (197?), Maria Grasiela de Almeida Dantas. Fonte: INSTITUTO de... 1980, p. 3.

Em meados de 1975, outro arquiteto iniciou suas atividades em João Pessoa: Régis de Albuquerque Cavalcanti (n. 1948). Formado em Artes Plásticas na Universidade Federal da Paraíba, entre 1966 e 1968, ingressou no curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco em 1970, graduando-se em 1974. Ainda estudante foi convidado a realizar um grande projeto na capital paraibana, a sede da PROMAC (1974), uma concessionária de veículos da Volkswagen, que contou com ambientação de Janete Costa (CAVALCANTI, 2012). Após a conclusão do curso, fez uma especialização em hotelaria em Palma de Maiorca, na Espanha. Ao retornar à Paraíba, se dividiu entre projetos de arquitetura e exposições artísticas⁵¹, quando abriu seu próprio ateliê. Regis ainda fez alguns concursos públicos até que foi trabalhar na Superintendência de Planejamento de Obras da Paraíba (SUPLAN) no Governo do Estado, em 1976, onde permaneceu por mais de trinta anos. Ainda atuou como gerente

⁵⁰ Vera Pires (19??) é arquiteta paraibana formada pela Universidade Federal de Pernambuco, atuou no escritório de Borsoi e Janete Costa. Iniciou sua atividade independente como integrante de Arquitetura 4, cuja produção foi tão ampla quanto reconhecida durante os 26 anos de existência do escritório.

⁵¹ O artista plástico expôs trabalhos artísticos em diversas exposições pelo país: *Alunos do curso de artes plásticas* (Setor de Artes/UFPB, João Pessoa, 1966-1968); Galeria Ribeira (Olinda, 1967); *Mostra paraibana de arte* (FAFI/UFPB, João Pessoa, 1968); *Artistas paraibanos* (Galeria Pedro Américo, Divisão de Artes Plásticas/UFPB, 1968); Teatro Municipal Severino Cabral (Campina Grande, 1968); Clube Gresse (Campina Grande, 1968); *Salão de Arte do Paraná* (Curitiba, 1969); *II Bienal Nacional da Bahia* (Salvador, 1970); *Exposição Formiplac* (Galeria Empetur, Recife, 1971); Galeria Janelas Verdes (João Pessoa, 1972); Galeria Pedro Américo (João Pessoa, 1973); Faculdade de Arquitetura (UFPE, Recife, 1973); Galeria Tomás Santa Rosa (Funcep, João Pessoa, 1978); *O artista da terra* (NAC/UFPB; Galeria Gamela, 1981); *Artistas paraibanos* (Funesc, 1983); *I e II Arte atual paraibana* (Funesc, 1988 e 1990). Disponível em: <<http://artesvisuaisparaiba.com.br/artista.php?id=403>> Acesso em: 18/06/2013 às 22:40.

de projetos na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Porém, foi o trabalho em seu escritório que contou com uma produção extensa e diversificada, inicialmente de obras residenciais unifamiliares, implantadas nos bairros de Manaíra, Bessa e Estados, se estendendo posteriormente para edifícios multifamiliares e comerciais (CAVALCANTI, 2012). Além da Paraíba, sua atuação se estendeu pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia⁵².

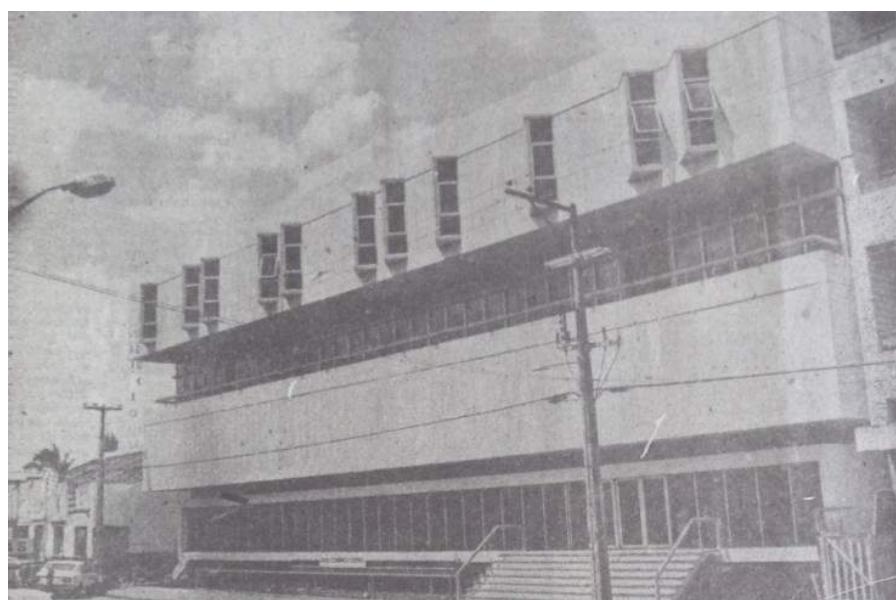
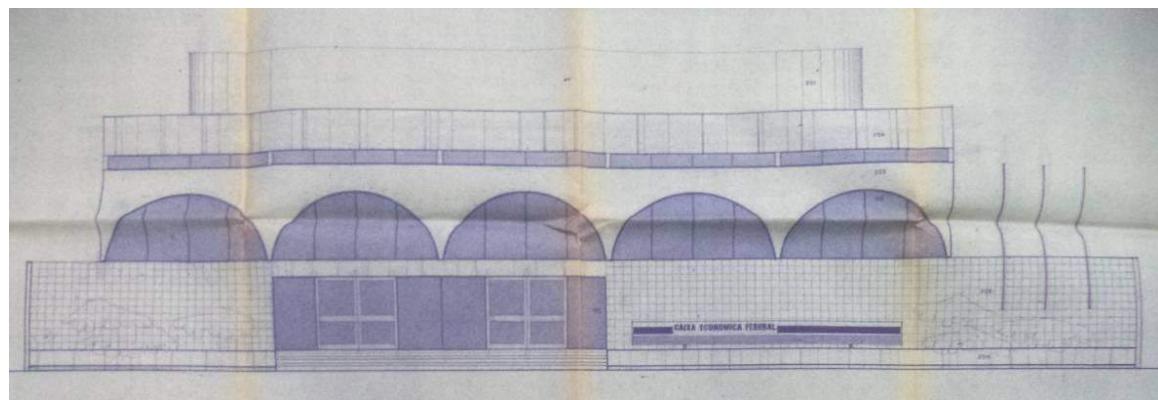


Figuras 25, 26 e 27: Sede da PROMAC (1974), Régis de Albuquerque Cavalcanti. Fonte: MARTINS, 2012, p. 27; WOLF, 1988, p. 71.

Nesse período, o arquiteto pernambucano Expedito de Arruda Pires de Freitas (n. 1949), também foi um dos profissionais atuantes em João Pessoa. Ainda adolescente, Expedito foi morar no Recife, onde tomou gosto pelas sessões de cinema, exposições de arquitetura e pelo desenho (CÉSAR, 2013, p. 01). Trabalhou por um tempo como desenhista técnico numa fábrica de transformadores, até que resolveu prestar o vestibular para o curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

⁵² Desde 1998, mantém um escritório de arquitetura, engenharia e planejamento atuando com foco nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, além de atuar no continente africano, em Angola e na África do Sul.

em 1969, concluindo-o em 1974, juntamente com Regis Cavalcanti. Freqüentou os escritórios de arquitetos pernambucanos como Armando de Holanda, Reginaldo Esteves e Wandenkolk Tinoco, com quem estagiou (WOLF, 1998, p. 72; ARRUDA, 2012). Depois de desenvolver alguns projetos em Aracaju e Teresina, foi para João Pessoa, onde realizou seu primeiro projeto: o Cemitério Parque dos Ipês (1977)⁵³; quando se radicou definitivamente na capital paraibana instalando escritório próprio (ARRUDA, 2012). Ingressou como professor na Universidade Federal da Paraíba, em 1977, onde lecionou por 15 anos. Na capital paraibana, se dedicou principalmente aos projetos de residências unifamiliares e edifícios multifamiliares, embora tenha participado de vários concursos públicos, como os da Caixa Econômica Federal. Foi quando realizou alguns trabalhos em parceria com o colega Régis Cavalcanti, como a filial da Caixa Econômica Federal (1982), em Jaguaribe, e da sede da Caixa Econômica Federal de Campina Grande, no mesmo período.



Figuras 28 e 29: Filial Jaguaribe da Caixa Econômica Federal (1980); e sede da Caixa Federal Econômica (1980) em Campina Grande. Expedito de Arruda e Régis Cavalcanti
Fonte: CAIXA ECONOMICA FEDERAL inaugura..., 1986, p. 8; Arquivo Central/PMJP.

⁵³ A obra foi paralisada, pois poderia levar à contaminação do Rio Jaguaribe e à Praia do Jacaré (URBAN decide..., 1981, p. 8). O primeiro cemitério-parque de João Pessoa viria a substituir o Cemitério Santa Catarina criando uma praça no local (CEMITÉRIO-PARQUE terá..., 1977, p. 8).

Também passou a atuar na cidade o arquiteto paraibano Amaro Muniz Castro (n. 1951), formado pela escola pernambucana, em 1975, que antes de se dedicar à prancheta e aos projetos, trabalhou como programador visual. No ano seguinte, prestou concurso para professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, porém, antes de assumir as salas de aula, foi direcionado a trabalhar no setor de projetos da instituição colaborando com a execução dos projetos arquitetônicos do campus da UFPB (CASTRO, 2012). Lá, teve a oportunidade de participar de todo o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, Restaurante Universitário, entre outros equipamentos, juntamente com um grupo de profissionais. (CAVALCANTI, 2012). Ele lecionou na universidade entre 1976 e 2006, dividindo a sala de aula com o trabalho em seu escritório. O momento mais intenso da sua produção arquitetônica compreendeu as décadas de 70 e 80, a frente da AMC Projetos e Consultoria. Mesmo depois de ter desativado seu atelier, no centro de João Pessoa, continuou dedicando-se ativamente à arquitetura, atuando no setor público onde foi arquiteto da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura de João Pessoa. Realizou alguns trabalhos em parceria com o colega Regis Cavalcanti como o Mercado de Artesanato Paraibano (1988-1989), na Praia de Tambaú.

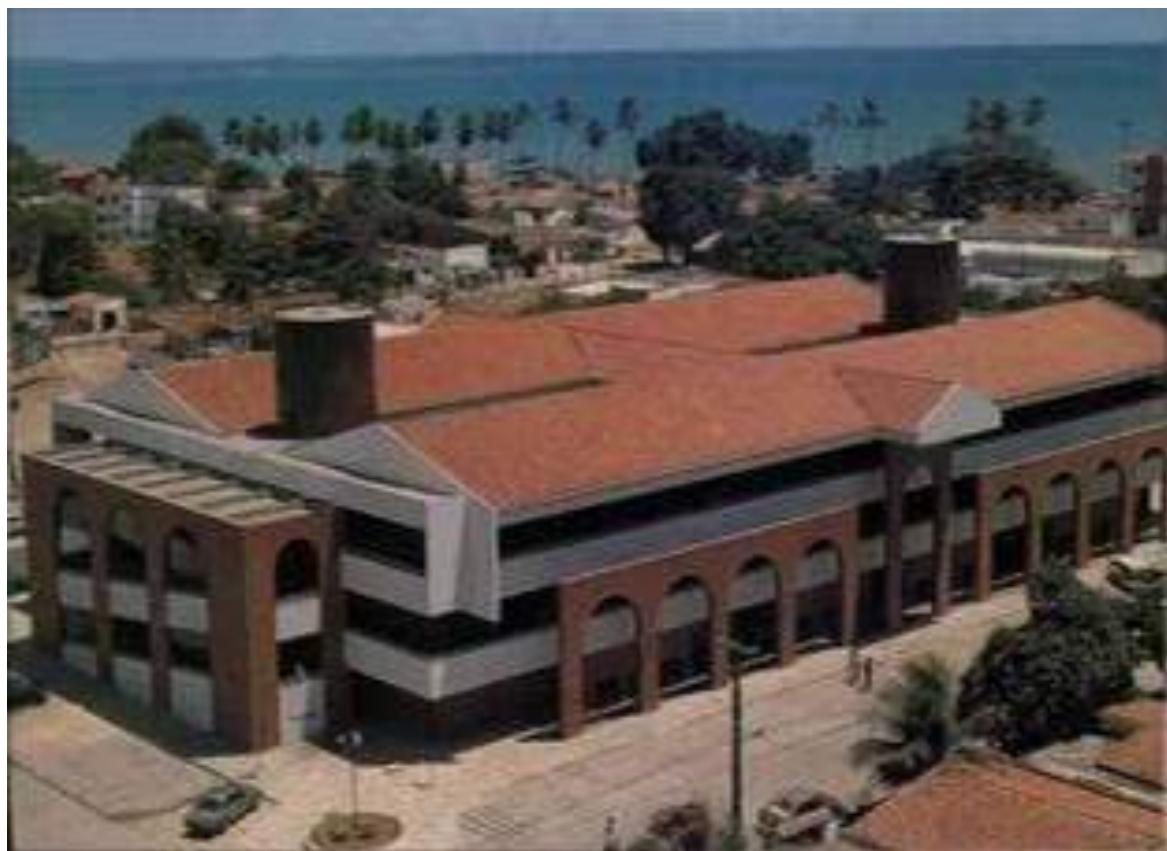


Figura 30: Mercado de Artesanato Paraibano (1988-1989), Amaro Muniz e Régis Cavalcanti. Fonte: Acervo da autora.

Também formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1975, veio o arquiteto pernambucano Armando José de Carvalho (n. 1951), em 1976, para desenvolver o projeto do Edifício- Sede do Paraiban, objeto de concurso que havia vencido juntamente com Amaro Muniz (CARVALHO, 2014). No ano seguinte foi trabalhar na Prefeitura Universitária da UFPB, à época em que a instituição estava contratando arquitetos e engenheiros para projetos e obras do convênio MEC-BID PREMESU. Participou da elaboração de diversos projetos para o campus num período de grandes investimentos no desenvolvimento físico da instituição. Também manteve escritório por três anos com Amaro Muniz desenvolvendo projetos residenciais, especialmente. Não chegou a lecionar na UFPB, estando sua atividade direcionada a consolidação da profissão em João Pessoa. Participou da criação do IAB-PB, em 1978, e posteriormente da Câmara de Arquitetura do CREA-PB. Ainda foi presidente do IAB-PB, coordenador da Câmara de Arquitetura do CREA-PB, membro da diretoria do CREA-PB e do Sindicato de Arquitetos da Paraíba, além de ter sido representante do Conselho Superior (COSU) e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA (CARVALHO, 2014).

Assim, diante da caracterização do novo grupo de arquitetos que passou a atuar em João Pessoa, a partir dos anos 1970, algumas distinções podem ser feitas em relação ao “segundo grupo” (grifo nosso) de arquitetos paraibanos, caracterizado por Pereira (2008, p. 42-45). Primeiramente, o novo grupo ou “terceiro grupo” de arquitetos que atuava em João Pessoa teve o início de suas atividades relacionado à atuação com relação direta com o Estado, ao contrário de seus antecessores que tiveram sua produção *“principiada por projetos privados e nessa esfera se manteve a maior parte de sua produção”* (PEREIRA, 2008, p. 42). Segundo Carvalho (2014), “essa primeira leva de arquitetos vindos de outras cidades, principalmente de Recife, vieram pela grande oferta de trabalho nos níveis federal e estadual”. Entretanto suas produções se voltaram posteriormente à concepção de projetos também da iniciativa privada, contemplando durante o desenvolvimento de suas carreiras, projetos de ambas as esferas.

Segundo, os novos arquitetos eram nascidos e formados no Brasil, assim como o grupo anterior, e, em geral, possuíam vínculos familiares com a Paraíba ou eram daí procedentes (Maria Grasiela Dantas, Carlos Alberto Melo de Almeida, Amaro Muniz Castro e José Luciano Agra, todos de Campina Grande). Não foi verificada a presença de arquitetos estrangeiros atuando no estado, apenas alguns profissionais formados no Rio de Janeiro ou em São Paulo, como também foram verificadas por Pereira (2008) ou por Araújo (2010). Prevaleciam os profissionais formados em Recife, no Curso de Arquitetura e Urbanismo da então Universidade Federal de Pernambuco, antiga

Universidade do Recife⁵⁴, uma vez que a Paraíba ainda não tinha sua Escola de Arquitetura.

Provavelmente foram alunos de Heitor Maia Neto (n. 1928), que lecionou entre 1952 e 1982; Acácio Gil Borsoi (1924-2008), que lecionou entre 1951 e 1974; Delfim Fernandes Amorim (1917-1972), que lecionou entre 1953 e 1972; as principais fontes de influência no ensino pernambucano⁵⁵ e que tinham a arquitetura moderna brasileira como tema principal, mas principalmente os ensinamentos relacionados a uma produção regional transmitindo a consciência de se pensar uma arquitetura para o Nordeste. Eles foram responsáveis pela formação de várias gerações de profissionais de Pernambuco e do Brasil, mas principalmente da região nordestina, entre 1950 e 1970.

Também tiveram contato com a produção mais recente da capital pernambucana através do trabalho de Armando de Holanda, Glauco Campello, Vital Pessoa de Melo, Reginaldo Esteves, Wandenkolk Tinoco, Marcos Domingues, Frank Svensson, entre outros que atuavam nos anos 1960 e 1970. De acordo com Cantalice (2009, p. 70) esse grupo de profissionais pernambucanos foi responsável por desenvolver um “*brutalismo suave*” nas obras da arquitetura moderna em Pernambuco, entre 1965-1980, as quais foram produto de uma nova sensibilidade ou “*sensibilidade brutalista*”. Os traços brutalistas estariam presentes na arquitetura pernambucana a partir de duas primeiras obras: o edifício Santo Antônio (1960), de Borsoi; e o Seminário do Nordeste (1962), de Amorim (NASLAVSKY, 2004; SILVA, 2004; CANTALICE, 2009). Esses edifícios introduziram uma nova linguagem e um modo de fazer de seus arquitetos.

Terceiro, o novo grupo foi formado em um momento em que a arquitetura moderna brasileira, apesar de sua consolidação em todo o país, acabava de passar por um período de interrupção do debate arquitetônico. Debate que foi retomado em nível nacional a partir de 1975, quando já havia se consolidado a difusão da arquitetura moderna brasileira através da mídia quanto dos deslocamentos empreendidos pelos profissionais de arquitetura pelo território brasileiro, além do reconhecimento e prestígio nacional da profissão (SEGAWA, 1998, p. 130-131), e do crescente número de cursos de arquitetura e urbanismo que duplicavam na década de 70. Então, os arquitetos que agora atuavam em João Pessoa realizaram seus estudos após esses episódios, mas ainda estavam vinculados a uma tradicional escola de arquitetura do país, a qual já tinha sido criada em 1959, definitivamente desvinculada da Escola de Belas-Artes.

⁵⁴ O Curso de Arquitetura da Universidade do Recife, oficializado em 1946, ganhou autonomia em 1958 tornando-se independente de Belas Artes. Nos anos 50, era uma das sete escolas de arquitetura nacionais (junto a FNA, UFBA, FAUUSP, FAU-Mackenzie, UFMG e UFRGS). Tornou-se Universidade Federal de Pernambuco em 1965, quando passou a integrar o novo sistema de educação do país.

⁵⁵ Com exceção de Delfim Amorim, que saiu de Portugal buscando por conta própria um novo horizonte profissional, os demais vieram convidados pela Universidade do Recife para ensinar na Escola de Belas Artes.

E, por último, e talvez o que diferencie essa nova geração da geração anterior, foi o fato de que a maioria dos novos profissionais possuiu (e ainda possui) vínculos fortes com a Paraíba, encontrando no Estado um meio para desenvolver suas atividades profissionais e contribuir com a arquitetura local. Em João Pessoa se instalaram e se mantiveram os arquitetos Maria Grasiela Dantas, Régis Cavalcanti, Expedito Arruda, Amaro Muniz, enquanto outros, radicados em Recife, permaneceram por pouco tempo⁵⁶. Os novos profissionais constituíram um grupo com a possibilidade de formar um contínuo debate arquitetônico na cidade, juntamente com os poucos arquitetos que aqui atuavam em fins dos anos 1960 para início dos 1970. “*Mário Di Lásio e, mais tarde, Pedro Dieb foram os poucos que se mantiveram na cidade*”, como demonstrou Pereira (2008, p. 44). Também continuou atuando na capital paraibano o arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha. Porém, foi a chegada dos arquitetos advindos da formação em Recife que constituiu o desenvolvimento de um processo de mudança na produção arquitetônica paraibana nos anos 1970.

Também contribuiu para esse processo de transformação da arquitetura moderna em João Pessoa, a atuação mais pontual de arquitetos de outros estados do país assinando projetos com programas diversificados, tais como Sérgio Bernardes (RJ), Sérgio Teperman (SP), Liberal de Castro (CE), Ernest Bormann (RJ), José Galbinski (RS), Raul de Lagos Cirne (MG), Glauco Campello (PB), Salvador Candia (SP), Jerônimo Cunha Lima e Carlos Pontual (PE), os quais realizaram projetos, isolados ou em conjunto, através de concursos ou contratos públicos, trazendo heranças distintas que entraram em contato com o novo presente, contribuindo para a renovação da arquitetura moderna local. Abordaremos o trabalho desses profissionais, mais adiante [nas seções “*Arquitetura para o setor bancário*” e “*As grandes obras públicas*”, no Capítulo 3].

Por fim, esse primeiro panorama demonstra que a cidade abriu diversas oportunidades de trabalho tanto para os arquitetos ali atuantes quanto para os arquitetos de outras regiões, e que o mercado de trabalho reconhecia a importância destes profissionais no contexto local, ainda que fossem de outras partes do país. Isso é compreensível já que o quadro de arquitetos antes de 1970 era restrito a alguns profissionais e não havia uma escola de arquitetura na cidade. Os novos programas e grandes empreendimentos exigiam profissionais capacitados, no momento em que o arquiteto brasileiro já delimitara seu lugar na cultura do país, tornando-se um profissional de prestígio, respeitado e reconhecido principalmente pelo Estado e pela elite.

⁵⁶ Como por exemplo: Antônio José do Amaral e Silva, Berenice Fraga do Amaral e Silva, que permaneceram até o fim da década de 70; Armando Ferreira de Carvalho, que residiu em João Pessoa até o ano 2000.

Os estudos de arquitetura em Recife

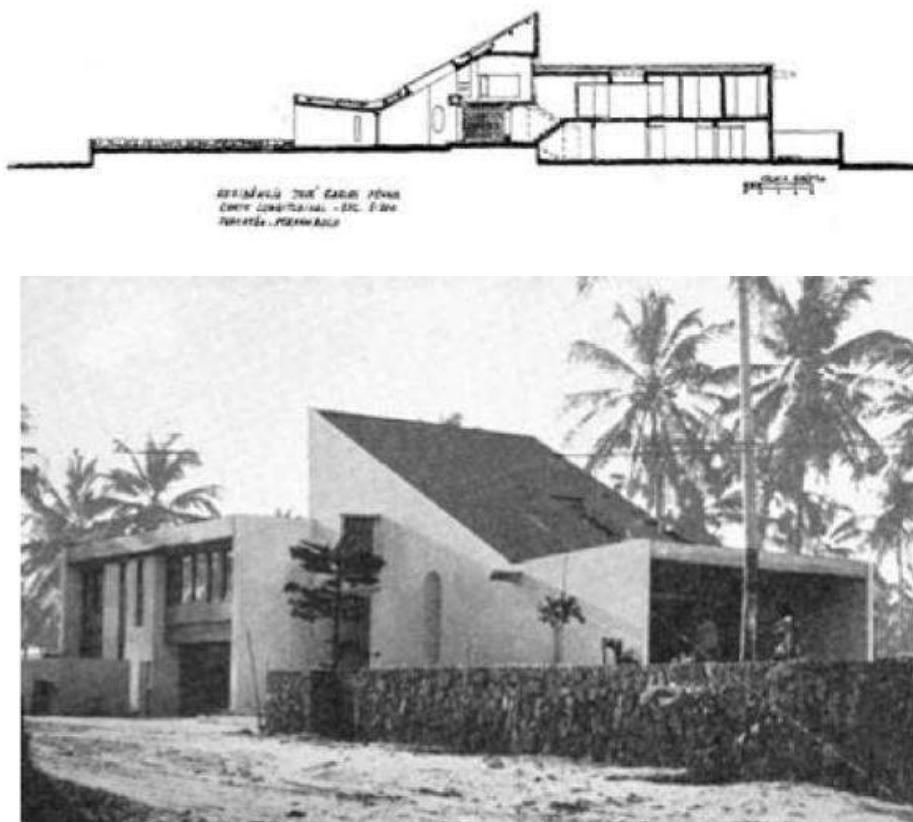
Foi no curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco, antiga Universidade do Recife, que se formou boa parcela dos profissionais que passaram a atuar a partir dos anos 1970 em João Pessoa. Na antiga Escola de Belas-Artes de Pernambuco se graduaram: Maria Grasiela de Almeida Dantas (1969), Régis Cavalcanti (1974), Expedito Arruda (1974), Amaro Muniz (1975), Armando de Carvalho (1975), além de outros que tiveram atuação mais pontual como Hélio da Costa Lima (1974), José Luciano Agra (1976), entre outros. O curso de arquitetura da Universidade do Recife era uma das principais escolas de arquitetura nacionais (junto a FNA, UFBA, FAUUSP, FAU-Mackenzie, UFMG e UFRGS) até o final dos anos 1960. E mesmo com a criação de novos cursos no país, principalmente na região Nordeste (UFC, UFAL, UFRN, UFPB, UFSC e UFES), nos anos 1970, a escola pernambucana continuava a ser o mais representativo centro de ensino de arquitetura e formação de jovens arquitetos da região, recebendo candidatos de Nordeste e Norte do país.

O corpo docente que os novos profissionais “paraibanos” encontraram em Pernambuco, nesse período, contava com a participação de figuras importantes, sendo boa parte deles advindos ainda do período de renovação iniciado ao final dos anos 1940, “*motivada pelo afastamento de professores, em especial daqueles ligados às disciplinas de Composição de Arquitetura (...)*” (PEREIRA, 2008, p. 45). Nesse momento, principalmente a partir de 1944, impulsionada pela criação da Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro, e pela reforma do ensino de arquitetura, a Escola Pernambucana resolveu parcialmente o problema da autonomia do ensino de arquitetura, que apenas se efetivou em 1958.

Funcionando no edifício do antigo Seminário de Olinda, um ex-colégio jesuíta seiscentista (SILVA, 1996, p. 01), a Escola de Belas-Artes contou com a contratação de novos docentes advindos de outros estados e que tinham formação essencialmente em arquitetura e urbanismo. Essa iniciativa tinha por fim atualizar e reforçar a formação dos novos profissionais de acordo com as possibilidades efetivas do ofício naquela época, quando se reconhecia o valor da arquitetura moderna brasileira que afirmava sua maturidade tanto no plano do edifício quanto da cidade. Assim, o pensamento moderno começou a ocupar posições dentro do quadro de docentes da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

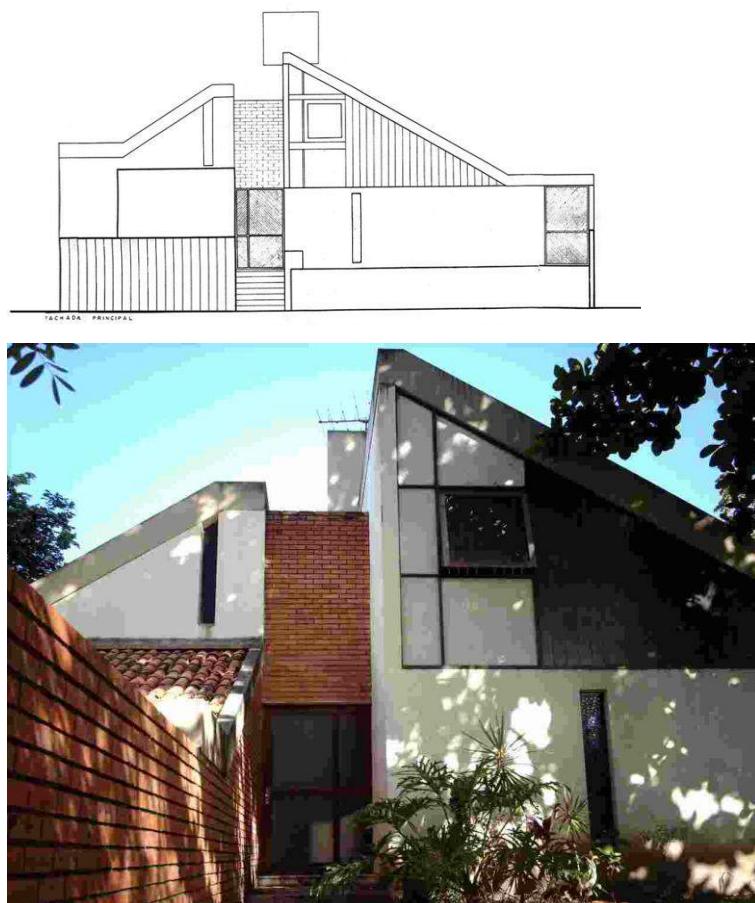
Profissionais como o carioca Acácio Borsoi (1924-2008), que lecionou entre 1951 e 1974; Heitor Maia Neto⁵⁷ (n. 1928), que lecionou entre 1952 e 1982; e o português Delfim Amorim (1917-1972), entre 1953 e 1972 (NASLAVSKY, 2004; PEREIRA, 2008, p. 47), foram os principais docentes com os quais os novos profissionais atuantes em João Pessoa tiveram contato. Talvez não tenham tido contato direto com o italiano Mário Russo (1917-1996), que lecionou entre 1949 e 1955. Entretanto, a possível transmissão dos ensinamentos de Mário Russo tenha se efetivado por meio de seus pupilos Heitor Maia Neto e Everaldo Gadelha, alcançando os novos arquitetos paraibanos.

Borsoi e Amorim foram os principais professores do ensino de projeto naquela universidade, e mesmo lecionando disciplinas próximas, esses profissionais tinham metodologias de ensino diferentes. Soma-se o fato de que, desde os anos 1960, vinham desenvolvendo uma arquitetura diferente daquela que, até então, eles vinham produzindo, ainda que pautadas em preocupações quanto às adequações as condições climáticas e a cultura de construção regional.



Figuras 31 e 32:
Residência José
Carlos Penna (1965),
Acácio Gil Borsoi.
Fonte: SILVA, 2004,
p. 3-C.

⁵⁷ Heitor da Silva Maia Neto (n. 1928) ingressou em 1948 no curso de arquitetura da Escola de Belas Artes de Recife, numa turma composta de apenas três jovens, juntamente com Everaldo Gadelha (1930) e Mauricio do Passo Castro (1930), que optaram em estudar arquitetura por pura vocação. Graduou-se em 1952, tendo a oportunidade de estudar e trabalhar com Mário Russo. Em meados de 1963, Heitor associou-se a Delfim Amorim. COSTA, Alcilia. **A arquitetura moderna de Heitor Maia Neto em Recife nos anos 50.** In: DOCOMOMO Brasil. 2005. Niterói, 2005.



Figuras 33 e 34: Residência Alfredo Pereira Corrêa (1969), Delfim Amorim. Fonte: NASLAVSKY, 2004, p. 189; CANTALICE, 2009, p. 117.

Nos anos 1970, Borsoi estava trabalhando com referências internacionais, uma produção que vinha sendo desenvolvida, desde o início da década passada, quando ele buscava “relações mais estreitas com o revisionismo do segundo pós-guerra e as vanguardas internacionais” (NASLAVSKY; SILVA, 2003, p. 10). Era recorrente a ênfase nos materiais e elementos construtivos que, deixados aparentes, eram parte da expressão da obra, somado ao uso de telhados planos e de volumes de composição. Por sua vez, Amorim empregava elementos tradicionais da arquitetura brasileira, tais como telha canal, azulejos, esquadrias em madeira e alvenaria estrutural (NASLAVSKY, 2004, p. 162; PEREIRA, 2008, p. 50), chegando mesmo a constituir um “*tipo*”, de acordo com Gomes (1995, *apud* CANTALICE, 2009, p. 60).

Com sua atuação acadêmica e profissional, eles tornaram-se mestres de toda uma jovem geração de arquitetos que passou a atuar principalmente na região Nordeste. (BRUAND, 1981; NASLAVSKY, 2004). Além da forte influência que tinham nas novas gerações, esses profissionais destacaram-se no cenário regional, inicialmente por suas produções fortemente influenciadas pela arquitetura moderna brasileira, seguido pelas mudanças de rumo em suas produções. Alguns arquitetos de importância nacional tidos como referência estiveram: Sérgio Bernardes, Lina Bo Bardi, Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Ruy Ohtake.

Heitor Maia Neto, ainda que tenha seguido os passos de Mário Russo, também se manteve focado na arquitetura moderna brasileira. Ao mesmo tempo em que recorria ao processo projetual racionalista de Russo, buscou o emprego de soluções arquitetônicas adequadas às questões climáticas e regionais chegando a propor algumas delas, como o sistema construtivo da laje dupla, empregado pela primeira vez, em 1959, na Residência Zildo Andrade, em Recife (AMORIM, 2002, p. 80). No ensino, lecionou juntamente com Delfim Amorim desde 1958, e, em seguida, associou-se ao arquiteto, em 1963 (CANTALICE, 2009, p. 72), passando a atuar profissionalmente com Amorim, até 1972. Mas o arquiteto chegou a realizar alguns trabalhos na Paraíba, como o projeto da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba (1959), em Campina Grande; e os edifícios Cadero e Nossa Senhora de Lourdes (1967), em João Pessoa, quando trabalhou em parceria com Delfim Amorim. Era um momento em que havia pouquíssimos arquitetos morando e trabalhando nestas cidades paraibanas abrindo um campo de trabalho para profissionais vindos de outras localidades.

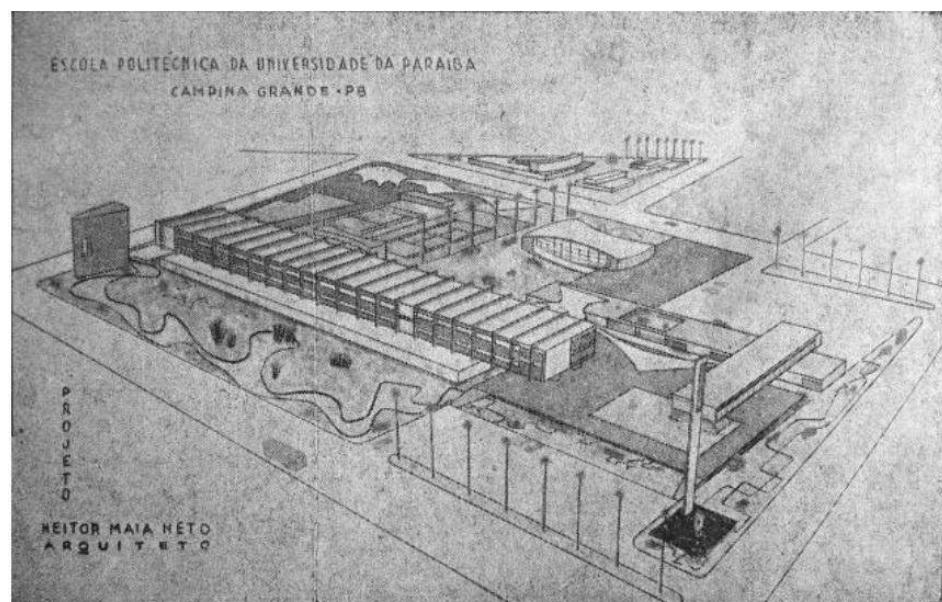


Figura 35: Escola Politécnica da Universidade da Paraíba (1959), Heitor Maia Neto. Fonte: Diário da Borborema, 1959.

Além dos antigos docentes, o corpo de professores do então Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco contou com novos profissionais que entraram na grade curricular, com a reforma em meados dos anos 1960⁵⁸. O terceiro grupo de arquitetos atuantes na capital paraibana teve contato com um corpo docente resultante da mais recente renovação do quadro de professores iniciada nesse momento. Novos arquitetos foram incluídos ao corpo docente da instituição, assim como novos professores ligados às novas disciplinas de Urbanismo.

⁵⁸ Quando a Universidade do Recife foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

A chegada de novos professores se iniciou com a contratação de Marcos Domingues⁵⁹ (n. 1930), que se tornou professor da Universidade do Recife em 1960, lecionando a disciplina de Teoria da Arquitetura, permanecendo na então Universidade Federal de Pernambuco até 1987 (FREIRE, 2009, p. 01). Domingues também atuava no cenário pernambucano em trabalho conjunto com o mineiro Frank Svensson (n. 1934). No mesmo ano, Wandenkolk Tinoco⁶⁰ (n. 1936) tornou-se professor auxiliar de Amorim, lecionando com o arquiteto português até 1972, mas permaneceu no ensino até 1990. Antes disso, trabalhou nos escritórios de Borsoi e Amorim (MOREIRA & FREIRE, 2008, p. 03). “*Tinoco desenvolveu uma sólida carreira, tornando-se um dos principais representantes da arquitetura local e exercendo grande influência nas gerações seguintes, tanto pela prática arquitetônica como pela atividade de ensino*” (FREIRE & MOREIRA, 2011, p. 01).

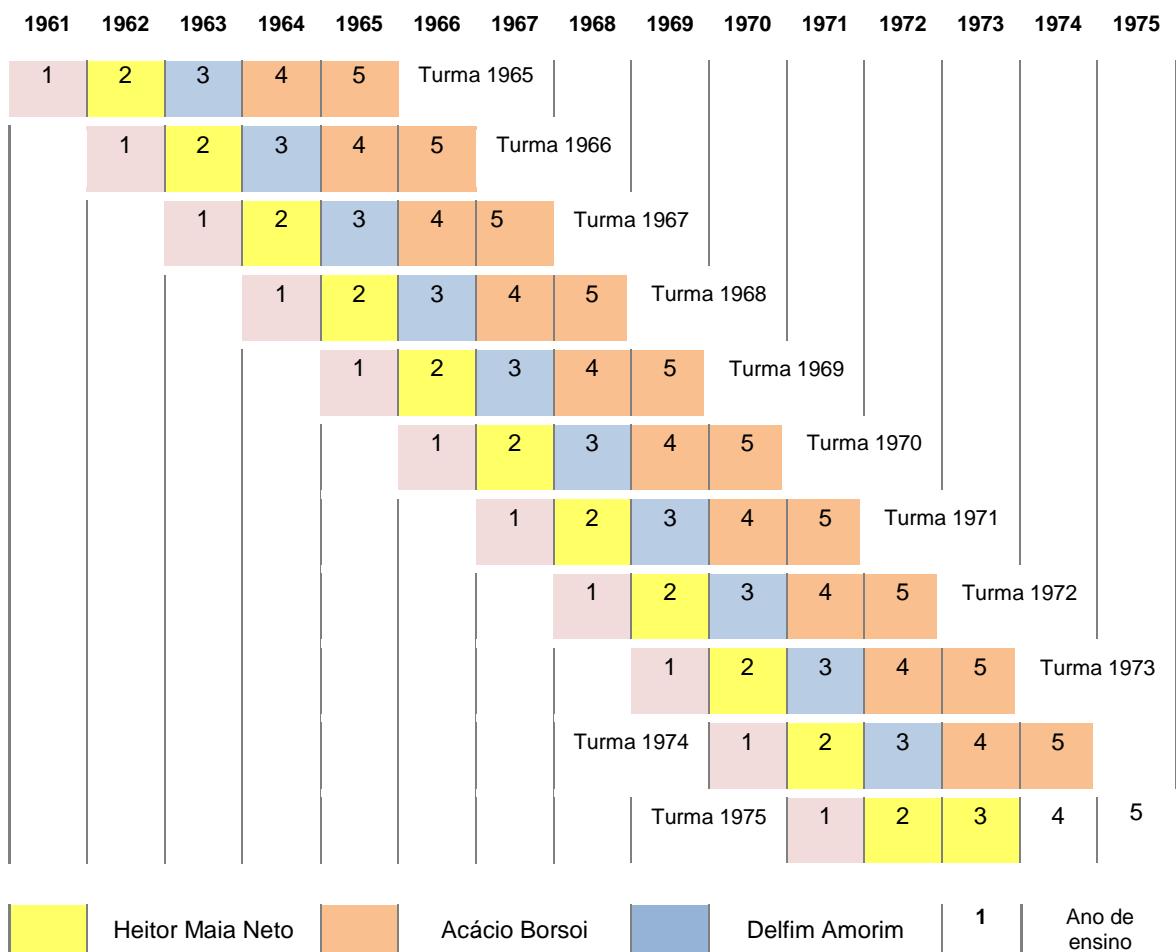


Figura 36: Quadro histórico estimado da atuação dos docentes na Faculdade de Arquitetura de Pernambuco, conforme as turmas de concluintes por eles lecionadas. Fonte: PEREIRA, 2008 adaptado pela autora, 2013.

⁵⁹ Marcos Domingues da Silva⁵⁹ (n.1930), arquiteto pernambucano em 1954, pela Escola de Belas Artes do Recife.

⁶⁰ Wandenolk Tinoco (n. 1936), arquiteto e urbanista formado pela Faculdade de Belas Artes do Recife em 1958. Foi ele quem projetou os edifícios Villas (Villa Bella, Villa Mariana, Villa da Praia e Villa Cristina), nos quais melhor sintetizou sua busca de agregar os valores da casa ao apartamento (FREIRE & MOREIRA, 2011, p. 01).



Figuras 37 e 38: Edifício Villa Mariana (1976), Wandenkolk Tinoco. Edifício Villa Soraya (1985), Expedito Arruda. Fonte: FREIRE & MOREIRA, 2011, p. 03; SUA BUSCA termina..., 1986, p. 9.

Também foi professor, ainda que de trajetória curta, o arquiteto Glauco de Oliveira Campello⁶¹ (n. 1934), no período em que esteve radicado em Recife entre 1965 e 1972 (MOREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 01), quando realizou projetos de prédios públicos e residenciais. Ele lecionou na Universidade Federal de Pernambuco, entre os anos de 1969 e 1972, trazendo sua experiência quando foi professor em Brasília, no Centro de Planejamento da Universidade de Brasília, desde 1962, a convite de Oscar Niemeyer, como docente de pós-graduação (SILVA, 2013). Além disso, Glauco projetou o Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977), obra que foi bastante divulgada na imprensa especializada nacional e nos jornais locais, e que os arquitetos paraibanos puderam acompanhar a sua construção, entre 1978 e 1982.

Outro arquiteto que também lecionou na UFPE foi Geraldo Santana (n. 19??), que depois de ir realizar uma pós-graduação em Brasília, em 1963 (NASLAVSKY et.al. 2013, p. 5), retornou ao Recife, em 1966, quando da conclusão de seu curso. Também voltou a frequentar o escritório de Delfim Amorim, trabalhando no detalhamento de projetos, até 1967, quando entrou na docência (NASLAVSKY et.al. 2013, p. 10). Em seguida, ingressou na então Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Recife como professor voluntário, das disciplinas Grandes Composições de Arquitetura, logo sendo contratado, passando a compor o corpo docente daquela instituição de ensino.

⁶¹ Glauco de Oliveira Campello (n. 1934), arquiteto paraibano de Mamanguape. Iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes do Recife, em 1955, mas devido aos problemas pelos quais passava a escola pernambucana, transferiu-se para a Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, onde se graduou em 1959. Depois de contribuir com Oscar Niemeyer em vários projetos dentro e fora do país, o arquiteto estabeleceu-se no Recife, entre 1965 e 1972.

Entre 1970 e 1979, também foi docente daquela instituição o arquiteto pernambucano Armando de Holanda (1940-1979)⁶², estagiário de Glauco Campello. Ele ministrou as disciplinas de Projeto Arquitetônico (SILVA, 1996, p. 01), depois de realizar uma pós-graduação em Brasília, em 1964, e um Curso de Especialização em Protótipos, no *International Course on Building* em Roterdã, em 1967 (NASLAVSKY et.al. 2013). Após esse curso atuou em projetos importantes em Pernambuco como o Parque Nacional dos Guararapes (1973), além de publicar o *Roteiro para Construir no Nordeste* (1976), cartilha que sintetizava, em nove capítulos, soluções para a arquitetura nos trópicos.

Esses profissionais, juntamente com outros arquitetos, formaram, em final dos anos 1960 e começo da década seguinte, uma nova geração de arquitetos atuantes em Recife (NASLAVSKY, 2004, p. 217). Frank Svensson, Marcos Domingues, Vital Pessoa de Mello, Wandenkolk, Tinoco, Reginaldo Esteves, Armando de Holanda, Glauco Campello, entre outros, desenvolveram uma arquitetura que muito provavelmente influenciou o terceiro grupo de arquitetos atuantes na Paraíba. Profissionais que, nesse momento, tiveram contato com os “*mestres pernambucanos*”, mas também conviveram com um panorama arquitetônico diferente daquele vivenciado pelos arquitetos paraibanos: era uma produção moderna diversificada com referências distintas, que tinha em comum “*a expressão do concreto como material bruto e as novas experiências em seu emprego visando à exploração de sua plasticidade e a novas texturas (...)*” (NASLAVSKY, 2004, p. 227). Um grupo aberto à assimilação de impulsos nacionais e internacionais como forma de procurar produzir uma arquitetura adaptada às condições ambientais regionais. “*Os arquitetos formados em Pernambuco nesse período estavam muito atentos aos meios de adaptação climática*” (FREIRE & MOREIRA, 2011, p. 02).

Por conseguinte, o grupo paraibano teve contato com essa produção de forma direta, seja durante a graduação ou na prática profissional nos escritórios pernambucanos, incorporando diversas fontes de interlocução em seus projetos desenvolvidos na capital paraibana, ou mesmo em outras cidades da Paraíba. A proximidade às obras pernambucanas e a colaboração direta com os profissionais pernambucanos foram fundamentais para consolidar certa influência desses sobre os arquitetos paraibanos. Fato confirmado através dos depoimentos dos próprios arquitetos ao se referirem as suas referências arquitetônicas. Expedito Arruda, por exemplo, relatou que sua produção inicial, principalmente de residências particulares, revelou forte influência da “*escola pernambucana*”, já que foi aluno de Acácio Borsoi, Delfim Amorim e Heitor Maia

⁶² Armando de Holanda Cavalcanti (1940-1979), arquiteto pernambucano formado pela Universidade do Recife em 1963/64. Antes de se tornar professor, desenvolveu intensa atividade ligada a empresas públicas, como a SUDENE, cuja sede ajudara a projetar, na qualidade de membro da primeira equipe formada com esse objetivo e coordenada pelo arquiteto Glauco Campello, com quem estagiou. (SILVA, 1996, p. 01).

Neto, além de ter frequentado os escritórios de Armando de Holanda, Reginaldo Esteves e Wandenkolk Tinoco, com quem estagiou (WOLF, 1998, p. 72; ARRUDA, 2012). Expedito também acrescentou referências nacionais em seus projetos, tais como de Ruy Ohtake, Paulo Mendes da Rocha, Fábio Penteado, Joaquim Guedes, Vilanova Artigas, Siegbert Zanettini, chegando a visitar muitas obras paulistas (ARRUDA, 2012); e internacionais: James Stirling, Robert Venturi entre outros (WOLF, 1988, p. 72; CÉSAR, 2013, p. 02). Por sua vez, Regis Cavalcanti também destacou a importância de Borsoi, mas lembrou de nomes como Armando de Holanda, Geraldo Santana (CAVALCANTI, 2012), os quais foram responsáveis por um período de efervescência construtiva no Recife, caracterizado pelo interesse pelas possibilidades estéticas do concreto armado e a tendência ao regionalismo, evidenciada pela utilização dos materiais locais e na adaptação ao clima tropical. Fato também evidenciado pelos demais arquitetos, como Amaro Muniz, que lembrou o ambiente rico que era a Escola de Arquitetura de Pernambuco, ainda quando funcionava no Centro de Recife, e destacou o nome dos professores Delfim Amorim, Acácio Borsoi, Geraldo Santana, Wandenkolk Tinoco, Hélvio Polito Lopes e Ariano Suassuna (CASTRO, 2012).



Figuras 39 e 40: Residência Miguel Doherty (1969), Delfim Amorim. Residência Hermano José da Silveira Farias (1975), Maria Grasilea Dantas. Fonte: NASLAVSKY, 2004, p. 187; Arquivo da autora, 2013.

A despeito do contato com os antigos e novos professores, os profissionais que passaram a atuar em João Pessoa, mesmo tendo contato com uma nova geração de docentes, tinham nos antigos professores suas principais fontes de influência. Também em um momento quando Amorim, devido a uma enfermidade, deixou um pouco de lado seus projetos no escritório, permanecendo no trabalho como professor; Borsoi se distanciou do ensino para atender as demandas crescentes de seu escritório (NASLAVSKY, 2004, p. 191-192). Os arquitetos por nós pesquisados sempre se referiram em seus depoimentos a esses últimos com maior destaque, apreço e admiração.



Figuras 41 e 42: Mercado de Artesanato da Paraíba (1988). Amaro Muniz e Regis Cavalcanti; e Casa Nilo Coelho (1976). Armando de Holanda. Fonte: Acervo da autora, 2010; CANTALICE, 2009.

“Ele está presente em todo traço dos alunos”, declarou o arquiteto Expedito Arruda, ao falar sobre Borsoi. “Ele tinha o fazer arquitetônico como uma arte, adorava uma prancheta, estava sempre ampliando as possibilidades e dizia sempre: não encerre seu projeto na primeira idéia”⁶³. “Ele nunca se negava em olhar o trabalho de um aluno”⁶⁴, revelou o ex-aluno Amaro Muniz dizendo que os projetos de Borsoi “tinham menos adorno e mais espaço, tendo assumido, ao longo do tempo a ‘nordestinidade’ embora fosse carioca, porque nesta região, as portas e janelas são feitas para serem abertas, há muita luz e a brisa, então, ele incorporou estes elementos”. Depoimentos que confirmaram a preferência, e talvez, uma maior aproximação dos professores de projeto do que dos professores de outras disciplinas.

Estes profissionais lembraram também a importância da disciplina de Estética lecionada por Ariano Suassuna (CAVALCANTI, 2012), que entre 1956 e 1989, foi professor da Universidade Federal de Pernambuco, e “(...) embora ele não tivesse uma metodologia de ensino, ele tinha uma bagagem de conhecimento exorbitante (...)”, seguindo uma orientação moderna (CASTRO, 2012).

Quanto ao campo urbanístico, o grupo paraibano talvez teve contato com profissionais como o engenheiro Antônio Bezerra Baltar⁶⁵ (1915-2003), que em 1941, passou a ministrar a disciplina Urbanismo-Arquitetura Paisagística em substituição ao professor e engenheiro José Estelita, além de ter lecionado outras disciplinas como Pequenas Composições, Teoria da Arquitetura e Perspectiva (PONTUAL, 2010, p. 09)⁶⁶, depois de prestar concurso para professor efetivo, em 1953; além Ayrton de Almeida Carvalho (n. 19??); ambos ainda remanescentes da fundação da EBAP (PEREIRA, 2008, p. 47);

⁶³ Depoimento do arquiteto para a Revista EDIFICAR.

⁶⁴ Depoimento do arquiteto para a Revista EDIFICAR.

⁶⁵ Antônio Bezerra Baltar (1915-2003) formou-se pela Escola de Engenharia em 1938. Ainda estudante, trabalhou na diretoria de Arquitetura e Urbanismo-DAU, órgão coordenado por Luiz Nunes.

⁶⁶ Ayrton da Costa Carvalho (n. 19??) foi engenheiro, professor no curso de Arquitetura e chefe do 1º Distrito Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

além de Everaldo da Rocha Gadelha (n. 19??), assistente de Urbanismo-Arquitetura Paisagística; Provavelmente, ainda tiveram contato também com o urbanista Zenildo Sena Caldas (1937-2012)⁶⁷ que ingressou como docente na UFPE em 1973.

Mesmo com um cenário rico de possibilidades profissionais na capital pernambucana, seguramente foi o mercado local que os atraiu. Fato confirmado pelos depoimentos dos próprios arquitetos: em Recife, o mercado de trabalho já estava muito concorrido (CAVALCANTI, 2012); em oposição a João Pessoa, onde esse ainda era incipiente (ARRUDA, 2012). Recife, apesar da efervescência construtiva na época, estava saturada. A possibilidade de exercer a profissão em novos recantos motivava os arquitetos, como Expedito: “*procurava um espaço meu, uma cidade em processo de desenvolvimento, que não estivesse tão inchada quanto Recife. Uma cidade de porte médio, na escala de Aracaju, Maceió e João Pessoa (...)*” (WOLF, 1988, p. 72).

Apesar de as tecnologias de ponta não terem alcançado a Paraíba, naquele momento, os arquitetos desenvolviam uma arquitetura de cunho regional, onde as questões relacionadas à adequação climática eram suas principais preocupações. Mesmo com “(...) *uma tradição arquitetônica voltada para nosso clima, nossos materiais, nossa cultura, e também voltada para nossa economia*”, os movimentos das chamadas “*escola carioca*” e “*escola paulista*” também repercutiram na formação e na produção desses novos profissionais: “*Artigas, como todos os demais teóricos da Arquitetura Moderna, teve grande influência e ainda tem, em nossa formação. Toda essa Arquitetura Moderna que surge no Brasil ainda está montada em cima de um Lúcio, Niemeyer ou Artigas (...)*”, revelou Regis Cavalcanti (WOLF, 1988, p. 70). De acordo com o arquiteto Expedito Arruda “(...) *a gente desenvolveu muitos projetos montados, digamos assim, naquilo que era chamado ‘escola paulista’, de um Ruy Ohtake, Artigas ou Paulo Mendes da Rocha. Todos eles, da mesma forma que Borsoi e Amorim, influenciaram o trabalho de minha geração no Nordeste (...)*” (WOLF, 1988, p. 72).

Portanto, além da contribuição dos arquitetos pernambucanos no campo acadêmico, se estendendo ao campo profissional, essa nova geração de arquitetos egressos de Recife e radicados em João Pessoa teve sua produção ajustada com a arquitetura moderna brasileira, à margem da ideia de escolas e vertentes. Mesmo tendo convivido com um meio arquitetônico e urbanístico profícuo, possibilitando o aprendizado arquitetônico em meio à interação que mantinham com a capital pernambucana, suas posturas projetuais se mostraram diversificadas, não implicando em subordinação estrita a “*escola pernambucana*”. Desse modo, pelo menos no discurso, pareceu ter havido por parte dos

⁶⁷ Juntamente com seus irmãos Zildo e Zamir e o amigo Helvio Polito, Zenildo foi um dos membros do escritório pernambucano Sena Caldas e Polito.

arquitetos paraibanos a livre escolha de referências, que dentre as diversas manifestações existentes, tanto no cenário nacional quanto internacional, selecionaram àquelas concepções arquitetônicas que melhor lhes pareceram expressivas, pertinentes ou adequadas resultando, possivelmente, em diferentes propostas de trabalho, como procuramos constatar em nossa pesquisa.

Em torno do curso de Arquitetura da Paraíba

O fato de a Paraíba não ter seu próprio curso de arquitetura ocasionou o deslocamento de muitos estudantes para outras universidades do país, em especial a UFPE. Mas o crescimento da cidade e o surgimento de novas oportunidades de trabalho atraíam novos arquitetos para atuar em João Pessoa. Alguns dos arquitetos recém-formados, vindos de Recife, veio pela oferta de trabalho que surgiu nas prefeituras dos campi de João Pessoa e Campina Grande da UFPB, mas, sobretudo para ensinar no curso de arquitetura criado recentemente (CARVALHO, 2014). Assim, o papel da universidade com a implantação do curso de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, em 1974⁶⁸, dentro do Centro de Tecnologia (MEC aprova..., 1974, p. 3), como apêndice do Curso de Engenharia, foi decisivo para a vinda de profissionais de outras regiões.

Até então, a Universidade tinha apenas o Curso de Engenharia, criado em 1952, dispondo exclusivamente de professores-engenheiros e alguns poucos professores-arquitetos que ministriavam as disciplinas de Desenho Técnico e Desenho Arquitetônico. As atividades do Curso de Arquitetura tiveram início no primeiro semestre letivo de 1975⁶⁹, e os primeiros professores advindos da Escola de Engenharia, ou àqueles já vinculados à instituição, formaram inicialmente o seu corpo docente (AURELIANO, 2001, p. 36-37) ⁷⁰. Essa primeira estrutura curricular previu os conteúdos das disciplinas, mas ainda não dispôs de ementas, as quais foram sendo elaboradas à medida que o curso se desenvolveu. Entretanto, mesmo com uma estrutura curricular já montada, a conjuntura da criação do Curso de Arquitetura apontava para a formação de um profissional com perfil muito próximo ao do engenheiro.

Quadro que já havia sido superado em diversas universidades do país e a autonomia já tinha se efetivado em muitas delas. A criação das Faculdades de Arquitetura, até meados dos anos 1950, influenciada pela criação da Faculdade Nacional do Rio de

⁶⁸ De acordo com a Resolução nº 18/74 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI), de 02 de dezembro de 1974.

⁶⁹ De acordo com a Resolução nº 46/74 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 10 de setembro de 1974, que previa uma duração de no mínimo oito e no máximo doze semestres com 3720 horas de duração.

⁷⁰ Inicialmente eram cerca de nove professores: os arquitetos Mário Glauco Di Lásio, Pedro Abrahão Dieb, Antônio José do Amaral, Maria Berenice Amaral (que não chegou a lecionar) e Ubiratan Vasconcelos Leitão da Cunha; e os engenheiros Orlando Galisa de Andrade, Serafim Rodriguez Martinez, Osni Paes de Carvalho Rocha e Arthur Américo Siqueira Campos Cantalice (HONORATO, 1987, p. 38 *apud* PEREIRA, 2008, p. 244).

Janeiro, em 1945, já era uma realidade nas principais universidades brasileiras. Universidades que agora estavam preocupadas em retomar o debate sobre os problemas nacionais e, entre eles, os ligados à arquitetura e à arte, perdido durante os últimos 15 anos. Além disso, as profundas modificações no setor profissional, sobretudo com a ampliação do campo de atuação, do crescimento da demanda social e da multiplicação de profissionais pelo país, também eram motivo de atenção (GRAEFF, 1980, p. 96).

A ampliação do campo de trabalho, “*dada a grande diversidade de atuações possíveis a que se dedicaram os arquitetos nos últimos tempos: planejamento regional e urbano – desenho urbano -, edificação, projeto (...) desenho industrial, comunicação visual e, mesmo, pesquisa acadêmica*” (KATINSKY, 1985, p. 31), favoreceu a multiplicação de escolas pelo Brasil. Quer em grandes empresas, estatais ou privadas, quer em escritórios particulares, ou ainda, em órgãos públicos, o mercado de trabalho se vislumbrou favorável para o campo profissional de arquitetos e urbanistas em todo o país. A abertura de novos cursos pelas universidades brasileiras, sempre a cargo do Estado, passou também para as universidades particulares, as quais, segundo Acayaba & Ficher (1979, p. 29), eram mantidas por interesses outros que a formação, preparando profissionais de segunda linha.

Até o início dos anos 1960, existiam apenas sete cursos no país⁷¹, em seis cidades, sendo somente um deles realmente autônomo, desvinculado das Escolas de Belas-Artes⁷². Esse número quase duplicou até o início dos anos 1970, quando já eram doze cursos, em onze cidades, com apenas um curso em uma universidade privada⁷³. Ao final da década, esse número cresceu expressivamente, pois já eram 16 cursos⁷⁴ de Arquitetura e Urbanismo nas principais universidades brasileiras (14 cursos em federais, um em estadual e um em universidade privada). Na década seguinte, “*em 1984, contavam-se mais de cincuenta*” (KATINSKY, 1985, p. 34). Assim, o Curso de Arquitetura da Paraíba foi criado em um momento em que os cursos e faculdades de arquitetura se multiplicaram pelas universidades do país.

A independência da Arquitetura em relação à Engenharia no âmbito da UFPB era uma aspiração não mais apenas ao nível do ensino e da formação, mas também do nível profissional. Fato que se revelou com a recém-criada Resolução nº 218, de junho de

⁷¹ As faculdades de arquitetura da Universidade do Brasil (RJ), da Universidade de São Paulo (SP), do Mackenzie (SP), da Universidade de Minas Gerais (MG), da Universidade Federal da Bahia (BA), da Universidade de Porto Alegre (RS) e da Universidade do Recife (PE).

⁷² A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, e federalizada em 1946.

⁷³ Além dos cursos já citados, foram criados nos anos 1960, os cursos das universidades federais do Paraná (1961), de Brasília (1962), do Pará e do Ceará (1965).

⁷⁴ Além dos cursos citados em notas anteriores, foram criados os cursos das universidades federais de Alagoas e Rio Grande do Norte (1973), Paraíba (1974), Santa Catarina (1977) e Espírito Santo (1978).

1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), que discriminava melhor as atividades de engenheiros, arquitetos e agrônomos, apesar de ter deixado algumas sobreposições de funções, especialmente às referentes ao projeto de edificação. Soma-se ao antigo desejo de separar a Câmara de Arquitetos do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA), dando real autonomia ao exercício profissional dos arquitetos em relação aos dos engenheiros, a proposta levada ao congresso nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1979 (SABBAG, 1976, p. 61), mas que só veio a efetivar-se em 2010⁷⁵.

Mas o fato de o Curso de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ter sido criado sem a real autonomia já conquistada por outras instituições brasileiras se deveu muito mais por questões financeiras e burocráticas do que por questões estruturantes. A pouca quantidade de recursos disponíveis para sua criação; a falta de uma estrutura física própria; somado ao número restrito de arquitetos atuantes em João Pessoa, naquele momento⁷⁶, para formar um quadro mínimo de docentes (PEREIRA, 2008, p. 243), forçaram a criação do Curso de Arquitetura vinculado às estruturas físicas e de pessoal do Centro de Tecnologia. Assim, arquitetos e engenheiros foram responsáveis por formar as primeiras turmas de arquitetos na Paraíba.

“Para dar suporte a esse curso, criaram-se, nesse mesmo ano, a Coordenação do Curso e o Departamento de Arquitetura, este devendo também atender às demandas dos outros cursos do CT relativas à área de expressão e representação gráfica. Esse departamento foi formado a partir da relocação de engenheiros do Departamento de Tecnologia da Construção Civil e da contratação de arquitetos da Prefeitura Universitária, contando, no início, com um número reduzido de professores. O Colegiado do Curso só passou a funcionar a partir de dezembro de 1976.

Nessa primeira etapa do curso, ainda que não houvesse uma proposta claramente definida, as condições objetivas de sua criação – Centro de Tecnologia, professores oriundos do DTCC, carga mínima de projeto e representação, instrumental técnico idêntico ao do engenheiro, e algo de humanidades previsto pela própria universidade – apontava para a formação de um profissional com perfil muito próximo ao do engenheiro e voltado principalmente para o projeto e construção do edifício. O objetivo da criação do curso era prover a cidade de profissionais preparados para a organização do espaço habitado, público e privado”. (CORDEIRO, s/d).

Entretanto, em meio a esse cenário que, a partir dos anos de 1976, paralelamente à contratação de professores-arquitetos⁷⁷, e constatada a necessidade de uma estrutura específica que contemplasse a formação do arquiteto, iniciou-se a primeira reformulação

⁷⁵ Quando foi criado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), pela Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

⁷⁶ Havia pouquíssimos arquitetos morando e trabalhando na cidade: Pedro Dieb, Mário Di Lásio, Eduardo Aquino, Ronaldo Negromonte, Régis Cavalcanti, Marcos Marinho, Madalena Zaccara e talvez, mais uns dois ou três (CARVALHO, 2014).

⁷⁷ Ao final de 1976 o corpo docente já era constituído por aproximadamente vinte professores, dos quais treze eram arquitetos (HONORATO, 1987, p. 39 *apud* PEREIRA, 2008, p. 244).

nos conteúdos disciplinares, os quais, em sua maioria, privilegiaram as disciplinas técnicas provenientes do curso de engenharia (AURELIANO, 2001, p. 38; PEREIRA, 2008, p. 244). Desse modo, essa reformulação objetivou criar um curso de arquitetura independente, eliminando o seu caráter de extensão do Curso de Engenharia Civil. Baseada em amplas discussões, essa reforma contou ainda com o apoio da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA), que realizava, nesse momento, ações visando à reformulação do currículo mínimo dos cursos de arquitetura do país.

Então, em 1977, a nova estrutura curricular foi implementada⁷⁸. O curso, que anteriormente tinha 3.720 horas de duração, teve sua carga horária aumentada para 3.840 horas, a serem cursadas em no mínimo 09 (nove) e no máximo 13 (treze) semestres. Agora, as disciplinas eram distribuídas de acordo com os três eixos de conhecimento: 1) projeto e representação gráfica, 2) teoria e história da arquitetura e 3) tecnologia (AURELIANO, 2001, p. 39). Desse modo, consolidaram-se as principais mudanças propostas com o intuito de atender aos novos objetivos do curso, que de acordo com Cordeiro (s/d) resultaram em: a) decréscimo do número de créditos dedicados ao conteúdo técnico; b) acréscimo do número de créditos dedicados ao conteúdo relativo a teoria e história; c) acréscimo do número de créditos dedicados ao conteúdo relativo a disciplinas de projeto de edificação e urbanismo, entendendo essas duas escalas de intervenção inseparáveis; d) inclusão de conteúdo relativo ao planejamento urbano e regional e às políticas públicas; e) criação de cinco áreas de concentração de estudos, que contemplavam novas solicitações da sociedade: conforto ambiental, materiais e tecnologia construtiva, planejamento habitacional, planejamento urbano e regional, preservação e restauração arquitetônica e urbanística; f) criação do trabalho final de graduação como um momento de síntese onde o aluno demonstraria o seu nível de amadurecimento, um espaço de liberdade e de exercício da crítica onde o tema era de livre escolha; g) inclusão de disciplinas correlatas optativas que despertassem a importância das relações interdisciplinares. Proposta que resultou em uma blocagem, onde os conhecimentos simultâneos ou subsequentes foram garantidos pelos pré-requisitos e co-requisitos.

Em conjunto, tem-se a vinda de novos profissionais, preferencialmente formados em arquitetura, para abarcar as disciplinas específicas ao campo da arquitetura. Alguns profissionais foram convidados a assumir disciplinas, enquanto outros se submeteram a concursos para integrar o quadro de docentes, entre eles àqueles que estavam recentemente se radicando em João Pessoa, sobretudo os recém-egressos do curso de

⁷⁸ De acordo com a Resolução nº 12/77, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 22 de março de 1977, que atendia ao currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1969 (Resolução nº 03/69-CFE de 25/06/69).

Recife (PEREIRA, 2008, p. 245): Régis Cavalcanti foi convidado, mas preferiu ir trabalhar no setor público, na Superintendência de Planejamento (SUPLAN) do Governo Estadual, indicando o colega Expedito de Arruda para o trabalho na universidade (CAVALCANTI, 2012); Expedito de Arruda, depois de aceitar o convite do colega, passou a ministrar as disciplinas, dividido com o trabalho no setor público, na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura Municipal e no seu escritório (ARRUDA, 2012); Maria Grasiela Dantas entrou como professora em 1978, através de concurso público, quando passou a lecionar as disciplinas de Projeto de Edificação e Urbanismo (DANTAS, 2014); Amaro Muniz também prestou concurso para professor, depois de ter trabalhado no setor de projetos da instituição colaborando com a execução dos projetos arquitetônicos do campus da UFPB (CASTRO, 2012); ainda em 1977, Hélio da Costa Lima também entrou para o quadro de docentes da instituição, juntamente com Francisco de Assis Gonçalves, Alberto José de Sousa, José Luciano de Oliveira Agra, entre outros. A vinda desses profissionais representou um salto quantitativo, mas especialmente qualitativo para o curso, que agora recebia profissionais-arquitetos de formação moderna e que dominavam as questões técnicas da profissão. Contudo a ideia de premiar com melhores salários, os professores que dedicassem tempo exclusivo à instituição, tolheu muito a prática profissional entre os docentes e afugentou muitos profissionais da Universidade (DANTAS, 2014).

Apesar das medidas no sentido de tornar o curso mais independente, ele ainda funcionava nas dependências da Escola de Engenharia (AURELIANO, 2001, p. 38-39). Fato que demandou a criação de dependências exclusivas para o Curso de Arquitetura para a real efetivação de sua autonomia. Procedeu-se então para a construção de um edifício provido de instalações físicas específicas para abrigar as atividades do curso, iniciada em 1978. O Atelier de Projeto (CT-H), também chamado Laboratório de Pranchetas, como veremos a seguir [na seção “O desenvolvimento físico do campus universitário”, no Capítulo 2], foi concebido pelo arquiteto pernambucano Armando de Carvalho, então funcionário do setor de projetos da Prefeitura Universitária, e que também já tinha participado da elaboração de importantes projetos da instituição como do Centro de Vivência, da Biblioteca Central e do Restaurante Universitário da UFPB.

Desse modo, o curso foi finalmente reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em abril de 1979⁷⁹ (UFPB já tem..., 1979, p. 5), graças às medidas de reformulação empreendidas anteriormente: o quadro de professores consolidado, a construção das instalações físicas específicas, ainda que nas dependências do Centro de Tecnologia, e um extenso currículo de atividades realizadas. Satisfeitas as condições

⁷⁹ Através do Decreto Presidencial nº 83.380 do Conselho Federal de Educação (CFE).

legais, em dezembro daquele mesmo ano, foi formada e primeira turma de arquitetos da Universidade Federal da Paraíba constituída por treze profissionais aptos a entrar no mercado de trabalho (CORDEIRO, s/d; PEREIRA, 2008, p. 245). Alguns dos quais também se tornariam professores da instituição nos anos subsequentes.

Reconhecimento que veio atrelado às reformulações empreendidas nacionalmente, quando, em dezembro de 1979, também estava sendo elaborada pela Comissão de Redação⁸⁰, a redação final do novo currículo mínimo dos cursos de Arquitetura do Brasil. A proposta de reformulação do currículo deu entrada no Conselho Federal de Educação, em fevereiro de 1981, depois de um longo processo de estudos, discussões e amadurecimento iniciado, ainda em 1977, a partir da Carta de Ouro Preto, que dizia ser: “*a reformulação do Currículo Mínimo é tarefa necessária e urgente, mas não é garantia, por si só, de melhoria do ensino*”. Melhoria que era urgente não apenas ao nível do ensino de arquitetura, mas de todo o ensino universitário do país. Os problemas enfrentados pela universidade pública e pela sociedade como um todo, no início dos anos 1980, especialmente quanto ao achatamento salarial, à instabilidade do emprego e à falta de verbas destinadas à educação e, sobretudo à necessidade de democratização da própria universidade, produziram crises internas dentro da Universidade Federal da Paraíba. De acordo com Cordeiro (s/d):

“Frente a divergências estruturais, o corpo docente enquanto coletivo se esfacela e a representação estudantil desaparece. Entre 1980 e 1986 foram abandonados os projetos coletivos: uma parcela considerável do quadro de professores saiu para capacitação docente, outra pediu transferência de universidade e uma terceira passou a desenvolver pesquisas e outros trabalhos individuais. Esse interregno, se por um lado não contribuiu para o processo de aprimoramento na construção de “escola”, possibilitou a qualificação de seus professores e consolidou a pesquisa na área, ainda que a partir de projetos individuais (...).”

“Paralelamente, a representação estudantil se reorganiza e passa a travar uma luta interna com as instâncias deliberativas do CT para reconquistar seu direito de representação, com o objetivo de participar ativamente na condução do seu processo de formação acadêmica e profissional”.

Ao final desse período de instabilidade e de disputas, houve tentativas de retomar as atividades coletivas através da elaboração de novos projetos de laboratórios, seminários e pesquisas, os quais foram encaminhados para órgãos financiadores⁸¹. A partir de 1987, com a aprovação de alguns destes projetos e com o apoio de recursos, os

⁸⁰A comissão de redação eleita pela Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-SESU-ABEA) foi constituída pelos professores-arquitetos Jorge Caron, Candi Hirano, Edgard Graeff, Fernando Carlos Rabelo e o estudante Nilton Vasconcelos, contando ainda com a colaboração de Carlos Eduarco Comas e Dermeval Monteiro (PROJETO, nº 34, out, 1981).

⁸¹ Como o apoio de recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC/SESU), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE).

esforços conjuntos do Departamento e da Coordenação de Arquitetura foram concentrados na criação de condições que permitissem ao curso participar e acompanhar mais de perto as transformações pelas quais passava a profissão e o país.

“Assim, embrionariamente foi iniciada a instalação de laboratórios ligados à informática (INFOARQ) e vídeo (ARQUIVIDEO) bem como o desenvolvimento de trabalhos nestas áreas. Da mesma forma, foram implantados o Atelier de Artes Aplicadas (AAA), o Centro de Documentação e Informação (CEDIARQ) e o Ambiente Especial de Estudos para os alunos (ARQUESTUDO). Foram ampliadas as atividades da Oficina de Maquete (MARQ), reestruturada a utilização da Oficina de Fotografia (FOTOLAB) e iniciadas as atividades do Laboratório Integrado de Projetos (LIT), que a partir de agosto de 1992 foi substituído pelo Laboratório do Espaço Urbano e Construído (LEUCO)” (CORDEIRO, s/d).

A partir dessas modernas unidades de apoio didático, novas atividades passaram a ser realizadas, principalmente aquelas ligadas ao ensino, à pesquisa e, principalmente à extensão, com a participação de outros setores da própria instituição, de entidades profissionais e de outros órgãos públicos. Fato que contribuiu para dinamizar o ensino e enriquecer a formação dos alunos através da realização de seminários, cursos e palestras, atividades que sustentavam a construção dessa nova fase, ao passo que contribuíam para atualização e melhor qualificação dos profissionais egressos em meio a um mercado de trabalho que se ampliava e diversificava. Desse modo, também eram introduzidos na graduação os conteúdos que começavam a fazer parte da formação, mas que ainda não constituíam disciplinas.

De acordo com Cordeiro (s/d), como consequência deste momento de efervescência, iniciou-se um novo ciclo de debates sobre a formação profissional que culminou com uma terceira proposta de reformulação curricular ao final dos anos 1980⁸², a qual visava adequar o curso à nova conjuntura e melhorar a sua execução. Essa reformulação visava principalmente recuperar o espírito (filosofia) da proposta de 1977 que se havia perdido em face dos problemas enfrentados ao longo dos doze anos de existência e afirmação do curso. Não ocorreram mudanças efetivas na grade curricular, apenas *“permaneceram praticamente as mesmas ementas com pequenas alterações de conteúdo, que procuravam garantir atualização dos conhecimentos e organicidade na seqüência das disciplinas através de uma estrutura e meios de operacionalização dotados de certa flexibilidade”* (CORDEIRO, s/d). A estrutura resultante desta terceira fase permaneceu vigente até meados dos anos 1990⁸³. Assim sendo, os arquitetos formados anteriormente à portaria enfrentaram um ambiente de instabilidades e incertezas, diante da criação e adequação do curso da UFPB.

⁸² Através da Resolução nº 32/89 - CONSEPE, de 28 de dezembro de 1989.

⁸³ Quando houve a publicação da Portaria 1770, de dezembro de 1994, que fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em arquitetura e urbanismo.

Capítulo 2

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO

A recepção e divulgação na imprensa

Em meio às transformações urbanas verificadas e as mudanças no quadro de arquitetos da cidade, nos voltamos aos periódicos da época a fim de verificar a recepção de obras locais e divulgação das mesmas a época de seu aparecimento e ao longo da história. Entre os periódicos de circulação nacional publicados entre 1970 e 1990 consultados nesta pesquisa (Acrópole, Módulo, Projeto, Pampulha, Arquitetura e Urbanismo – AU)⁸⁴, aceitáveis foram as referências encontradas sobre arquitetura de João Pessoa, um pouco mais que “as poucas referências” encontradas por Pereira (2008, p. 57), o que demonstrou uma abertura de espaço para as “produções regionais” (ou “produções marginais”) da arquitetura moderna brasileira, na mídia especializada, mesmo com as poucas publicações do período (se comparado com o maior número de publicações existentes entre os anos de 1930 e 1960, como vimos inicialmente [na Introdução]).

Entre as referências encontradas, foi publicado na *Acrópole* (nº 373) o projeto da agência central do Banco do Nordeste do Brasil (1969-1970), dos arquitetos radicados em Fortaleza: José Liberal de Castro, Gerhard Ernest Bormann e Reginaldo Rangel, – também levantada por Pereira (2008, p. 58). Foi destaque a forma como foi resolvido o programa e a expressão plástica resultante do edifício em meio aos condicionantes.

⁸⁴ Os períodos e exemplares consultados de cada período estão discriminados na seção “Arquivos e fontes pesquisadas”



Figura 43: Banco do Nordeste do Brasil (1970), Liberal de Castro, Gerhard Ernest Bormann e Reginaldo Rangel. Fonte: Revista ACROPOLE, nº 373, mai, 1970.

O edifício do Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977-1982), de Glauco Campello e José Luiz Pinho, foi publicado e contemplado duas vezes na revista *Módulo* (nº 47 e nº 01 especial) e na *Projeto* (nº 35). Talvez tenha sido o projeto mais divulgado pelas publicações especializadas do período. Foram destacados fotos da maquete e dos desenhos do projeto apresentado no concurso, além de imagens com detalhes espaciais e construtivos da obra. Até mesmo as páginas de publicidade da construtora responsável pela execução da obra davam destaque ao novo terminal paraibano, pelo desafio de sua construção. A simplicidade, a espacialidade e a funcionalidade foram os pontos mais destacados nas publicações. A obra também mobilizou estudantes de arquitetura e urbanismo de outras cidades do país, como os de Recife, quando alunos da Universidade Federal de Pernambuco eram trazidos por seus professores para conferir a construção da obra⁸⁵; ou mesmo os alunos da Universidade Federal da Paraíba, que nesse período puderam acompanhar também as obras do Espaço Cultural do Estado (1979-1983).

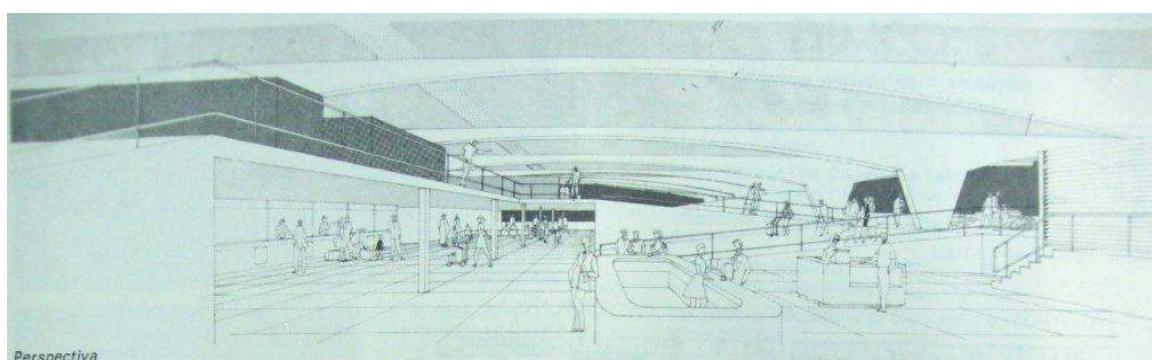


Figura 44: Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977), Glauco Campelo e José Luiz Pinho. Fonte: TERMINAL Rodoviário..., 1981.

⁸⁵ Depoimento do professor Luiz do Eirado Amorim à autora, em 04/12/2012.



Figura 45: Implantação do Terminal Rodoviário no Centro Histórico. Fonte: SAMPAIO, 1981.

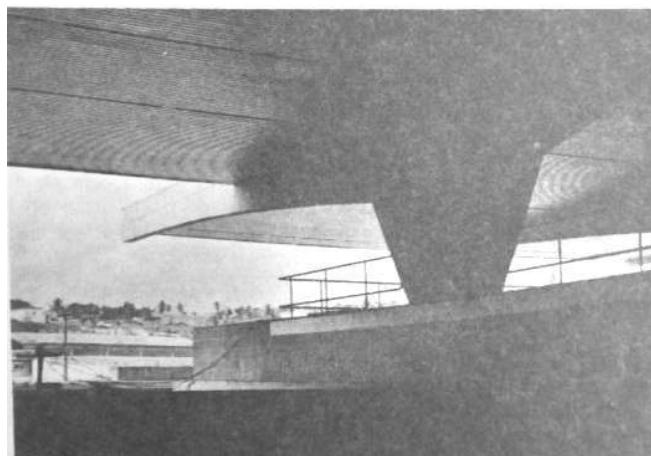


Figura 46: Vista do Centro Histórico a partir do Terminal Rodoviário. Fonte: ESTAÇÃO Rodoviária, 1981.

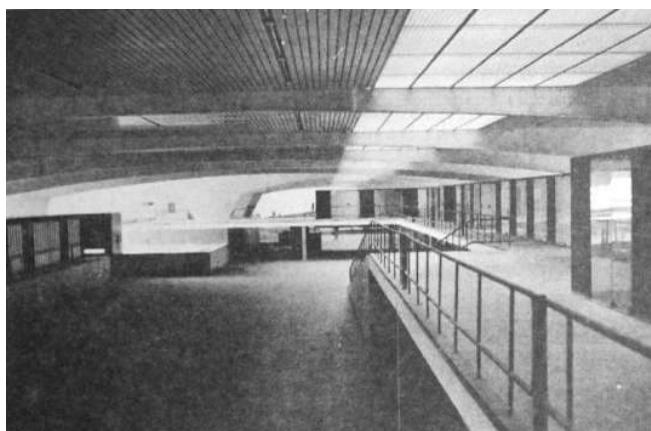


Figura 47: Visão interna do Terminal Rodoviário. Fonte: ESTAÇÃO Rodoviária, 1981.

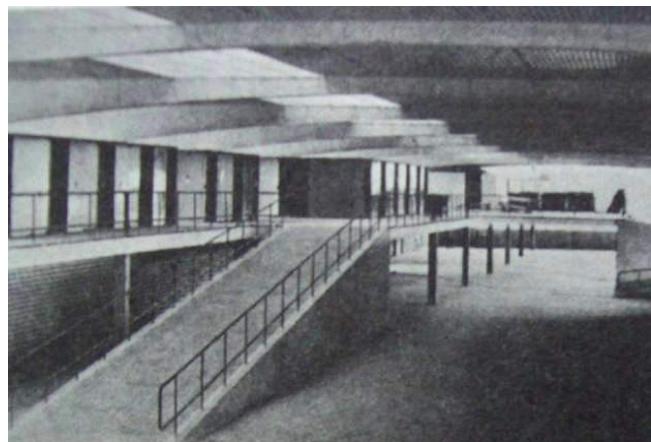


Figura 48: Visão interna do Terminal Rodoviário. Fonte: ESTAÇÃO Rodoviária, 1981.

O projeto também ganhou destaque na imprensa local. As manchetes de jornais da época anunciaram o Terminal de João Pessoa como um dos mais modernos do Nordeste. Era um projeto muito aguardado pela população já que a capital, dentre as demais capitais do país, era a única que ainda não tinha modernizado as instalações de sua estação rodoviária, segundo os jornais locais. A repercussão se deveu, talvez, muito mais pela qualidade do projeto em si do que pelo talento individual de seu arquiteto, o paraibano Glauco Campello.



ACEITAMOS QUALQUER DESAFIO NO NORDESTE

Embarque Portão 2

Menos o desafio dos violeiros e cantadores.

NOSSA ARTE É A CONSTRUÇÃO. Assim participamos do desenvolvimento do Nordeste.

Damos vida a projetos de obras Civis e Industriais. Aproximamos as comunidades e levamos o progresso através da construção de Rodovias.

Zelamos por melhor qualidade de vida com a realização de obras de Saneamento.

A equipe técnica da ENARQ está preparada para qualquer desafio no seu campo de atuação.

O Terminal Rodoviário de João Pessoa prova isso.

Em breve estará pronto e entregue à população.

Uma construção que dá a ENARQ o privilégio de dizer a todos que são BEM-VINDOS.

ENARQ - ENGENHARIA E ARQUITETURA LIMITADA
Construções Civis e Industriais

PB/João Pessoa - Rua Afonso Barbosa, 1601 BR230 Km16,5 Estrada Cabedelo Tel.224-4230 Telex(0832) 175 ENAR BR
RN/Natal - Rua São José, 1466 - Lagoa Seca Tel.231-1316, 231-1317 e 231-2628 Telex(081) 1840 ENAR BR
AL/Maceió - Rua Sebastião Correia da Rocha, 905 Tel.241-3892 Telex(0822) 197 ENAR BR
PE/Recife - Rua Confederação do Equador, 143 - Grucas Tel.221-5609 Telex(081) 1593 ENAR BR

Figura 49: Publicidade da ENARQ na Revista PROJETO. Fonte: Revista PROJETO. nº 35, nov/dez, 1981.

Por sua vez, o projeto da Estação Telefônica 3 da TELPA (1975-1977), de Sérgio Teperman, foi publicado na *Projeto* (nº 45). Ainda que não tenha sido uma publicação direcionada a um projeto específico, a matéria dedicada ao escritório do arquiteto

abordou a produção das estações telefônicas pelo país⁸⁶. Localizada em Tambaú, a obra foi evidenciada juntamente com outras estações construídas no Estado, pelo fato de terem sido “as primeiras em que, através de uma serie de reuniões que envolveram discussões em João Pessoa, São Paulo e Brasília, foi aceita pela NEC a colocação de dutos externos para cabeação em lugar da furação tradicional de lajes; a NEC padronizou a solução após projetos em questão” (TEPERMAN, 1982, p. 59)⁸⁷. Solução que passou a ser incorporada aos demais projetos executados por Sérgio Teperman.

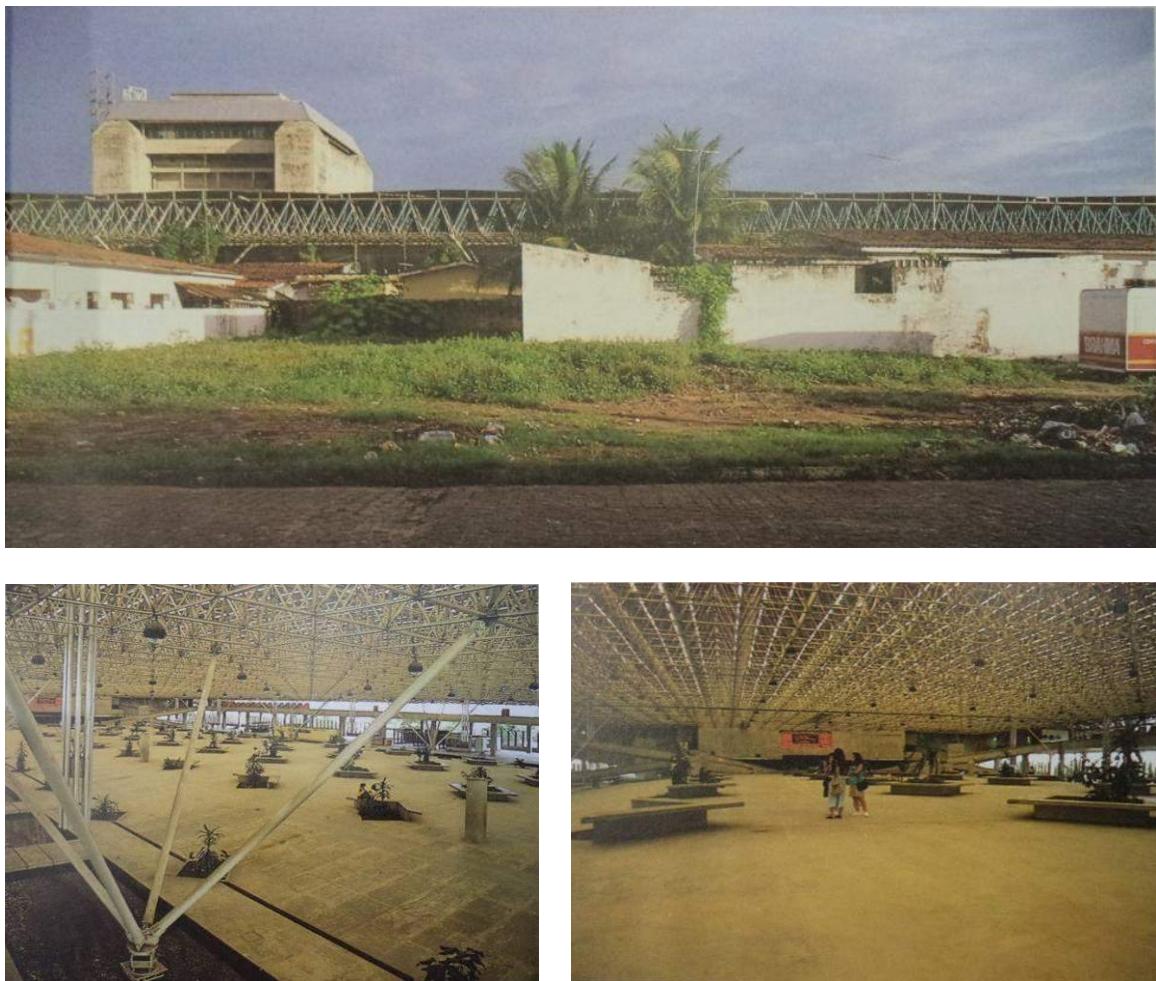


Figura 50: Estação Telefônica 3 da TELPA (1975-1977), Sérgio Teperman. Fonte: TEPEMAN, 1982.

O Espaço Cultural da Paraíba (1979-1983), de Sérgio Bernardes, foi publicado na revista *Projeto* (nº 114) dentro do caderno “Arquitetura Brasileira nos anos 80?” que contemplou obras ainda não conhecidas produzidas nas regiões Norte e Nordeste. O caderno destacou a “praça do povo coberta”, assim definida pelo arquiteto, numa variação temática da “grande cobertura” da vertente paulista, mas de malha espacial em alumínio, para abrigar um espaço polivalente. O projeto, tanto por suas dimensões que extrapolavam os limites da rua, contrastando com o entorno residencial, quanto por ter sido empreendido em uma ocasião desfavorável do país, foi bastante criticado. Para Bernardes, o edifício era uma nova proposta de ocupação da cidade e “detonaria ‘um novo processo cultural’. Uma solução que deveria ser compreendida em meio às “singulares concepções filosóficas e arquitetônicas de seu idealizador”, destacou Hugo Segawa ([ESPAÇO Cultural...], 1988, p. 102).

⁸⁶ Sérgio Tepermann trabalhou 17 anos para o grupo Telebrás, com 70 edifícios projetados e construídos, além de 12 que não o foram. A introdução desses novos estabelecimentos convencionou chamar “arquitetura para empresas de telecomunicações”. Do mesmo modo que Teperman, provavelmente o arquiteto que projetou mais estações telefônicas, Siegbert Zanettini foi o arquiteto que provavelmente projetou mais agências bancárias ou o que se convencionou chamar “arquitetura bancária”.

⁸⁷ A NEC do Brasil S. A.



Figuras 51, 52 e 53: Espaço Cultural da Paraíba (1979-1983), Sérgio Bernardes. Fonte: [ESPAÇO Cultural...], 1988.

Na revista *AU (Arquitetura e Urbanismo)*, a arquitetura pessoense teve lugar de destaque principalmente em dois momentos. Primeiro, a *AU* (nº 18) abordou sobre parte da produção de Clodoaldo Gouveia (1887-1948)⁸⁸, concebida durante a década de 1930 e realizada até os anos 1940. O documento intitulado “*Um pionheiro esquecido*” destacou seu trabalho precursor, o qual não tinha sido devidamente contemplado na historiografia oficial, e mesmo “*tão afastado dos centros do debate e da produção modernista*”, “*apresenta um rigor na concepção técnico-construtiva e uma força plástica (...)*” (MARTINS, 1988, p. 86) que marcam os edifícios. Na revista foram contemplados a Secretaria de Finanças (1932), Estação e o Estúdio da Rádio Tabajara (1935) e o Instituto de Educação (1936), os quais marcaram o processo de modernização local. A atuação de Clodoaldo em João Pessoa pode ser comparada a do arquiteto Luiz Nunes, em Recife, e caracterizada por Martins (1988, p. 88) como “*o que há de melhor na produção brasileira do período*”, principalmente pela influência construtivista, da Bauhaus e de Le Corbusier.

⁸⁸ Clodoaldo Gouveia (1887-1948) foi um arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1910.



Figuras 54, 55, 56 e 57: Secretaria de Finanças (1932), Instituto de Educação (1936) e Estação e Estúdio da Rádio Tabajara (1935), de Clodoaldo Gouveia. Fonte: MARTINS, 1988.

Em um segundo momento, a AU destacou na capa “*João Pessoa: arquitetura ressurgente*”. A matéria de José Wolf intitulada “*A vida no ‘satélite’ verde*” abordou sobre a arquitetura pessoense produzida nos anos 1980 e trouxe os principais personagens desse novo momento da produção arquitetônica local. O jornalista entrevistou o mestre paraibano Mário Glauco Di Lásio, e uma nova geração de arquitetos “*paraibanos*” como Cláudio Massa, Ernani Henrique, Régis Cavalcanti e Expedito Arruda, que como verificamos, começaram a delinear uma produção mais consistente na capital paraibana, principalmente os dois últimos. “*Aferindo ressonâncias da Modernidade na Terra do Sol*” (WOLF, 1988, p. 64), a produção desses arquitetos se mostrou diversificada entre o moderno e o regional com ecos do pós-moderno. Uma arquitetura que já não seguia uma “*linha carioca*” ou “*linha paulista*”, mas uma “*linha pernambucana*”, regionalista talvez.

Na AU (nº 26), quando destacou o trabalho do escritório pernambucano Jerônimo & Pontual, a Agência Cabo Branco da Caixa Econômica Federal teve lugar entre as obras apresentadas em matéria de José Wolf. O projeto desenvolvido em 1980 pode ser enquadrado nas descrições dos arquitetos a respeito do conjunto de sua obra, onde “*sobressaem pela rígida marcação estrutural de concreto – esparsamente implantados, envoltos em desenhos prismáticos e panos de vidro, volumetria quase escultural ou gráfica, porém depurados de qualquer devaneio formal*”, explicou Jerônimo (WOLF, 1989, p. 112). A Caixa Econômica foi fortemente marcada pela expressão da estrutura, rigidamente modulada, em concreto deixado aparente de forma a valorizar o tratamento das placas de concreto. A composição da volumetria foi feita com os panos de vedação transparentes.

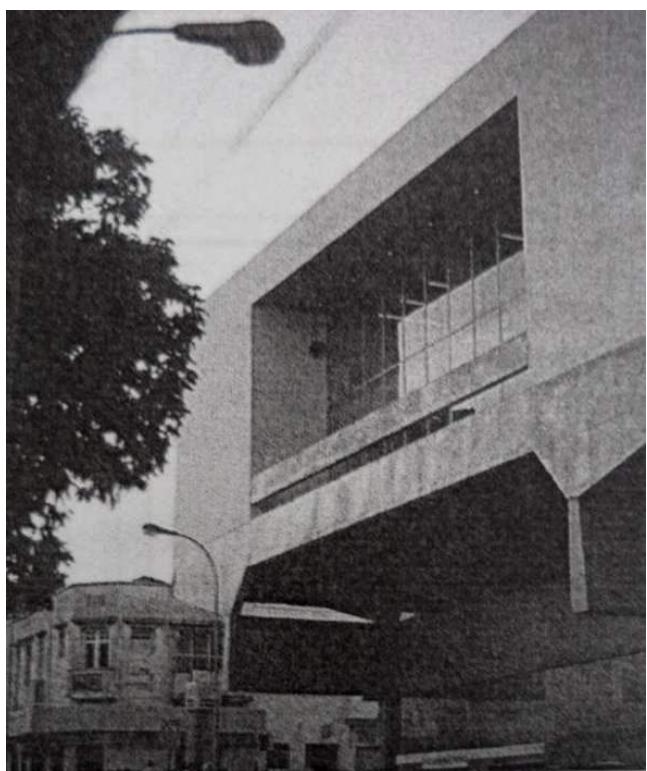


Figura 58: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo Cunha Lima & Carlos Fernando Pontual. Fonte: WOLF, 1989, p. 115.

Também teve lugar na revista *Módulo* (nº 79) o projeto da Agência João Pessoa do Banco Noroeste (1981-1982), de Siegbert Zanettini (n. 1934)⁸⁹, sob coordenação de Luiz M. M. Herrera. A intervenção em uma edificação histórica para adaptar ao novo uso foi destaque como “*um exemplo claro de reconstituição, com elementos novos e antigos seguindo determinantes históricas e locais, mas submetido a conceitos e usos contemporâneos*”. (SABBAG, 1984, p. 56; ZANETTINI, 2002, p. 196). Mesmo não sendo um projeto essencialmente moderno, mas sim uma intervenção em um edifício histórico, e do arquiteto ter tentado reconstituir os motivos da época, o edifício se enquadrou entre a grande produção do setor bancário, evidenciada a partir de 1974, em João Pessoa.



Figuras 59, 60 e 61: Banco Noroeste (1981-1982), Siegbert Zanettini. Fonte: ZANETTINI, 2002.

⁸⁹ Ver também em: ZANETTINI, Siegbert. Agências do Banco Noroeste: restauro. In: ZANETTINI, Siegbert. **Siegbert Zanettini: arquitetura, razão, sensibilidade**. São Paulo: EdUSP, 2002. p. 196.

Como verificado na pesquisa de Pereira (2008, p. 57), aqui também o enfoque das publicações nacionais “se volta a profissionais consagrados”, porém não apenas àqueles formados no Rio de Janeiro, provenientes da Faculdade Nacional de Arquitetura, como Sérgio Bernardes ou Glauco Campello. Pudemos identificar a participação de arquitetos formados em São Paulo, como Sérgio Teperman ou Siegbert Zanettini, destacando suas produções específicas para estações telefônicas e agências bancárias, respectivamente. Mesmo assim, o enfoque das publicações se voltou para profissionais consagrados, mas houve uma tendência em abordar obras e profissionais desconhecidos da crítica, principalmente “as tendências regionais” que estavam se desenvolvendo em outros recantos do país.

Com exceção do Terminal Rodoviário, as reportagens sobre a produção local ainda eram esparsas, apesar de em maior número, e pouco representativas, já que se alinhavam aos estudos panorâmicos sobre arquitetura moderna brasileira. As obras foram apresentadas de forma pontual, sem o devido aprofundamento de suas especificidades, com certo destaque para os profissionais, os escritórios e suas plataformas de trabalho. Nesse caminho as revistas pareceram buscar ressonâncias e inflexões do modernismo por outras regiões não diretamente ligadas ao eixo centro-sul do país, não prevalecendo mais o discurso apenas da difusão da arquitetura moderna brasileira, mas também o da recepção dos princípios modernos.

Em contrapartida, era significativa a recepção local a essas publicações. Como verificamos em exemplares consultados, estudantes e profissionais recebiam os periódicos através de correspondências que manifestavam o recebimento dos títulos nacionais. Mário Glauco Di Lásio assinava a *Módulo*⁹⁰; Maria Grasiela Dantas foi assinante de *AU*, além de ter acesso a revistas internacionais⁹¹; Armando de Carvalho e Amaro Castro consultavam a *Projeto*; Nelci Tinem recebia assinaturas-cortesia da revista *Projeto* para a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, além de trocar correspondências no sentido de divulgar o que estava sendo feito no Estado; a arquiteta Doralice Camboim também recebia a revista *Projeto*.

Talvez, a imprensa especializada tentava vencer as diferenças continentais do país com o intuito de reacender a troca de experiências que estavam sendo desenvolvidas em todas as regiões. Em um momento em que ocorria a retomada da troca de ideias no Brasil, e um crescimento incomum do número de profissionais, o espaço de divulgação da arquitetura era, aos poucos, preenchido por novos instrumentos editoriais que fortaleciam e ampliavam o panorama da produção brasileira. Com o apoio do IAB, as

⁹⁰ Os exemplares de assinante do arquiteto foram doados ao setor de periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

⁹¹ *Architectural Digest*, *Architectural Record* e *Architectural Review* (DANTAS, 2014).

publicações do período, como *Módulo*, *CJ Arquitetura*, *Projeto*, *Pampulha*, retomaram a circulação de propostas, seja sob a forma de projetos ou de idéias.

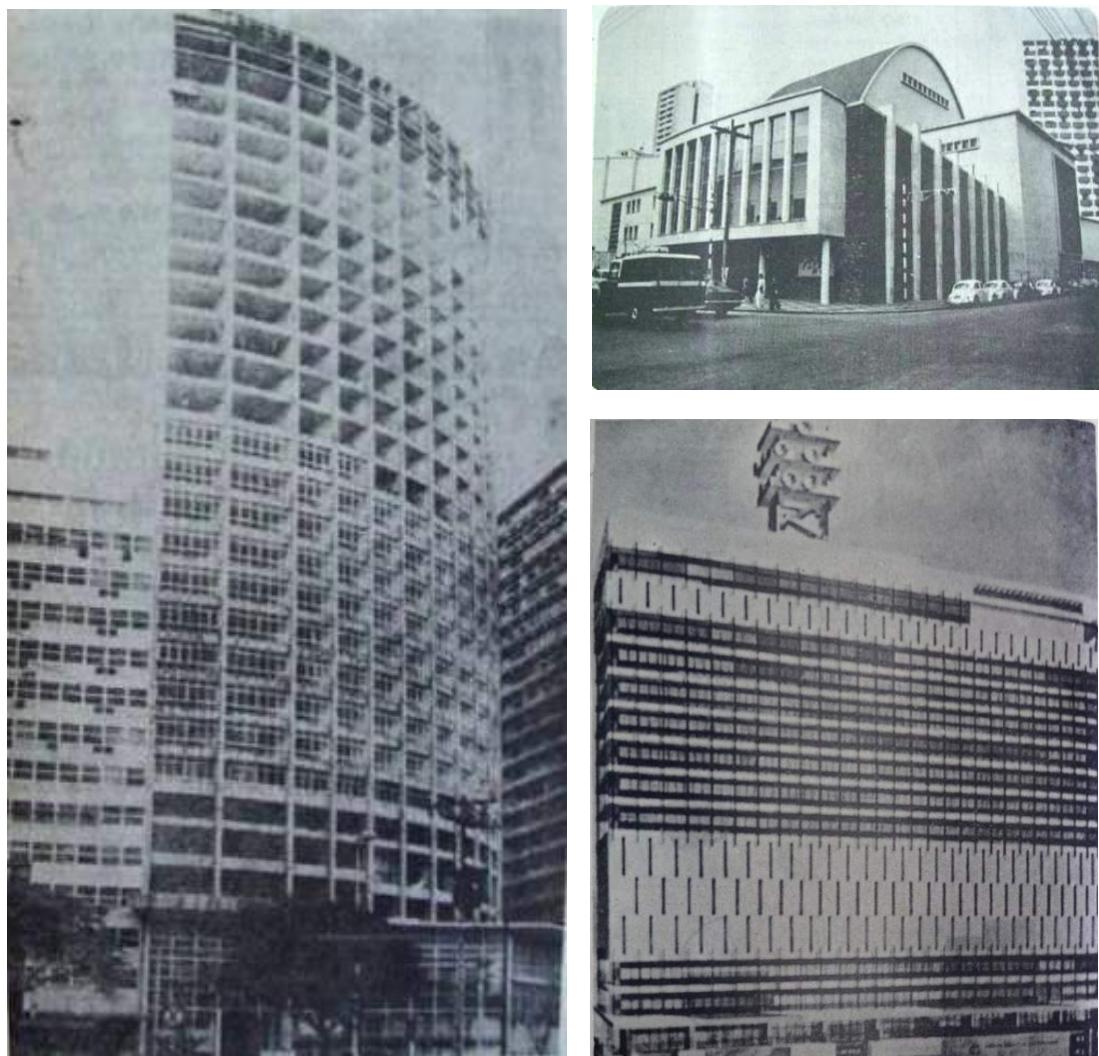
Nesse período de recuperação, a *Módulo* passou a ser republicada em 1975, após dez anos de forçoso silêncio, divulgando projetos de arquitetos de outros estados brasileiros, não mais se restringindo apenas a “*produção carioca*”. Era possível presenciar trabalhos de Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Ruy Othake, Décio Tozzi, Acácio Borsoi, entre outros, evidenciando uma abertura para outras produções. No início dos anos 1980 a revista era publicada mensalmente demonstrando uma melhora no campo editorial brasileiro. A recente *Projeto* vinha, desde seu primeiro número, se esforçando para acompanhar o trabalho de nossos profissionais, principalmente o que eles produziram nos anos 1980. Os catálogos “*Tendências Atuais da Arquitetura Brasileira*” e “*Arquitetura Brasileira Atual*” foram uma tentativa de resgatar a produção da década corrente, como também o que foi produzido nos anos 1970. Do mesmo modo, a revista *AU*, através de José Wolf, foi responsável por trazer grande parte dessa produção desconhecida para o conhecimento da crítica, contribuindo para a ampliação do debate.

Já as revistas locais por nós consultadas não trouxeram contribuições relevantes para o debate arquitetônico e urbanístico da cidade. Mas seguramente, foi nos jornais onde verificamos a presença maciça de tais discussões. Do mesmo modo que Pereira (2008, p. 60), em nosso recorte,

“(...) as matérias dedicadas à arquitetura e ao urbanismo não possuíram espaço próprio e, por isso, eram publicadas em conjunto com os demais noticiários e informações. Da mesma forma, não mantinham uma regularidade de veiculação e nem estavam sob a responsabilidade de um órgão de classe. Logo seus conteúdos eram focados ao grande público e não resultaram na formação de um corpo editorial especializado (...).”

Ainda que de forma dispersa, sem um espaço próprio para divulgação, e com suas limitações, os jornais deram lugar à publicação das realizações locais, como também das nacionais e internacionais. Entre 1970 e 1990, nas páginas de *A União*, e nos exemplares avulsos de *O Norte* e *Correio da Paraíba* consultados, estiveram presentes principalmente o noticiário de obras, além das representações e críticas da arquitetura e do urbanismo vigentes. Se entre 1956 e 1974, Pereira (2008, p. 61) verificou a prevalência de matérias sobre Brasília e a arquitetura carioca, acompanhando os debates da época; entre 1970 e 1990, não se verificou a permanência das discussões sobre essas produções. Obras de Niemeyer, Artigas, Paulo Mendes ou Lina Bo Bardi não se fizeram presentes em nossa pesquisa. As realizações brasileiras agora publicadas não mais se restringiam ao eixo Rio-São Paulo-Brasília, quando era noticiada a construção do Teatro Guaíra (Rubens Meister, 1949-1974), em Curitiba; a

inauguração do moderno Ginásio de Esportes de Brasília (Ícaro Castro Mello, 1970-73), que destacou o projeto pioneiro do arquiteto (BRASÍLIA inaugurou..., 1973, p. 4); do Othon Palace (Jorge de Souza Hue, 197?-77), em Belo Horizonte, apresentado como “o mais moderno hotel da América do Sul” ([OTHON PALACE], 1974); do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto(INTARCO, 197?) com seus modernos equipamentos e instalações (HOSPITAL de ..., 1979, p. 4); entre outros. Apenas o Palácio do Desenvolvimento (Oscar Niemeyer, 1960-72), em Brasília, apareceu em matéria que abordou a construção em estrutura metálica e concreto, o alto custo e a grande quantidade de concreto necessária para sua edificação (AGRICULTURA vai..., 1971, p. 7). Em sua maioria, as matérias não exaltaram apenas o caráter moderno dos edifícios, mas noticiaram obras que tinham programas relacionados com projetos que estavam sendo empreendidos em João Pessoa.



Figuras 62, 63 e 64: Othon Palace (197?-77), Teatro Guairá (1948-74), e Cia. Rio-grandense de Telecomunicações (1964-72), Luiz Fernando Corona. Fonte: [OTHON PALACE], 1974; MAIS do que..., 1974; [NOVO PRÉDIO], 1975.

As matérias voltadas à arquitetura e ao urbanismo acompanharam o debate nacional da época, não mais centrado em Brasília e/ou nas experiências arquitetônicas cariocas e paulistas, mas sim situado principalmente nos problemas urbanos dos transportes coletivos, da favelização das cidades, além das questões ambientais e preservacionistas. A relevância que, então, adquiriram a cidade e o planejamento urbano na arquitetura nacional e internacional, desde os anos 1960 (PEREIRA, 2008, p. 66), ganhou espaço ainda maior nos jornais locais nas décadas posteriores. Diante da crescente urbanização das grandes e médias cidades do país, e com os problemas advindos desse processo, o noticiário local passou a trazer e acompanhar os novos problemas das cidades brasileiras.

Foram publicados também estudos que abordavam diferentes aspectos da urbanização e migração urbana no Brasil. Em 1976 foi publicado o estudo do demógrafo Manoel Augusto Costa para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacando que “*as cidades de 50 a 100 mil habitantes desempenha um papel primordial na redistribuição geográfica da população (...)*” e “*as migrações internas como componente de peso da elevada taxa de crescimento da população urbana*” (MIGRAÇÃO urbana..., 1976, p. 4). No mesmo ano, a matéria intitulada “*Urbanismo: o espaço cada vez menor*” (URBANISMO..., 1976, p. 8) apresentou os resultados da II Semana de Estudos sobre Temas Sociais promovida pelo CBCISS, destacando o descompasso entre a expansão social e o crescimento econômico, além do surgimento dos “*problemas modernos*” da humanidade. “*Em decorrência, os problemas urbanísticos vão a cada dia de acentuando*”, concluiu.

Abordagens que eram acompanhadas por matérias que traziam experiências nacionais e internacionais sobre o uso de novos tipos de transporte (AS NOVAS fórmulas..., 1975, p. 9), em um momento quando a crise do petróleo veio adicionar alguns agravantes às questões já existentes. Os transportes de massa passaram a configurar uma nova opção de locomoção nas grandes cidades. Trens e metrôs ocupavam os lugares de ônibus e carros. Os jornais locais noticiaram sobre o metrô paulista que “*abriu uma nova perspectiva para o sistema de transportes urbanos no país*” (O METRÔ Paulista, 1974, p. 1). Alguns anos depois, foi noticiada a construção do metrô do Rio de Janeiro (GOVERNO deverá..., 1979, p. 9), e sua inauguração dois anos a seguir, quando se destacou a importância social dessa modalidade de transporte, juntamente com os trens urbanos (FIGUEIREDO inaugura..., 1981, p. 7). Notícias que acompanhavam também a questão do transporte público em outros países, mas principalmente nos Estados Unidos (TRANSPORTE coletivo..., 1979, p. 7).

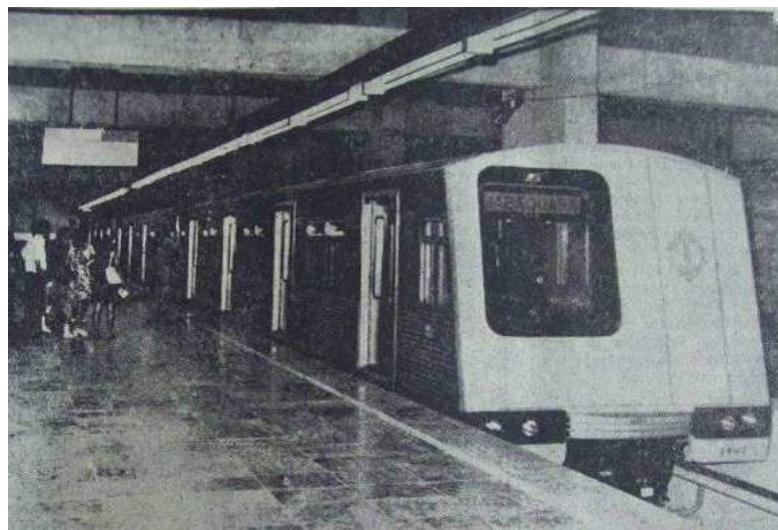


Figura 65: O metrô de São Paulo.

Fonte: O METRÔ Paulista, 1974.

Mas foi no âmbito das questões preservacionistas e ambientais que os jornais locais detiveram boa parte de suas matérias. A preservação dos monumentos antigos e do centro histórico, como também das áreas verdes de João Pessoa, foram temas recorrentes nos periódicos, entre 1970 e meados dos anos 1980, especialmente devido à urbanização acelerada verificada no período.

Seguindo uma tendência mundial, as experiências na área de preservação, desde o final dos anos 1960 e as propostas brasileiras dos anos 1970, vinham consolidando uma nova concepção sobre a questão do patrimônio. Em João Pessoa, a preservação de monumentos e áreas de valor histórico se desenvolveu em virtude das demolições empreendidas pelos governos, mas, sobretudo devido às restrições impostas pelo Código de Urbanismo, em 1975. “Prédios históricos despertam interesse da Câmara” (PRÉDIOS históricos..., 1975, p. 3), “Prefeitura colabora com recuperação de prédios históricos” (PREFEITURA colabora..., 1976, p. 8), “Área de valor histórico não poderá ser alterada” (ÁREA de valor..., 1980, p. 1), “Prefeitura demolirá monumento histórico” (PREFEITURA demolirá..., 1981, p. 1), eram alguns dos noticiários que passaram a ser constantes nos jornais locais, exaltando a valorização do patrimônio histórico.

Valorização que, muitas vezes, só era (re)conhecida através da atuação do IPHAEP, ao empreender diversos tombamentos de edifícios e cadastramento de ruas no centro histórico e em outras cidades do Estado. Nesse período, o acervo construído de João Pessoa passou a ser valorizado como importante legado cultural, despertando para as restaurações e reutilizações dos edifícios (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 333). Assim já era proposto para o prédio da antiga Rádio Tabajara, em 1978: “nada impede que o referido prédio seja utilizado para qualquer fim desde que não seja modificado em sua volumetria (fachada), nem demolido (...)” (IPHAEP tombará..., 1978, p. 8).

As questões relacionadas à preservação da paisagem natural de João Pessoa tiveram destaque nos periódicos, também pela atuação do IPHAEP, mas, especialmente, em virtude da participação ativa de dois profissionais na defesa do patrimônio ambiental da capital: em primeiro, do professor, botânico e ecologista Lauro Pires Xavier (1905-1991)⁹²; e segundo, de seu amigo, o arquiteto-paisagista, e também botânico, Roberto Burle Marx (1909-1994). As matérias noticiavam constantemente as falas desses dois profissionais em relação à manutenção, preservação e ampliação das áreas verdes da capital, em detrimento da ação destruidora da urbanização acelerada e da exploração do mercado imobiliário: “*Lauro quer ampliar áreas verdes*” (LAURO quer..., 1979, p. 2), “*Burle Marx insiste para que Cabo Branco seja preservado*” (BURLE MARX insiste..., 1980, p. 8), “*Burle Marx: é preciso levar-se em conta o futuro desta cidade*” (BURLE MARX: é preciso..., 1981, p. 1).

Discursos que, muitas vezes, acabaram repercutindo na paisagem urbana através de ações públicas, e na educação ambiental do pessoense: “*Paisagista pede que árvores não sejam pintadas de cal*” (BURLE MARX vai..., 1980, p. 8), “*Burle Marx diz que jardins botânicos podem desaparecer*” (BURLE MARX diz..., 1981, p. 10), “*Paisagismo: Marx condena mau uso de flores*” (PAISAGISMO..., 1984, p. 7), “*Lauro diz que falta consciência ecológica*” (LAURO diz..., 1987, p. 5). Além disso, igualmente eram publicados textos desses profissionais, como por exemplo, “*Jardim e Ecologia*” (MARX, 1970, p. 12), de Burle Marx, na tentativa de despertar a consciência ecológica do pessoense em preservar suas riquezas ambientais e paisagísticas⁹³.

Certamente foi a questão da verticalização da orla de João Pessoa, como veremos adiante [na seção “A verticalização da orla marítima”, no Capítulo 2], que maior destaque teve nos jornais, provocando a mobilização de diversas esferas da sociedade pessoense: “*IPHAEP condena agressão e desfiguração de Tambaú*” (IPHAEP condena..., 1980, p. 5), “*Artistas em prol da orla marítima*” (ARTISTAS em prol..., 1982, p.8), “*Empresários VS Ecologia*” (EMPRESÁRIOS VS..., 1982, p. 5), “*TJ impede construção na orla*” (TJ impede..., 1983, p. 12), “*Espigões na Câmara*” (ESPIGÕES na..., 1984, p. 3). Mobilização que, muito mais pelo destaque das questões ambientalistas no cenário mundial e nacional, ganhou importância local pela atitude que Lauro Xavier e Burle Marx tiveram a frente da defesa do elemento paisagístico litorâneo, conseguindo salvar o altiplano Cabo Branco da desfiguração.

⁹² Lauro Pires Xavier (1905-1991) foi um engenheiro agrônomo, professor, botânico e historiador. Nasceu em Areia e formou-se na Escola Nacional de Agronomia, no Rio de Janeiro (1933). Ele foi responsável pela criação de várias áreas verdes, e da arborização das principais avenidas de João Pessoa. Ver mais em: BLOG LAURO PIRES XAVIER. Disponível em: <<http://ccclauropiresxavier.blogspot.com.br/>> Acesso em: 21/03/2014 às 21:20.

⁹³ João Pessoa foi muito citada por Burle Marx em palestras e seminários, em razão de seus espaços verdes e de sua orla. Em conferência realizada em Recife, em 1980, por exemplo, o paisagista “*sugeriu aos recifenses maior defesa do verde no espaço urbano da grande cidade*” (MADRUGA, 1980. p. 8).

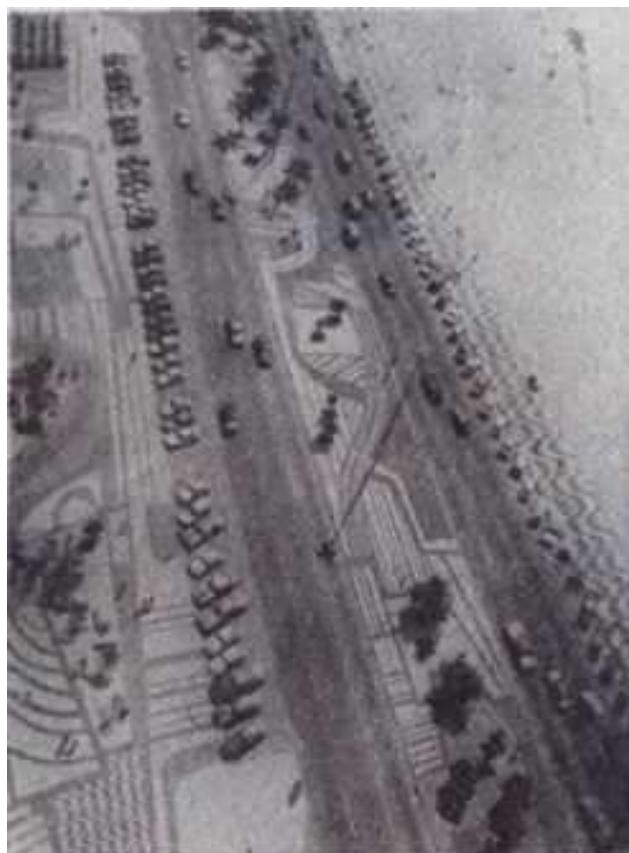


Figura 66: Praia de Copacabana (1970), Roberto Burle Marx. Fonte: PRESERVAÇÃO do patrimônio..., 1981, p. 10.

Afora o interesse pelos problemas urbanos e as questões preservacionistas e ambientais, ao final da década de 1970, os jornais locais voltaram maior atenção às questões relacionadas ao âmbito profissional dos arquitetos. Concursos e congressos de arquitetura, tais como a segunda edição do Prêmio Brasilit de Arquitetura, de 1981 (ARQUITETOS terão..., 1981, p. 2), o XI Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1982, em Salvador, promovido pelo IAB (IAB promove..., 1982, p. 8) receberam notas. Os eventos e debates realizados pela recém-criada delegacia local do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PB) também tiveram espaço no noticiário: “*Arquitetos promovem debate sobre os sítios históricos*” (ARQUITETOS promovem..., 1983, p. 7), matéria que trazia a questão da restauração e preservação. Enfoques que reconfirmavam a importância da arquitetura brasileira e o reconhecimento de seus profissionais, temas comuns nos anos 1980, mas, sobretudo a ampliação do campo de trabalho dos arquitetos nas áreas de patrimônio histórico, transportes, planejamento urbano, entre outras. Matérias que se somaram àquelas referentes às melhores condições de trabalho e de remuneração salarial, principalmente no serviço público.

Por sua vez, se a forte presença da arquitetura internacional nas páginas dos jornais locais foi recente a partir de 1961, recebendo pouca atenção em anos anteriores (PEREIRA, 2008, p. 63), nos anos 1970, essa presença continuou a marcar as

publicações, até meados da década, trazendo matérias sobre a Catedral de Santa Maria (Pier-Luigi Nervi e Pietro Belluschi -1971), “monumento da arquitetura moderna” (CONHEÇA esta..., 1974, p. 11); e os arranha-céus: *World Trade Center* (Minoru Yamasaki, 1966-73), *Lake Point Tower* (Heinrich and Schipporeit, 1966-69); o *Agronomy Building* (Urich Franzen, 1969-70).

Entre 1975 e 1985, o número de reportagens sobre as realizações estrangeiras não superou àquele dirigido às realizações nacionais, diferentemente do que foi verificado por Pereira (2008, p. 63) nos anos anteriores. Mesmo assim, nesse momento ilustraram as páginas dos jornais edifícios europeus e norte-americanos destinados a igreja, laboratório, centro de pesquisa, hotel e arranha-céus, como o *Renaissance Center* (Portman & Associates, 1973), *Water Tower Place* (Eduard Dart, 1975) e o *Citycorp Center* (Hugh Stubbins, 1976); e residências, como a casa autônoma de Alexander Pike, que criou um modelo auto-suficiente “através da utilização do sol e do vento para o fornecimento de luz, calor e energia” ([AUTO-SUFICÊNCIA], 1974, p. 3); ou as casas solares construídas na França com aquecimento por energia solar ([CASAS solares], 1975, p. 1).



Figura 67: Catedral de Santa Maria de Assunção (1971), Pier-Luigi Nervi e Pietro Belluschi, publicado em jornal local (A União). Fonte: CONHEÇA esta..., 1974, p. 11.

Figura 68: Water Tower Place (1975), Eduard Dart, publicado em jornal local (*A União*). Fonte: [TORRE Walter Plaza], 1975.



Figura 69: Citycorp Center (1976-79), Hugh Stubbins, publicado em jornal local (*A União*). Fonte: [CITYCORP Center], 1977, p. 10.



Apesar da receptividade às realizações estrangeiras, as correntes internacionais de revisão da arquitetura moderna, que ganharam força nos anos 1970 e 1980, não foram captadas pelas publicações locais. Da mesma forma, a arquitetura brasileira após Brasília também esteve ausente nos noticiários locais, tendo certo espaço apenas alguns edifícios construídos fora do eixo dos grandes centros. As “*tendências atuais da arquitetura brasileira*”, destacando a produção diversificada da recente arquitetura brasileira, também não foram registradas pelos jornais de João Pessoa. Apenas a reprodução de uma matéria publicada na revista *AU* (Arquitetura e Urbanismo), agora sob o título “*A era moderna da arquitetura na Paraíba*” (A ERA moderna..., 1989, p. 1), destacou o recente cenário da arquitetura paraibana, os principais arquitetos atuantes e as dificuldades profissionais no mercado ainda restrito da capital paraibana.

Assim, os jornais locais não apreenderam de forma mais ampla as obras ou mesmo os debates arquitetônicos do período, apenas as questões urbanísticas tiveram uma maior recepção contribuindo para ampliar o seu alcance para o grande público.

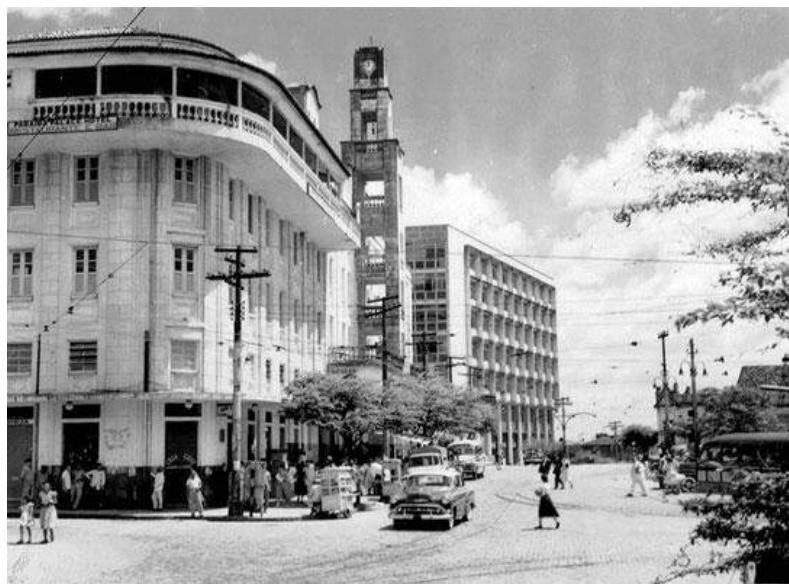
Por sua vez, foram as revistas especializadas que contemplaram de melhor modo a produção arquitetônica de João Pessoa, entre 1970 e 1990, divulgando projetos recentes, assim como, ampliando o panorama da arquitetura moderna brasileira, ao apresentar obras e personagens até então desconhecidos.

As rápidas transformações urbanas

As questões urbanas passaram a ter maior importância a partir dos anos 1970, quando João Pessoa era a região mais populosa do Estado da Paraíba. Sua população cresceu de 153.175 em 1950 para 228.418 habitantes duas décadas depois (IBGE, 1991). Seu território aumentou de 1.145 hectares para 3.788 hectares no mesmo período (PEREIRA, 2008 p. 230). Em paralelo a esse crescimento, foram realizadas diversas intervenções urbanas que representaram, segundo Oliveira (2006, p. 95), “*um marco definitivo na organização espacial da cidade e no seu sistema de transportes*”. Nessa década e na seguinte, a imprensa local continuou a apontar diariamente essas intervenções, as quais foram iniciadas na região central e depois foram se deslocando no espaço a partir da ocupação de novas áreas, especialmente a orla marítima, palco da manifestação de uma nova produção arquitetônica.

Ainda ao final dos anos 1960, durante a administração de Damásio Franca (1966-1971), começou a ser construído um importante marco das transformações urbanas da cidade para atender às novas necessidades de expansão. Em 17 de julho de 1970 era inaugurado o Viaduto Damásio Franca, projetado pelo arquiteto Mário Di Lásio. A

intervenção urbanística, assim como as demais que se sucederam, especialmente na região central, “visavam reestruturar a região já consolidada, em especial favorecer a integração entre as cidades Alta e Baixa” (PEREIRA, 2008, p. 206). Também era uma forma de resolver o trânsito do crescente número de veículos sobre rodas circulantes, em detrimento do transporte coletivo através dos bondes - abolidos nos anos 1950.



Figuras 70 e 71: Praça Vida de Negreiros (Ponto de Cem Réis) e Avenida Guedes Pereira, no final dos anos 1960, antes da intervenção. Fonte: Acervo do IBGE, 1957.

A intervenção teve como principal objetivo separar o fluxo de veículos do fluxo de pedestres; a interligação entre as duas porções da cidade, feita através do rebaixamento do nível da Avenida Guedes Pereira, que passou a ter fluxo em sentido único; a criação subsequente de dois elevados às ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas; e a projeção de uma alça que circundava a Praça Vidal de Negreiros (antigo Ponto de Cem Réis), a qual recebeu uma fonte luminosa, bancos e jardins em módulos hexagonais de vários tamanhos, presentes também no tratamento de piso, quando combinados através de suas arestas.



Figura 72: Viaduto Damásio Franca (1969-1970), Mário Di Lásio. Praça Vida de Negreiros (Ponto de Cem Réis), depois da intervenção. Fonte: Acervo do Google imagens.

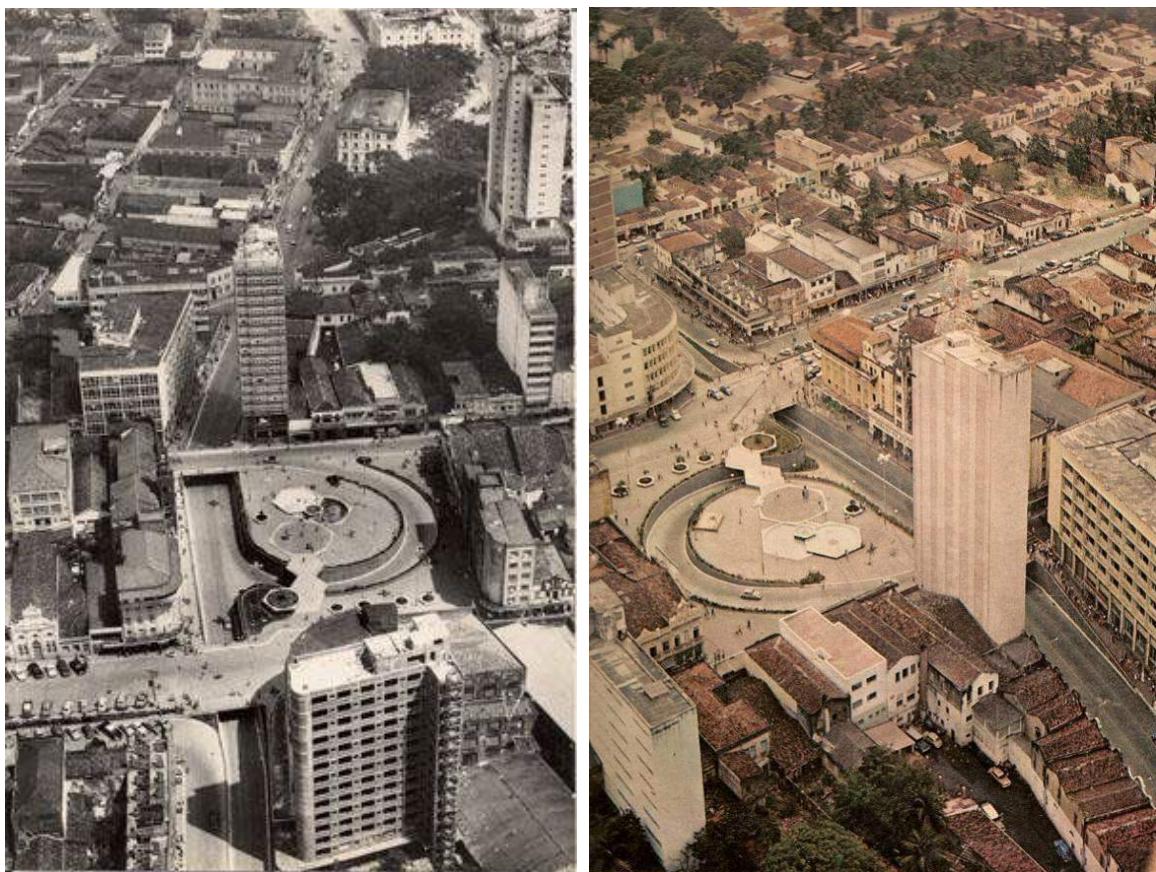
A reforma da Praça também foi feita pelo arquiteto paraibano Mário Di Lásio e contou com o paisagismo de profissionais radicados em Recife: os irmãos Zenildo Sena Caldas e Zildo Sena Caldas⁹⁴ (PEREIRA, 2008, p. 204). Essa intervenção marcou o encerramento da administração do então prefeito Damásio Franca, que tinha sua gestão bastante elogiada pelas várias intervenções urbanísticas empreendidas em João Pessoa, como apontou Varandas (2013):

“Quase duas décadas depois, a administração municipal passa por uma de suas melhores fases – a ‘fase damasiana da cidade João Pessoa’ – como tão bem afirmou Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega. Damásio Franca revolucionou inteiramente os métodos administrativos da edilidade pessoense. Operou, por assim dizer, o milagre da multiplicação dos recursos da Prefeitura e ainda o milagre da expansão e da multiplicação dos trabalhos, dos melhoramentos urbanísticos.

⁹⁴ Integrantes do escritório pernambucano Sena Caldas e Polito, juntamente com Zamir Sena Caldas e Hélio Polito Lopes

Abriu ruas e avenidas, retificou artérias, construiu e remodelou praças, instalou mercados, aumentou, como nenhum de seus antecessores, a área pavimentada da cidade, deu nova vida aos Serviços de Pronto Socorro, transformou Tambaú, restaurou templos e prédios de instituições culturais e tantas obras, sem descuidar dos bairros e sem descurar o problema do ensino.

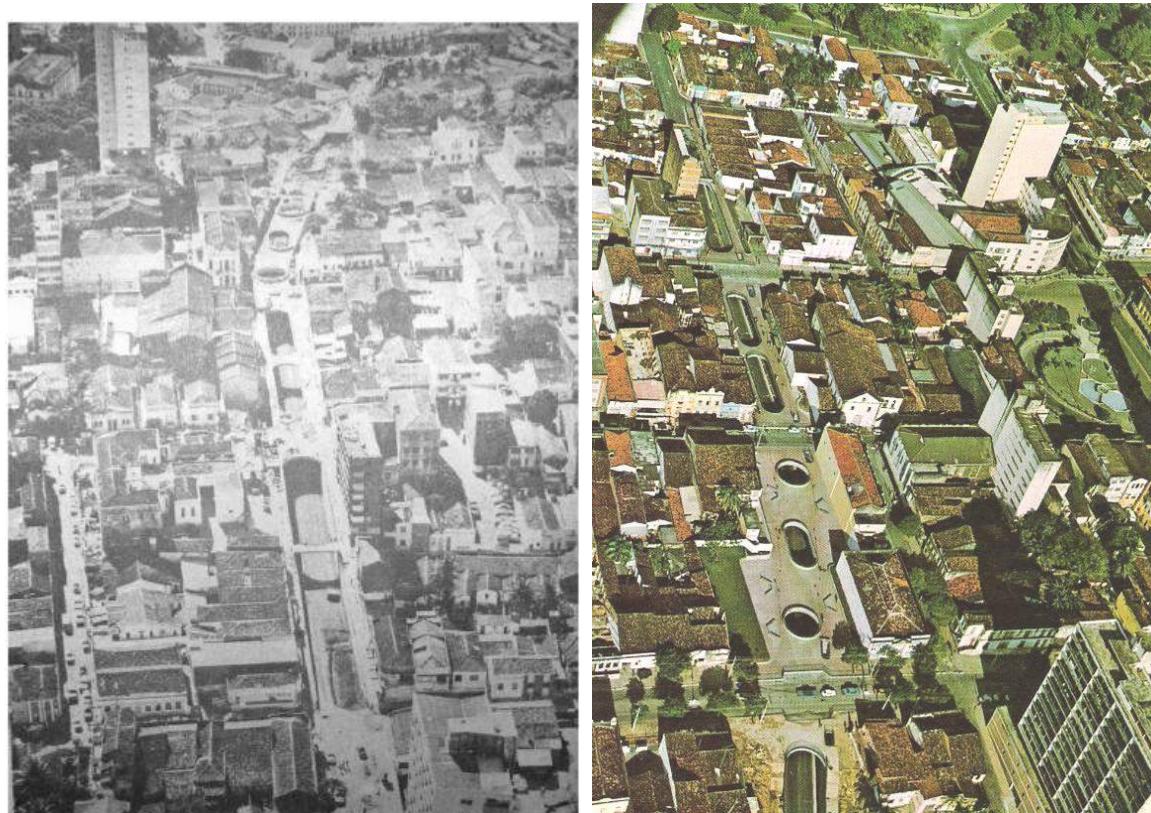
E para douramento de toda esta apreciável soma de realizações, o prefeito Damásio Franca entregou, cheio de júbilo, em 17 de julho de 1970, a Praça Vidal de Negreiros, inteiramente renovada, feericamente iluminada, arborizada com um moderno e importante viaduto que levou seu nome (VIADUTO DAMÁSIO FRANCA), projeto do renomado arquiteto Mário Di Lásio, destinado a atender à expansão do trânsito de veículos” (VARANDAS, 2013).



Figuras 73 e 74: Aéreas da Praça Vidal de Negreiros cortada pelo Viaduto Damásio Franca, em 1970. Fonte: Acervo de Damásio Franca, 1970; Revista Manchete, 1974.

Mas os melhoramentos urbanísticos não pararam por aí. Na administração seguinte do prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), João Pessoa passou por transformações urbanísticas tão importantes quanto as anteriores, as quais contribuíram para a configuração da cidade atual. Como a Avenida Guedes Pereira tinha passado a ter sentido de fluxo em mão única, foi necessário criar um novo corredor para fazer a ligação contrária (binário) entre as cidades Alta e Baixa, reestruturando efetivamente a região consolidada. A partir do projeto de Mário Di Lásio, talvez inspirado na solução empregada para os túneis da capital paulista, foi então aberto o Viaduto Miguel Couto (1972-1973), popularmente conhecido como Viaduto Dorgival Terceiro Neto, pela

“necessidade inadiável com que se depara a cidade de João Pessoa, de uma via de escoamento de tráfego em direção à Cidade Baixa” (DORGIVAL vai..., 1972, p. 8). A obra igualmente se constituiu em um corredor a céu aberto a partir do rebaixamento de nível da Avenida Miguel Couto, resultando em quatro passagens de nível no cruzamento com as ruas Visconde de Pelotas, Duque de Caxias, General Osório e Areia; e um túnel de duzentos metros de extensão, além de seu prolongamento até a Rua Cardoso Vieira (PEREIRA, 2008, p. 209). Essa rua expressa foi a única solução de caráter imediato encontrada para os problemas da cidade, e sua construção mobilizou a desapropriação e demolição de imóveis nas ruas Duque de Caxias, General Osório, Areia e Santa Roza.



Figuras 75 e 76: Aéreas do Viaduto Dorgival Terceiro Neto (1972-73), Mário Glauco Di Lásio Fonte: VISÃO do alto..., 1974. Acervo Humberto Nóbrega, 1975.

Os melhoramentos urbanos não se restringiram à região central, nem muito menos a resolver apenas os problemas do trânsito de veículos ou de falta de estacionamentos. Durante a administração Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), as ações da Prefeitura Municipal se estenderam da região já consolidada e foram deslocadas para os bairros dentro do programa denominado *“Ação Concentrada nos Bairros”* (PREFEITURA desloca..., 1974, p. 3). Alargamento, ampliação, terraplanagem, saneamento e pavimentação de ruas foram as principais obras realizadas nos bairros, intercaladas com algumas obras de construção, reforma e ampliação de escolas, mercados públicos, praças, etc.

Somado a isto, a expansão em direção ao leste continuou nos anos 1970, com a abertura de importantes avenidas, como: a Avenida Ruy Carneiro (1971-1972), Avenida Panorâmica do Cabo Branco (1971-1973), Avenida Flávio Ribeiro Coutinho (1972-1973) e a Avenida José Américo de Almeida (1973-1977). Essas intervenções tinham, dentro do Programa Viário da cidade, o objetivo de expandir a ocupação do território ao sul e ao norte da orla marítima, e garantir outras vias de acesso às áreas já ocupadas das praias de Tambaú e Cabo Branco.



Figura 77: Vista da Praia do Cabo Branco, em primeiro plano, e Praia de Tambaú, em segundo. Fonte: Acervo de Humberto Nóbrega (anos 1960).

A abertura da Avenida Senador Ruy Carneiro, iniciada em 1971 e concluída em maio de 1972, pela construtora CONSERV Construções e Serviços, garantiu outra via de acesso à Praia de Tambaú, chegando às proximidades do recém inaugurado Hotel Tambaú (1968-1971). Interligando as avenidas Epitácio Pessoa e Almirante Tamandaré, com 2,4 km de extensão, e duas pistas de rolamento com 9 metros de largura cada uma, a via recebeu pavimentação por paralelepípedos, e seu canteiro central, arborização e iluminação (AVENIDA Ruy..., 1972, p. 3). A sua criação foi importante pelo fato de alimentar o Hotel Tambaú, que na época a Avenida Almirante Tamandaré era em sentido duplo. *“Depois de inaugurada a obra maior concebida pelo arquiteto Sérgio Bernardes”*, até o fim do ano de 1971, o Hotel Tambaú já tinha recebido mais de cinco mil turistas em suas dependências, *“todos motivados pelas novas perspectivas que se*

abriram para o turismo na Paraíba" (MAIS de 5 mil..., 1972, p. 1). O sucesso do empreendimento era reconhecido em todo o Nordeste, e a sua construção estava ajudando a desenvolver a indústria turística do Estado. Fato que despertou, por exemplo, o interesse de construir um hotel semelhante em Alagoas, "(...) *imitando o Hotel Tambaú, já que será localizado em uma praia*" (ALAGOAS vai..., 1972, p. 3).



Figura 78 e 79: Abertura da Avenida Ruy Carneiro (1971). Fonte: Acervo de Arion Farias, 1973.

A Avenida Panorâmica do Cabo Branco teve sua construção iniciada em 1971 e concluída em junho de 1973, fato que contribuiu para expandir a ocupação do território para a região sul da orla marítima: "inicia-se no *altiplano do Cabo Branco e seguirá até a Praia da Penha, contornando o Farol da Marinha*" ([AVENIDA Panorâmica], 1973, p. 12), compreendendo uma porção privilegiada do território por sua localização. Área que já vinha sendo alvo da ocupação imobiliária motivada pela indústria do turismo, especialmente pelo destaque que tinha aquela área por ser o ponto mais oriental da América do Sul. Provavelmente, depois de anunciada a construção do Farol do Cabo Branco (1971-1972), pela Capitania dos Portos, "constituindo-se num marco da oceanografia brasileira" (TERÁ 38 km..., 1971, p. 8), a área se configurou aos poucos como um marco turístico. Fato que atraiu ainda mais empreendimentos para suas adjacências como o Hotel Nazareno, o Autódromo Mário Andrezza; o Clube de Engenharia, entre outros, além de vários loteamentos. Depois da abertura da avenida, outros empreendimentos, principalmente hotéis, foram propostos para aquela região, como o Grande Hotel Cabo Branco (PROJETO DE HOTEL foi..., 1974, p. 3).



Figura 80: Avenida Panorâmica do Cabo Branco (1971). Fonte: Acervo Humberto Nóbrega, 1975.

A abertura da Beira-Rio (Avenida José Américo de Almeida), em 1973, surgiu como mais uma alternativa de conectar o Centro à praia, dessa vez em direção à Praia do Cabo Branco, a qual ainda era pouco ocupada em relação à Praia de Tambaú. A avenida, com aproximadamente 5 km de extensão e 26 m de largura, surgiu de “*um prolongamento da Avenida Adolfo Cirne, que passa sobre a estrada de contorno (BR-230), e margeando o Rio Jaguaribe, alcança Tambaú nas proximidades do Edifício Borborema*”. (CONCORRÊNCIA para..., 1973, p. 8). A artéria tinha duas faixas de rolamento com pavimentação em concreto usinado sobre a base de solo de cimento, com canteiros centrais, além de obras de arte corrente, passagens de nível e pontes.

A construção da via foi considerada importante dentro do Plano Viário da cidade, por “*servir para aliviar consideravelmente o tráfego pela Avenida Epitácio Pessoa*” ([BEIRA-RIO], 1974, p. 3). A intenção era que a artéria fosse inaugurada ao final do mandato de Dorgival Terceiro Neto, mas, nos idos de 1974, houve “*a elevação dos custos das obras de construção civil (...) [que] não permitiu a conclusão da obra com os recursos inicialmente alocados ao programa da Prefeitura*”. (AVENIDA Beira-Rio, 1974, p. 2). A “*bela e moderna avenida*” foi concluída em outubro de 1977, na administração de Hermano de Almeida (1975-1979), sendo motivo não apenas de embelezamento urbanístico, “*mas, sobretudo, de descongestionamento do trânsito entre o centro e a orla marítima; hoje muito concentrado na Avenida Epitácio Pessoa, com graves riscos*

para as pessoas que circulam entre uma e outra parte da cidade” (AVENIDA Beira-Rio, 1974, p. 2).



Figuras 81 e 82: Abertura da Avenida Beira-Rio (1973). Fonte: [BEIRA-RIO], 1974; [AS OBRAS da avenida Beira-Rio...], 1976, p. 1.

De igual modo foi feito para a Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho (1972) inaugurada em agosto de 1973, com a colaboração do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), interligando as praias de Manaíra, através da Avenida João Maurício; e do Bessa, através da antiga Avenida Campos Sales (atual Avenida Governador Argemiro de Figueiredo) à BR-230. Novamente a abertura da via urbana dispersou a ocupação para o norte da orla e aliviava o trânsito nas avenidas Epitácio Pessoa e Ruy Carneiro, mas especialmente, favoreceu a ocupação daquelas áreas do território, as quais já eram exploradas por incorporadores imobiliários através da construção de casas e loteamentos próximos à beira-mar.



Figura 83: Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho (1973).
Fonte: [A LIGAÇÃO do Bessa...], ago. 1973.

Ao mesmo tempo em que era promovida a expansão da malha urbana através da abertura de grandes avenidas, e ocupação do território para leste, foram realizadas melhorias nas praias, principalmente depois da construção do Hotel Tambaú, como: pavimentação, arborização, iluminação, etc. Também foi incitada a “*construção de residências em terrenos isolados localizados em áreas litorâneas*” sendo autorizada pelo BNH e a cargo da CEHAP, enquanto que “*a autorização para construção em outros locais ainda não foi concedida*” (CEHAP anuncia..., 1972, p. 1). Esse estímulo à construção aconteceu no setor norte da orla marítima, no Jardim Bessa-Mar, atual Praia do Bessa; no Jardim Cabo Branco, na Avenida Ruy Carneiro; ou no setor sul, na Praia da Penha, por exemplo, como anunciam os incorporadores imobiliários. A ocupação, antes esparsa e intermitente da praia, passou definitivamente a ser valorizada para moradia permanente.



Depois do sucesso alcançado no lançamento do dia 20, aproveite, vá agora mesmo ao Jardim Bessa-Mar, a 50 metros do Restaurante Caravela e a 150 metros da beira mar. Para adquiri-la não é necessário residir em mais o Estado, basta que você resida em João Pessoa. Restam poucas casas com terraço, sala ampla, três quartos, cozinha, banheiro completo, terreno medindo 12x30 metros. Preço de ocasião Cr\$ 25.000,00 —

sendo Cr\$ 2.500,00 de entrada parcelada e o restante em prestações de 276,15, financeiras em 25 anos. Um empreendimento da Imobiliária Trevo Ltda. Mas um financiamento da Própria “Associação de Poupança e Empréstimos”. Exclusivamente Vendas da ORGANIZAÇÃO BOMFIM LTDA. Creci, 797 Região. Plantão no local aos sábados e domingos — Sala 2 - Fone 2443 — João Pessoa — Paraíba



Figuras 84 e 85: Ocupação da Praia do Bessa e Praia da Penha, nos anos 1970. Fonte: Jornal A União, 1976; Acervo Humberto Nóbrega.

A urbanização de João Pessoa era noticiada nos jornais locais como uma das mais aceleradas das capitais brasileiras (J. PESSOA: Urbanismo..., 1973, p. 3). Mesmo com os incentivos para construção em terrenos próximos às praias, direcionando a ocupação do território urbano ao leste, as construções para as classes altas e médias se concentraram entre o centro e a orla. “*Tambauzinho, Bairro dos Estados e a própria Praia de Tambauá, são as áreas de maior preferência para os que vêm construindo diariamente nesta cidade, localizando-se ali mais de 50 por cento das residências em construção*” (J. PESSOA: urbanismo..., 1973, p. 3). Situação que confirmamos na pesquisa realizada por Araújo (2010, p. 37-38), sobre a produção residencial moderna em meados dos anos 1970, onde se verificou um “*eixo de construção residencial para a classe média entre o centro da cidade e o mar*”, nos mesmos bairros citados em jornais.

Todo esse processo de expansão pelo qual passou a capital paraibana, na primeira metade dos anos 1970, não foi acompanhado por um planejamento guiado por critérios técnicos. “*A época em que assumiu o cargo de prefeito, o Sr. Dorgival Terceiro Neto não encontrou qualquer instrumento de planejamento institucionalizado. Não havia sequer um órgão incumbido das atividades de planejamento, nem tampouco qualquer plano ou mesmo projeto de engenharia*” (SISTEMA de..., 1974, p. 1). Porém, desde 1971, durante sua administração, veio se estruturando dentro da Administração Municipal uma tentativa de planejamento da cidade pautado no desenvolvimento urbano. Sua concretização ocorreu posteriormente com a criação e instalação da Empresa Municipal de Urbanização - URBAN (1974-1975) trazendo contribuições significativas para o desenvolvimento planejado de João Pessoa. (EMUR apressa..., 1974, p. 3); e do Plano de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa, sob a coordenação do engenheiro paraibano Antônio Augusto de Almeida, e que contou com a colaboração e revisão do Grupo de Planejamento Integrado (GPI), de São Paulo (PREFEITO visitou..., 1974, p. 3). A implementação institucional desse plano se deu a partir de então, através do Código de Urbanismo, Código de Edificação, Código de Posturas, Código Tributário e Legislação Administrativa (SISTEMA de..., 1974, p. 1). Como destacou Pereira (2008, p. 238), esses documentos “*passaram a oferecer um efetivo instrumento para ordenar o crescimento da cidade e para favorecer a gestão pública desse processo*”, quando em 1975, a malha urbana já tinha novas extensões físicas.

Uma destas ações foi empreendida no sentido de controlar a construção de loteamentos, que agora só poderiam ser construídos mediante apresentação de projeto e dos impostos devidamente quitados, além de estarem servidos com água e energia elétrica, “*seja o lote destinado a expansão urbana, a formação de núcleos urbanos ou se sítios recreacionais*” (TERRENOS só com..., 1974, p. 3).

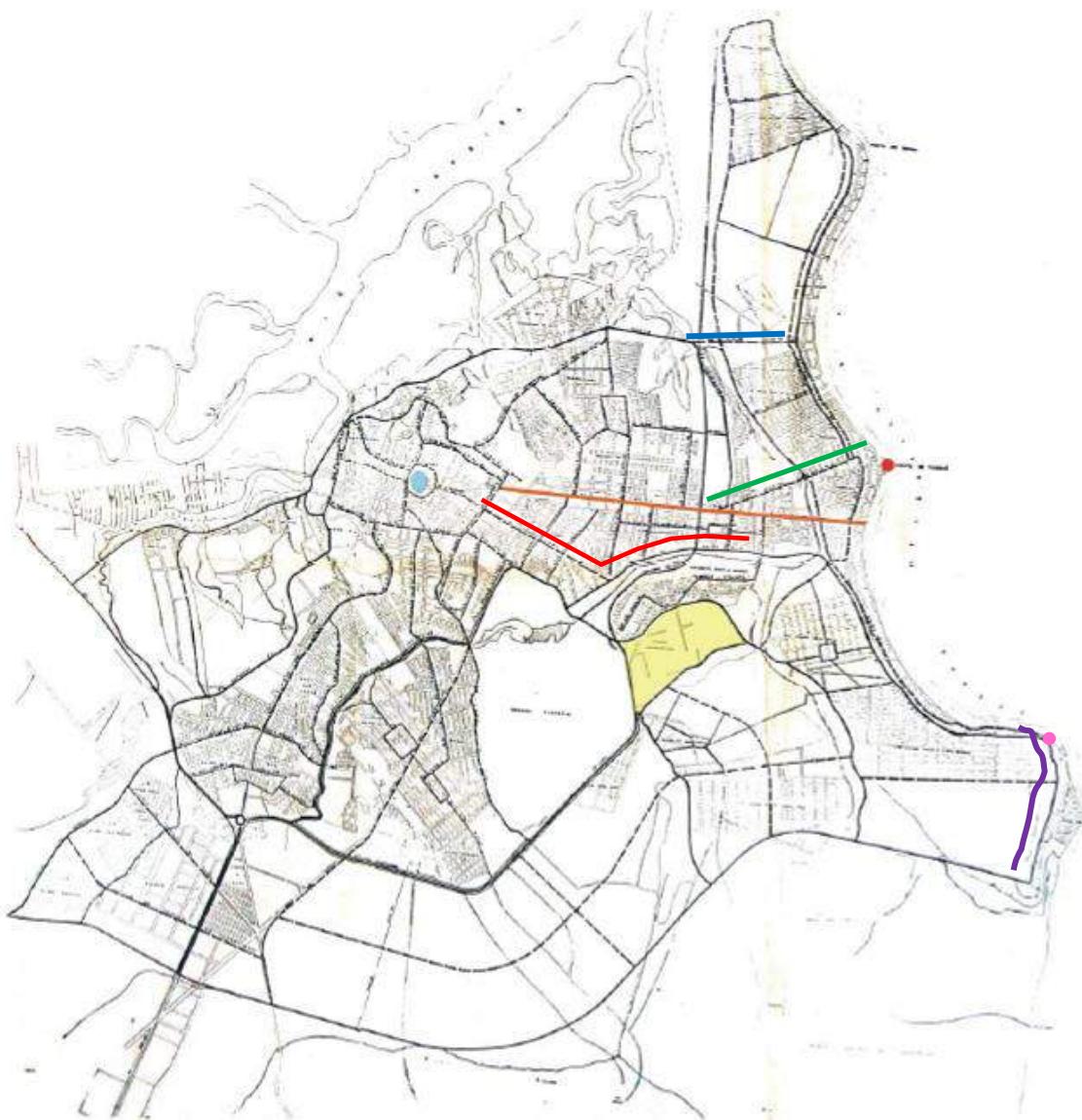


Figura 86: Mapa do sistema viário da cidade de João Pessoa (1975), publicado no Código de Urbanismo: Parque Sólon de Lucena (azul), Campus Universitário (amarelo), Hotel Tambaú (vermelho), farol do cabo Branco (rosa), Avenida Epitácio Pessoa (laranja), Avenida Ruy Carneiro (verde), Avenida Panorâmica do Cabo Branco (lilás), Avenida Flávio Ribeiro Coutinho (azul), Avenida Beira-Rio (vermelho). Fonte: PEREIRA, 2008 editado pela autora.

Além das ações ligadas a conter e coordenar o crescimento acelerado da cidade, que em 1976 era o terceiro lugar em habitações (PARAÍBA é..., 1976, p. 1), outras ações foram empreendidas nos sentido de melhorar a qualidade de vida da população. Soluções que passaram desde a abertura e ampliação de ruas e avenidas até o plantio de mais de 5 mil árvores nos diversos conjuntos residenciais: João Agripino, Pedro Gondim, Castelo Branco, 13 de maio e Cidade dos Funcionários (MAIS 5 mil árvores. 1974, p. 3). “O plantio de árvores tem sido recomendado em todas as capitais do país como uma medida mais eficiente no combate à poluição atmosférica”, destacou a

matéria do jornal A União. Plantio que se estendeu para o embelezamento das novas avenidas e foi estimulado pelo poder público para alcançar as residências da população.

O projeto de urbanização do Cabo Branco e da Praia do Seixas foi outra medida de iniciativa do município em coordenar a ocupação da agora Zona Especial de Preservação e Interesse Turístico, que já vinha sendo alvo da especulação imobiliária. O projeto tinha com principal objetivo realizar um zoneamento da área para localização de equipamentos turísticos, de recreação, lazer e desportos, de residências e serviços, como sistema viário de acesso (URBANIZAÇÃO do..., 1976, p. 12). Essa medida veio para ordenar a ocupação já iniciada com a construção do Hotel Nazareno (196?), do Autódromo Mário Andrezza (1973), além de novas construções que já vinham sendo pleiteadas junto à SUDENE, tais como: o Grande Hotel Cabo Branco (1974), e do Camping de João Pessoa (1976), os quais não chegaram a sair do papel, principalmente depois que as discussões em torno da verticalização tomaram conta da cidade, como veremos adiante [na seção “A verticalização da orla marítima”, no Capítulo 2].

Outras ações se voltaram para resolver o problema do trânsito: implantação de um anel viário para ligação do centro aos bairros, pavimentação e redimensionamento de vias, deslocamento da rodoviária e implantação de equipamentos urbanos nos bairros da orla marítima (LAVIERI; LAVIERI, 1999, p. 47). Ações que tinham um intercâmbio direto com experiências desenvolvidas no Centro-Sul do país. Os técnicos municipais eram deslocados para São Paulo e Curitiba para realizarem estágio junto às EmUrbes das duas cidades (EMUR apressa..., 1974, p. 3), como foi o caso do economista Mário Domingues Porto (n. 1940-?), presidente da comissão responsável pela criação da empresa pública de urbanização (JOÃO PESSOA terá..., 1974, p. 3), trazendo as experiências de planejamento urbano desenvolvidas no Sul do país para implantá-las à realidade da capital paraibana.

Dentre as ações experimentadas pelos técnicos, duas tiveram maior repercussão na imprensa local, principalmente pelo fato de estarem relacionadas às necessidades mais urgentes da população pessoense: os problemas de congestionamento do trânsito e falta de estacionamento na região central, e da precariedade da antiga Estação da Primavera, que não mais comportava a demanda crescente de passageiros e estava com sua estrutura física degradada e inadequada, como veremos a seguir [na seção “As grandes obras públicas”, no Capítulo 3]. *“Para se ter uma idéia da necessidade de construção de uma Estação Rodoviária, basta que se verifique que, somente em 1973, embarcaram e desembarcaram na precária atual Estação Rodoviária mais de 1 milhão de passageiros com mais de 84 mil ônibus”* (EMUR apressa..., 1974, p. 3).

João Pessoa terá sua rodoviária

Conclave reunirá prefeitos

San-ício hor. às 9 horas, no auditório do SENAC, o 1º Seminário sobre Problemas Urbanísticos e Sociais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Municipal (IBDM), da Prefeitura e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a fim de discutir a situação de imigração e bairros-pau-

co. São vinte horas, de 9 horas, no auditório do SENAC, o 1º Seminário sobre Problemas Urbanísticos e Sociais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Municipal (IBDM), da Prefeitura e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a fim de discutir a situação de imigração e bairros-pau-

co. São vinte horas, de 9 horas,

poderá ganhar uma estação rodoviária, conforme é ideia do economista Mário Domingues Porto, presidente da comissão responsável pela implantação da URBSAN, empresa pública de urbanização instituída pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, que regressou, recentemente, do nul da paisagem.

Durante duas semanas aídeu técnico empreendedor conterrâneo de São Paulo e Curitiba, tendo participado, nessa última cidade, do 1º Seminário Nacional sobre Lazer, trazendo experiências que aplicaria na URBSAN.

IDEIA DA ESTAÇÃO

A exemplo do que viu em Curitiba, o economista Mário Domingues Porto pretende desenvolver a ideia da construção da Estação Rodoviária da Urbsan, localizada, pelos mesmos motivos que possam existir, igualmente em João Pessoa, que é a proximidade da Estação Ferroviária do local pretendido para o Terminal Rodoviário Interurbano.

Afirmou que esse projeto deverá ser integrado, com a participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa,

para o Terminal Rodoviário Interurbano ficar próximo à Estação Ferroviária.

Tanto em São Paulo como na Capital paranaense, o técnico da URBSAN pode constatar a eficiência e conhecer o sistema de Ajuda Mútua que possibilita a implantação de equipamentos de urbanização, como pavimentação, sinalização, pedágio, entre outros, que velozmente sejam implementados, com a participação da população.

PROJETOS IDENTÍCOS

Informou aídeu técnico que o consórcio da Estação Rodoviária de Curitiba, localizada, pelos mesmos motivos que possam existir, igualmente em João Pessoa, que é a proximidade da Estação Ferroviária do local pretendido para o Terminal Rodoviário Interurbano.

Afirmou que esse projeto deverá ser integrado, com a participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa,

para o Terminal Rodoviário Interurbano ficar próximo à Estação Ferroviária.



COMÉRCIO INVADIDO

Tanto o comércio normal, como o comércio ambulante, já começam a sentir o affuso de passageiros que está saindo as ruas, motivado pelas festas de Natal e Ano Novo para as compras que caracterizam esta fase. Depois das 15 horas, todas as ruas comerciais da cidade passam a ter um novo colorido, registrando presenças de homens saqueiros e estriadores, no objetivo comum de fazer suas compras ou sair de preços muito baixos.

Figura 87: Matéria divulgando a viabilidade do projeto na cidade. Fonte: JOÃO PESSOA terá..., dez. 1974.

O terminal unificado da Rodoviária de Curitiba (1970-1972), projeto do engenheiro-arquiteto Rubens Meister⁹⁵, foi a experiência destacada pelos técnicos da Empresa de Urbanização local, principalmente por algumas de suas particularidades que se aproximavam da realidade pessoense. A ideia então foi desenvolver na cidade de João Pessoa uma Rodoviária nos moldes da estação curitibana, “já que o local escolhido para o terminal Interurbano de João Pessoa fica próximo a Estação Ferroviária”, explicou Mário Porto. Ideia que se somou a uma tentativa de revitalização da Cidade Baixa pessoense, em decadência nas últimas décadas (PROJETO da Estação..., 1977, p. 5).

O complexo da Rodoviária de Curitiba se constituiu em três edifícios de predominância horizontal, sendo um de configuração retangular abrigando a estação de ônibus, na porção anterior; outro longilíneo, abrigando a estação de trens, na porção posterior; e ao centro, um edifício de formato cúbico para abrigar a URBS. No caso específico do terminal rodoviário, a solução do arquiteto foi de criar dois blocos longilíneos intercalados pelas plataformas de ônibus. Uma grande cobertura horizontal apoiada por uma estrutura simples em concreto armado aparente foi utilizada para abrigar ambos os blocos, enquanto ao centro em toda extensão do edifício, um “shed” de iluminação zenital favoreceu a iluminação e ventilação das cinquenta plataformas de embarque e desembarque de passageiros, divididas em alas interestadual e estadual⁹⁶.

⁹⁵ Rubens Meister (1922-2009) foi criador de marcos importantes da arquitetura moderna de Curitiba, como o Teatro Guaíra (1948-1974), a Rodoviária (1970-1972) e o Centro Politécnico (1956-XXXX).

⁹⁶ A Rodoviária desde 2012 vem passando por um processo de requalificação e modernização dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O edifício original projetado por Rubens Meister foi preservado, sofrendo apenas obras de reforma e melhoria.



Figuras 88 e 89:
Rodoferroviária de
Curitiba (1970-
1972), Rubens
Meister: em
primeiro plano, a
estação de ônibus;
em segundo, a
estação de trens.
Fonte: URBS Curitiba
(anos 1970).

Infelizmente, a ideia da rodoferroviária não foi executada em João Pessoa, apenas o seu terminal rodoviário foi construído ainda nas adjacências da estação ferroviária. Porém, outra experiência instituída na capital paranaense foi vista pelos técnicos locais a pedido do Prefeito Dorgival Terceiro Neto, e foi realizada em João Pessoa: a abertura da Rua XV de Novembro (Rua das Flores), em 1972, a qual se tornou uma experiência paradigmática influenciando na criação da Rua Duque de Caxias, em João Pessoa, para o trânsito exclusivo de pedestres. A ideia de interditar a Duque de Caxias estava ligada aos problemas de trânsito de veículos e de pedestres na região central. A primeira grande via pública exclusiva para pedestres aberta na capital paraibana era estudada já em 1973, mas só foi concretizada no início de 1980, implicando em se “*alterar hábitos arraigados à população*”, principalmente àqueles ligados ao transporte. Depois da interdição da Rua Duque de Caxias, vários calçadões foram construídos “*desde as imediações do colégio Pio XII até o Pavilhão do Chá*” (ÓRGÃOS discutem..., 1977, p. 8), estimulando a circulação livre de pedestres e a diminuição do uso do carro nas áreas centrais da cidade histórica.



Figura 90: Fechamento da Rua Duque de Caxias (1980). Fonte: FECHAMENTO causa..., fev. 1980; QUE É ISSO?... 1983, p. 7.

O mesmo foi proposto para parte do anel central da Lagoa quando foram criadas áreas de lazer, lanchonetes, bares, etc. para a população, deslocando as áreas de estacionamento e pontos de táxis, além de criar novos itinerários. Com o fechamento do anel interno da Lagoa, outras ruas tiveram que ser alargadas como as avenidas Getúlio Vargas, Maximiano de Figueiredo, Duarte da Silveira, entre outras (OBRAS NA G. VARGAS já..., 1977, p. 1). Essas medidas estavam diretamente ligadas a uma nova política de transportes a ser implantada pela URBAN no centro da cidade, estimulando o transporte público em detrimento do transporte individual.

Estímulo que se deu também à expansão da cidade para sudeste, região que continuou a ser priorizada para a implantação de novos conjuntos habitacionais. Enquanto a população de melhor poder aquisitivo ocupou a orla marítima, a população de menor poder aquisitivo tinha sua ocupação deslocada para bairros das porções distantes do território. A partir da segunda metade dos anos 1970 e no início dos anos 1980, foram construídos o Conjunto Governador Ernani Sátyro (1975), Conjunto Alto do Mateus (1976), Conjunto dos Bancários (1978), Parque Residencial Tarcísio de Miranda Burity (1979), o Conjunto Funcionários I e Funcionários II (1981), o Parque Residencial

Valentina Figueiredo (1981), todos na porção sudoeste da cidade. Período quando os investimentos em conjuntos habitacionais se intensificaram e foi construído o dobro de unidades que na primeira metade da década de 70 (ZONA Sul..., 1984, p. 13; LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 46-47).

Deste modo, João Pessoa com suas transformações urbanas, e apresentando os problemas de uma cidade que expandia sua frota de veículos e duplicava o número de habitantes, buscou soluções para uma nova situação urbana em experiências bem-sucedidas em grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e, especialmente, Curitiba. Com exceção da rodovia curitibana, nos jornais locais não houve uma recepção efetiva destas experiências, mas a divulgação massiva das rápidas transformações as quais João Pessoa estava passando. Evidenciou-se a preocupação do poder público local em resolver os problemas urbanos baseado em parte das diretrizes de planejamento⁹⁷ traçadas por Jorge Wilheim⁹⁸ e implantadas no governo de Jaime Lerner⁹⁹, como veremos adiante [na seção *“Permanência e transformações da cidade”*, no Capítulo 4].

A verticalização da orla marítima

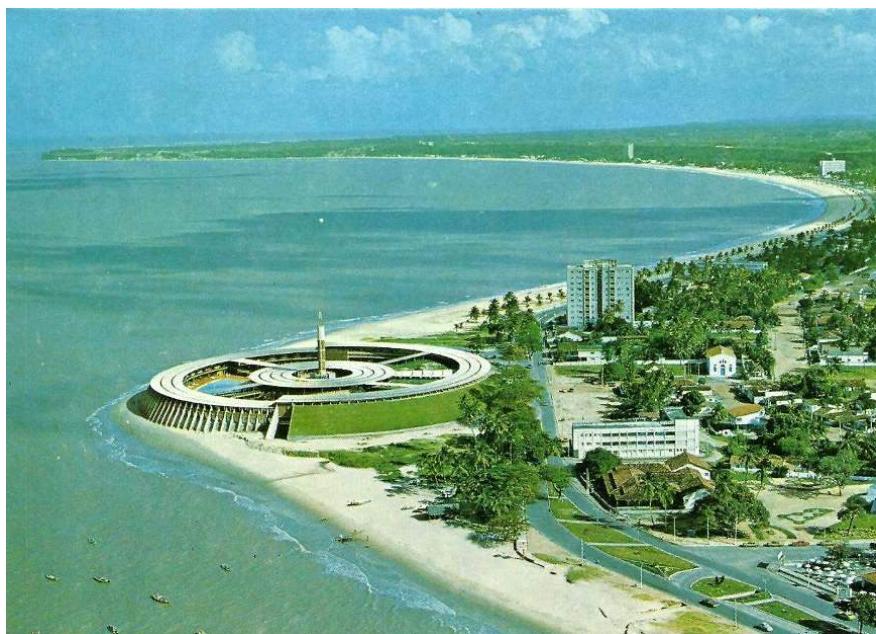
Se as transformações urbanas tiveram grande espaço nos periódicos locais, também o tiveram as discussões em torno da verticalização da orla marítima. O novo estilo de vida que o edifício representava fez com que esse meio de moradia começasse a se firmar entre as classes mais favorecidas. Se a orla marítima de centros como Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza se verticalizou a partir dos anos 1950, em João Pessoa a ocupação vertical de sua área litorânea se deu de maneira tardia. Esse processo foi incitado ainda ao final dos anos 1950, como apontou Pereira (2008, p. 105), devido à atuação dos incorporadores imobiliários, mas apenas se iniciou na década seguinte com a construção de edifícios como o João Marques de Almeida (Romildo Marques de Almeida - 1960), Borborema (Unaldo Cruz - 1962), São Marcos (Mário Glauco Di Lásio - 1967), e Beiramar (Walter Vinagre - 1967). Construções que traziam consigo a valorização da área das principais praias da cidade: Tambaú e Cabo Branco, mas também a transformação da paisagem urbana.

⁹⁷ As diretrizes apontadas pelo arquiteto referenciavam-se nos seguintes pontos: 1. mudar a conformação radial da expansão para uma linearizada, integrando os transportes ao uso do solo; 2. descongestionar a área central e preservar o centro tradicional; 3. conter a população de Curitiba dentro dos seus limites físico-territoriais; 4. dar um suporte econômico ao desenvolvimento urbano; 5. propiciar o equipamento global da cidade. (SEGAWA, 1998, p. 178-180).

⁹⁸ Jorge Wilheim (1928-2014) foi um urbanista formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (19??). Foi responsável por mais de vinte planos urbanísticos, destacando-se os de Curitiba, Goiânia, Natal, São Paulo e Campinas.

⁹⁹ Jaime Lerner (n. 1937) é um arquiteto e urbanista brasileiro formado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1964. No ano seguinte, Lerner participou da criação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), responsável pelo Plano Diretor da cidade. Foi prefeito de Curitiba por três vezes (1971-1974, 1979-1982, 1989-2003) e governador do Paraná uma vez (1995-2002).

Entretanto, os espiões passaram a ser uma realidade questionável no cenário local, e as preocupações com a preservação da paisagem natural e do meio ambiente começaram a repercutir diariamente na cidade. A partir de 1970, esse processo de verticalização passou a ser controlado pela Constituição do Estado da Paraíba ao proibir a construção de edifícios com mais de dois pavimentos na avenida litorânea, em toda a extensão da orla marítima; e delimitar a falésia do Cabo Branco e a Ponta do Seixas como pertencentes ao Patrimônio Histórico do Estado. Mesmo com a emenda, a polêmica em torno dos edifícios altos na orla da capital paraibana perdurou, até meados dos anos 1980, e foi acompanhada pelos jornais locais de maneira recorrente.



Figuras 91 e 92: Visão panorâmica da orla marítima de Tambaú ao Cabo Branco, nos anos 1970. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

Apologias e contestações ao processo de verticalização da cidade foram manifestadas com certa regularidade nos jornais. Ao mesmo tempo em que a imprensa criticava a construção de edifícios altos, como verificado por Pereira (2008, p. 194-195), ela a exaltava ao noticiar a edificação de vários arranha-céus que modificaram a fisionomia de cidades norte-americanas. Em Nova Iorque, por exemplo, a polêmica em torno da verticalização também emergiu nesse período e foi bastante abordada nos jornais locais. Na matéria intitulada com a expressão “*Espigão? Sou contra!*”, era destacada a postura contrária da primeira-dama Jackie Onassis quanto “*a ameaça do gigantismo das construções nova-iorquinas*” (ESPIGÃO? Sou contra! 1975, p. 5). Fato que demonstrou a forma como a imprensa trazia notícias externas, porém relacionadas aos fatos locais, como uma forma de acrescentar elementos ao debate.



Figura 93: Matéria do Jornal A União sobre verticalização. Fonte: ESPIGÃO? Sou contra! 1975, p. 5.

Debate foi ampliado diante da criação do Código de Urbanismo (1975). O zoneamento proposto impedi justamente uma menor apropriação do espaço urbano pelo setor da construção civil, gerando insatisfação aos incorporadores imobiliários. Além da Zona de Grandes Equipamentos - ZGE, a criação da Zona de Preservação e de Interesse Turístico do Cabo Branco e Praia do Seixas - ZP1 foi responsável por aumentar a polêmica, pois a partir da lei dispondo sobre a utilização do Cabo Branco e da Ponta do Seixas, a Prefeitura Municipal delineou a urbanização da área.

Devido ao interesse crescente pela ocupação desta zona, sobretudo pelo setor turístico, em 1976, a Prefeitura Municipal foi forçada a elaborar o “*micro-zoneamento para localização dos equipamentos turísticos, de recreação, lazer e desportos, de residências e serviços, como de sistema viário de acesso a essas áreas (...)*” (URBANIZAÇÃO do Cabo Branco..., 1976, p. 1), sem esquecer-se de compatibilizá-lo com a preservação da paisagem natural e do meio ambiente. Essa medida veio para ordenar a ocupação já iniciada com a construção do Hotel Nazareno (196?), do Autódromo Mário Andreazza (1973), além de novas construções que já vinham sendo pleiteadas junto à SUDENE, tais como: o Grande Hotel Cabo Branco (1974) e o Camping de João Pessoa (1976), os quais não chegaram a sair do papel em virtude das discussões em torno da verticalização ou não da orla da cidade.

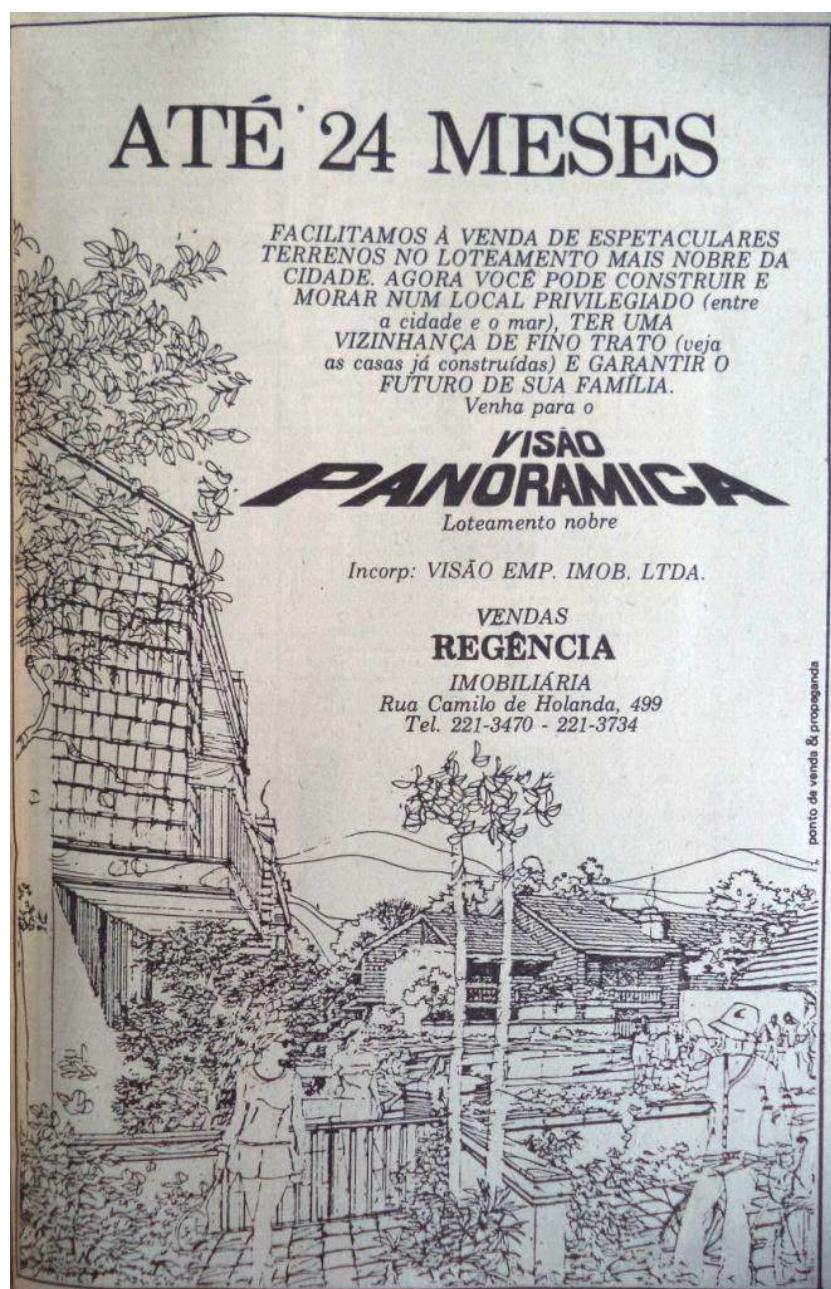


Figura 94: Publicidade do loteamento Visão Panorâmica, no Altiplano Cabo Branco. Fonte: ATÉ 24 meses, 1980, p. 13.

Mesmo propondo um planejamento guiado por critérios técnicos para a ocupação da ZP1, a Prefeitura Municipal teve suas atribuições escamoteadas pelo Estado, e coube ao Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico da Paraíba (IPHAEP), a partir de 1976, a proteção daquela área, além de toda a orla marítima de João Pessoa. Mesmo centrado no viés arquitetônico, o órgão dedicou atenção à proteção ambiental, a partir da aprovação, em 16 de dezembro de 1976, do Projeto de Lei Complementar nº 12, que regulamentava a execução de construções na área do Altiplano Cabo Branco e na Praia do Seixas (CABRAL, 2005, p. 2). De 1976 até 1980, o órgão teve o papel de cumprir a legislação estadual fiscalizando os diversos empreendimentos propostos para a área, principalmente os loteamentos.

Mas a fiscalização das construções não foi suficiente para a preservação da falésia do Cabo Branco, que apresentava um processo de erosão e desmatamento acelerado nos últimos anos. Foi quando, em 1979, o então governador Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982), a pedido do órgão preservacionista, resolveu desapropriar a área do Altiplano Cabo Branco e Ponta do Seixas “*para fins de preservação e posterior criação do Parque Estadual*” (BURITY desapropria..., 1979, p. 1). Essa medida foi uma forma de fazer valer os artigos 166 e 167 da Constituição do Estado, e proibir a construção de prédios ou obras de qualquer natureza, por ser uma ameaça da crescente especulação imobiliária. De acordo com o presidente do IPHAEP na época, Linduarte Noronha, “*quase toda semana [lamentou] chega projeto de arranha-céu na orla marítima. Nós não damos parecer favorável, mas precisamos de uma vez por todas, deixar a nossa orla como ela é*” (PATRIMÔNIO tombará..., 1981, p. 12).

A atitude do IPHAEP de preservação do patrimônio paisagístico não se restringiu a essa medida, que foi acompanhada da sugestão do envolvimento de técnicos externos com as questões urbanísticas e preservacionistas da cidade, como já tinha ocorrido antes. Foi então consultado o engenheiro Edgar D'Amorim¹⁰⁰ para o trabalho de preservação da falésia, pois o mesmo vinha desenvolvendo projeto contra o deslizamento dos morros de Olinda; e o arquiteto-paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994), para recuperar as áreas verdes que tinham sido indevidamente desmatadas e ocupadas. Não sabemos qual efetiva participação do engenheiro pernambucano, porém Burle Marx foi convidado pelo governador, em 1980, para por em prática a criação do Parque do Cabo Branco, protegendo definitivamente a orla da agressão imobiliária e mantendo a paisagem litorânea como patrimônio da coletividade.

¹⁰⁰ Edgar D'Amorim (n. 1905-1986) foi um engenheiro recifense, formado ainda no fim dos anos 20, numa turma de apenas sete alunos. Juntamente com outros importantes engenheiros da época, como Antonio Baltar e Abdias de Carvalho, foi um dedicado formulador da expansão da cidade. Contribuiu com a fundação da Faculdade de Arquitetura da UFPE, além de ter organizado o escritório técnico da Prefeitura do Recife.

A ideia da construção do parque foi mais uma forma que o Estado encontrou para garantir a preservação da orla. Segundo explicou o presidente do IPHAEP: “essa medida tem uma grande significação para o Estado. Isso porque temos que, obrigatoriamente, preservar a nossa memória a fim de que determinadas áreas não sejam transformadas em selvas de pedra como no Rio de Janeiro”. (BURLE MARX recebe..., 1980, p. 12). Possivelmente, preocupações motivadas ainda pelas falas de Sérgio Bernardes, em 1969, quando veio a João Pessoa e encontrou “(...) uma orla com construções em geral de um ou dois pavimentos e na qual começavam a despontar simultaneamente quatro arranha-céus (...)” (PEREIRA, 2008, p. 197). Muito diferente da paisagem verticalizada que o arquiteto carioca acompanhou se desenvolver no Rio de Janeiro desde os anos de 1950.



Figura 95: Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro (1970), Burle Marx. Fonte: EM MOSTRAS. 1981, p. 5.

Por sinal, profissional que tinha sido, mais uma vez, convidado pelo governador Burity para realizar seu terceiro projeto na capital paraibana¹⁰¹. “Sérgio Bernardes pretende doá-lo ao Governo paraibano, destinando-se a recuperação de parte da orla marítima, especialmente o Cabo Branco. (...) Esse projeto atingirá uma área entre Tambaú e Seixas. A sua execução poderá ser feita num prazo mínimo de dez meses, mediante a correção dos arrecifes. A natureza, segundo Bernardes, se encarregará de voltar à recomposição original de 500 anos atrás” (PROJETO do Espaço..., 1980, p. 12; SÉRGIO faz..., 1980, p. 12).

Ao longo de 1,5 km, Bernardes iria propor a urbanização da orla pessoense, talvez nos moldes da urbanização que foi desenvolvida para a orla do Rio de Janeiro, em 1970. Não sabemos qual o nível a que chegou esse projeto, apesar de Bernardes afirmar que já havia calculado os custos do projeto. Porém, esse fato mostra, sobretudo, a

¹⁰¹ Sérgio Bernardes projetou o Hotel Tambaú (1966-1971) e o Espaço Cultural José Lins do Rego (1979-1983).

preocupação de todos com a preservação da paisagem natural da orla de João Pessoa. Visão compartilhada pelo paisagista Burle Marx, quando, em fevereiro de 1980, veio oficialmente a João Pessoa para a criação de um novo parque. Para ele, a capital paraibana tinha especificidades que as grandes metrópoles já haviam perdido.

“João Pessoa é uma grande cidade porque ainda se pode viver tranquilo nela, coisa que não acontece com o Rio de Janeiro e São Paulo que estão se tornando insuportáveis. Aqui é uma maravilha, apesar de uma série de pontos que creio que não fazem parte do conjunto [Parque Sólon de Lucena]. A existência destas árvores extraordinárias já é uma grande coisa para vocês e, para qualquer brasileiro que vier aqui, porque uma área verde não se improvisa” (BURLE MAX vai..., 1980, p. 1).



Figura 96: Burle Marx e Tarcísio Burity percorrendo toda a extensão do Cabo Branco.
Fonte: BURLE MARX vai..., 1980. p. 8.

Cerca de quinhentos hectares seriam transformados em uma área de interesse social e uso coletivo, não apenas para a população pessoense, mas para todos os paraibanos. (BURITY autoriza..., 1980, p. 1). O paisagista tinha o desafio de recriar o bioma que estava sendo extinto e nele inserir o projeto. Diferentemente de outros projetos desenvolvidos por Burle Marx, no Cabo Branco não seriam utilizadas espécies de outras regiões: *“plantaremos espécimes da região e, em particular, algumas que estão em fase de extinção no local”*, destacou o paisagista (BURLE MAX vai..., 1980, p. 1). Com a ocupação acelerada e irregular da área, a vegetação de Mata Atlântica foi quase que extinta comprometendo a qualidade ambiental e a paisagem da orla marítima.

O anteprojeto de Burle Marx, realizado com a colaboração de Haruyoshi Ono e José Tabacow¹⁰², se constituiu em uma extensa área verde de vegetação atlântica circundada por via asfaltada para trânsito de veículos. Os acessos ao Parque poderiam ser feitos pela Avenida Panorâmica (1), da Avenida João Cirylo (2) e/ou da Estrada da Penha (3), através de umas das três portarias de controle e segurança, equipadas com posto de primeiros socorros e guardas florestais. O paisagista propôs uma série de

¹⁰² Esses profissionais faziam parte da empresa Burle Marx & Cia. Ltda. coordenada pelo arquiteto Haruyoshi Ono, sócio e colaborador de Roberto Burle Marx, desde a década de 60.

caminhos sinuosos por todo o parque, construídos com diferentes tipos de pavimentos (piso cimentado liso e piso de saibro). A Avenida Panorâmica seria suprimida, próximo ao acesso ao Clube de Engenharia e no entorno do Farol, resguardando a falésia do Cabo Branco. O monumento seria ali mantido.

O projeto deixou clara a ideia de criar não apenas um jardim para ser belo, mas sim para abrigar diversas funções. Foram criados setores funcionais em meio aos percursos ameboídes típicos de seu trabalho, dinamizando as atividades. O elemento água foi introduzido de forma pontual com a criação de um lago artificial de contornos serpeantes, a partir do represamento do Rio do Cabelo¹⁰³. Solução formal muito comum na obra do paisagista. Desse modo, Burle Marx diversificava mais as atividades dentro do parque, tornando-o atrativo para a população.

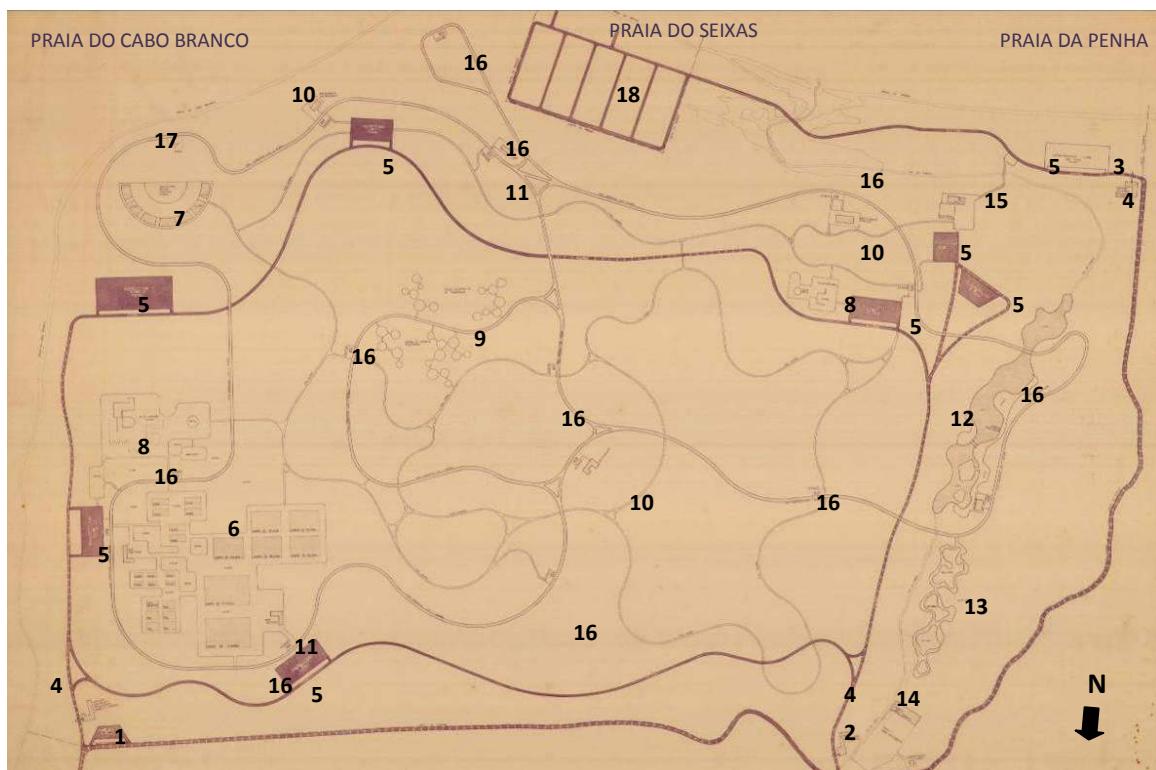


Figura 97: Anteprojeto do Parque Cabo Branco (1981), Roberto Burle Marx, Haruyoshi Ono e José Tabacow (do escritório Burle Marx e Arquitetos Associados). Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), editado pela autora.

LEGENDA: 1 – Acesso pela Avenida Panorâmica do Cabo Branco; 2 – Acesso pela João Cirylo; 3 – Acesso pela Estrada da Penha; 4 – Guarita; 5 – Bolsões de estacionamento; 6 – Setor Esportivo; 7 – Anfiteatro e lojas; 8 – playground; 9 – Áreas de estar e piquenique; 10 – Restaurante; 11 – Bar; 12 – Lago; 13 – Mini-Zoo; 14 – Horto; 15 – Cemitério e igreja; 16 - Estação; 17 – Farol do Cabo Branco; 18 – Loteamento existente.

Diversidade que Burle Marx não estendeu para as espécies vegetais, como costumava utilizar em suas praças com a criação de diferentes biomas a partir da escolha adequada de conjuntos saudáveis e harmônicos (CARNEIRO *et. al.* 2009). Aqui, pelas

¹⁰³ O Rio do Cabelo nasce no bairro de Mangabeira nas proximidades do Presídio Silvio Porto, se estende por 6,5 km até desaguar no Oceano Atlântico dividindo as praias da Penha (sul) e Seixas (norte).

grandes dimensões do terreno e pela localização em um bioma tão específico, a valorização da flora atlântica nativa era primordial para o paisagista. Essa opção foi possível de captar em seus poucos discursos sobre o parque:

“Se conseguirmos realizar esse projeto, será um parque que terá uma repercussão muito grande na vida da cidade. Isso de houver um trabalho de equipe, com ótima fiscalização. Precisamos de árvores já formadas, para poder se plantar em grande número e, depois, manutenção. Não é só preciso plantar a árvore, ela precisa, inclusive, ser cuidada como se cuida de uma criança. É preciso adubar, regar, conscientizar as pessoas, o povo, para não destruí-la. Tudo isso é fundamentalmente importante para que uma obra seja transformada numa realidade efetiva” (FARIAS, 1981, p. 1).

Assim o que Burle Marx mais evidenciou em suas falas, foi o que Guerra (2002, p. 1) destacou como “*valor originário*” de sua obra, onde “*o jardim é um artifício que deve reintegrar o homem à sua paisagem natural*”.

Mesmo com a ideia da criação do Parque Estadual do Cabo Branco, o debate sobre a verticalização da orla marítima não se esgotou. De modo contrário, as discussões pareceram ter ganhado ainda mais impulso, principalmente depois do anúncio de tombamento da área para garantir a posterior implantação do parque. O tombamento foi mais um instrumento que o IPHAEP encontrou para evitar a construção de edifícios de muitos andares, não apenas em João Pessoa, mas em todo o litoral paraibano. Fato que repercutiu negativamente, principalmente, junto aos incorporadores imobiliários, segundo os quais essa medida vinha a comprometer o desenvolvimento do mercado imobiliário da área mais rica de João Pessoa (IMOBILIÁRIAS condenam..., 1981, p. 1).

Possivelmente esta questão da descaracterização da faixa litorânea não foi apenas uma preocupação local, mas que estava presente em outros estados. Igual medida foi tomada, por exemplo, pelo governo do Paraná ao tombar todo seu litoral a fim de proibir altas edificações, de qualquer natureza, próximas à praia, almejando a preservação do revestimento florístico da região litorânea (GOVERNO do Estado..., 2006, p. 288).

A discussão tomou conta das páginas dos jornais locais e do meio arquitetônico, especialmente depois que o deputado Plínio Lemos enviou uma representação ao Supremo Tribunal Federal argumentando serem inconstitucionais os artigos 164 e 165 da Constituição Estadual, por considerar que “*trata-se de um assunto que só se comporta dentro do Código de Posturas Municipais*” (EDIFÍCIOS, ou não? 1981, p. 3). Arquitetos locais e o próprio IPHAEP se mostraram contrários à revogação dos artigos, em consonância com a ampla maioria da população. Dado que a preservação ambiental e cultural era de interesse público, aquelas normas proibitivas não prejudicariam a autonomia local.

A imprensa também serviu como meio de divulgação do posicionamento do meio arquitetônico diante da construção de edifícios em altura. Boa parte dos técnicos locais se mostrou otimista e favorável ao crescimento vertical desde que alguns ajustes fossem feitos nas normas urbanísticas. A oposição à revogação dos artigos veio de expoentes da arquitetura local. Mário Glauco Di Lásio, contrário à verticalização, lembrou que “*a nossa natureza é pobre de fisionomia*” alegando que ela não era tão forte e expressiva como a do Rio de Janeiro, por exemplo, “*onde há grandes morros e uma paisagem muito alta e bonita que nunca impedirá de ver por causa de edifícios, mesmo os mais altos*” (EDIFÍCIOS, ou não? 1981. p. 3). Régis Cavalcanti, por sua vez, não se mostrou totalmente contrário à verticalização, mas sugeriu o escalonamento dos gabaritos em detrimento da não exclusividade das habitações unifamiliares nos quarteirões mais próximos à praia.

“(...) Quanto à permanência ou não da Constituição Estadual dos artigos citados, é de pouca relevância, se a Prefeitura já tem seu código urbanístico e de postura. Em minha opinião, os dois pavimentos na avenida da orla marítima devem ser preservados, mas não como diz o Código Municipal, isto é, que só se pode construir residências unifamiliares. Considero muito elitista esta posição. Nada mais democrático do que a permissão multifamiliar, ainda que permaneçam as obrigações de gabaritos e afastamentos; assim seria permitido a mais pessoas (famílias) usufruírem o que é privilégio de pouquíssimos. Talvez a solução mais viável para conciliar tanto a manutenção da paisagem natural, como atender a demanda habitacional melhor posicionada, seria o escalonamento do gabarito a partir da orla marítima(...). Obedecendo-se os recuos exigidos não teríamos nunca a preocupação com a síndrome de Copacabana.

Temos que prestar bem atenção às intenções finais de se retirar, ou não, tais artigos da Constituição Estadual. Sendo para liberar o gabarito simplesmente, dez vezes não! A especulação imobiliária, sem uma lei que reja e proteja a cidade, será uma arma criminosa contra a natureza e os homens que nela amanhã habitarão” (EDIFÍCIOS, ou não? 1981. p. 3).

Não sabemos qual a participação concreta destes dois profissionais e suas possíveis contribuições à legislação estadual, mas talvez a sugestão do arquiteto Régis Cavalcanti tenha fornecido elementos para a conformação da atual Constituição do Estado, em seu Artigo nº 229, o qual estabeleceu “*um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir trinta e cinco metros de altura (...)*” (GOVERNO do Estado da Paraíba, 1989, p. 116), na faixa de quinhentos metros afastados da faixa litorânea paraibana. Sugestão de escalonamento que também foi desenvolvida pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o litoral do Rio de Janeiro (A REALIDADE assusta..., 1984, p. 19).

O escalonamento de João Pessoa foi se delineando, no início dos anos 1980, a partir da atuação do mercado imobiliário local. Mesmo com as restrições da legislação, os

incorporadores imobiliários continuaram a interferir na produção do espaço construído. Eles agora estimulavam a verticalização da orla de duas formas diferentes: nas quadras mais afastadas da beira-mar eram construídos os edifícios mais altos, enquanto edifícios com até três pavimentos proliferavam nas quadras próximas ou de frente para a praia. De acordo com Farias (1984, p. 19), a partir de 1981, aproximadamente, “*surgiu na cidade uma onda de construções de pequenos edifícios. De lá para cá, uma média de 70 desses imóveis foi erguida, sobretudo em áreas nobres*” (FARIAS, 1984, p. 19). Se a construção de edifícios altos agora era tida como menos atrativa ou arriscada diante da legislação, a construção de pequenos edifícios era mais promissora e garantida, o que ocasionou a propagação de pequenos empreendimentos na orla.



Figura 98: A verticalização da Praia de Tambaú, em meados dos anos 1980, com o surgimento de novos edifícios em altura em quadras mais afastadas da praia, como efeito das discussões e legislações em torno do processo de verticalização. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Este fato podia ser acompanhado diariamente na imprensa local. A numerosa publicidade destes empreendimentos estampou as páginas dos jornais retratando certo vigor do mercado imobiliário no período. Impulso que era comum aos incorporadores imobiliários, sobretudo por haver os financiamentos públicos através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), os quais não estavam direcionados apenas às obras de interesse social, mas também aos edifícios de apartamentos que agora eram financiadas pelo BNH, através da Caixa Econômica Federal (CEF), para as classes média e alta.



Figuras 99, 100 e 101: Publicidade de alguns dos vários pequenos edifícios construídos na orla de Tambaú e Manaíra. Fonte: Arquivo da autora, 2014.

Porém, a iniciativa privada foi a principal promotora da verticalização na capital, seja através dos pequenos ou grandes empreendimentos. Alguns dos incorporadores mais frequentes nos anúncios foram: a Holanda, construtora e imobiliária fundada em João Pessoa, em 1975, pelos sócios Aldenor, Adelaide e Aldair Holanda; a SOTEMA Engenharia e Arquitetura, de propriedade do engenheiro civil Luiz Sálvio Galvão Dantas, que chegou a desenvolver alguns empreendimentos em parceira com sua esposa, a arquiteta Maria Grasiela de Almeida Dantas; e a Constrol (Fernando Rodrigues Comércio e Indústria de Construções), construtora e incorporadora de Recife. Era recorrente a esses investidores a dupla atividade de construção e incorporação dos empreendimentos, além de realizarem a construção de obras públicas, como por exemplo, a Sotema, responsável pela Biblioteca Central da UFPB. Assim, os incorporadores imobiliários agiram como promotores da arquitetura no espaço urbano.



Figura 102: Publicidade do Edifício Guarapari (1979), Regis Cavalcanti. Fonte: PARQUE Residencial..., 1979, p. 3.



Figura 103: Anúncio do edifício Solar dos Navegantes. Fonte: SOLAR DOS Navegantes. 1980, p. 10.

Foi por meio dos jornais que se deu a divulgação massiva da atividade dos incorporadores, onde foi recorrente a publicidade incitando um novo estilo de moradia e de vida, especialmente para as classes abastadas. Destacaram-se nos anúncios muito mais os benefícios da vivência à beira-mar do que as qualidades dos empreendimentos. Apesar de agora os edifícios altos serem projetados, sobretudo por arquitetos, e não pelos próprios empreendedores como verificou Pereira (2008, p. 173-199) em sua pesquisa, a arquitetura parece ter permanecido centrada em princípios como economia, racionalidade e simplicidade. A construção desses edifícios permaneceu concentrada nos bairros de Tambaú e Manaíra, com alguns casos no Bairro dos Estados. Apesar da grande quantidade de pequenos edifícios percebida no espaço urbano, foram os “arranha-céus” que despontaram na orla: Parque Residencial Guarapari (Régis Cavalcanti - 1979), Parque Residencial Camboriú (Maria Grasiela Dantas – 1979), Solar

dos Navegantes (Régis Cavalcanti - 1979), todos com 12 pavimentos; e o Estrela de Ouro (198?), com 10 pavimentos; todos erguidos em Tambaú. Apenas o edifício Aristeu Casado (Mário Di Lásio - 1978), com 12 pavimentos, foi localizado no bairro de Manaíra. Também começaram a ser erguidos alguns edifícios de porte mediano entre seis ou sete pavimentos como o Edifício Passárgada (Expedito Arruda - 1979) e os Edifícios Clarissa II, III e IV (Régis Cavalcanti - entre 1980 e 1983. Edifícios erguidos em meio às restrições à verticalização da orla pessoense, e que tiveram sua construção deslocada para quadras distantes da praia, ou forçados para outras áreas da cidade, especialmente nas adjacências das principais avenidas. Assim o edifício Villa Soraya (Expedito Arruda - 1984), construído em plena Avenida Ruy Carneiro, ou o Edifício Allison (1987), nas proximidades da Avenida Epitácio Pessoa, apontaram a dispersão do crescimento vertical na cidade para áreas em recente e crescente valorização.



Figura 104: Publicidade do Parque Residencial Camboriú (1979), Maria Grasiela Dantas. Fonte: MORE no Camboriú... 1980, p. 11.

EM LANÇAMENTO

SUA BUSCA TERMINA NA RUY CARNEIRO, NO EDIFÍCIO

Villa Soraya
PHOENIX

Prazo de construção: 20 meses.

3 Suites, Living c/3 ambientes, 2 Elevadores, 2 Garagens, S/Festas, Piscina, Todos os Apartos. c/frente para o Sul, Terreno com 1.400 m².

10 "dicas" para você comprar um bom Apartamento.

1º PROJETO: Saiba o nome da equipe técnica responsável pelos projetos arquitetônicos, estrutural, elétrico e hidráulico. Quais as obras que realizará. Uma equipe de profissionais competentes é o 1º requisito para a construção de um bom edifício.

2º LOCALIZAÇÃO: Veja a posição do sol, a direção dos ventos, vias de acesso, comodidade de compra, distância de colégios, passeios, etc.

3º ÁREA DE TERRENO: Saiba se o terreno divide esta área pelo nº de apartamentos que o edifício é dividido ou resultado por 5 (cinco) m² de uma unidade familiar, se o resultado for inferior a 8 m² por pessoa, o edifício não oferece condições ideais de moradia. Um bom edifício deve ter área de terreno suficiente para resolver os problemas dos moradores.

OBSEVAÇÃO: Dados do Villa Soraya: Terreno

1.400 m², nº de apartamentos: 24

4º ÁREA DE LAZER E INFRAESTRUTURA: Veja o que o Edifício oferece em termos de lazer. Verifique a infraestrutura em termos de água, esgoto, escoamento de águas pluviais, luz e telefone.

5º GARAGENS: O 2º carro hoje é uma necessidade. Se o 2º carro ficar estacionado na rua, você vai se aborrecer e sobre tudo val "aborrecer" a comunidade que vive ao redor do Edifício.

6º DIVISÃO INTERNA DO APARTAMENTO: Exija do Incorporador uma planta com as medidas de cada apartamento, verifique a funcionalidade do trânsito entre os ambientes.

7º ELEVADORES: Verifique a marca. Peça informações sobre a assistência técnica que o Fabricante oferece em outros Edifícios.

8º MATERIAIS DE ACABAMENTO: Leia com atenção o Memorial Descritivo do Edifício

9º REVEST., EXTERNO E SEGURANÇA: Exija revestimento externo em material cerâmico; avise a obras desnecessárias de manutenção. Exija o Certificado de Aprovação do Sistema de Prevenção Contra Incêndio, fornecido pelo Corpo de Bombeiros.

10º INCORPORADOR/CONSTRUTOR: Verifique a idoneidade da Empresa e Diretores. Examine as obras já realizadas.

O exame destes 10 fatores é fundamental para a compra de um bom imóvel e para garantia de um bom investimento.

FINANCIAMENTO DIRETO EM ATÉ 36 MESES: 2 MODALIDADES DE COMPRA.

1º APTO PRONTO

Preço a partir de Cr\$ 798.000
Sinal Cr\$ 239.000
10 Parcelas Mensais Fixas Cr\$ 11.843
03 Parcelas Trimestrais Fixas Cr\$ 16.018
Gado, 26 Mensais e 8 Trimestrais c/validade de OTN

VALORIZAÇÃO DO EDIFÍCIO PHOENIX
EM 28 MESES: 2.400%

VALORIZAÇÃO DO EDIFÍCIO XANADU
EM 16 MESES: 918.19%

2º MATERIAIS DE ACABAMENTO POR CONTA DO COMPRADOR

Preço a Partir de Cr\$ 648.000
Sinal Cr\$ 194.400
10 Parcelas Mensais Fixas Cr\$ 9.617
3 Parcelas Trimestrais Fixas Cr\$ 13.738
Saldo: 26 Mensais e 8 Trimestrais c/validade de OTN

EQUIPE TÉCNICA

Projeto Arquitetônico: EXPEDITO DE ARRUDA
Projeto Estrutural: A. NEREU CAVALCANTI
Projeto Elétrico: VLADIMIR C. DE SOUZA
Projeto Hidro Sanitário: ELIOMAR S. SANTOS
Programação Visual: JUSSARA S. DANTAS
CONSTRUÇÃO: CONSTRUTORA POLIEDRO LTDA.

PHOENIX
INCORPORAÇÃO, PARCERIAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Av. Sen. Ruy Carneiro, 33 - Bala 307 - Fones: 224.0266
224.0171 Cred. P. T. 790

Figura 105: Publicidade do Edifício residencial Villa Soraya (1985), Expedito Arruda. Fonte: SUA BUSCA termina..., 1986, p. 9.

Avenidas que também atraíram a construções de edifícios comerciais e edifícios públicos. Órgãos ou instituições continuaram a realizar tais construções: Ministério da Fazenda (Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade - 1983), Caixa Econômica Federal (Maria Grasiela Dantas - 1984), Banco do Estado da Paraíba (1987), entre outros. Seguindo a mesma tendência, comércio e serviços também foram deslocados da região central e atraídos para se instalar nesses corredores como, por exemplo, o edifício comercial Phoenix (Expedito Arruda - 1982). Igualmente, a ação dos incorporadores incentivou o deslocamento da verticalização, ao mesmo tempo em que disputou com ecologistas, paisagistas e preservacionistas, a orla marítima.

**SUA SALA PARA CLÍNICA OU
ESCRITÓRIO EM 36 PRESTAÇÕES FIXAS**

**NA ÁREA MAIS NOBRE DE JOÃO PESSOA, ENTRE AS AV. EP. PESSOA
E A RUI CARNEIRO.**

O Edifício PHOENIX é o primeiro Centro Comercial localizado na área mais nobre de J. Pessoa. São três andares reunindo técnica e beleza arquitetônica com amplas áreas de acesso e estacionamento.

FAÇA UM INVESTIMENTO SEGURO. RESERVE HOJE MESMO A SUA LOJA OU SALA COMERCIAL, APROVEITANDO AS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE LANÇAMENTO.

PHOENIX 
EDIFÍCIO

SALAS P/ CLÍNICAS
ESCRITÓRIOS, REPRESENTAÇÕES,
GABINETES DE TRABALHO, ETC.

Servido por elevador

VENDAS:  **CONFIDÊNCIA** CRECI N° 45
ASSESSORIA E VENDAS DE IMÓVEIS LTDA
Rua Duque de Caxias, 131, Tel. (PABX) 221-2736 - João Pessoa

PHOENIX 
INCORPORAÇÃO PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO LTDA



Figura 106: Edifício comercial Phoenix (1982), Expedito de Arruda. Fonte: PHOENIX Edifício, 1984, p. 2.

Enfim, as rápidas mudanças geradas pelo mercado imobiliário provocaram a criação de medidas para combater sua ação devastadora na paisagem local. O Estado da Paraíba conseguiu desenvolver, ainda nos anos 1970, “uma constituição extraordinária do ponto de vista preservacionista” (EMPRESÁRIOS VS..., 1983, p. 5) garantindo a conservação dos referenciais paisagísticos. Legislação que foi reforçada pelos Decretos 9.482 e 9.483, de maio de 1982, do governador Tarcísio Buriti ao dar autonomia ao IPHAEP quanto à orientação e fiscalização do Altiplano Cabo Branco e das praias adjacentes. Entretanto, a participação de técnicos e ativistas se opondo ao processo de verticalização foi fundamental para o despertar da população sobre a importância do comprometimento da sociedade e do Estado em torno de ações de planejamento e gestão destinadas à valorização da paisagem. O “Movimento Ecológico”, como foi denominada a mobilização de várias entidades e esferas da população, em 1983, na defesa do patrimônio ambiental estadual e da qualidade de vida da cidade, conseguiu frear a especulação imobiliária – pelo menos até 1986, quando o governador Wilson Braga revogou os decretos anteriores. Os debates em torno da verticalização perduraram e acabaram por impedir a concretização do Parque do Cabo Branco. A participação diária da imprensa local na divulgação dos acontecimentos, mas sobretudo, na recepção de experiências e discussões sobre a verticalização em outras localidades contribuiu efetivamente para constituição do espaço urbano de João Pessoa.

O desenvolvimento físico do campus

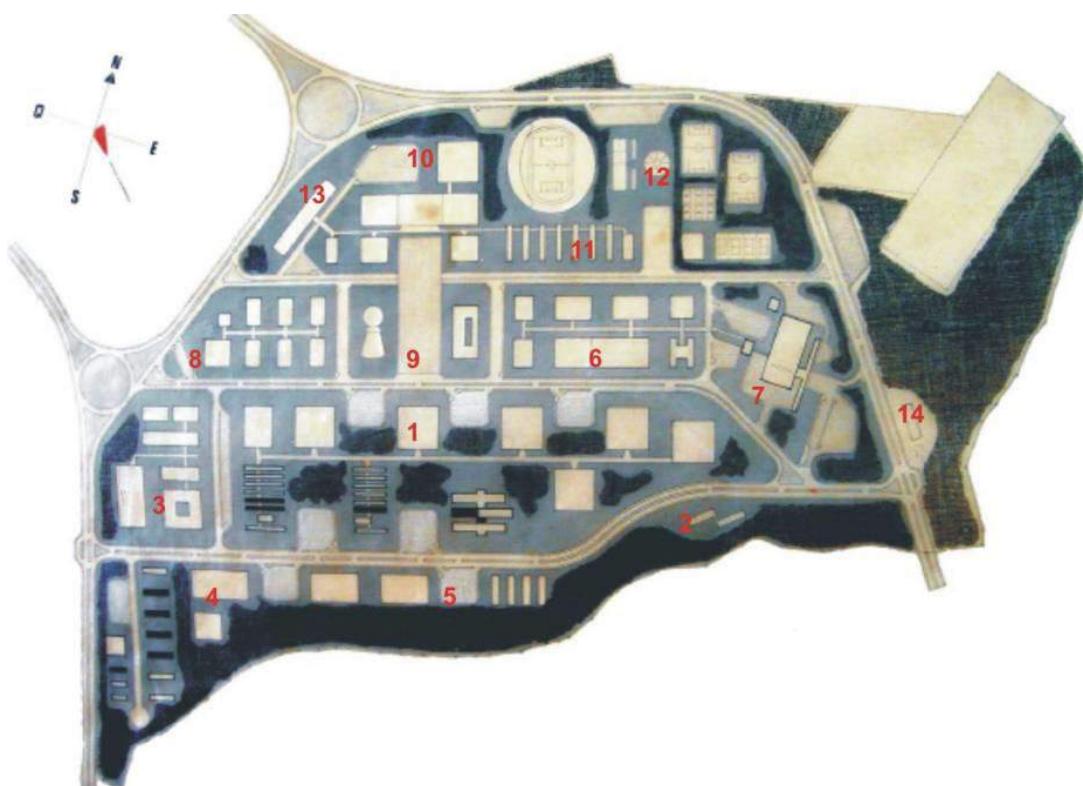
Nos anos 1970, as transformações do espaço urbano de João Pessoa também foram constatadas ao nível do campus universitário. Nas duas décadas anteriores, período de criação¹⁰⁴ e implantação do campus, a universidade tinha oferecido uma contribuição pioneira à urbanização da Capital ao ocupar terras despovoadas (NOVO bairro, 1966 *apud* PEREIRA, 2008, p. 123). A implantação do campus, durante a gestão do reitor João Toscano de Medeiros (1957-1960), em terreno de 115.48 hectares doado pelo Governo do Estado da Paraíba, marcou definitivamente a concretização de um dos eixos de expansão do crescimento da cidade em direção à zona sul da cidade. Embora efetuada sua instalação, concretizando os anseios da comunidade acadêmica paraibana, “*isso não significou o imediato planejamento do centro universitário e a transferência de suas atividades para aquele local*”, devido a problemas financeiros da instituição que certamente “*promoveram o adiamento da construção das novas instalações*” (PEREIRA, 2008, p. 124). O que só veio a ocorrer durante o reitorado de Mário Moacyr Porto (1960-1964), quando em 07 de maio de 1962, “*foi estabelecido o Serviço de Engenharia da universidade, inicialmente composto pelo engenheiro Guilherme Pedrosa, seu diretor, e pelos arquitetos Mário Di Lásio e Leonardo Stuckert*”, além de Pedro Dieb, em meados de 1966 (PEREIRA, 2008, p. 124).



Figura 107: Plano Piloto (1963) elaborado por Leonardo Stuckert Fialho. Fonte: COUTINHO, et. al., 2010.

¹⁰⁴ A Universidade da Paraíba foi fundada por iniciativa do então Governador José Américo de Almeida, em 1955, primeiramente através da Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955. No ano seguinte, através do Decreto nº 40.160, de 16 de outubro de 1956, o Governo Federal concedeu à Universidade da Paraíba a prerrogativa de equiparação e aprovou seu primeiro estatuto. Foi seu primeiro reitor o Profº Dumerval Trigueiro Mendes (1955-1956).

Foi a partir da atuação destes primeiros profissionais que o campus de João Pessoa foi tomando suas primeiras formas. Leonardo Stuckert Fialho, arquiteto e também professor da Escola de Engenharia, foi responsável pela elaboração do Plano Piloto, em 1963, e do projeto de algumas das primeiras edificações como a Escola de Engenharia (1963) e Reitoria¹⁰⁵. O plano do campus, implantado em 1965, não contemplou a expansão nem a implantação de edifícios como biblioteca, restaurante e reitoria - uma vez que esses setores ficaram locados no edifício central da reitoria. Em 1966, depois de consultoria com a empresa CONSULTEC, que realizou um levantamento sobre a situação do campus, os dados levantados foram repassados para o arquiteto Mario Rosa Soares (1926-19??), do Escritório Técnico da USP, e serviram para um primeiro estudo no sentido da organização espacial dos usos do solo. Foi proposta a setorização funcional, ampliação da malha viária, ocupação máxima da área do campus, redução da cobertura vegetal, além de prever a inserção de setores administrativo, residencial, convivência e cultural (PEREIRA, 2008, p. 131; COUTINHO, et. al. 2010, p. 6).



| | |
|--|---|
| 1. Institutos Básicos Centrais | 8. Setor de C. Humanas e Político-Sociais |
| 2. Serviços Complementares | 9. Elemento de Integração |
| 3. Setor Cultural e Artes | 10. Centro de Convivência Geral |
| 4. Setor Tecnológico e Produção | 11. Setor Residencial |
| 5. Setor de Bioquímica e Produção | 12. Setor Esportivo |
| 6. Setor de Ciências Médicas | 13. Setor Administrativo |
| 7. Setor de Ciências Médicas Aplicadas | 14. Serviços de Utilidade Pública |

Figura 108: Plano da Cidade Universitária (1966), Mario Rosa Soares. Fonte: COUTINHO; et. al., 2010.

¹⁰⁵ São também dessa período os Institutos de Matemática (1965) e Física (1965), além do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (1965), ambos desenhados por ETAU arquitetos de Recife; o Instituto de Química (1965) foi concebido pelo arquiteto estadunidense David Scott Ellinwood (n. 1943) (PEREIRA, 2008, p. 126; COUTINHO; et. al., 2010, p. 6).

A partir de então, especialmente durante o reitorado de Guilardo Martins Alves (1964-1971), ao final da década de 1960, houve a elaboração e construção de vários edifícios, que foram projetados com a colaboração de técnicos e de profissionais de outros estados, a exemplo de Pernambuco e São Paulo (COUTINHO; *et. al.*, 2010, p. 5). Além dos edifícios em implantação, foi iniciada a construção da sede da Reitoria e Biblioteca Central (1968), projeto de Acácio Borsoi; do Hospital das Clínicas (1968), do Escritório Técnico da USP; e do Instituto de Biologia (1974), de Pedro Dieb (PEREIRA, 2008, p. 126; COUTINHO; *et. al.* 2010, p. 6). Apesar de estar prevista desde 1961, no regimento da UFPB, somente a partir de 11 de agosto de 1967 surgiram os primeiros passos para a criação de uma sede para a Biblioteca Central. Foi quando a instituição estabeleceu como prioridade a construção de um edifício para esse fim, realizando, no ano seguinte, um concurso público para o projeto da biblioteca, o qual foi vencido pelo escritório pernambucano de Acácio Gil Borsoi (GIL BORSOI vence..., 1968, p. 8).

O arquiteto¹⁰⁶, provavelmente seguindo o plano de Mario Soares, projetou o edifício para ser implantado no centro do campus constituindo um dos edifícios em torno do “Elemento de Integração” (ver Figura 107), provavelmente uma praça cívica unindo os demais edifícios institucionais. Entretanto, ao integrar a reitoria, a biblioteca e o auditório em um mesmo edifício, a proposta de Borsoi não contemplou a ideia de uma praça. Não sabemos se o concurso previu os três programas em um mesmo edifício ou se foi uma opção do arquiteto, mas esta opção não previu o rápido crescimento que ocorreu nos anos posteriores, quando a biblioteca já não era mais comportada. Esse conjunto de programas em um mesmo edifício, gerando um programa mais extenso, e uma maior disponibilidade de espaço, conduziu o arquiteto a uma solução complexa e dinâmica, diferente da produção então desenvolvida por ele com volumes únicos e prismáticos.



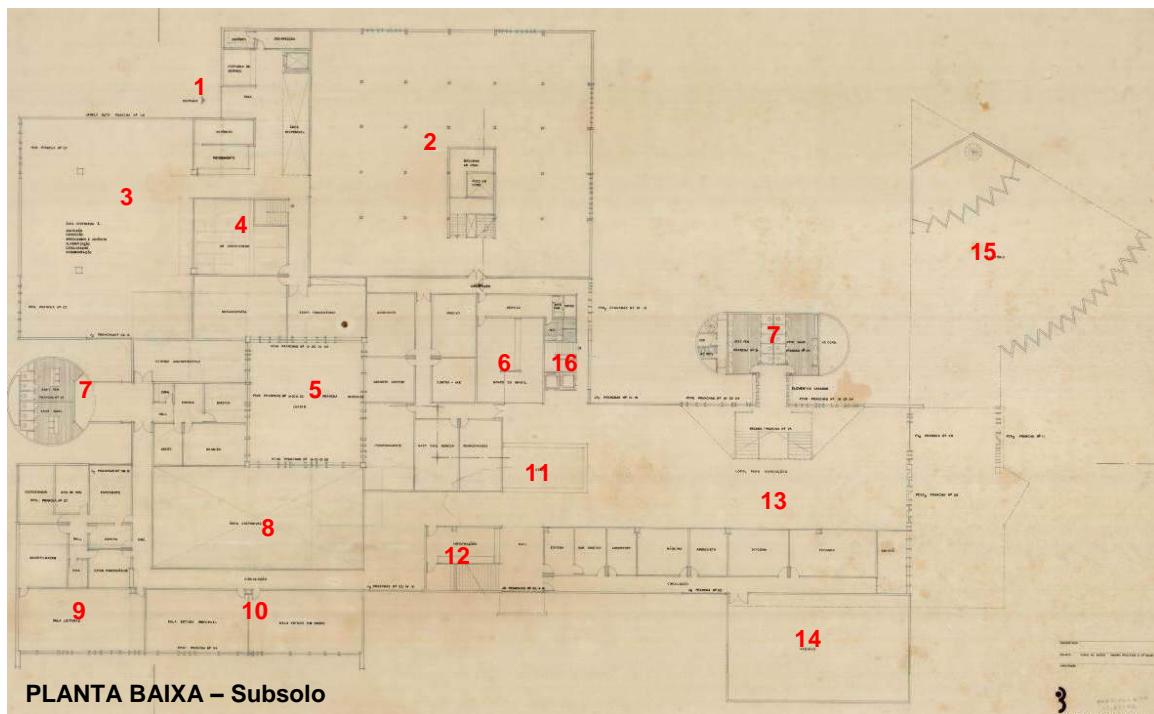
Figura 109: Biblioteca Central (1968), Acácio Gil Borsoi. Fonte: Acervo do Arquivo da UFPB.

¹⁰⁶ O projeto desenvolvido por Borsoi Arquitetos Associados consta como “Projeto de reforma para instalação da reitoria e biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba”, contemplando biblioteca, reitoria e auditório.

Implantada em um terreno inclinado, o arquiteto tirou partido dos desníveis e do programa concebendo o edifício em três blocos distintos com diferentes gabaritos, interligados entre si. Somado a eles, volumes anexos foram criados para abrigar bateria de banheiros, vestiários e auditório, de modo que a composição plástica do edifício expressou suas diferenças funcionais. O edifício foi resolvido no bloco horizontal constituído por subsolo e pavimento térreo onde foram programados todos os setores destinados ao funcionamento da biblioteca e do *"fluxograma do livro"*, como definiu Galbinski (1993, p. 10-11) constituindo o circuito técnico do livro, desde sua chegada à biblioteca até a sua colocação na prateleira para uso do leitor. Em seu programa, ainda foram previstos um salão de exposições, salão de leitura, restaurante e uma agência bancária. Já o bloco central, constituído por dois pavimentos superiores, foi projetado para receber as atividades da reitoria com secretarias, pró-reitorias, no primeiro pavimento; e sala de reuniões, vice-reitoria e reitoria isoladas no segundo pavimento.

A orientação para oeste forçou a criação de poucas aberturas em sua fachada principal, assim como em sua fachada voltada para leste. A relação entre interior e exterior foi reduzida, mas o arquiteto tirou partido de terraços, jardins internos e tetos-jardins para amenizar os possíveis problemas de iluminação e ventilação naturais. Também foram utilizados diferentes tipos de fechamentos como esquadrias de vidro, panos de elementos vazados, domos trapezoidais; elementos construtivos comuns presentes na recente produção de Borsoi, como de muitos arquitetos pernambucanos. Elementos que enriqueceram a composição entre cheios e vazios do edifício, ao mesmo tempo em que confirmaram as preocupações quanto à adequação ambiental que foram comuns não apenas na arquitetura pernambucana e paraibana, mas na arquitetura brasileira de maneira geral.

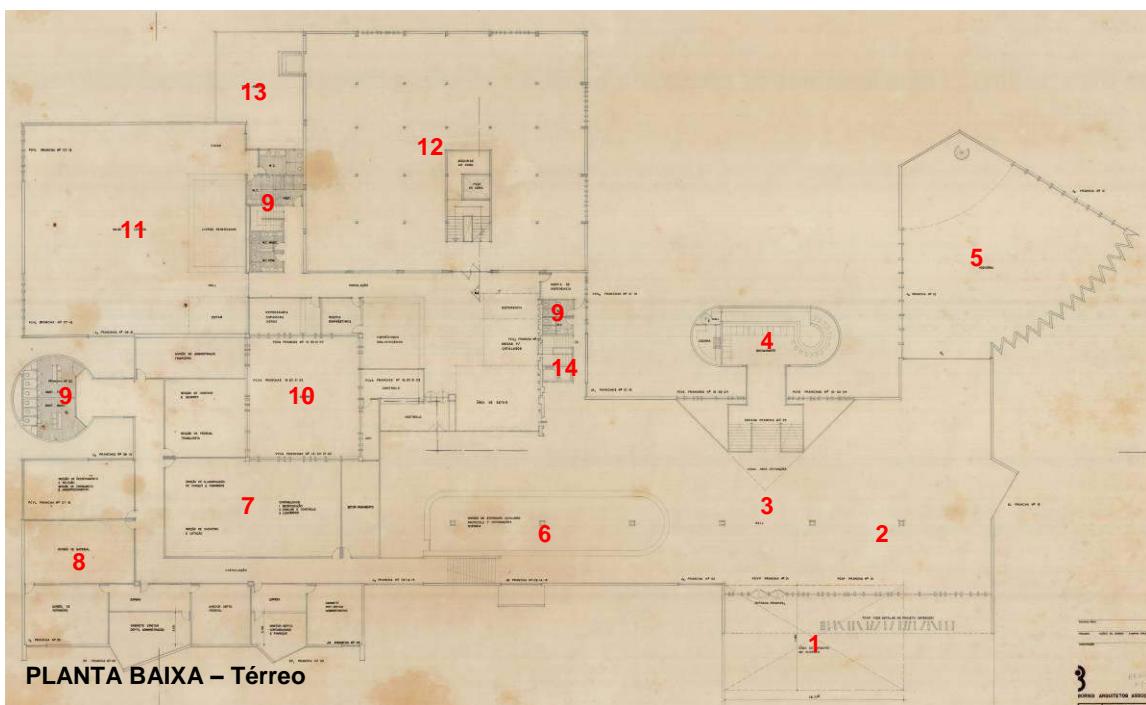
A complexidade da volumetria do prédio contrastou com a simplicidade e clareza do emprego dos materiais, os quais foram mantidos naturais e aparentes revelando suas funções e qualidades têxteis: estrutura independente de concreto armado com sistema de lajes nervuradas, e paredes em tijolos aparentes, além de esquadrias em madeira e vidro. Conjunto de materiais bastante utilizados por Borsoi em sua produção recente, principalmente a partir dos anos 1960 quando o arquiteto fez uma viagem à Europa, em especial à Escandinávia (NASLAVSKY, 2004, p. 192-193), incorporando elementos e princípios modernos. Elementos que também foram evidenciados e valorizados, por exemplo, em outros projetos de Borsoi construídos em João Pessoa nesse período como; o late Clube da Paraíba (1966) ou nas residências Otacílio Campos (1966) e Antônio de Pádua (1968).



PLANTA BAIXA – Subsolo

LEGENDA:

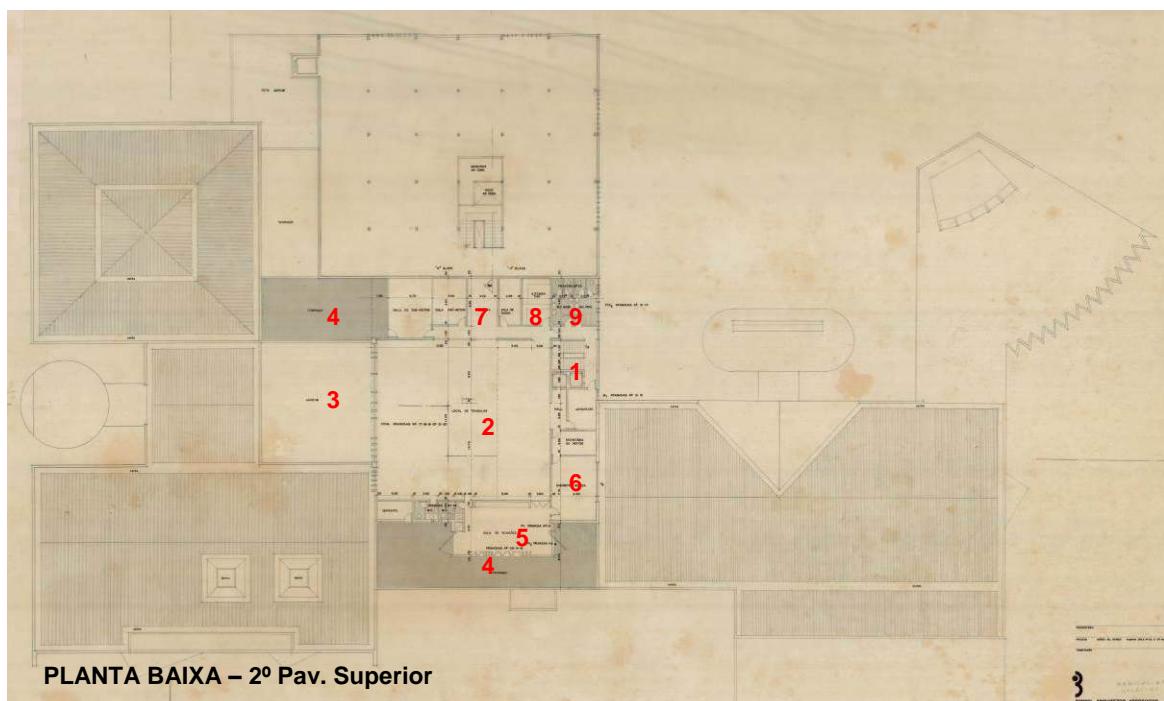
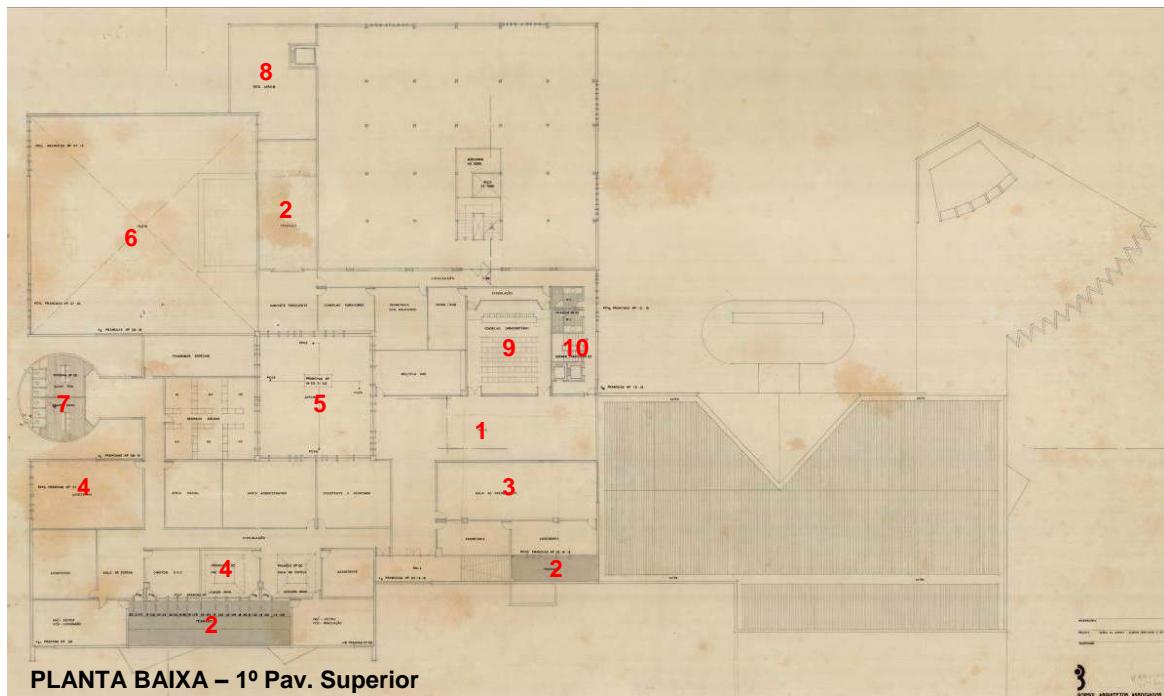
LEGENDA:
1. Acesso principal; 2. Biblioteca; 3. Fluxograma do livro; 4. Ar condicionado; 5. Jardim; 6. Administração; 7. Banheiros; 8. Área disponível; 9. Sala de leitura; 10. Sala de estudo; 11. Xerox; 12. Informações; 13. Exposições; 14. Arquivo; 15. Garagem; 16. Circulação vertical.



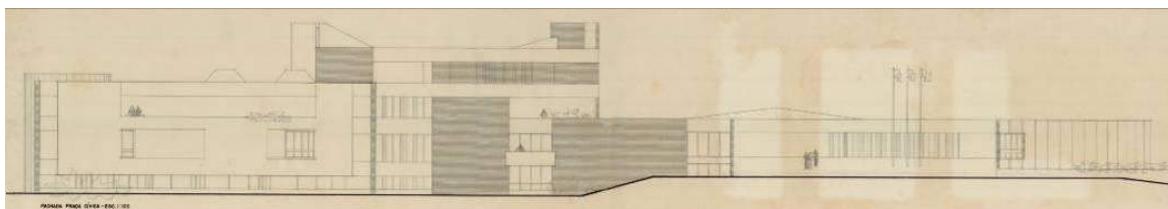
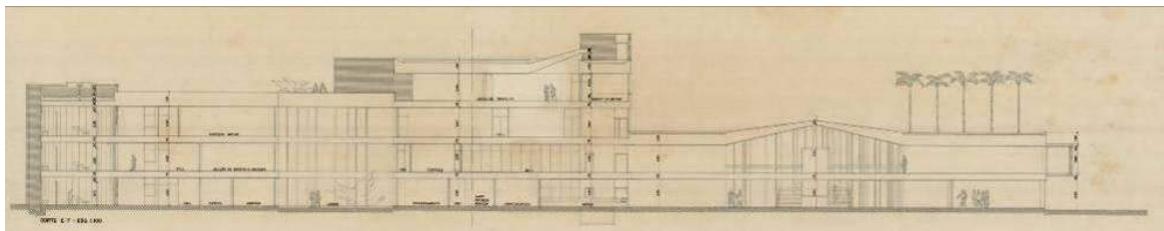
卷之三

LEGENDA:
1. Acesso principal; 2. Hall; 3. Exposições; 4. Restaurante; 5. Auditório; 6. Informações/Protocolo; 7. Contabilidade; 8. Administração; 9. Banheiros; 10. Jardim; 11. Salão de leitura; 12. Biblioteca; 13. Teto-jardim; 14. Circulação vertical

Figuras 110 e 111: Biblioteca Central e Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1968), Borsoi Arquitetos Associados. Fonte: Secção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, editado pela autora.

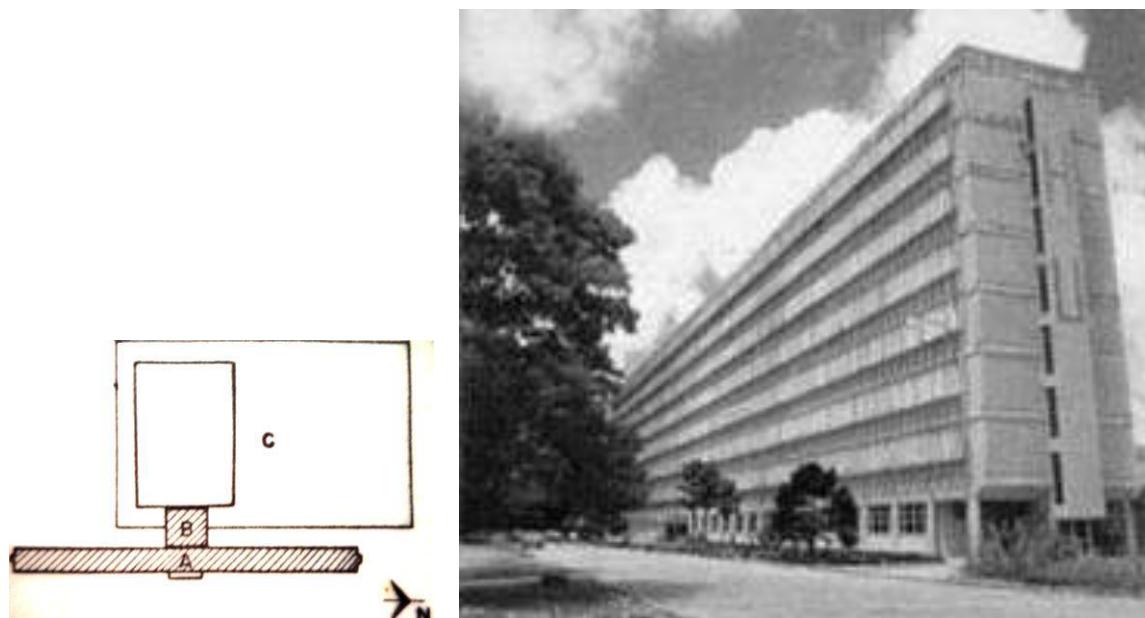


Figuras 112 e 113: Biblioteca Central e Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1968), Borsoi Arquitetos Associados. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, editado pela autora.



Figuras 114 e 115: Biblioteca Central e Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1968), Acácio Gil Borsoi. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, editado pela autora.

Por sua vez, o Hospital das Clínicas (1971), mais conhecido como Hospital Universitário (HU)¹⁰⁷, foi elaborado pelo arquiteto Américo Amato Júnior¹⁰⁸ do Escritório Técnico da USP¹⁰⁹, de São Paulo. O hospital-escola da Universidade Federal da Paraíba teve sua construção iniciada também no início dos anos 1970, apesar de em 1968 já haver ocorrido algumas iniciativas para sua criação, durante o reitorado de Guilhardo Martins. Uma equipe coordenada pelo professor Newton de Araújo Leite foi responsável por planejar a implantação do hospital, juntamente com os arquitetos “paulistas”.



Figuras 116 e 117: Hospital das Clínicas (1971), Américo Amato Júnior. Fonte: Acervo da UFPB. Esquema de implantação. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, editado pela autora.

¹⁰⁷ Desde 1980, em sua inauguração, recebeu a denominação de Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) em homenagem ao médico Lauro Wanderley.

¹⁰⁸ Não encontramos maiores informações sobre Américo Amato Júnior e seu vínculo com João Pessoa.

¹⁰⁹ O arquiteto Walter Aloysio Wyss fez o projeto de detalhamento, mas não obtivemos maiores informações sobre ele. De acordo com o coordenador do Escritório Técnico da UFPB na época, engenheiro Guilherme Pedrosa, “o projeto foi alterado por especialistas em arquitetura hospitalar, no Rio de Janeiro, sob o seu acompanhamento” (COUTINHO; ANDRADE; VIDAL, 2010, p. 6).

O setor leste do campus foi o escolhido para a implantação do hospital, em posição oposta aos setores de tecnologia da universidade. Local privilegiado pela existência de uma via de fácil acessibilidade e pela inexistência de grandes barreiras arquitetônicas. De acordo com Pereira (2008, p. 133), a inserção do Hospital Universitário determinou a ampliação da área do campus por meio de acréscimo de área em sua porção oeste, o que não foi feito. Porém houve um acréscimo de área na porção leste do campus, como previsto no Plano de Rosa Soares (1966), no então Setor de Ciências Médicas Aplicadas, onde o edifício acabou sendo implantado com algumas alterações.



Figuras 118 e 119:
Hospital das Clínicas
(1971), Américo Amato
Júnior. Fonte: Acervo do
Arquivo da UFPB.

Diferentemente do proposto no Plano, o HU foi implantado em sentido leste-oeste, orientação que favoreceu a iluminação natural e circulação dos ventos predominantes através da lâmina alta do edifício. Tipologia que também beneficiou a disposição do programa hospitalar em pavimentos-tipo, enquanto o programa ambulatorial foi localizado em um bloco retangular horizontal, disposto perpendicularmente ao bloco principal. Assim, a complexidade de seu programa foi resolvida com a utilização de volumes simples interligados entre si, segundo o princípio da setorização funcional.

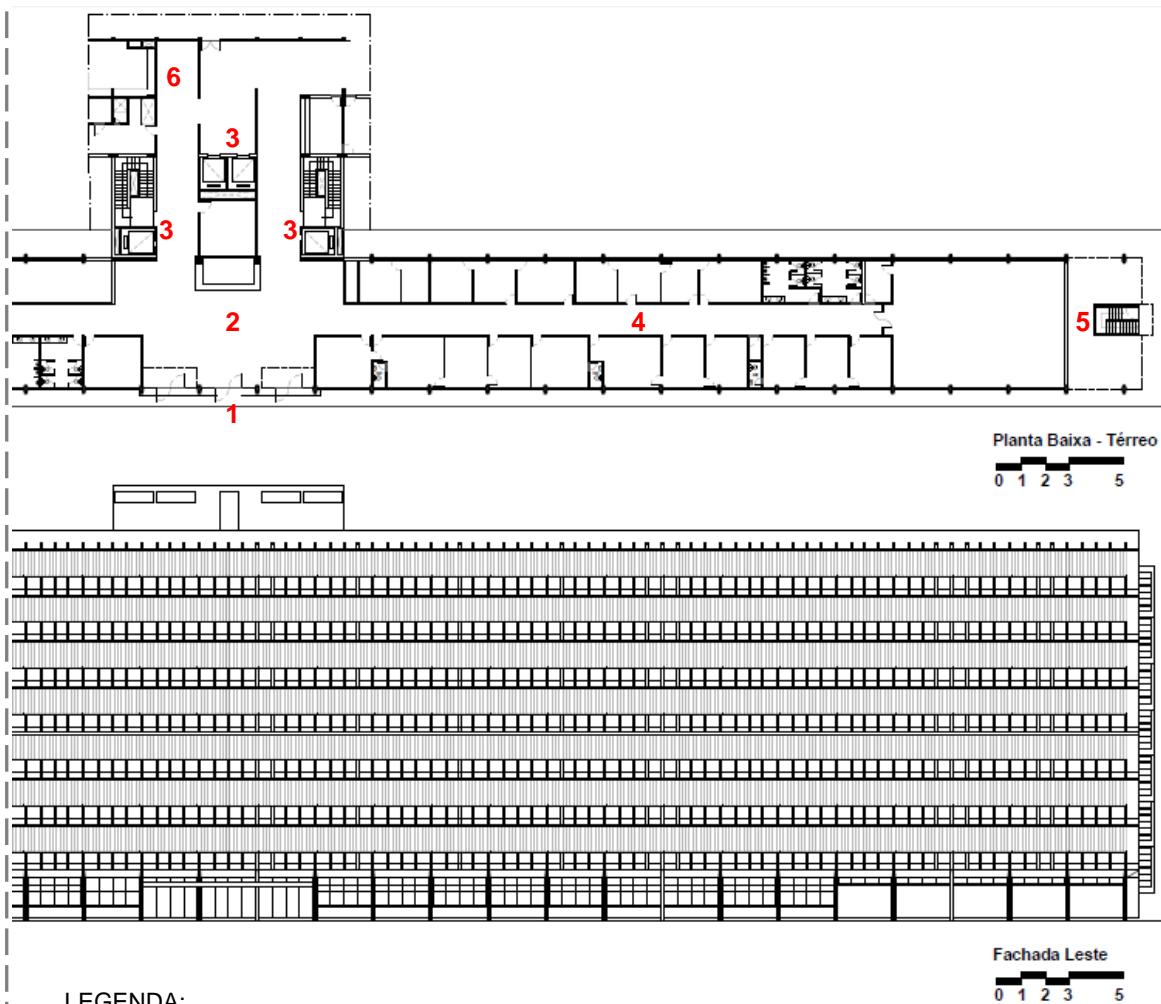


Figura 120: Blocos A e B do Hospital das Clínicas (1971), Américo Amato Júnior. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/ UFPB, desenho da autora.

O monobloco vertical, composto por térreo e sete pavimentos-tipo, teve sua planta disposta em “T”, onde os braços foram destinados a abrigar os leitos e as enfermarias; enquanto ao centro, foram locadas as áreas de apoio e de pessoal, além das circulações verticais por elevadores e escadas. Os 350 leitos foram protegidos por uma extensa malha de brises verticais em concreto, em seus pavimentos-tipo, tanto na fachada leste quanto oeste. Ao mesmo tempo em que resguardaram os leitos da radiação solar predominante, embora permitindo a ventilação natural vinda de sudeste, os brises animaram as fachadas principais. Por sua vez, as fachadas norte e sul, com empenas quase cegas, foram animadas pelas aberturas e pelo jogo dos lances de escadas localizados nas extremidades do edifício – recurso provavelmente utilizado para descentralizar as circulações verticais do edifício principal, facilitando o rápido escoamento de funcionários e pacientes em caso de emergência.

O arquiteto fez uso do sistema pilar-viga-laje em concreto armado, modulada a cada 4.80m, resultado do rígido módulo longitudinal de 1,20m, o qual foi utilizado nas dimensões dos ambientes internos, na padronização das esquadrias e no dimensionamento das circulações. A racionalidade construtiva também se evidenciou no tratamento dado aos elementos construtivos e aos materiais empregados. As alvenarias em placas de concreto foram protegidas com argamassa Quartzolit externamente, e receberam argamassa fina nos interiores; com acabamento em madeirite aparente. Pelas dimensões e pela complexidade do programa, o hospital foi concebido para conclusão em etapas¹¹⁰, graças à modulação e repetição estrutural. Porém, por questões financeiras, sua construção perdurou por doze anos, até quando o Hospital Universitário foi inaugurado em 12 de fevereiro de 1980, mesmo já estando em funcionamento desde 1974, quando foi considerado um dos centros médicos mais importantes do Nordeste (HOSPITAL DAS CLÍNICAS entusiasma..., 1974, p. 1).



Figuras 121 e 122:
Detalhes construtivos
do Hospital das
Clínicas (1972),
Américo Amato
Júnior. Fonte: Acervo
da autora, 2010.

As construções da biblioteca e do hospital coroaram esta primeira fase de implantação e organização da instituição. Foi um período quando houve um crescimento significativo no número de matriculados, passando de 625 alunos para 6.000 alunos regularmente matriculados (MONTENEGRO, 1983, p. 36). A expansão da universidade sugeriu que fossem tomadas medidas no sentido de “*corrigir falhas observadas no crescimento já*

¹¹⁰ 1^a Etapa: fundações e estruturas de concreto armado, iniciada em 1968 e concluída em 1970, na gestão do Reitor Guilardo Martins Alves (1964-1971); 2^a Etapa: ambulatório - iniciada em 1970 e concluída em 1975, na gestão do reitor Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1971-1975); 3^a etapa: setor administrativo - clínica cirúrgica - clínica médica - clínica obstetrícia – clínica pediátrica - serviços gerais - iniciada em 1976 e concluída em fevereiro de 1980, na gestão do Reitor Lynamdo Cavalcanti (1976-1980), tendo sido o hospital inaugurado, parcialmente, após a conclusão da terceira etapa; 4^a etapa: CTI (adulto - pediátrico - neonatal) - unidade de apartamentos - unidade das clínicas de cirurgia cardíaca e neurocirurgia - auditório. (HULW. Histórico. Disponível em: <<http://www.hulw.ufpb.br/node/4>> Acesso em: 14.11.2010 às 14:35.

experimentado e a planejar realisticamente a expansão a que está fadado o organismo universitário" (MONTENEGRO, 1983, p. 37).

Em continuidade com a reforma pioneira iniciada no reitorado anterior, o novo reitor Humberto Nóbrega (1971-1975) extinguiu as faculdades e criou os centros (GOMES, 2005, p. 52). Surgiu a necessidade de um planejamento pautado para direcionar o crescimento espacial do campus. Em 1971, um novo Plano Diretor foi elaborado pelo arquiteto-engenheiro Alcyr Meira que, com sua equipe, tratou de 'espacializar' as diretrizes da Reforma Universitária (COUTINHO; ANDRADE; VIDAL, 2010, p. 7), a partir da formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais. Sua proposta, diferentemente da de Mario Rosa Soares, propunha uma ocupação menos extensiva respeitando a cobertura vegetal existente; uma diminuição de fluxos de veículos dentro do campus priorizando a escala humana; e a criação de um complexo esportivo que dotasse tanto a universidade quanto a cidade de uma estrutura comum.

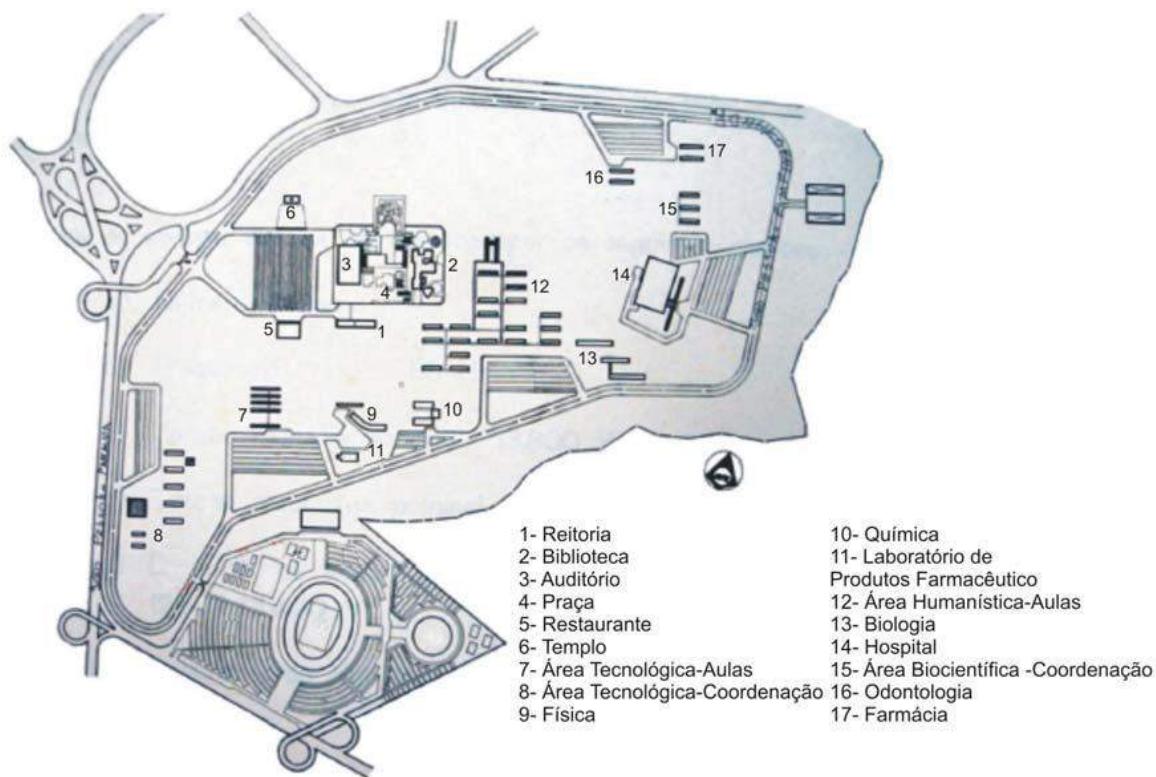


Figura 123: Plano Diretor da Cidade Universitária de João Pessoa (1971), Alcyr Meira. Fonte: COUTINHO; et.al., 2010.

Mais um ponto positivo desta proposta foi que Alcyr Meira, além de preservar os conceitos de economia e simplicidade, ele se preocupou em manter os edifícios existentes, bem como respeitar a linguagem e a unidade arquitetônica do conjunto. Fato que pode ser observado no projeto não construído para os pórticos de entrada e saída

do campus, onde ele pareceu ter seguido a linguagem utilizada por Borsoi para a sede da Biblioteca. O arquiteto paraense e sua equipe¹¹¹ desenvolveram pórticos em concreto armado aparente, tanto nas vigas-calhas quanto nas alvenarias, além das caixas de seixo para receber as águas pluviais da cobertura, com telhas onduladas em fibrocimento. Neles, a própria estrutura foi utilizada de forma expressiva, assim como os materiais e elementos construtivos, entretanto de forma contida, sem exageros estruturais ou plásticos. Fato que demonstrou a preocupação do engenheiro em manter e respeitar o conjunto construído, seguindo os princípios de economia, racionalidade e simplicidade.

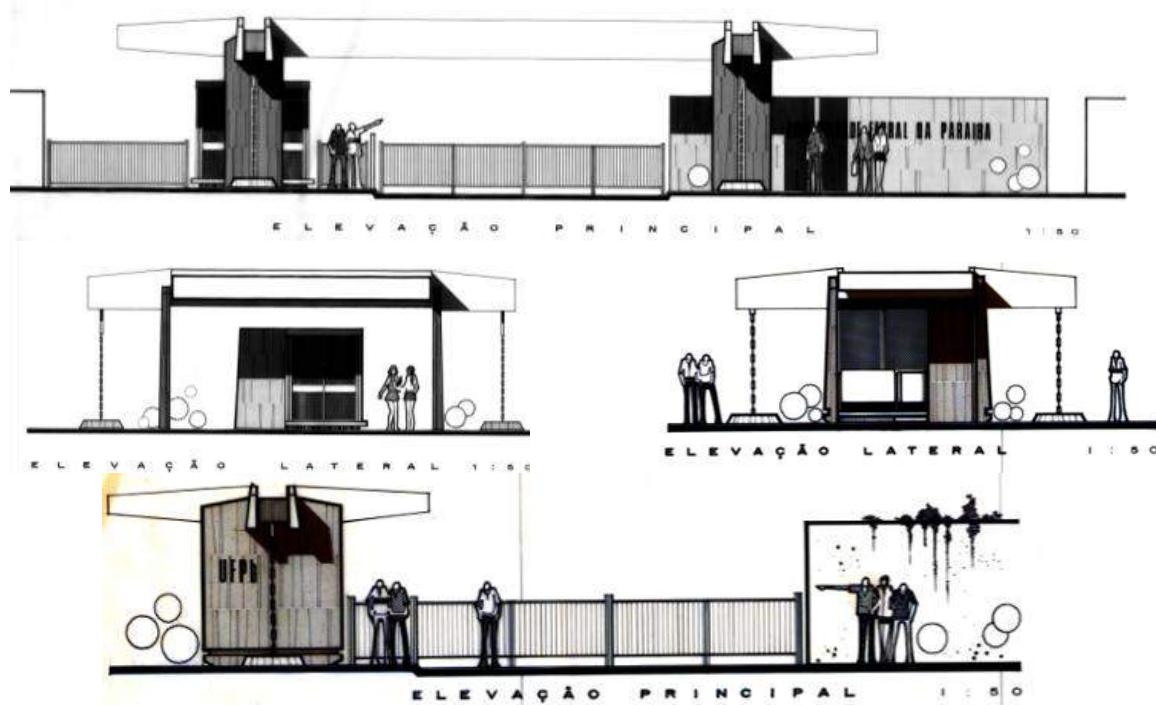


Figura 124: Pórticos de entrada e saída do Campus Universitário (197?), Alcyr Meira e equipe. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, editado pela autora.

As diferenças presentes entre os dois planos e a necessidade de um planejamento físico concreto levaram o Escritório Técnico Administrativo da UFPB a elaborar, em 1972, um terceiro Plano Diretor. A equipe multidisciplinar composta pelos arquitetos Mario Di Láslio, Antônio Amaral e Pedro Dieb, além de engenheiros e agrônomos, e um advogado, produziu um documento que sintetizou os principais pontos dos planos anteriores (COUTINHO; et. al., 2010, p. 8): sistema viário periférico, bolsões de estacionamento em cada conjunto edificado, sem cruzamento de veículos; passarelas de pedestres como elemento integrador; e edificações com materiais aparentes, estrutura modulada em concreto, vedações em tijolos cerâmicos e madeira de lei, estruturas de coberta em madeira de lei e cobertura com telhas de fibrocimento.

¹¹¹ A equipe era constituída por Armando Couceiro, Alberto Rubim, Dirce Côrrea e Jaime Bibas.

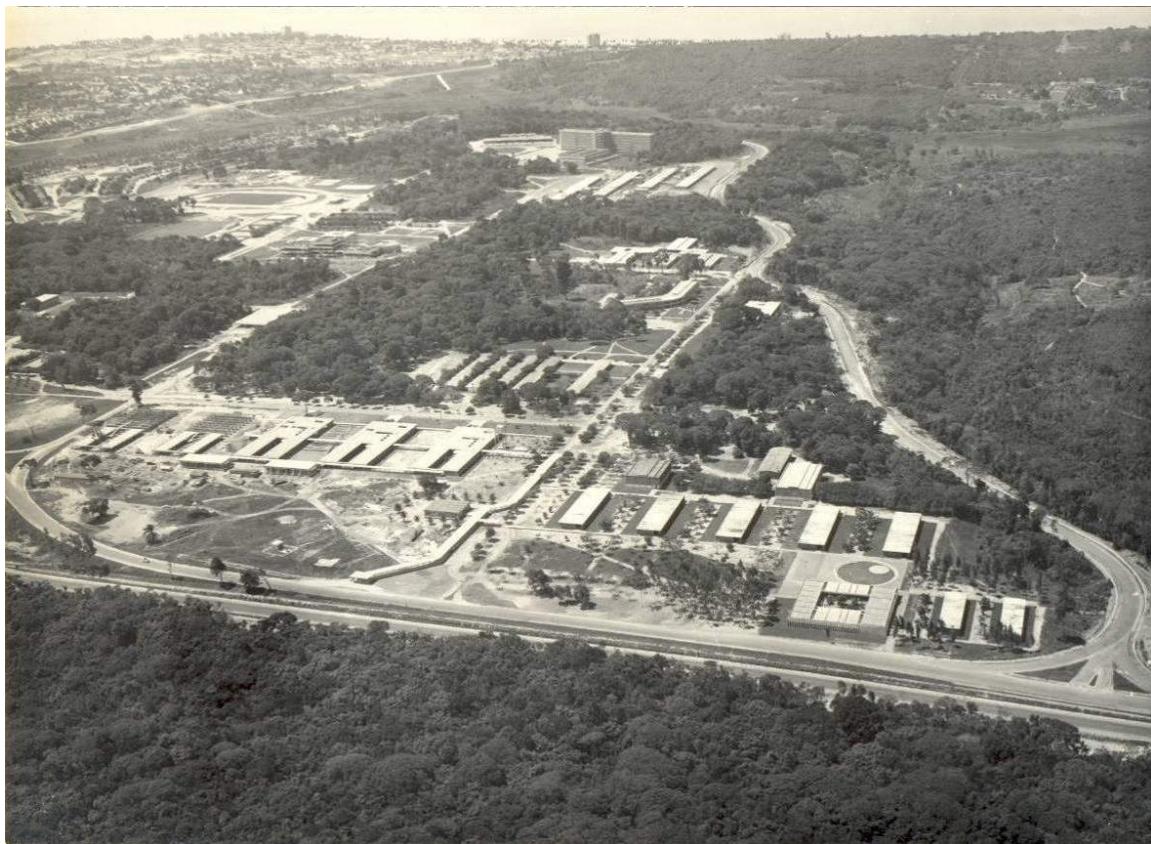


Figura 125: Campus Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em meados da década de 1970. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

Foi a partir desta terceira proposta de planejamento, mas especialmente da atuação deste novo quadro de profissionais, que o campus teve o momento mais profícuo de seu desenvolvimento físico. São deste período a Pista de Atletismo (1972), o Centro de Tecnologia (1972) e a Praça de Esportes (1973), de Pedro Dieb; o Bloco de Odontologia (1973), de Mário Glauco Di Lásio; o Conjunto Humanístico (1973), o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1973), o Bloco de Psicologia (1973), e o Restaurante Universitário (1974), de Antônio José do Amaral e Silva; as passarelas cobertas (1973), de autoria conjunta¹¹². Em todas essas construções houve a preocupação em manter a linguagem adotada por Leonardo Stuckert nas primeiras edificações do campus, utilizando a mesma estrutura em concreto armado e os mesmos materiais construtivos delimitadores como tijolo aparente. Também foi conservada a unidade arquitetônica do conjunto, além de respeitados os princípios de economia, racionalização e simplicidade das construções, as quais foram idealizadas com sistemas pré-fabricados em concreto, alvenarias sem revestimento, telhas industrializadas e esquadrias moduladas. Esses edifícios também mantiveram o princípio de limitação de altura, como forma de evitar maiores gastos com a necessidade de escadarias ou elevadores.

¹¹² Além desses arquitetos, identificamos que havia vários “desenhistas” que ajudavam na elaboração do volume dos projetos: Wallace Mendes Carvalho, Denise de Castro, João Batista Wanderley e Petrônio Marcos Santana.



Figura 126: Construção da Praça de Esportes (1973), Pedro Dieb. Fonte: Arquivo de Humberto Nóbrega.

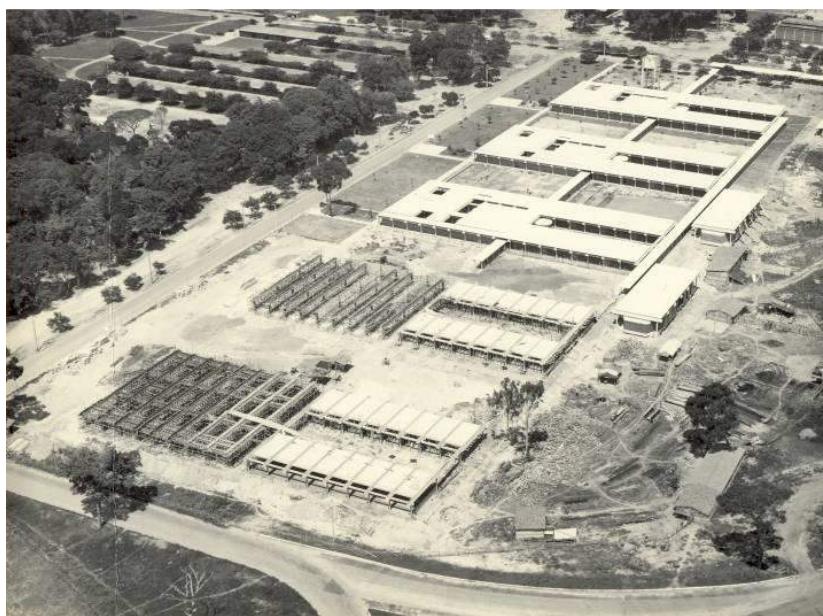


Figura 127: Construção do Centro Humanístico (1973), Antônio José do Amaral e Silva. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

Este bom período se estendeu para o reitorado seguinte e foi destacado nos periódicos locais de maneira recorrente confirmando o momento de grandes investimentos na instituição. O reitorado de Lynaldo Cavalcanti (1976-1980), engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia da UFPE (1955), foi responsável por entregar obras “que dão marcas definitivas ao campus de João Pessoa”, divulgou a imprensa paraibana (LYNALDO entrega..., 1980, p. 5). No período de sua administração foram erguidos os diversos edifícios: o Centro de Vivência (Armando de Carvalho e Hélio C. Lima - 1978), o ambiente dos professos do Centro de Educação e do Centro de Tecnologia (197?), a Biblioteca Central (José Galbinski - 1978), o Bloco de Arquitetura (Armando de Carvalho - 1978), além de unidades para pesquisa, edifícios para administração e coordenação de cursos. Seu reitorado também garantiu a conclusão do Hospital Universitário.

Período em que houve uma renovação no quadro de arquitetos do Setor de Projetos. Mário Di Lásio, Antônio José do Amaral e Silva e Pedro Dieb parecem ter se afastado da instituição, em meados desta década dando espaço para novos profissionais: Armando de Carvalho, Amaro Muniz, Emile Pronk, entre outros. “Á época a UFPB estava contratando arquitetos e engenheiros para projeto e obras do convênio MEC-BID PREMESU” (CARVALHO, 2014).

Certamente o edifício mais significativo foi o da Biblioteca Central (1978). A partir da transferência da administração universitária do Centro da cidade para o campus, a antiga biblioteca deu lugar definitivamente à reitoria, sendo necessária a construção de um edifício sede. Então, foi feito um convênio com a Universidade de Brasília sob a direção do arquiteto José Galbinski ¹¹³, que contou com a colaboração do arquiteto pernambucano Armando de Carvalho, para desenvolver o projeto arquitônico. José Galbinski tinha experiência no tema por já ter feito outros projetos como o da Biblioteca Central da UnB (1968), em colaboração de Miguel Pereira ¹¹⁴; e, anos depois, realizaria o projeto da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (1978) ¹¹⁵.

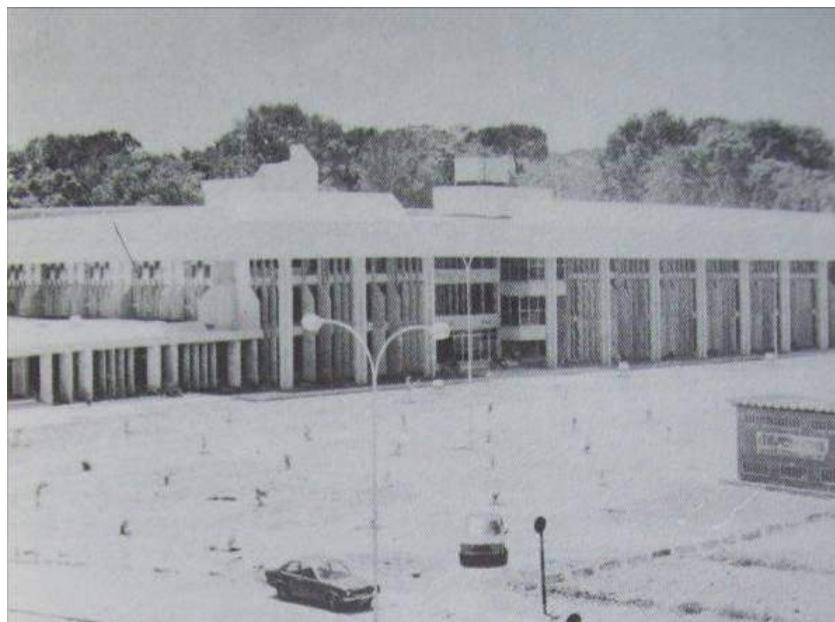
A Biblioteca Central da UFPB foi criada opondo-se à tradição de múltiplas bibliotecas dispersas nas várias unidades de ensino da universidade - um sistema oneroso que gerava duplicações desnecessárias de acervo e de processos técnicos e administrativos (GALBINSKI, 1993, p. 21). Como prevista nos planos anteriores, e com a transferência definitiva da reitoria para o campus¹¹⁶, a Biblioteca foi implantada não apenas no centro do campus, próximo aos edifícios da Reitoria e do Restaurante Universitário, mas no centro demográfico da dispersão da comunidade acadêmica. Implantação privilegiada especialmente pela acessibilidade, mas que, de acordo com Coutinho et.al. (2010, p. 8), foi feita “desconsiderando as determinações do Plano Diretor vigente”, pondo fim à ideia original de conformação de uma Praça Cívica. Fato que talvez pudesse ser justificado pelas dimensões do edifício, que por sua escala monumental, teve que ser recuado em relação à via principal, somado à implantação recente do Restaurante Universitário e do Centro de Vivência, os quais também foram construídos de modo diferente do Plano Diretor. Desse modo, foi privilegiada a implantação dos edifícios voltados para a rua principal do campus universitário.

¹¹³ José Galbinski nasceu em Porto Alegre e formou-se, em 1957, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-graduado no MIT, PhD em Cornell, fez pós-doutorado na Hunter College, em Nova York. Mudou-se para Brasília em 1968 e hoje é coordenador do curso de arquitetura do UniCeub, após ter lecionado por 25 anos na UnB.

¹¹⁴ O arquiteto Miguel Pereira entrou com ação requisitando a menção de seu nome como coautor, depois de o coordenador do projeto, José Galbinski, passar a se apresentar como único autor da obra. Em agosto de 2008, o judiciário deu ganho de causa a Miguel Pereira. (OLIVEIRA, 2009).

¹¹⁵ Experiência que foi registrada em livro. Ver GALBINSKI, José. **Planejamento físico de bibliotecas universitárias**. José Galbinski, Antonio L. C. de Miranda, auxiliar Frederico Flósculo. Brasília; PROBIB, 1993.

¹¹⁶ A reitoria antes funcionava em edifício localizado no Parque Sólon de Lucena, quando em 1979 foi definitivamente transferida para o campus universitário (UFPB vai..., 1979, p. 7).



Figuras 128 e 129:
Biblioteca Central da UFPB
(1978), José Galbinski.
Após sua conclusão e anos
depois. Fonte:
MONTENEGRO, 1983;
Acervo do Arquivo da
UFPB (s/d).

Considerada pela imprensa paraibana como “*um dos edifícios mais modernos do gênero no país*” (FIRMADO CONTRATO para..., 1978, p. 8), a biblioteca teve seu programa distribuído em dois edifícios diferentes, entretanto formalmente integrados. O mais verticalizado, composto por três pavimentos abrigados sobre uma ampla cobertura, ficou setorizado o programa da biblioteca, enquanto o edifício horizontal de apenas um pavimento ficou restrito à administração do prédio. Ambos foram fortemente marcadas pelo extenso uso de brises verticais preenchidos por esquadrias em vidro, sobretudo em suas fachadas norte e sul; e preenchidos por brises horizontais, em suas fachadas leste e oeste, devido à orientação em direção a maior incidência solar. Elementos de conforto climático explorados muito mais pelo aspecto plástico do que exclusivamente pelo aspecto funcional, contribuindo com a identidade do edifício (SANTOS, 2012).



Figuras 130, 131, 132 e 133: Biblioteca Central (1978), José Galbinski e Armando Carvalho (colaborador).
Fonte: Acervo da autora, 2012.

Identidade marcada também pela opção do arquiteto em utilizar o partido da “*grande coberta*” suspensa por pilares cruciformes na extensão das frentes norte e sul, sombreando as fachadas envidraçadas da mais forte incidência dos raios solares. Soma-se a isso a utilização da expressividade da estrutura e do material, que segundo nota do autor “*todos os componentes estruturais, vigas, pilares e peitoris de concreto à vista, sem especificação, deverão permanecer na sua cor natural*”. Assim também foram especificados os panos de brises e os caixilhos feitos em concreto pré-moldado leve e aparente, intercalados de forma regular à modulação estrutural. Desse modo, o equilíbrio entre plástica e funcionalidade foram alcançados através de uma rigorosa solução construtiva definida pela estrutura independente disposta de forma regular somado à exploração de diferentes texturas do concreto armado aparente.

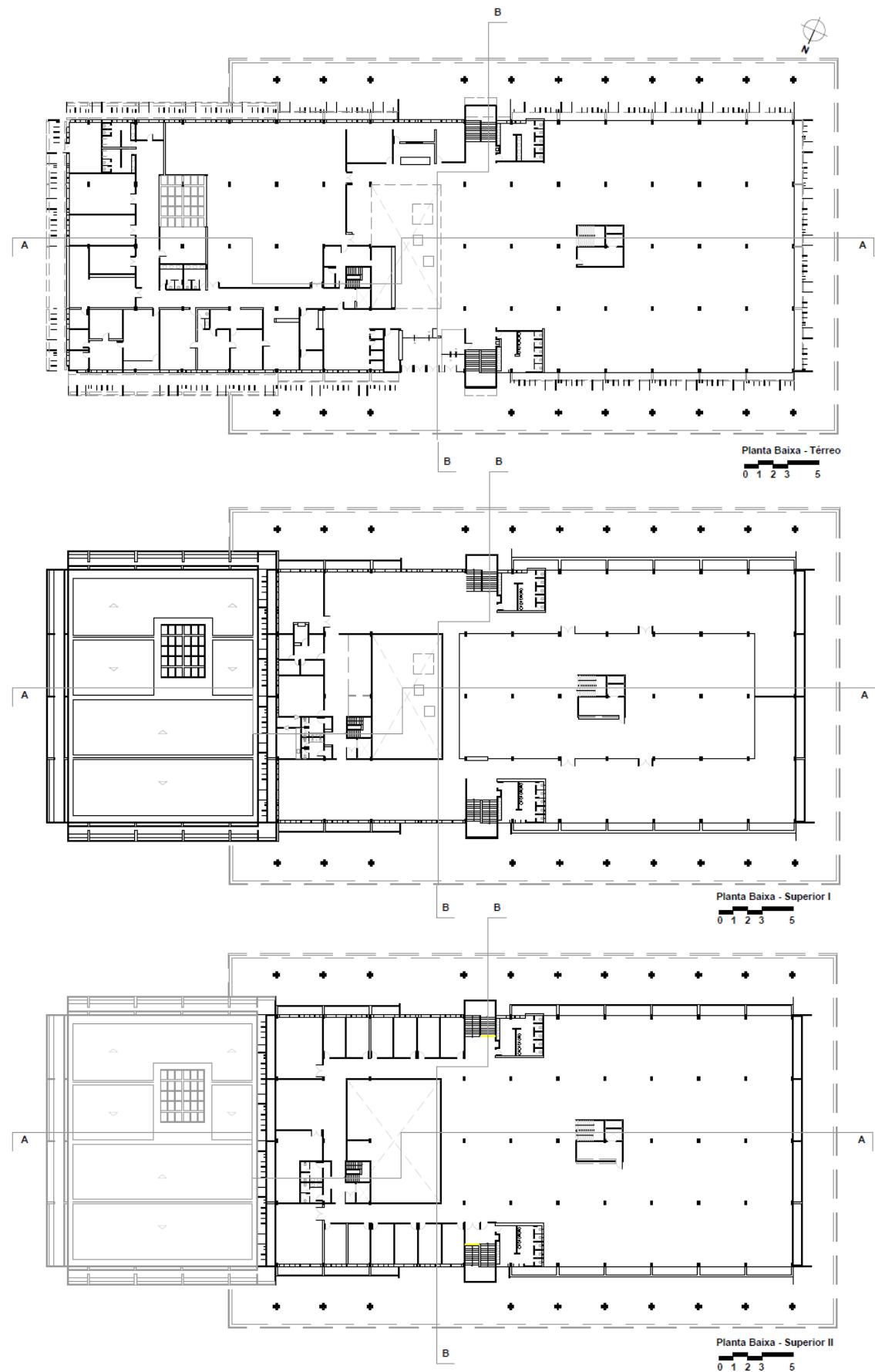


Figura 134: Biblioteca Central da UFPB (1978), José Galbinski e Armando Carvalho (colaborador). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, desenho da autora.

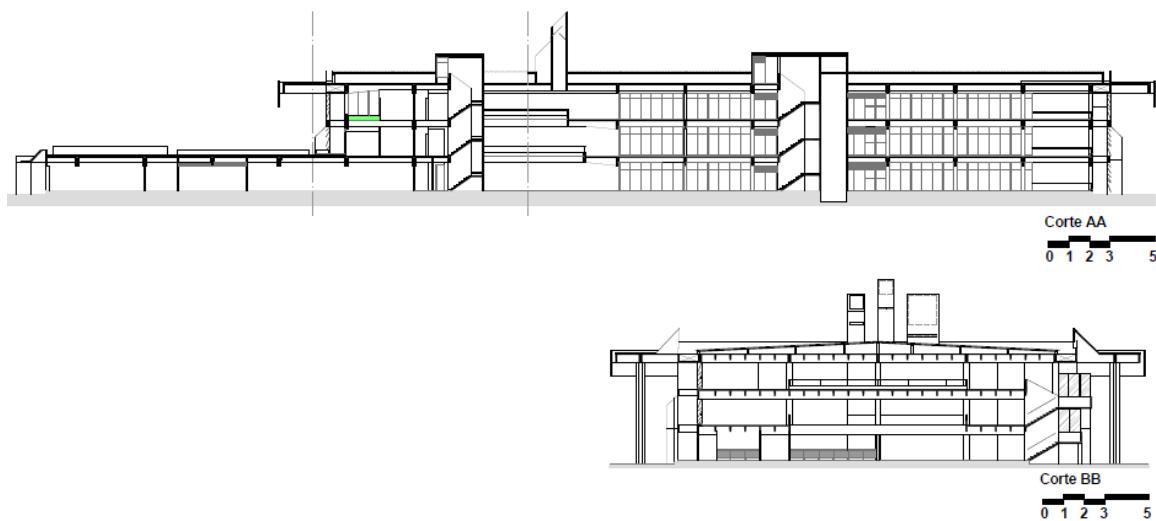


Figura 135: Biblioteca Central da UFPB (1978), José Galbinski e Armando Carvalho (colaborador). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB, desenho da autora.

Mesmo com todos os condicionantes locais e as preocupações do arquiteto, a nosso ver, o projeto se distanciou parcialmente do Plano Diretor de 1972 por não ter empregado os conceitos originais propostos para todos os edifícios da instituição: horizontalidade e flexibilidade dos edifícios, e a utilização de materiais aparentes, sem revestimento, com modulação estrutural em concreto, vedações em tijolos cerâmicos e madeira de lei, estruturas de coberta em madeira de lei e cobertura com telhas de fibrocimento. Também a unidade, simplicidade e economia não foram princípios usados¹¹⁷, fato que pode ser justificado pela representatividade e monumentalidade de um edifício como uma biblioteca central.

Diferentemente do edifício da Biblioteca, o projeto do Atelier de Projeto (1978) do Curso de Arquitetura e Urbanismo, também chamado Laboratório de Pranchetas - agora projetado apenas por Armando de Carvalho - seguiu uma postura diferente. Ainda que tenha sido concebido no mesmo período, o arquiteto optou por conceber um edifício simples e flexível seguindo as diretrizes projetuais contidas no Plano Diretor. A estética do concreto armado aparente foi mantida, entretanto em menor escala, ficando restrita apenas ao sistema estrutural, o qual se manteve distante da “estética espacializante”. Os demais elementos e materiais construtivos foram mantidos à mostra, assim como os delimitadores espaciais e os panos de elementos vazados de controle da insolação dispostos nas fachadas voltadas para leste e oeste (mesma orientação da Biblioteca). A marcação estrutural serviu como elemento de composição, ao mesmo tempo em que delimitou os ambientes internos.

¹¹⁷ Na primeira solução apresentada pelo arquiteto José Galbinski o edifício da Biblioteca Central ficaria imerso num espelho-dágua, mas essa opção foi descartada em razão dos custos de execução e manutenção, além das características do clima local, quente e úmido (CARVALHO, 2014)

Enfim, as grandes obras desse período de amplo desenvolvimento físico da UFPB representaram a materialização dos investimentos, fruto certamente do patrocínio do “milagre econômico”¹¹⁸, mas, sobretudo a consolidação do crescimento institucional. Desenvolvimento que demandou um maior número de profissionais em seu quadro pessoal, mas que, por questões locais, não contou com profissionais exclusivamente de João Pessoa. Os poucos profissionais em atuação na cidade, nesse período, fez com que a instituição recorresse a convites, convênios, concursos públicos e a contratação de arquitetos de outras regiões do país. Se como verificou Pereira (2008, p. 137), na fase de planejamento do campus universitário participaram diversos profissionais, igualmente ocorreu nesse período de estruturação física. Desse modo, participaram os profissionais: Acácio Gil Borsoi (PE), Américo Amato Júnior (SP), José Galbinki (DF), além dos arquitetos que atuavam no serviço de engenharia da Prefeitura Universitária como Antônio José do Amaral e Silva (PE), Pedro Dieb (RN), Armando de Carvalho (PE), Amaro Muniz Castro (PB), e Emile Pronk, proveniente da Holanda. Fato que talvez tenha dificultado a adequada implantação ou a descaracterização de alguns edifícios, em relação às diversas etapas de planejamento do campus, ou até mesmo, causando a não execução de alguns projetos.

Igualmente, esta diversidade de profissionais gerou uma heterogeneidade de propostas e linguagens para os edifícios, mesmo havendo proposições quanto à conservação da unidade arquitetônica do conjunto edificado, ainda que certa característica superficial e plástica tenha permanecido comum e evidente nos edifícios. Alguns projetos realizados demonstraram, talvez para alguns, a deturpação dos princípios de economia, flexibilidade e unidade construtiva, pela utilização extensiva do concreto aparente. Para outros, eles demonstraram aproximações ou afinidades projetuais à produção nacional vigente definida pelas grandes estruturas em concreto armado e concreto protendido. Mesmo assim, os projetos para o campus reforçaram a preocupação já expressa no plano urbanístico, de adaptar o ambiente construído às condições climáticas locais caracterizadas pelo calor tropical, beneficiado por agradável ventilação constante e iluminação natural. Questão que marcou não apenas a arquitetura paraibana ou a arquitetura pernambucana, mas que foi (e continua sendo) característica marcante da arquitetura moderna brasileira.

¹¹⁸ De acordo com Segawa (1998, p. 175): “É pertinente afirmar que o ‘milagre econômico’ patrocinou a construção de vários setores e edifícios de campi universitários em todo o país, tanto nas universidades federais quanto em instituições privadas (...).”

Capítulo 3

AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Arquitetura para o setor bancário

De acordo com Haifa Sabbag (1984, p. 40), a partir de 1974, “*iniciou-se no Brasil uma crescente implantação de agências bancárias nos grandes centros, estendendo-se, aos poucos, por todo o território nacional*”. Seja através da construção de novos edifícios ou da adaptação de outros, a “*arquitetura bancária*” foi mais uma produção que mobilizou os arquitetos a alargarem maciçamente sua atividade. Em 1980, 80% da atividade destes profissionais estava ligada à rede bancária (SABBAG, 1984, p. 40). Alguns arquitetos se notabilizaram pelo grande volume de agências bancárias que produziram em várias regiões, mas principalmente em seus estados, tais como: Sidonio Porto (n. 1940)¹¹⁹, Siegbert Zanettini (n. 1934)¹²⁰, e/ou João Eduardo de Gennaro¹²¹ (1928-2013), em São Paulo, notadamente; ou Jorge Debiagi (n. 194?)¹²², no Rio Grande do Sul.

Estes profissionais, assim como tantos outros, tiveram as instituições financeiras como expoentes patrocinadoras da arquitetura desse setor, criando departamentos de engenharia e arquitetura especializados (SABBAG, 1984, p. 42) ou recorrendo a

¹¹⁹ Sidonio Porto (n. 1940) formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964. Em 1967, transfere-se para São Paulo e

¹²⁰ Siegbert Zanettini (n. 1934), arquiteto e urbanista paulista formado pela FAUUSP, em 1959. Abriu escritório próprio desenvolvendo projetos diversos, além de pertencer à primeira geração de Professores Doutores da USP.

¹²¹ João Eduardo de Gennaro (1928-2013) formou-se na Universidade Mackenzie em 1954 e logo depois montou um escritório com amigos --entre os quais Paulo Mendes da Rocha. Trabalhou para Itauplan (1967-19930.

¹²² Jorge Decken Debiagi (n. 194?), arquiteto gaúcho, formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1966. O seu escritório, o AUA – Arquitetos e Urbanistas Associados, realizou dezenas de projetos para a Caixa Econômica, principalmente nos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

escritórios especializados através de convites, concursos públicos e concursos internos. Assim, construiu-se no Brasil um conjunto de obras que constitui um acervo expressivo da arquitetura brasileira, ainda pouco explorado pela historiografia, mas já acusado de ser “*violento*” quanto ao patrimônio arquitetônico e cultural de muitas cidades. De acordo com Lemos (1981, p. 28):

“(...) *Essas novas agências bancárias, totalmente desvinculadas dos contextos urbanos, mais parecendo estranhos objetos vindos de outras galáxias, pousados entre o casario modesto, vêm se juntar a outras anteriores edificações ‘chegadas de fora’ como novos centros telefônicos, novos fóruns, novos centros de saúde, grande parte delas levantadas em plenas praças públicas de municípios pobres, que trocam logradouros do povo com o privilegio de possuírem nas suas ruas uma nova arquitetura que lhes emprestará o ‘status’ de localidades progressistas*”.

O fato é que muitos bancos foram construídos nos centros históricos de muitas cidades, causando impacto no patrimônio construído. Uma arquitetura fruto do capital financeiro que, em sua maioria, estava associada à imagem de solidez, segurança e sobriedade que os bancos queriam transmitir. Adjetivos os quais entravam em conflito direto com algumas características fundamentais da arquitetura moderna, tais como leveza, transparência, acessibilidade e fluidez espacial (STRÖHER, 1999, p. 131). Mesmo assim, as agências bancárias “*aparecem como encomendas da classe dominante e refletem toda a sua ideologia. Continuam como ‘alta costura’, causando impacto, respondem a uma tecnologia interna ou internacional de ponta (...)*” (ZANETTINI, 1981, p. 29).

Em João Pessoa, Mello (2008, p. 48) aborda a evolução dos bancos na Paraíba desde os anos 1930, destacando a fundação de alguns, além da instalação de dezenas de instituições bancárias na Cidade Baixa. Porém, a expansão e consolidação desse processo ocorreram apenas nos anos 1970, quando as instituições bancárias proliferaram na área central, principalmente da Cidade Baixa em direção à Cidade Alta, possivelmente pelos atrativos que ali existiam: os incentivos oficiais à verticalização, a maior oferta de terrenos e o crescimento da cidade em direção à orla. Essa evolução foi acompanhada de perto pelos periódicos locais de modo sistemático, especialmente pela importância que os bancos ganharam. A instalação das agências bancárias indicou a atração de investimentos voltados principalmente para o desenvolvimento regional, através da execução de políticas públicas de incentivo à indústria e à agricultura. Outros deslocavam linhas de crédito principalmente para o setor habitacional, estimulando a construção e reforma de imóveis, ou a compra de material de construção.

O Banco do Nordeste do Brasil, criado em Fortaleza (1952), com a finalidade promover o desenvolvimento sustentável da região através do apoio financeiro aos agentes

produtivos regionais, expandia sua rede de agências em várias capitais nordestinas. O projeto, realizado através de concurso interno, para a agência central do Banco do Nordeste do Brasil (1969) em João Pessoa, teve a proposta de autoria dos arquitetos Liberal de Castro¹²³, Gerhard Bormann¹²⁴ e Reginaldo Rangel¹²⁵ como vencedora. Destacado na historiografia e na mídia especializada¹²⁶, foi um dos vários projetos realizados através de concurso nos anos 1970 na capital.

O amplo programa de necessidades requerido, somado à imagem de modernidade e solidez da instituição, teria que ser resolvido e implantado em um terreno irregular e de poucas dimensões entre as ruas Gama e Melo e Cardoso Vieira, na área histórica da cidade. Introduzindo uma linguagem diferente das experiências modernas até então empreendidas na cidade, com uma solução de vanguarda e arrojo, os arquitetos tiram partido das condicionantes locais: o terreno trapezoidal de meio de quadra e a diferença de níveis entre as duas ruas que o limitam, além da diversidade de formas e gabaritos no entorno histórico do bairro do Varadouro (SAMPAIO NETO, 2012, p. 81).

A solução para resolver todos os condicionantes locais foi dispor o programa em quatro pavimentos sendo um pavimento semi-enterrado, um térreo, um mezanino e um pavimento superior, interligados por elevadores e escadas. Para a Rua Cardoso Vieira, o edifício apresenta apenas três pavimentos, enquanto que para a Rua Gama e Melo, o edifício apresenta quatro pavimentos. A fim de comunicar o edifício, no pavimento térreo, os arquitetos criaram uma rua interna, nos moldes da arquitetura inglesa dos Smithsons, que comunicou o edifício por ambas as ruas.

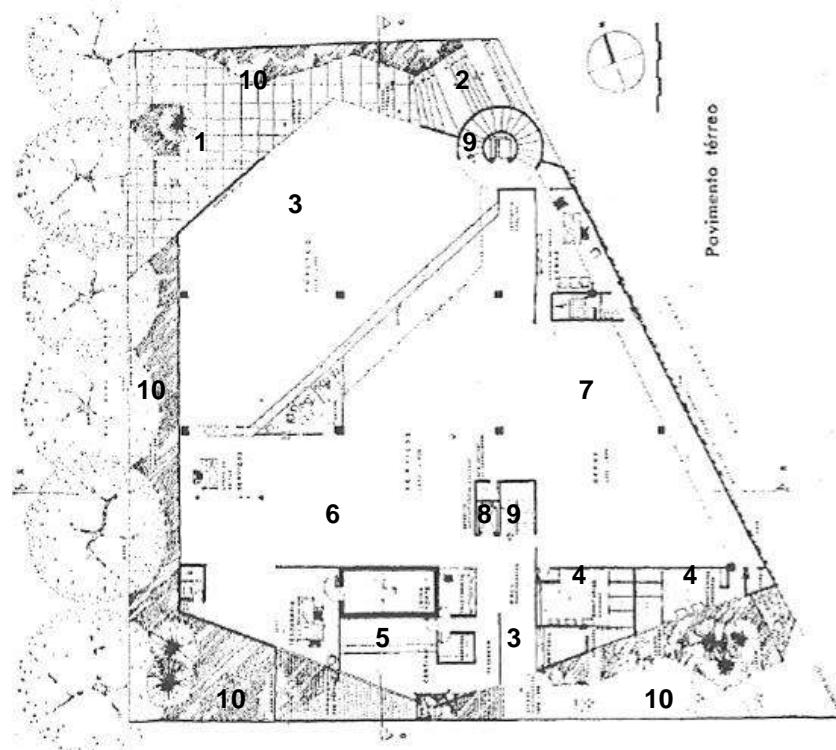
O programa seguiu o jogo volumétrico do edifício. O pavimento térreo e a sobreloja apresentaram a mesma configuração hexagonal em planta, e abrigaram os setores essenciais e administrativos do banco. O pavimento superior apresentou planta retangular e abrigou área restrita aos funcionários, enquanto o pavimento subsolo abrigou as instalações técnicas.

¹²³ José Liberal de Castro (n. 1926) nasceu em Fortaleza, mas migrou para o Rio de Janeiro, em 1944, em busca de novos horizontes profissionais e intelectuais. Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1955.

¹²⁴ Gerard Ernest Bormann (1939-1980) foi um arquiteto carioca e chegou a Fortaleza em 1965, acompanhado de sua esposa, a arquiteta Nícia Bormann. Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1964, no Rio de Janeiro. Além da agência de João Pessoa, o arquiteto projetou a agência do mesmo banco em Natal e o Estádio Estadual Plácido Castelo (O Castelão) em Fortaleza (1970), além de vários projetos residenciais. ACAYABA & FICHER, *Op.cit.* 102.

¹²⁵ Reginaldo Rangel (já falecido) arquiteto diplomado, na década de 1960, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará até o final da década de 1970. Colaborou com Liberal de Castro e Ernest Bormann em muitos projetos.

¹²⁶ O projeto foi publicado na Revista Acrópole, em 1970. Também é destacado por ACAYABA & FICHER, *Op.cit.* 102.



LEGENDA:

1. Acesso pela Rua Gama e Melo
2. Acesso pela Rua Cardozo Vieira
3. Hall
4. Sanitários
5. Cantina
6. Serviços
7. Caixas
8. Elevador
9. Escadas
10. Jardim
11. Administração
12. Instalações

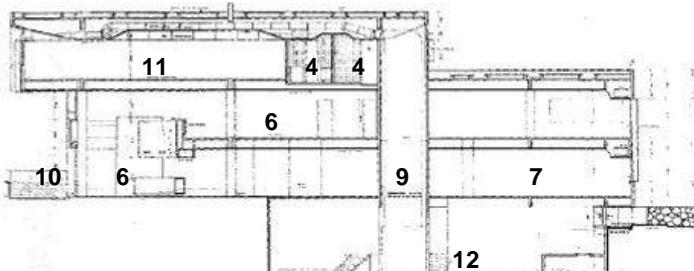
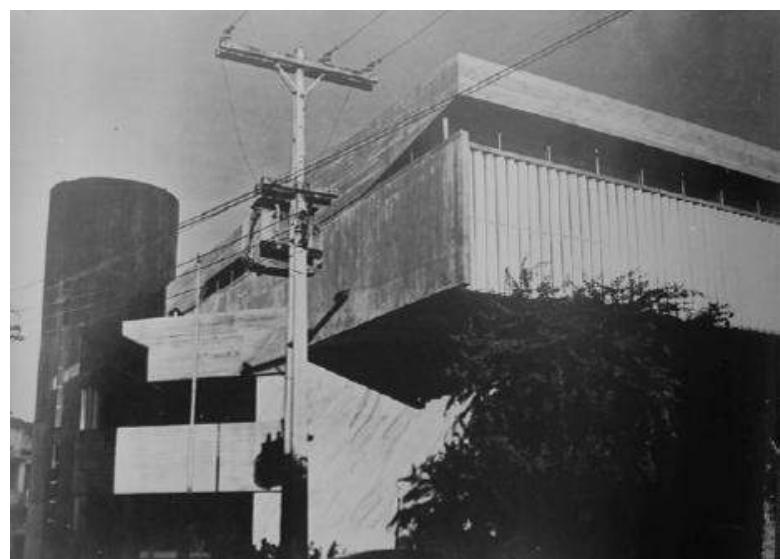


Figura 136: Banco do Nordeste do Brasil. (1969). Gerard Ernest Bormann, José Liberal de Castro e Reginaldo Rangel. Fonte: SAMPAIO NETO, 2012.

A predominância da horizontalidade, mesmo apresentando quatro pavimentos; a decomposição do monólito em uma geometria complexa que segue a disposição do programa; e a autonomia da edificação em relação à vizinhança, demonstraram um melhor aproveitamento do terreno, mas com a preocupação em criar um espaço urbano que favoreceu acesso ao público por ambas as ruas. O edifício foi construído em concreto armado e alvenaria portante, os quais foram manifestados na fachada, demonstrando as marcas das formas de madeira, e coberta com telhas em fibrocimento. Destacou-se também a grande quantidade de *brises* em alumínio que protegem as fachadas leste e oeste, marcando fortemente a expressão do edifício. De acordo com Sampaio Neto (2012, p. 83), essa obra “*inaugura uma série de procedimentos projetuais que serão utilizados nas obras subsequentes de Bormann*”, como o uso do módulo octamétrico alemão e a exploração plástica de aspectos artesanais da construção.



Figuras 137, 138 e 139: Banco do Nordeste (1970), Gerard Ernest Bormann, José Liberal de Castro e Reginaldo Rangel. Fonte: Acervo da autora, 2010; SAMPAIO NETO, 2012.

Em outubro de 1971, foi a vez do Banco do Brasil iniciar a instalação de sua sede na região central, situado à Praça 1817. A antiga agência da Rua Gama e Melo, com seus três pavimentos, não comportava mais as atividades crescentes do banco (PRÉDIO do BB..., 1972, p. 1), e por estar instalada numa área bastante consolidada, foi necessário localizar o edifício em outro terreno. A recente valorização da Cidade Alta, juntamente com a ação dos incorporadores imobiliários e os incentivos à verticalização naquela área (PEREIRA, 2008, p. 176), deslocou a construção do banco para aquela área.



Figuras 140 e 141: Banco do Brasil (1971), arquiteto não-identificado. Fonte: [PROGRESSO disparado], 1973; GUIMARÃES, 2007, p. 30.

Construído como edifício de uso misto, com nada menos que quinze pavimentos, sendo subsolo, térreo e três sobrelojas de uso exclusivo do banco; e 10 pavimentos-tipo destinados para apartamentos residenciais, sendo dois apartamentos por andar com 140 metros quadrados cada. Na época de sua inauguração, o prefeito Dorgival Terceiro Neto destacou que “o edifício vem dar nova feição urbanística a João Pessoa, integrando-se ao surto desenvolvimentista que a cidade experimenta de cinco anos para cá” (SEDE de 15 andares..., 1971, p. 3). Os jornais destacaram a “dose de bom

gosto" do edifício pelo uso de materiais modernos e de primeira qualidade utilizados nos acabamentos. A construção desse edifício abriu precedentes para a construção de outras agências bancárias que já não consideravam a Cidade Baixa local apropriado para a implantação de suas sedes.

A valorização da porção alta do Centro também atraiu a instalação da sede do BEP (o extinto Paraiban), que construiria sua sede também na Praça 1817, com algo entre onze ou dezessete pavimentos. A ideia de iniciar a construção do edifício quando da comemoração do centenário do banco, em 1974, foi reforçada pela necessidade de alojar *"todos os serviços daquele estabelecimento bancário que, devido à expansão de suas operações já não são comportadas no edifício-sede onde funciona atualmente, à Rua Maciel Pinheiro"* (SEDE do BEP..., 1973, p. 1), na Cidade Baixa. Nas próprias palavras do diretor-presidente do banco ficou evidente a opção pela construção na Cidade Alta porque a *"matriz já se ressente do funcionamento em local mais apropriado ao lado de outras agências, que já optaram pelo centro da cidade para se instalar"* (BEP terá..., 1973, p. 2). Os estudos preliminares, assim como a aquisição do terreno, pareceram não ter seguido adiante, principalmente depois da proibição de construções em altura naquelas imediações, com a instituição do Código de Urbanismo (1975), e das ações das instituições preservacionistas, as quais vinham assumindo relevância crescente na cidade.

Desde 1975, a Caixa Econômica Federal também vinha estudando a instalação de sua matriz em João Pessoa. Funcionários do banco chegaram pesquisando dados junto à Prefeitura e ao IBGE a fim de avaliar as condições para a instalação de novas unidades em locais que ainda não possuíam agências (CEF conclui..., 1977, p. 8). A Cidade Alta também foi escolhida para a implantação da nova sede, *"que será construída na quadra onde já estão localizados os edifícios Viña Del Mar e Manoel Pires, obedecendo aos mais modernos padrões de arquitetura, contribuindo para maior valorização daquela área"* (CEF iniciará..., 1976, p. 8). Foi solicitado ao arquiteto Mário Glauco Di Lásio a elaboração de um estudo para o edifício-sede, que previu a construção em altura naquele terreno.

A proposta contemplou dois pavimentos destinados ao funcionamento do banco, respeitando o gabarito das edificações antigas em seu entorno; e onze pavimentos destinados aos escritórios de acesso exclusivo dos funcionários; além do subsolo para estacionamento e uma cobertura com heliponto. Partido arquitetônico que se aproximou daquele realizado para a sede do Banco do Brasil (1971), diferindo pela destinação do programa (já que os pavimentos-tipo seriam para uso exclusivo do banco, e não para residência dos funcionários) e pelo aspecto formal. A solução

adotada por Mário Di Láslio tinha referências nos edifícios em altura para escritórios, nos moldes “miesianos”, os quais vinham se tornando comuns nos anos 1960, “com a introdução do vidro temperado, dos perfis de alumínio e a modernização do setor terciário e financeiro” (ZEIN, 1985, p. 15).

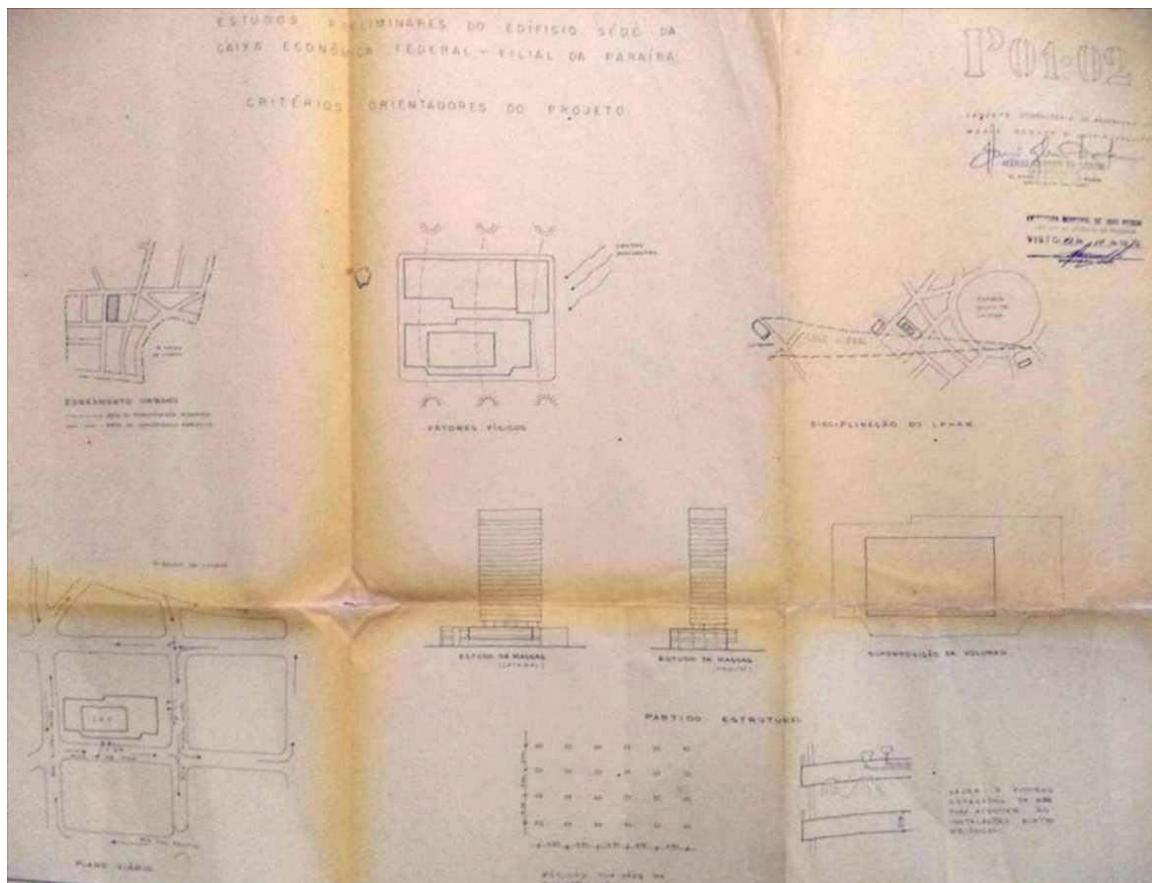


Figura 142: Estudos preliminares para elaboração do anteprojeto da sede da Caixa Econômica Federal (1976), Mário Glauco Di Láslio. Fonte: Arquivo Central/PMJP, edição da autora.

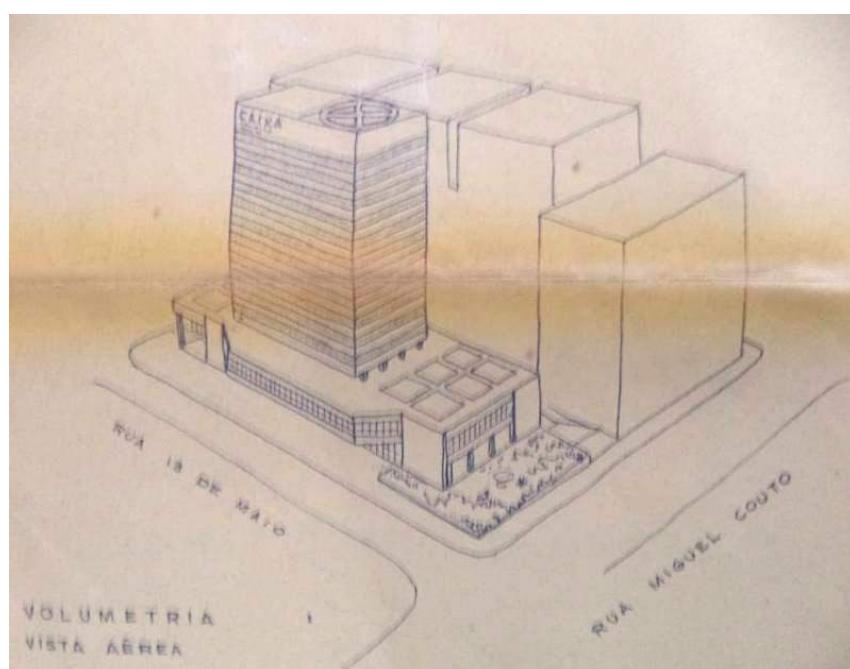


Figura 143: Volumetria proposta para a sede da Caixa Econômica Federal (1976), Mário Glauco Di Láslio. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

A partir da segunda metade da década de 1970, seguindo uma tendência nacional como apontou Sabbag (1984, p. 40), houve uma crescente implantação de agências bancárias em João Pessoa, motivada pelo progresso econômico e desenvolvimento urbano da cidade, mas também ao crescimento do setor financeiro. Número evidenciado também pela construção do Conjunto dos Bancários (1978), financiado pelo BNH através do INOCOOP; e da sede do Sindicato dos Bancários (Regis Cavalcanti – 1978), para receber o crescente número de profissionais dessas instituições bancárias na cidade (BANCÁRIOS terão..., 1977, p. 8). Com efeito, nos jornais locais foram comuns reportagens sobre a demolição de edifícios antigos na área central em decorrência da expansão do setor bancário na capital: “*Prédio na 1817 é demolido para dar lugar ao Banespa*” (PRÉDIO na 1817..., 1979, p. 1), “*Sede do Bradesco depende agora do parecer do IPHAN*” (SEDE do..., 1979, p. 1).



Figuras 144 e 145: Demolição de prédios antigos para a implantação de agências bancárias. Fonte: SEDE do Bradesco..., 1979, p. 1; PRÉDIO na 1817..., 1979, p. 1.

Cenário que era igualmente encontrado em outras cidades do país, onde “*quase todos os pontos de referência do comércio estão sendo tomados pelos bancos; ruas inteiras, nas grandes cidades, tornaram-se centros bancários*” (SABBAG, 1984, p. 42). Foi o caso de São Paulo, por exemplo, onde antigos casarões do café na Avenida Paulista foram demolidos para dar lugar à instalação de diversas agências bancárias; ou de Curitiba, na Avenida Marechal Deodoro, quando a antiga Rua do Comércio passou a abrigar agências de quase todos os bancos, em meados dos anos 1960.

A renovação dos edifícios para dar lugar às sedes bancárias, nesse período, passou a ser acompanhada pelas instituições preservacionistas, mas principalmente sob a tutela do Código de Urbanismo, aprovado em 31 de dezembro de 1975, que agora ordenava a ocupação na região central em meio à rápida expansão urbana. Ao contrário da Lei Municipal nº 546, de 20 de novembro de 1963, que incitava a verticalização na área, o Código propunha uma altura máxima de vinte metros (ou de cinco pavimentos) para os edifícios que viesssem a ser ali construídos (PEREIRA, 2008, p. 238). Além disso, ele delimitava uma Área de Interesse Histórico em torno do Parque Sólon de Lucena como Área de Proteção Rigorosa. Com isso, essas restrições passaram a interferir na construção das agências bancárias que se sucederam e acabaram por prolongar a instalação das mesmas na Cidade Alta.

Foi o caso, por exemplo, das sedes do Banco Brasileiro de Descontos (1979), do Banespa (Salvador Candia - 1980) e da Caixa Econômica Federal (Jerônimo & Pontual Arquitetos – 1980). O Bradesco teve que elaborar seu projeto “*de uma forma que não venha ofuscar a visão da Igreja (da Misericórdia)*” (SEDE DO BRADESCO depende..., 1979, p.1), tombada pelo patrimônio histórico. O edifício, construído numa quadra entre as ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas, foi edificado em apenas dois pavimentos, térreo e superior, e segundo os jornais da época, “*foi prejudicado pela medida*”. O banco foi construído seguindo uma imagem antiga nas fachadas, nos moldes da arquitetura colonial, mas com interiores seguindo princípios modernos como a planta livre.

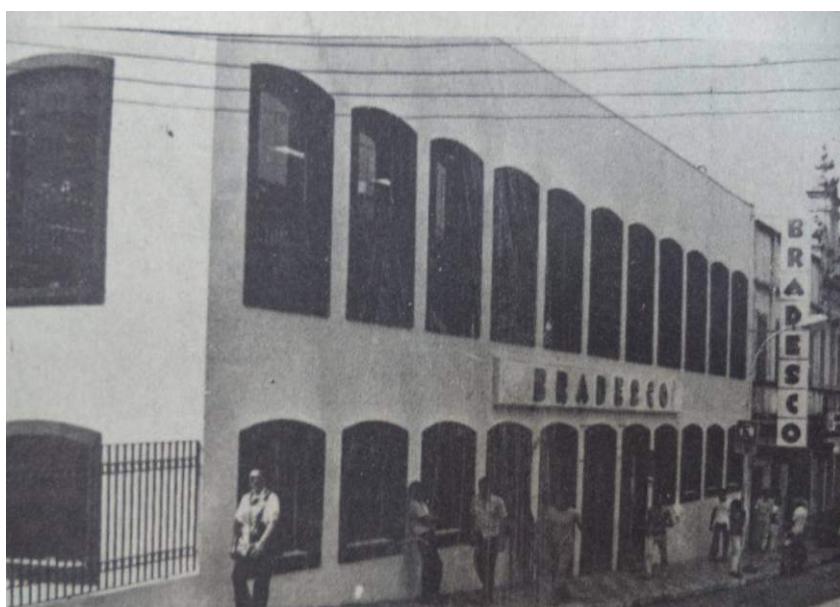


Figura 146: Sede do Bradesco (1979). Fonte: Jornal O Norte, 1981.

O Banespa (1979), projeto do arquiteto Salvador Candia (1924-1991)¹²⁷, foi construído na Praça 1817, esquina com a Rua José Lucas Carvalho, uma localização com menores restrições se comparadas à localização do Bradesco. O lote “colonial”, estreito em sua largura e longilíneo em seu comprimento, com declividade acentuada, favoreceu a criação de quatro pavimentos conectados apenas por lances de escada. O posicionamento do banco, recuado em relação à rua, permitiu o distanciamento visual do transeunte em relação ao edifício. Internamente, a flexibilidade dos espaços foi garantida pela localização da estrutura, igualmente lançada, nas extremidades do edifício, permitindo a planta livre em toda a sua extensão. Os serviços, as circulações verticais e as baterias de banheiros foram dispostos nos fundos e na lateral do prédio, não havendo uma distinção volumétrica evidente entre os setores, apenas o volume da caixa d’água foi destacado do volume principal, atendendo uma exigência técnica.



Figuras 147 e 148: Banco do Estado de São Paulo - Banespa (1980), Salvador Candia. Fonte: ARAÚJO, 1989; Acervo da autora, 2010.

¹²⁷ Salvador Roque Augusto Candia (1924-1991) foi um arquiteto mato-grossense, formado em 1948, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. Trabalhou nos escritórios de Rino Levi, Oswaldo Bratke e Vilanova Artigas. Também lecionou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie.

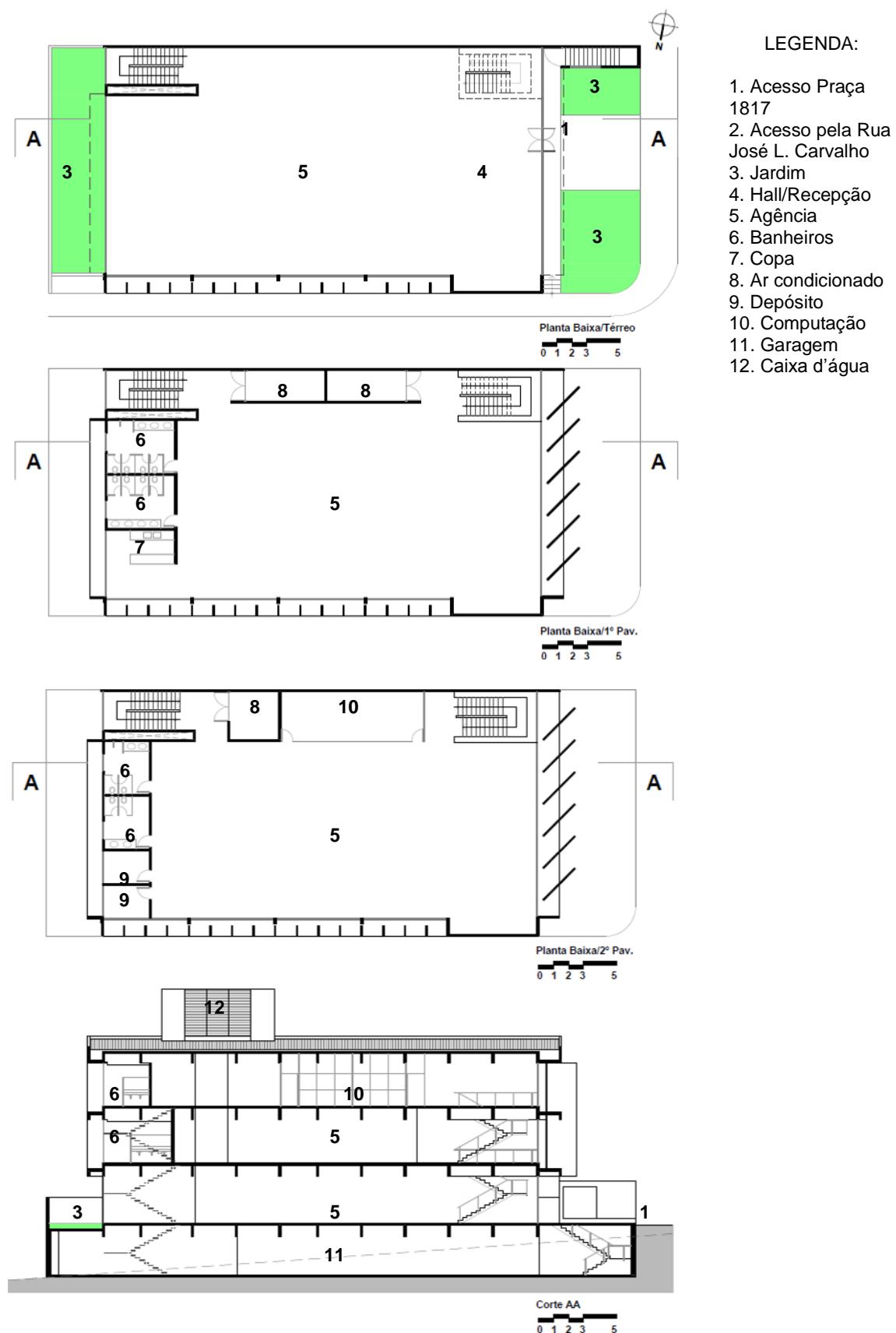


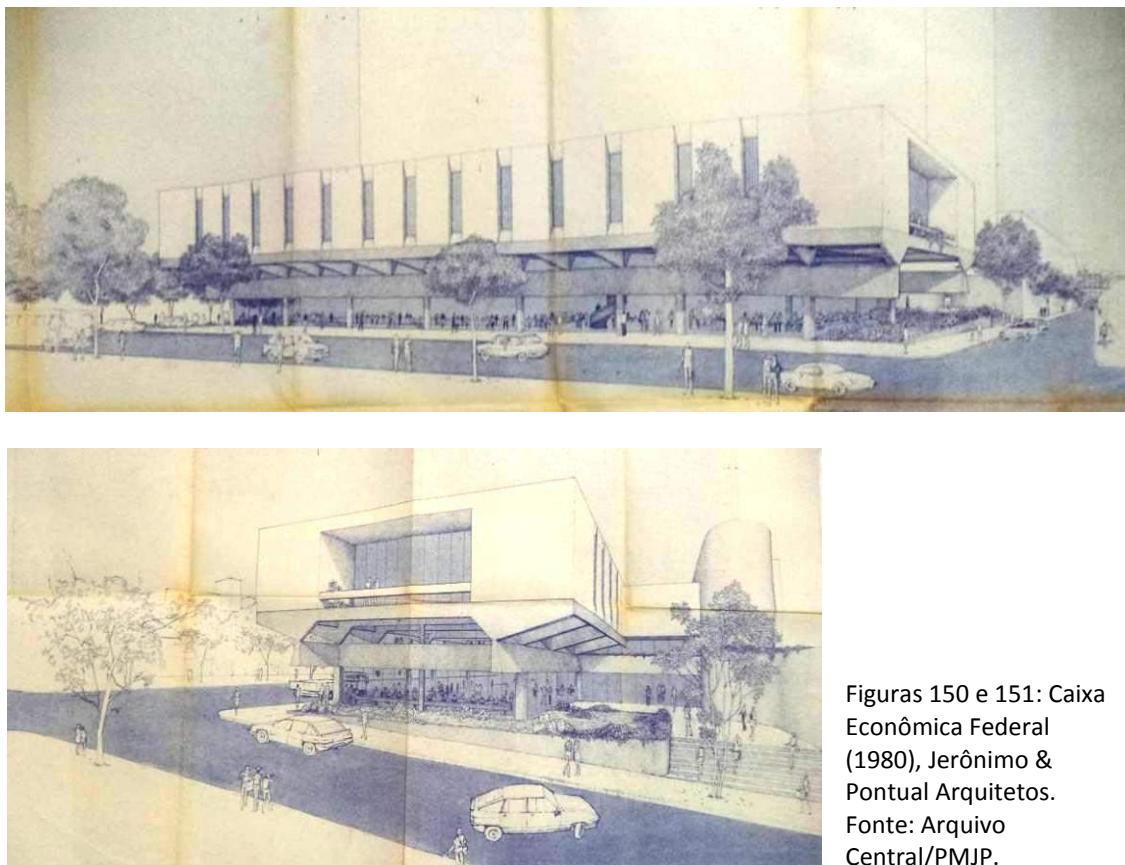
Figura 149: Banco do Estado de São Paulo - Banespa (1980), Salvador Candia. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

De configuração retangular, o edifício monolítico recebeu tratamento distinto em três fachadas (com exceção da fachada sul), segundo suas orientações climáticas, sem afetar a integridade da composição. Os quebra-sóis, além da fachada recuada em relação à coberta, foram os artifícios utilizados para proteger as superfícies envolvidas da insolação, além de contribuírem para a dinamicidade dos planos do volume. Nas fachadas norte e leste os panos de vidro foram protegidos por brises verticais contidos em grelhas, enquanto que a fachada oeste recebeu grandes brises, também verticais e inclinados a 45 graus, afastados do plano da fachada principal.

A mesma preocupação com a inserção no contexto urbano se deu no cuidado com a rígida coerência formal, associada à clareza do arranjo dos espaços, à coordenação modular e à expressão plástica própria dos elementos construtivos e estruturais do edifício, características que, segundo Ferroni (2008, p. 221), eram comuns na obra do arquiteto. O concreto deixado aparente foi utilizado excessivamente evidenciando a textura do material, nos moldes da arquitetura brasileira que vinha sendo praticada em diversas obras pelo país. Entretanto, a individualidade dos elementos construtivos não foi imposta na aparência externa do edifício, como foi aplicado, por exemplo, na produção paulista em que pilares, vigas, lajes, etc. expressavam “os novos símbolos de arte” (CONDURU, 2004, p. 78). Apenas os elementos de proteção solar, atendendo as exigências bioclimáticas, destacaram o volume único do Banespa. Além do concreto, foram utilizadas as telhas onduladas de fibrocimento, vidros temperados e piso vinílico, como materiais de utilização muito comum no Brasil neste período.

O projeto da Caixa Econômica Federal (1980), de Jerônimo & Pontual Arquitetos, foi desenvolvido em lugar das propostas apresentadas, em meados dos anos 1970, pelos arquitetos Mário Di Lásio, Jorge Debiagi e Cláudio Meirelles Fontes¹²⁸ (ARAÚJO, 2010, p. 84). Propostas que previram edifícios altos para a sede da agência central, em uma elevação de vinte andares (CAIXA vai..., 1979, p. 8). A hiper-agência não foi construída. Por sua vez, o edifício que foi construído teve seu programa distribuído em apenas cinco pavimentos (subsolo, térreo, sobreloja e dois pavimentos superiores), ocupando uma área de mais de dez mil metros quadrados. Diferente das propostas verticais, a composição volumétrica foi feita através de um grande bloco retangular e horizontal apoiado por “pés e braços” rigidamente marcados, desenhados de acordo com o percurso das forças estáticas, em contraposição aos panos de vedação transparentes, onde o volume suspenso pareceu flutuar sobre a caixa de vidro do pavimento térreo. Temas essenciais que poderiam remeter à experimentação estrutural e ao plano horizontal da arquitetura paulista (MAHFUZ, 2006).

¹²⁸ De acordo com ARAÚJO (2010) esses três arquitetos receberam cartas-convites para a elaboração de anteprojetos.



Figuras 150 e 151: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

Um edifício inserido de modo quase brutal, entretanto respeitando e dialogando com a estrutura urbana. Implantado em um lote de declividade acentuada, os arquitetos tiraram partido da localização privilegiada dispondo o edifício principal de modo diametralmente simétrico, em face das três ruas adjacentes, enquanto que o volume de serviços ficou resguardado posteriormente em um monólito. Amplos balanços como extensão da laje superior, localizados nas extremidades do edifício, permitiram a proteção do passeio externo e espaço interior, explorando a idéia como se a rua penetrasse o banco.

A solução volumétrica poderia remeter ao conceito de “espaços servidos” e “espaços servidores” desenvolvido por Louis Kahn, expresso internamente através fragmentação espacial em virtude da setorização funcional. Utilizando um módulo de 1,25 x 1,25 metros, a estrutura foi disposta regularmente permitindo a formação de extensos vãos e a flexibilidade dos ambientes internos. Os dois primeiros pavimentos se destinaram ao público, enquanto os demais para uso interno. A transparência do pavimento térreo determinou uma relação mais franca com o exterior, enquanto que a opacidade do volume suspenso resguardou a privacidade das atividades bancárias ao mesmo tempo em que protegeu os ambientes internos da forte incidência solar advinda, predominantemente, da orientação oeste.

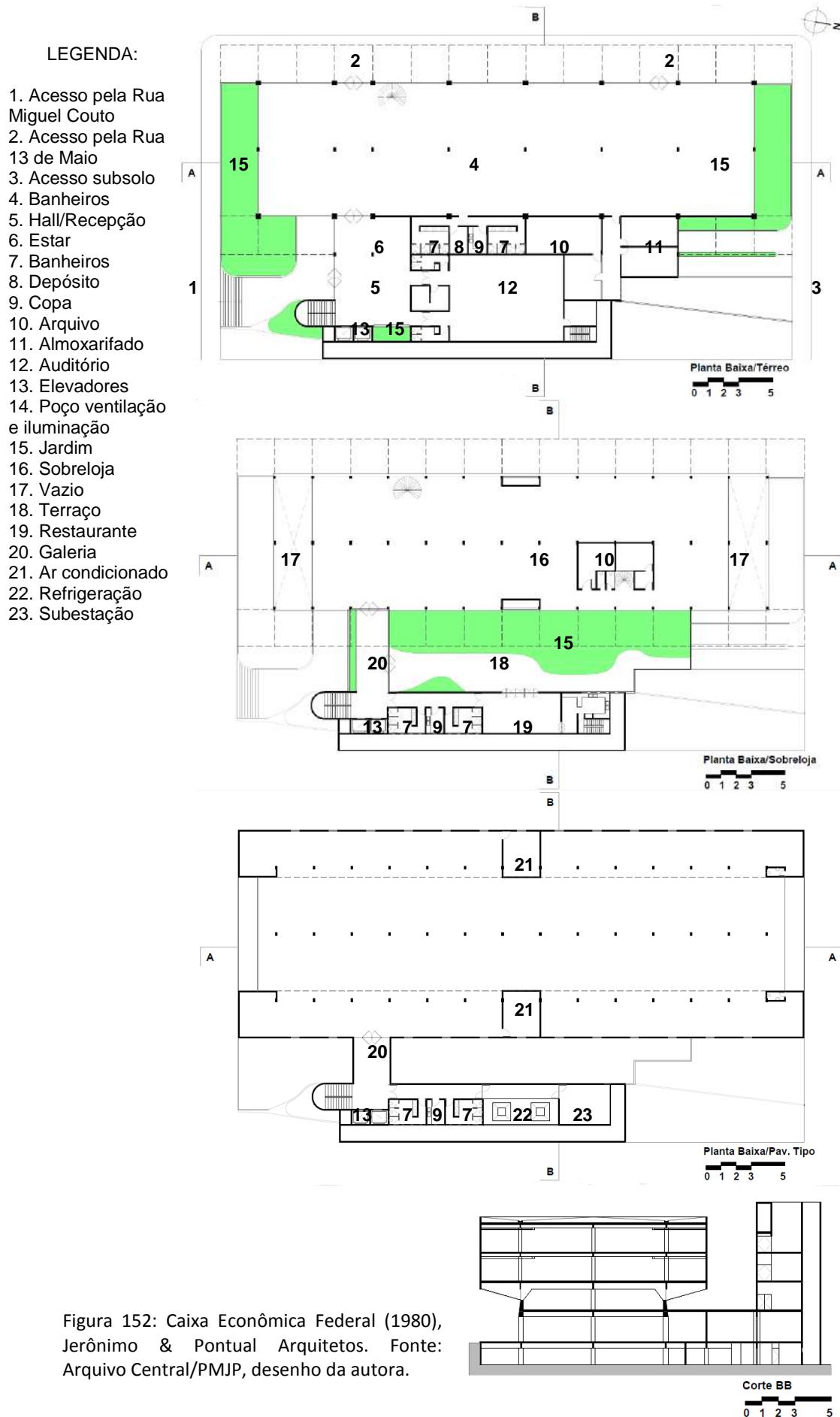


Figura 152: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.



Figura 153: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos. Fonte: Jornal A União, 1988.

O vigor expressivo e o simbolismo do edifício se fizeram pela concepção estrutural despertando a visão dinâmica para as peças construtivas, as quais pareceram revelar suas funções pela forma como a caixa foi suspensa. Elementos que, em conjunto com a estrutura em concreto armado aparente, fizeram referência à imagem de solidez, segurança e equilíbrio que a Caixa Econômica talvez quisesse projetar aos seus clientes. Imagem que muitos bancos também queriam passar através da arquitetura de suas agências, como apontou Sabbag (1984, p.42-43), e que através do uso do concreto aparente, se tornou corrente por todo o Brasil, não apenas na produção bancária, mas em diversos programas representando a arquitetura daquela época.

Em meio às restrições de um entorno densamente construído e de caráter histórico, as medidas de controle do gabarito das construções no Centro desviaram a instalação de muitas agências bancárias, bem como de órgãos públicos e edifícios residenciais para áreas em recente valorização como a Avenida Epitácio Pessoa e a orla marítima, onde nessa última geraram discussões acirradas sobre sua verticalização, como vimos anteriormente. Foi o caso, por exemplo, da sede do BEP (extinto Paraiban), ou do Ministério da Fazenda, que tiveram sua implantação deslocada para a Epitácio Pessoa, que recebeu alguns investimentos públicos como asfalto nas pistas de rolamento e iluminação e ajardinamento dos canteiros centrais (PREFEITURA asfaltará..., 1977, p. 5), atraindo a instalação de serviços e comércio.

Processo evidenciado, por exemplo, pela construção de uma filial da Caixa Econômica Federal (Maria Grasiela de Almeida Dantas -1985), ou da sede do Paraiban (arquiteto não-identificado – 1986), empreendidos em plena Avenida Epitácio Pessoa, nos anos 1980. A construção da filial da Caixa ficou a cargo da construtora João Fortes Engenharia¹²⁹, e teve por objetivo congregar em um único edifício os serviços então desempenhados por pequenas unidades bancárias espalhadas pelos bairros próximos da orla (CAIXA adquire..., 1986, p. 5). Enquanto o Paraiban, um anseio antigo, desde 1974, começou a ser concretizado em 1986, quando iniciou a construção da sede definitiva centralizando suas atividades (PARAIBAN constrói..., 1989, p. 3).

O projeto da arquiteta pareceu retomar algumas referências da arquitetura moderna brasileira e suas qualidades formais, consequência do uso e da exploração plástica das potencialidades do concreto armado, que ficou aparente sem qualquer acabamento. Pilares externos, conformando arcos na elevação frontal, se estenderam do chão à cobertura, protegendo os panos de vidro recuados da fachada principal. Solução que poderia remeter ao modelo moderno de palácio usado por Niemeyer em Brasília, porém empregada aqui de modo racional e simples, ainda que buscou a impressão visual de um exoesqueleto de concreto cobrindo uma caixa de vidro.

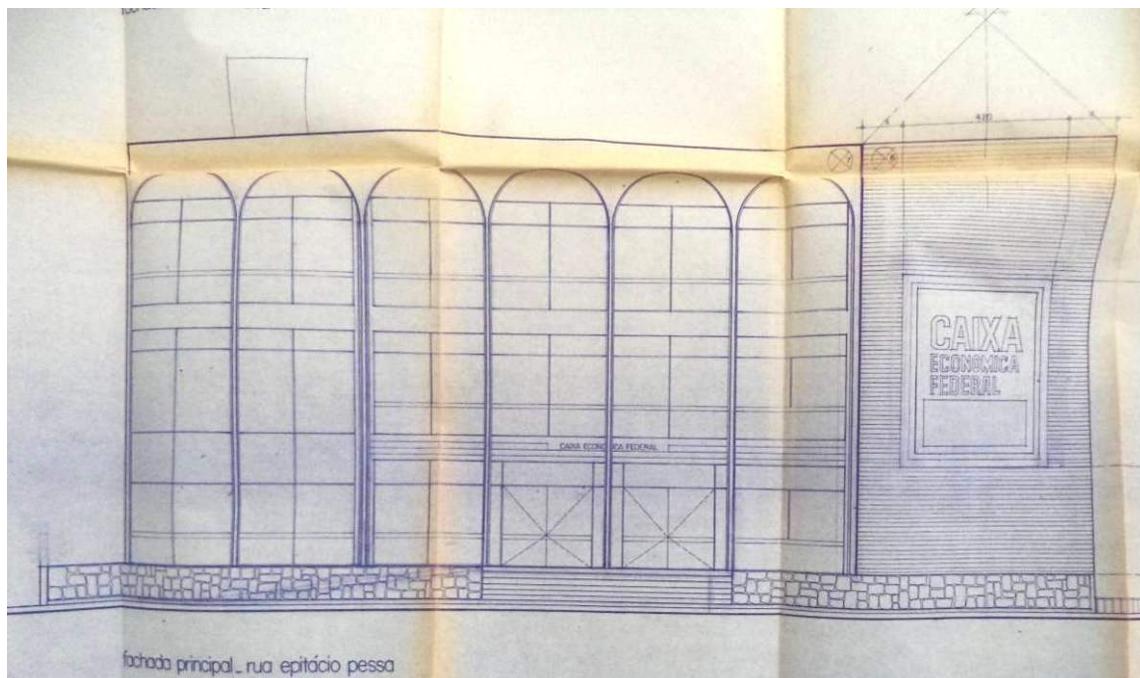


Figura 154: Caixa Econômica Federal (1985), Maria Grasiela de Almeida Dantas. Fonte: Arquivo Central/PMJP, editado pela autora.

¹²⁹ A João Fortes Engenharia é uma construtora carioca referência no mercado de incorporação e construção, com 64 anos de experiência no setor e mais de 500 edificações espalhadas pelo Brasil. Nos anos 70, foi atuante na construção dos grandes grupamentos habitacionais. Manteve seu papel relevante na década seguinte, com o apogeu da edificação das sedes dos bancos e das obras governamentais. No fim do século XX, participou da eclosão dos *shopping-centers*.

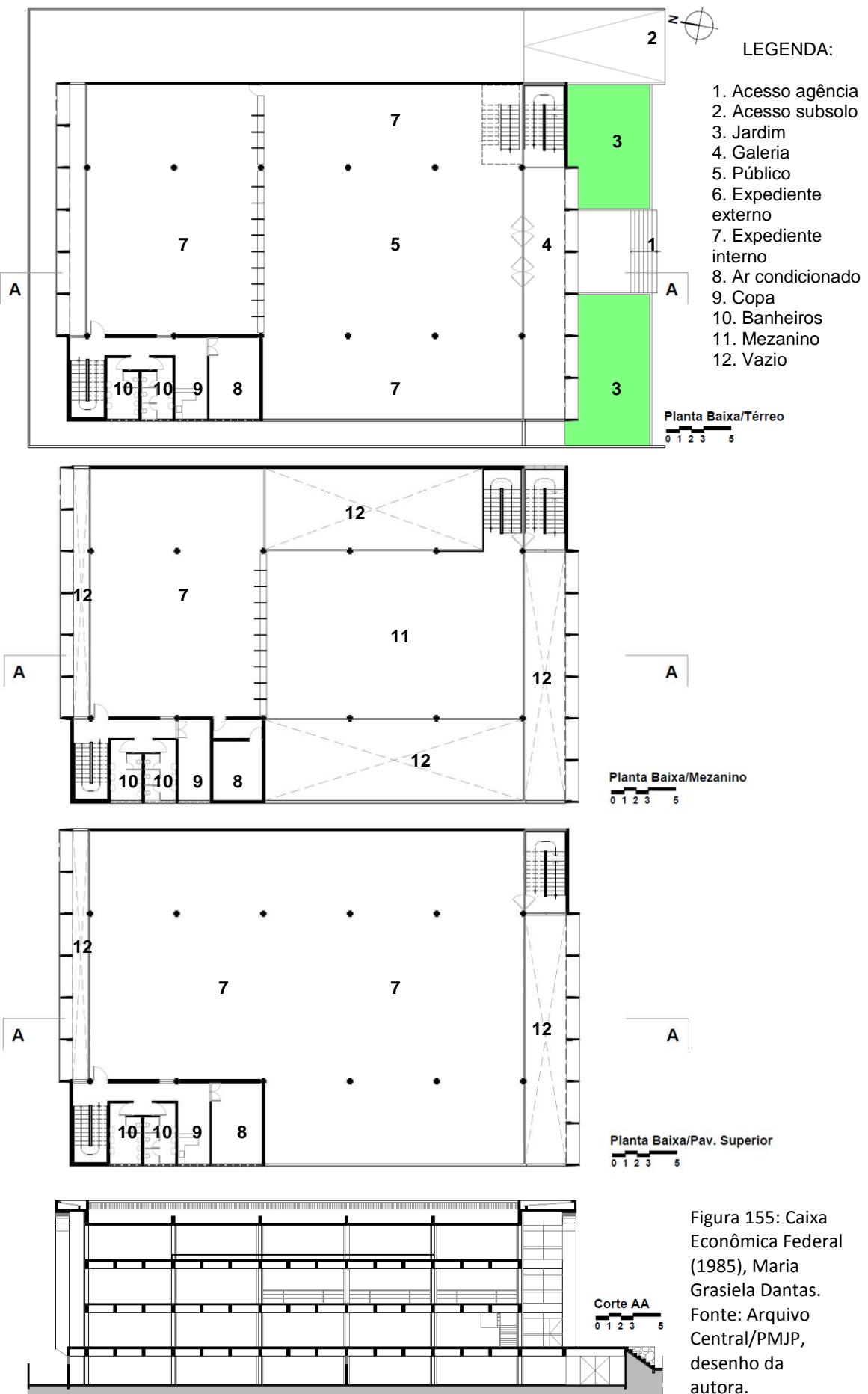


Figura 155: Caixa Econômica Federal (1985), Maria Grasiela Dantas. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

Tendendo ao monumental, o edifício consistiu em uma caixa retangular que foi elevada pelo subsolo em relação ao nível da rua, recebendo um embasamento em pedra aparente preenchido por um solo gramado. Aqui não foi utilizada a solução da rampa para o acesso direto, mas escadas posicionadas assimetricamente em direção ao pavimento térreo. A quebra da assimetria e do ritmo da fachada principal se deu com a supressão de alguns pilares e a criação de um paredão, que recebeu revestimento imitando tijolo aparente, dando a idéia de um volume vertical responsável por resguardar as circulações verticais.

A resolução do programa se deu de maneira simples ao criar espaços universais em todos nos pavimentos principais (com exceção do subsolo), se utilizando de poucos artifícios para quebrar a monotonia interna, como os vazios verticais internos. A solução da planta livre poderia talvez aqui abrigar qualquer outro programa institucional, já que os espaços internos foram organizados de maneira flexível e não-compartimentada. Além do subsolo e do térreo, foram propostos mais dois pavimentos superiores destinados exclusivamente para as atividades internas da agência bancária. O atendimento ao público ficou restrito ao térreo e ao mezanino. O subsolo ficou resguardado para os setores de serviço e de apoio, além do estacionamento. Internamente, pilares cruciformes, regularmente espaçados, conformaram a verdadeira estrutura de sustentação do programa do banco, enquanto os pilares externos foram criados para sustentar parte da carga do balanço da coberta. Solução que confirmou certa ênfase no aspecto formal dado à fachada.

Enfim, neste período, as instituições bancárias representaram certamente uma transformação em relação às agências então existentes na capital paraibana, seguindo uma tendência que vinha se configurando também em todo país, de acordo com Ströher (1999, p. 141). Apesar de a modernização de algumas agências bancárias pessoenses ter se manifestado ainda na década de 50, através, por exemplo, da agência do Banco do Estado da Paraíba (Acácio Borsoi - 1954), ou do Banco da Lavoura (Álvaro Vital Brazil - 1954), as quais ilustraram obras eminentes modernas; foi a partir dos anos 1970, que esse processo se manifestou com maior intensidade, como destacou a imprensa local.

Os bancos por nós levantados também evidenciaram uma aproximação aos exemplares da arquitetura moderna brasileira especialmente pelo uso extensivo das soluções construtivas em concreto armado aparente e, principalmente, pelo emprego dos princípios da arquitetura moderna, sobretudo a flexibilidade nos arranjos internos e a adequação climática. Apesar de algumas soluções terem desconsiderado os condicionantes locais e as restrições urbanísticas, constatou-se um acervo expressivo.

Além do amplo número, evidenciou-se uma diversidade de linguagens e partidos empregados. Pluralidade de linguagens, formas e programas, como praticada e verificada em todo o Brasil (STRÖHER, 1999, p. 149), também ocorreu em João Pessoa, quando se falava “*de uma certa monotonia ou falta de criatividade, ou baixa qualidade (...)*” (ZEIN, 1985, p. 14) da arquitetura bancária e financeira no Brasil. Mesmo que de forma tardia, a assimilação da arquitetura moderna por parte das agências bancárias pessoenses, fruto do trabalho de arquitetos junto às instituições bancárias, foi contemporânea àquela que ocorria em Recife, ou em Porto Alegre, por exemplo, cidades onde se iniciava a atuação de novos grupos de arquitetos. Também se evidenciava no país o banco como expoente patrocinador da arquitetura moderna.

Também, os prédios bancários em João Pessoa indicaram o desenvolvimento da cidade em direção ao leste, fato que já tinha se tornado nítido através das construções residenciais, em décadas anteriores, como pesquisado por Pereira (2008, p. 96).

Direção que também foi seguida pela burocracia oficial quando deslocou, por exemplo, a construção do edifício-sede do Ministério da Fazenda (1983) - projeto dos arquitetos Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade - do Centro para a Avenida Epitácio Pessoa.



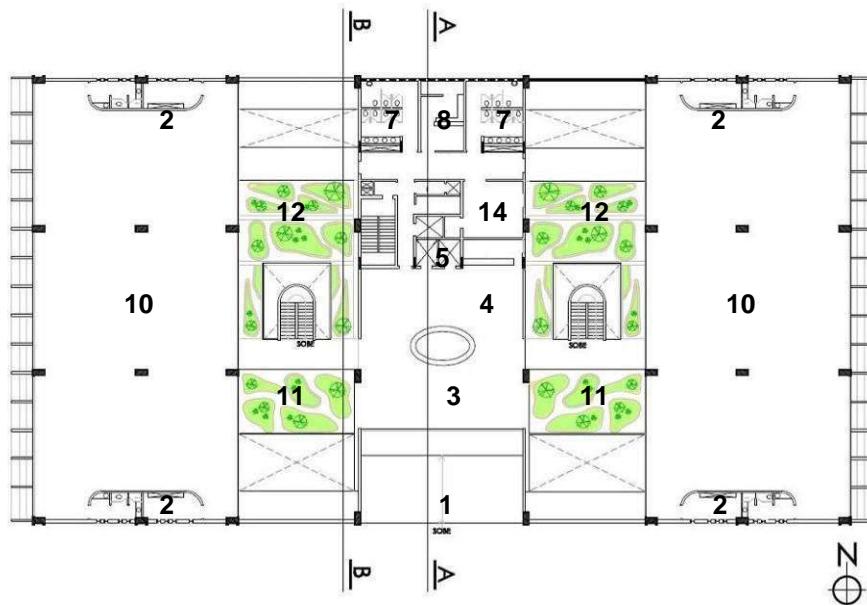
Figura 156: Ministério da Fazenda (1983), Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade. Fonte: Acervo da autora, 2010.

Suas linhas horizontais foram marcadas pela estrutura aparente do edifício, onde pilares e vigas em concreto aparente foram valorizadas, bem como os detalhes construtivos. Nas fachadas laterais, de orientação leste-oeste, extensos panos de *brise-soleil*, além de protegerem da insolação, fortaleceram a identidade do edifício.

Nesse edifício, princípios da tradição clássica foram materializados através de uma estratégia de adequação de princípios formais e estruturais antigos às tecnologias e métodos construtivos contemporâneos. A simetria evidenciou-se de maneira absoluta tanto na fachada quanto em planta, a partir da centralização dos “espaços servidores” dividindo os “espaços servidos” em duas alas. Também a proporção e a coordenação modular serviram para equilibrar a composição, complementada pelo jogo de cheios e vazios, que permitiram a passagem de iluminação e ventilação naturais ao intercalar panos de *brise-soleil* verticais com panos de vedação. O decoro foi obtido através da subdivisão do edifício em embasamento, colunata e coroamento.



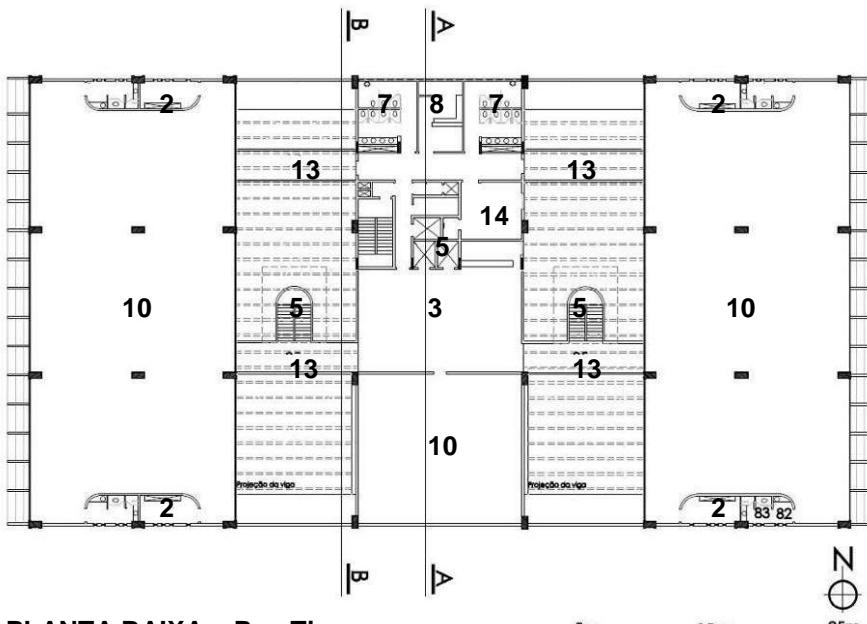
Figuras 157, 158, 159 e 160: Detalhes do Ministério da Fazenda (1983), Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade. Fonte: CEVADA & MARINHO, 2010.



LEGENDA:

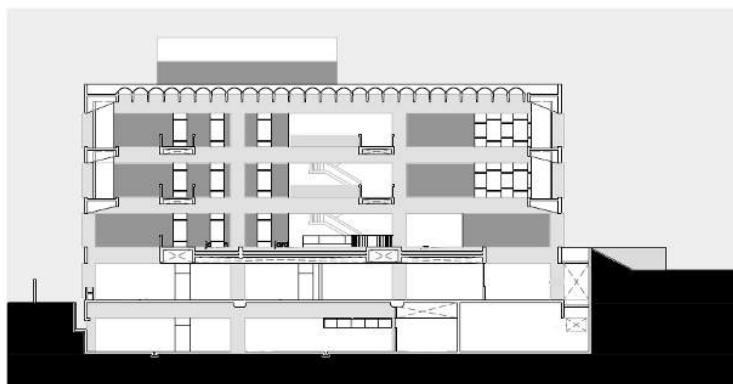
1. Acesso principal
2. Ar-condicionado
3. Hall
4. Recepção
5. Circulação
6. Lixo/depósito
7. Banheiros
8. Copa
9. Vazio
10. Salas
11. Jardim
12. Praça
13. Passarela
14. Reprografia
15. Pérgula

PLANTA BAIXA – Pav. Térreo



PLANTA BAIXA – Pav-Tipo

5m 15m 25m
Escala Gráfica



CORTE AA

Figura 161: Ministério da Fazenda (1983), Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade. Fonte: CEVADA & MARINHO, 2010, editado pela autora.

Os princípios modernos evidenciaram-se por meio da liberdade provida pela decisão projetual de pavimentos-tipo com estrutura periférica. As preocupações climáticas resultaram em elementos formais de forte legibilidade e representação. Representatividade e expressão conseguidas notadamente pela profusão do concreto armado, tão comum a burocracia estatal nesse período, além do elemento de proteção solar na fachada. O aspecto pesado e a sobriedade do edifício foram suavizados pelos espaços internos abertos, como as áreas de convivência e os jardins internos, convidativos à integração social, além de contribuírem para o micro-clima da edificação. Assim, foi conseguida a união entre o passado e o futuro, prevaleceu a expressão da monumentalidade, ainda que não na versão moderna defendida por Giedion (GIEDION, et.al. 1943), onde foi sugerida a ideia da síntese das artes como um dos pontos para se chegar a “*nova monumentalidade*”.

Enfim, para além das particularidades dos projetos, tanto os bancos quanto órgãos públicos tiveram suas construções descentralizadas imprimindo transformações urbanas importantes. Fato que contribuiu para uma maior liberdade criativa dos arquitetos, apesar de ter prevalecido entre os projetos a utilização do concreto armado como material por excelência.

As grandes obras públicas

Nos anos 1970, o Brasil conheceu o que se convencionou chamar de “*milagre econômico*”, quando foram realizadas grandes obras públicas, principalmente com a política das reformas pós-1964, voltadas para a capacitação do aparelho estatal para intervir na economia, concomitantemente à formação do parque industrial brasileiro e a especialização dos serviços. De acordo com Segawa (1989, p. 160), indústrias, hidrelétricas, estradas, viadutos, aeroportos, rodoviárias e universidades foram alguns dos diversos programas em que houve um crescimento da atuação dos arquitetos pelo país. Somam-se estações telefônicas, agências bancárias, estádios de futebol, centrais de abastecimento, entre outros ainda desconsiderados pela historiografia.

Neste momento, João Pessoa estava passando por um amplo processo de industrialização, mas ainda atrasada quanto aos serviços de telecomunicações, pelo menos até o início dos anos 1970, quando estava sob a tutela internacional no campo das telecomunicações. Nos jornais da época eram comuns as notas da necessidade de ampliação e modernização do sistema, quando em 1974 foi elaborado o Plano de Telefonia da Paraíba, a fim de “*integrar praticamente todo o território paraibano ao sistema nacional*”, até o final de 1977 (TELEFONIA na Paraíba..., 1975, p. 30-31).

O avanço na telefonia paraibana deu-se graças a, hoje extinta, TELPA (empresa do grupo TELEBRÁS), que foi responsável por ampliar o sistema telefônico com a instalação de postos de serviço e canalização subterrânea (JOÃO PESSOA ampliará..., 1974, p. 8) e, sobretudo, da construção de estações telefônicas. Edifícios de grande porte construídos entre 1975 e 1977, que mudaram definitivamente a paisagem urbana. Elas foram desenvolvidas pelo escritório de Sérgio Teperman¹³⁰, o qual se notabilizou na produção da “*arquitetura de telecomunicações*”, a partir do final de 1973, em todo o país. Segundo Teperman (1982, p. 52), o seu trabalho junto às empresas de telecomunicações não se restringiu à “*contratação pura e simples de projetos, mas como uma assessoria diversificada e nos pontos mais diversos do país*”. Para a concepção dos projetos foi necessário conhecer o funcionamento do sistema de telecomunicações e dos equipamentos telefônicos abrigados nas centrais.

Em João Pessoa foram construídas três estações telefônicas, ao longo do eixo de expansão da cidade do centro à orla¹³¹, as quais se caracterizaram por edifícios predominantemente verticais, em monobloco de desenho retangular, com fachadas quase totalmente cegas. Segundo o arquiteto, essa opção se deu “(...) *por questões de estanqueidade, poeira e de manutenção de temperatura interna constante por ar condicionado*” (TEPERMAN, 1982, p. 53). A volumetria dos edifícios foi quebrada pela inserção dos volumes independentes das circulações verticais, separando os “*espaços servidos*” dos “*espaços servidores*”, como propunha as soluções de Louis Kahn, “*solução necessária porque as normas de segurança industrial restringem totalmente o acesso de pessoal externo às áreas de equipamentos*”. Em todos os projetos locais, o arquiteto utilizou um volume retangular para abrigar o edifício principal, trabalhando o volume das circulações de forma diferente.



Figuras 162, 163 e 164: Centrais Telefônicas (1975-77), Sérgio Teperman Arquitetos. Fonte: ARAÚJO, 1989.

¹³⁰ Sérgio Teperman (n. 19??) é formado pela FAUUSP (1962) e diretor do escritório Sérgio Teperman Arquitetos.

¹³¹ A Estação Telefônica 1, localizada no Centro; a Estação Telefônica 2, na Avenida Epitácio Pessoa (Bairro dos Estados); e a Estação Telefônica 3, localizada no bairro de Tambaú.

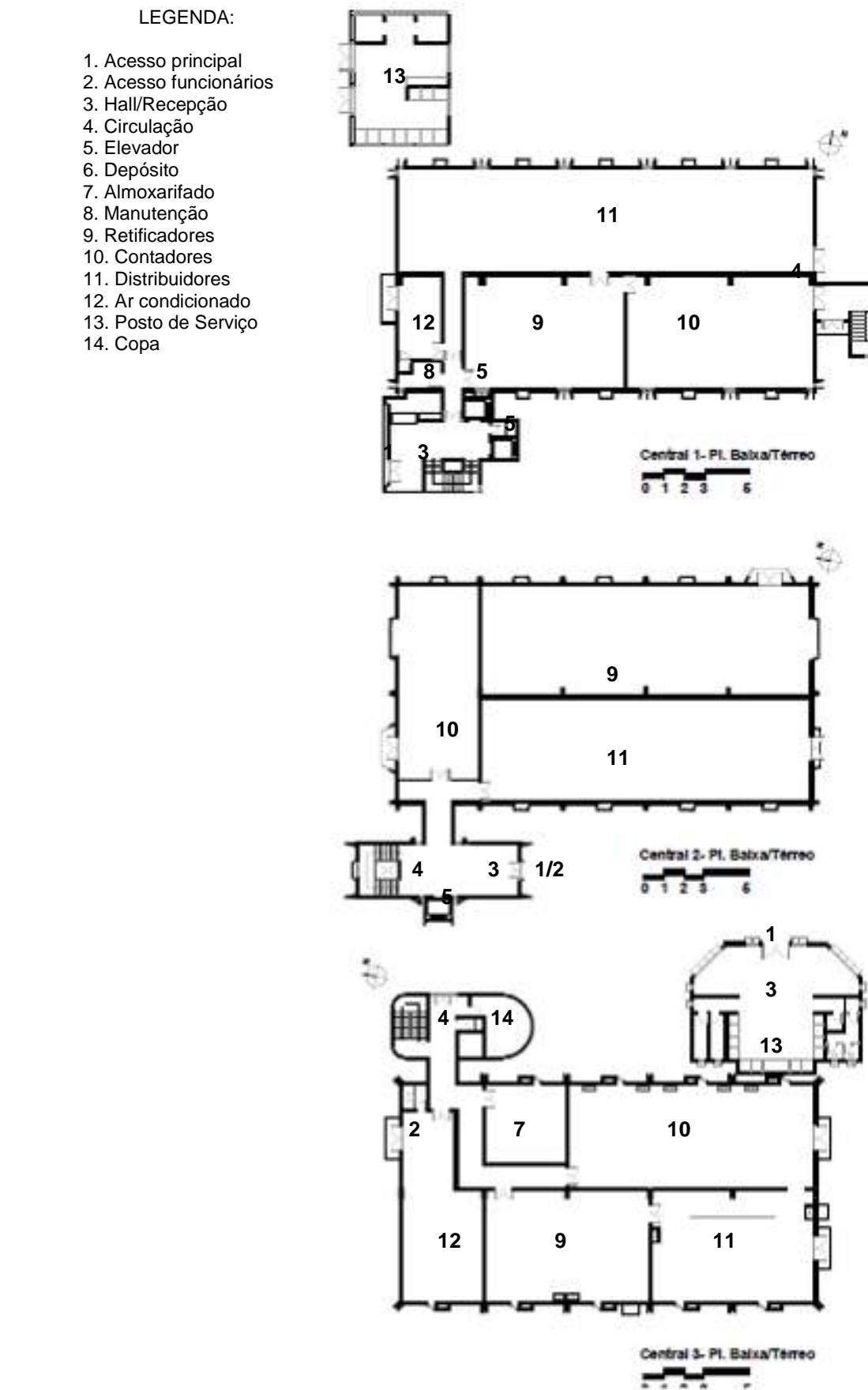


Figura 165: Centrais Telefônicas 1, 2 e 3 da TELPA (1975), respectivamente, Sérgio Teperman Arquitetos Associados. Fonte: Arquivo Central/PMJP e Arquivo da OI/Telemar, desenho da autora.

Apesar de aparentemente parecidos, os edifícios foram construídos com áreas entre 3.500 e 4.500 m², em proporção ao tipo e a quantidade de equipamentos que eles abrigaram: a Central 1 apresentou seis pavimentos, a Central 2, cinco pavimentos e a Central 3, quatro. Mesmo assim, os edifícios possuíam a mesma modulação rigorosa da estrutura, a qual foi evidenciada em suas fachadas. Também as diferenciou a forma e a disposição das aberturas, que do ponto de vista arquitetônico, “*constituíram-se em mais uma forma de atenuar-se o impacto causado pelas grandes massas que constituem os edifícios*” (TEPERMAN, 1982, p. 54); assim como o tratamento dado aos elementos construtivos.

Nas Centrais 1 e 2, a estrutura foi tratada de modo a abrigar os dutos internamente, enquanto que na Central 3, as tubulações foram expostas muito mais por questões técnicas do que plásticas. Em contrapartida, o que prevaleceu nas três centrais foi o uso que Sérgio Teperman fez da planta livre, garantindo a flexibilidade dos ambientes internos; dos pavimentos intermediários nos blocos de circulação; e da estrutura em concreto aparente, nesse caso lixado, como forma de expressão plástica. Essas características foram responsáveis por imprimir uma unidade formal nesses edifícios, fazendo com que os mesmos fossem facilmente identificados no espaço urbano.

Também, a integração do Estado se fez através da ampliação da rede de rodovias numa tentativa de melhor integrar o território paraibano. Uma grande estrutura rodoviária que começou a ser implantada ao final dos anos 1960, principalmente durante o governo militar, com o objetivo de melhor integrar o país. Foi quando houve um crescimento nos deslocamentos internos em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho. A construção das instalações para embarque e desembarque de passageiros acompanhou esse processo nas principais cidades. Em outras, onde as antigas rodoviárias já não comportavam a grande demanda de ônibus e passageiros, ou não tinham instalações salubres e próprias para tal equipamento, foram construídas novas estações rodoviárias.



Figuras 166 e 167: Antigo Terminal Rodoviário de João Pessoa, em meados dos anos 1970. Fonte: Jornal A União, 1975; Jornal A União, 1980.

Foi o caso do Terminal da Primavera (1969), como era popularmente conhecido (pelas proximidades à Feira da Primavera), que já não atendia mais as necessidades da população que transitava entre a capital e outras cidades do Estado. Com pouco mais de cinco anos de construção, o edifício apresentava condições insuficientes de suprir o fluxo de passageiros que aumentava com o passar dos anos, como era comumente noticiado nos jornais da época: “*Rodoviária acusou movimento incomum*”, (RODOVIÁRIA acusou..., 1974, p. 3), “*Movimentação intensa na Estação Rodoviária*” (MOVIMENTAÇÃO intensa..., 1974, p.8) ou “*Rodoviária vira lamaçal e passageiros reclamam*” (RODOVIÁRIA vira..., 1980, p. 5).



Figura 168: Intenso movimento era registrado no antigo Terminal da Primavera. Fonte: [INTENSO movimento...], 1980, p.5.

Eram constantes os relatos de atropelamentos nas plataformas, de acidentes e engarrafamentos de veículos na área, além dos problemas no período de chuvas. Nas palavras do Secretário de Planejamento na época, o engenheiro Paulo Souto: “*a atual estação rodoviária não tem a infra-estrutura necessária a seu perfeito funcionamento e arquitetonicamente está muito a desejar*”. Em sua opinião “*uma estação rodoviária deve ser o cartão de visita de uma cidade*” (NOVA rodoviária..., 1974, p. 3).

Diante desse quadro, mesmo com as tentativas de ampliação e modernização “*Rodoviária terá melhor sistema de plataformas*” (RODOVIÁRIA terá..., 1976, p. 1), ou de esquemas especiais de controle do trânsito no local, foi escolhida uma área nas

proximidades da Estação Ferroviária, na intenção de construir uma rodoferroviária nos moldes da existente em Curitiba, como vimos [na seção “As rápidas transformações urbanas”, Capítulo 2], diante da “impossibilidade de se transferir para outro local as plataformas de embarque e desembarque, porque no centro da cidade não existe qualquer área livre que pudesse ser utilizada com essa finalidade” (RODOVIÁRIA terá..., 1976, p. 1). Quando em 1977, o governo estadual através do Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba (DER), juntamente com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), realizou um concurso de projetos que reuniu mais de 60 participantes (GOVERNO..., 1978, p. 3). Na maioria das diversas propostas apresentadas ficou evidenciada a preocupação com a cobertura no sentido de abrigar todo o programa, mas em todas se evidenciaram soluções em consonância com as concepções arquitetônicas dominantes da produção moderna brasileira.

De acordo com João Sampaio (1981, p. 24) a cobertura dos terminais rodoviários era “o fator mais importante na concepção do partido arquitetônico, uma vez que responderá predominantemente pela forma e pelo espaço interno do edifício”, sendo dimensionada na escala dos ônibus e da movimentação de passageiros. As grandes dimensões desses equipamentos geraram projetos com grandes estruturas em todo o Brasil, principalmente em concreto armado e concreto protendido, na tentativa de conseguir vãos livres cada vez maiores para abrigar as necessidades programáticas.

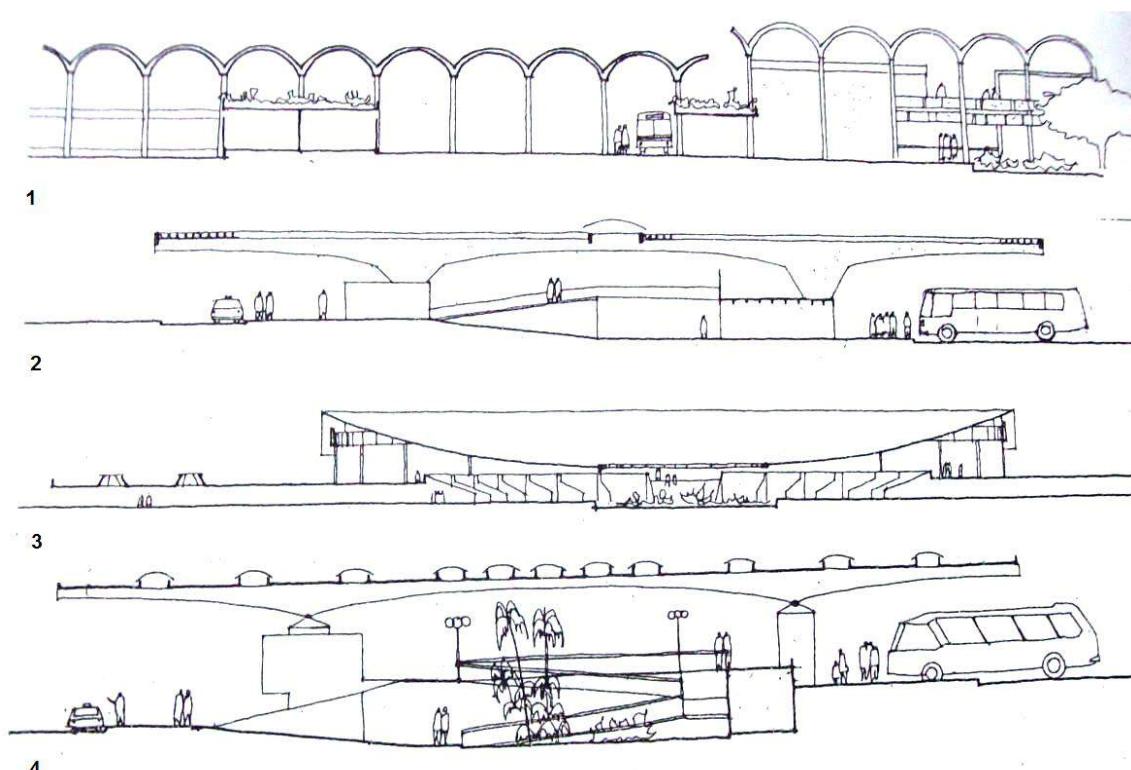


Figura 169: As propostas para o Terminal Rodoviário: 1. Fábio Garcia e Ricardo Martins; 2. Glauco Campello e Luiz Pinho; 3. Ares Arquitetura; e 4. João Sampaio. Fonte: SAMPAIO, 1981, p. 25.

A proposta dos arquitetos Fábio Garcia e Ricardo Martins tirou partido da plasticidade das abóbadas, que foram utilizadas com alturas variadas oferecendo espaços públicos generosos. Partido já utilizado por Vilanova Artigas na Rodoviária de Londrina (1949-1952), O escritório Ares Arquitetura propôs uma casca pênsil protendida composta de um anel externo de concreto armado, apoiado em pilares equidistantes, e um anel interno, suspenso e preso ao anel externo por meio de cabos de aço penseis. Na proposta de João Sampaio, esteticamente próxima da proposta vencedora, o sistema da cobertura fez uso de placas de laje em duplo 'T' que se apoiaram em vigas-calhas protendidas, as quais repousaram em pilares-caixões por onde se faz o esgotamento de águas pluviais. A proposta vencedora¹³² foi a dos arquitetos Glauco Campello¹³³ (n. 1934) e José Luiz Pinho¹³⁴ (n. 1944), com uma solução simples e econômica, constituída por uma grande cobertura com a função de abrigar todo o programa. Foi feito o uso de um sistema de cobertura com telhas autoportantes de aço pré-pintado, largamente difundidas em programas industriais, apoiadas sobre uma estrutura em pórticos de concreto armado (SAMPAIO, 1981, p. 25).



Figura 170: Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977), Glauco Campello e José Luiz Pinho. Fonte: Acervo de Glauco Campello Arquitetos.

¹³² Em segundo lugar, ficou a proposta apresentada pela equipe do escritório Ares Arquitetura, liderada pelo arquiteto Antonio Domingos Battaglia; e em terceiro, a proposta do arquiteto João Sampaio, que também recebeu menção honrosa.

¹³³ Glauco Campello (n. 1934) é um arquiteto paraibano. Iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes do Recife. Graduou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, em 1959. Colaborador de Oscar Niemeyer participou da construção de Brasília e, em seguida do Centro de Planejamento da UnB, como professor.

¹³⁴ José Luiz França de Pinho (n.1944) nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1968, também no Rio de Janeiro. Colaborou com Oscar Niemeyer nos projetos desenvolvidos na Argélia e em Paris.

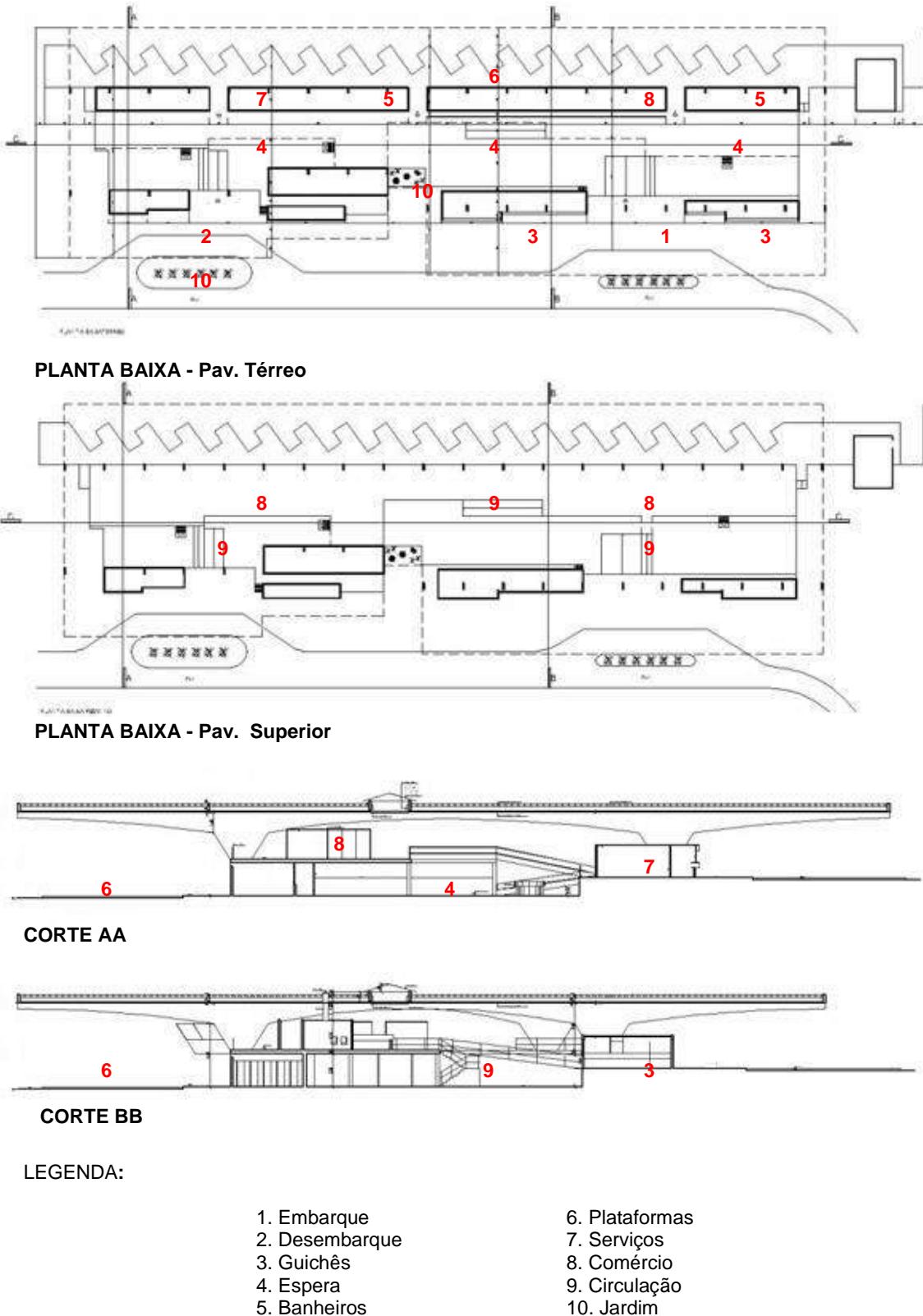
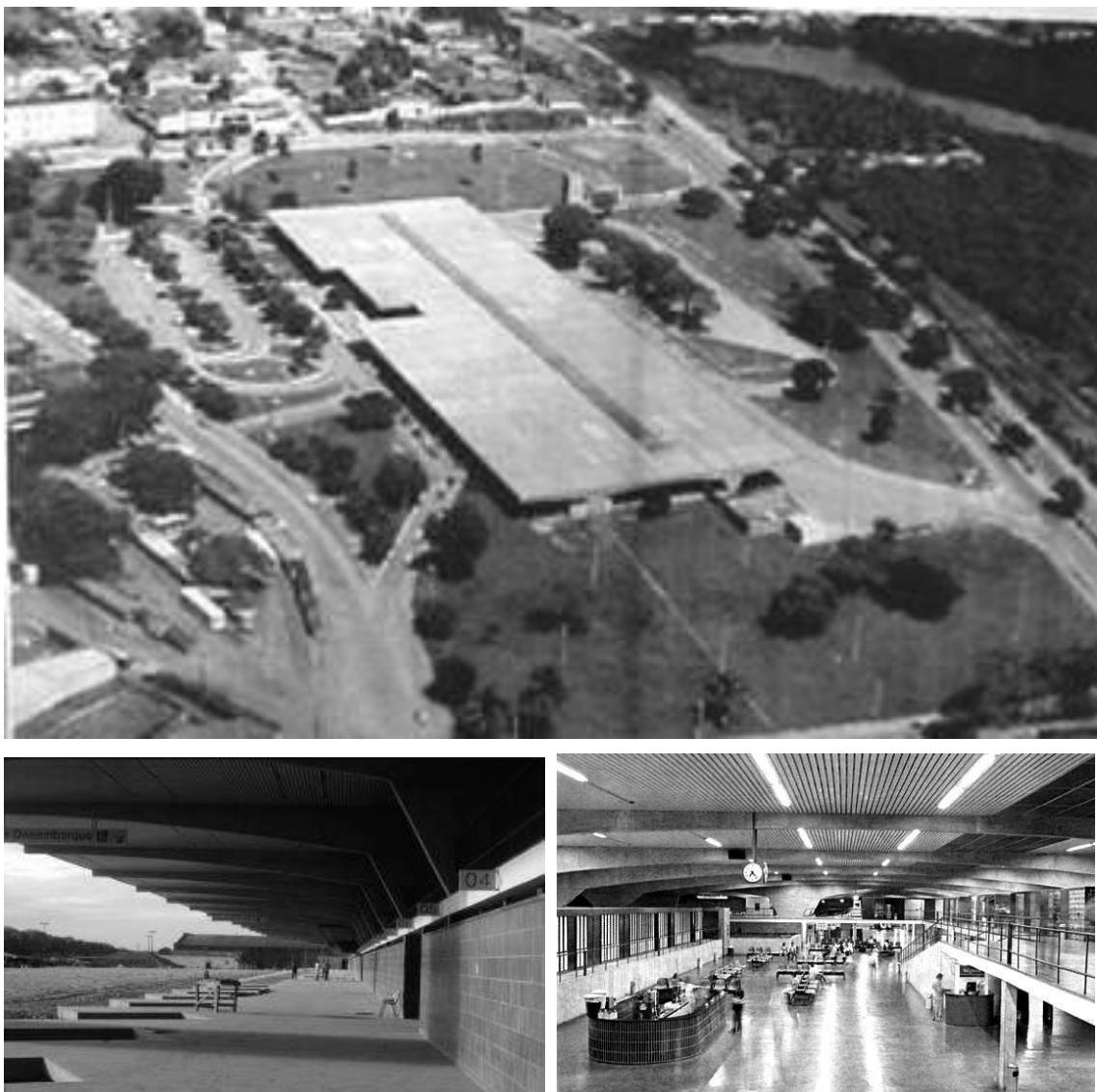


Figura 171: Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977), Glauco Campello e José Luiz Pinho. Fonte: Acervo de Glauco Campello Arquitetos.



Figuras 172, 173 e 174: Terminal Rodoviário de João Pessoa (1977), Glauco Campello e José Luiz Pinho. Fonte: Acervo de Glauco Campello Arquitetos.

As características construtivas de sua cobertura evidenciaram os caminhos dos esforços estruturais, mas principalmente a intenção de articulação e continuidade de toda esplanada, em cujo interior foi disposta uma clarabóia que percorreu todo sentido longitudinal para iluminação natural dos espaços. Em sua largura, os pórticos com modulação de 25m de vãos, possibilitaram uma planta livre, onde foram distribuídos, linearmente, os diversos setores, em três níveis alternados e interligados apenas por rampas. A rodoviária foi reduzida ao passeio favorecendo o caminhar e o encontrar das pessoas, uma vez que as plataformas de embarque e desembarque, protegidas por balanços de 10m, foram separadas da circulação de automóveis. A configuração predominantemente horizontal do edifício fez desaparecer o seu caráter monumental, integrando-o à paisagem urbana sem interferir na área do Centro Histórico. Aqui os aspectos formalistas foram mínimos.

Partido arquitetônico sem paredes e sem limites, que também favoreceu a integração com clima da região, pois ao mesmo tempo em que funcionou como uma grande sombra, protegendo os interiores das intempéries; permitiu a permeabilidade dos ventos. Alguns dos princípios, que segundo Costa Lima e Leder (2011, p. 03), tornaram o Terminal Rodoviário de João Pessoa “*a própria materialização arquitetônica do Roteiro para Construir no Nordeste*”, de Armando de Holanda.

O edifício começou a ser construído em junho de 1978 pela ENARQ Engenharia e Arquitetura Ltda., e mesmo utilizando um sistema construtivo de rápida execução, com previsão para futuras ampliações - e tendo ficado pronto um ano depois (TERMINAL Rodoviário..., 1979, p. 1), a demora para sua entrega deveu-se a sua inserção em uma área histórica e ao atraso na construção do anel viário da Avenida João Machado - um dos acessos ao Terminal. As manifestações contrárias à construção partiram do escritório regional do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-PB), e ganharam apoio do escritório nacional, e do recém-criado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), os quais eram contra as demolições que teriam que ser realizadas para a implantação do equipamento causando danos irreparáveis. Porém, a importância social do terminal se sobrepôs às questões preservacionistas que vieram assumindo relevância crescente no cenário local.

Além da rodoviária, outro projeto de grande porte realizado na década de 70 foi a construção do Estádio José Américo de Almeida Filho (1974), projeto do arquiteto Raul de Lagos Cirne¹³⁵ (n. 1928). A construção ficou a cargo da construtora SEEGLA – Serviço de Engenharia Emílio Baumgart Ltda, que ganhou a concorrência aberta pelo Governo do Estado para elaboração dos projetos estruturais e complementares baseados no projeto arquitetônico apresentado pelo arquiteto. Nesse mesmo período, igualmente foi construído o Ernani Sátiro (1974), em Campina Grande, também de autoria do arquiteto, dentre tantos outros projetos de estádios construídos no país¹³⁶. Esta construção em massa de estádios, não apenas na Paraíba como também por todo o país, deu-se depois do sucesso obtido pela Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970. Foi quando os militares passaram a incentivar também os campeonatos internos de outros estados, antes disputados apenas pelas cinco maiores federações (SP, RJ, MG, RS e PE). De acordo com Cereto (2003, p. 07),

¹³⁵ Raul de Lagos Cirne (n. 1928) nasceu em Belo Horizonte e formou-se arquiteto, em 1952, pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na década de 70 para a SEEGLA (Serviço de Engenharia Emílio Baumgart LTDA), no qual executou vários projetos de estádios pelo Brasil.

¹³⁶ Nos anos 1970 foram construídos os estádios: Governador Plácido Castelo (1966-1971), em Fortaleza, dos arquitetos Gerhard Bormann, Liberal de Castro e equipe; Governador Alberto Tavares Silva (1971-1973), em Teresina, de Raul de Lagos Cirne; Governador Ernani Sátiro (1973-1975), em Campina Grande, de Raul de Lagos Cirne; João Havelange (1978-1982), em Uberlândia, de Raul de Lagos Cirne; Governador Hélio Prates da Silveira (1970-1974), em Brasília, de Icaro de Castro Mello; Estádio Serra Dourada (1975-1978), em Goiânia, de Paulo Mendes da Rocha; Governador Alcid Nunes (1971-1975), em Belém, de Alcyr Meira; entre outros.

“o período compreendido da Revolução de Vargas ao milagre econômico, promove uma avalanche de estádios em todos os cantos do país, dotados de capacidades muitas vezes maiores do que a população da cidade, contribuindo com a imagem prevista de melhor do mundo, de maior do mundo na sua grandeza e construção (...). Essas grandes instalações esportivas construídas em larga escala, foram prejudicadas pelos custos na implantação destes equipamentos e posteriormente a manutenção por parte do Estado. Sendo assim, os projetos arquitetônicos foram mutilados pela condição econômica, pela falsa imagem de que nesta nação poderíamos construir estes centros de excelência esportiva. As construções ficaram incompletas, com o estádio inacabado, gerando este desconforto estético presente nas edificações deste período”.



Figuras 175, 176, 177 e 178: Estadio José Américo de Almeida Filho (1974), de Raul de Lagos Cirne. Fonte: Acervo da autora, 2010; Google Imagens, 2010.

A construção do estádio paraibano, até então considerado um dos dez maiores do país¹³⁷, foi um marco para a população paraibana - juntamente com a construção dos estádios inseridos no interior da Paraíba, nas cidades de Campina Grande e de Patos, na época da administração do então governador - dada a sua grande dimensão e por ser um elemento gerador de transtornos nos dias de jogos. Buscou-se uma área afastada da malha urbana para sua implantação, nas proximidades da rodovia BR-230, pelo fácil acesso, indicando ser uma região mais adequada para o equipamento.

¹³⁷ Com a escolha do Brasil para sediar os eventos esportivos da Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), os estádios brasileiros passaram por um processo de renovação, além da construção de novos grandes estádios.

O 'Almeidão' foi edificado seguindo o modelo elíptico e uma estrutura fechada¹³⁸, muito comum nos anos 1970 em todo o país. Seu eixo de simetria, orientado no sentido transversal, se distanciava do modelo tradicional, orientado longitudinalmente (CERETO, 2003). Opção que desfavorecia o conforto climático do estádio, motivo pelo qual seu eixo longitudinal foi orientado no sentido norte-sul. Ocupando um terreno de 8 hectares, o estádio composto por dois anéis de arquibancadas, foi construído para abrigar um público de 45.000 pagantes, dividido em 2.000 cadeiras e 43.000 arquibancadas¹³⁹. A acomodação do público foi proposta junto ao fosso, que também serviu contra a incursão da torcida em direção ao campo, além de permitir a iluminação e ventilação das instalações das equipes e da comissão de arbitragem.

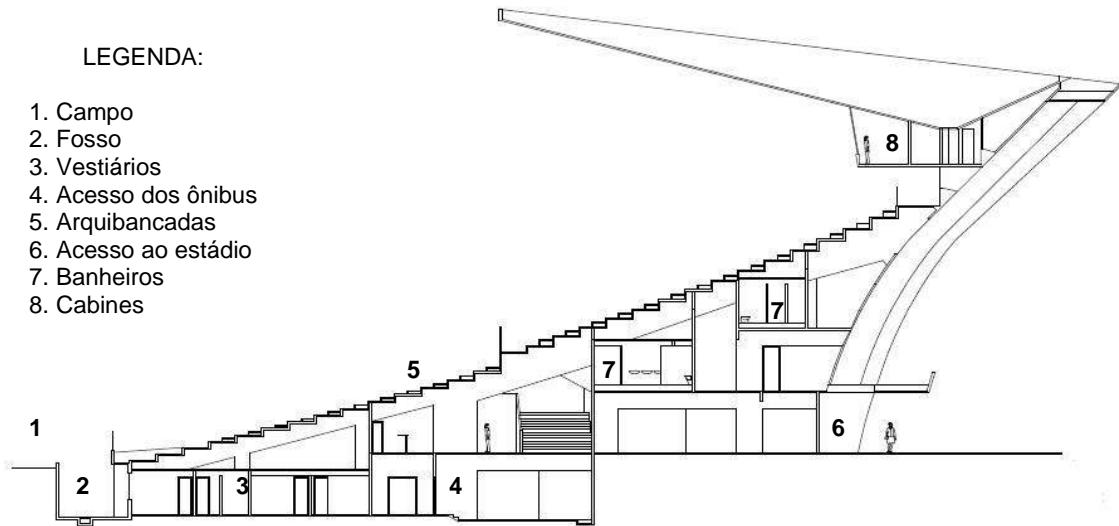


Figura 179: Estadio José Américo de Almeida Filho (1974), de Raul de Lagos Cirne. João Pessoa. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

Além do subsolo, onde foram localizados quatro vestiários dos times e dois vestiários para a comissão de arbitragem, o estádio apresentou mais seis níveis. No térreo foram locados quatro setores de bilheterias, assim como quatro acessos que levavam o público às arquibancadas (sendo dois de cada lado do estádio para as duas torcidas dos times. Também se localizaram no térreo os acessos para as equipes e comissão de arbitragem, através de um túnel que os levava até o subsolo; e um acesso oposto destinado exclusivamente para a segurança do estádio, por onde entravam ambulâncias, viaturas policiais e carros de bombeiros. Esses tinham circulação livre pela pista de serviços localizada circundando o campo - de dimensões oficiais (110 x 75m), coberto com grama natural e com sistema de drenagem próprio.

¹³⁸ De acordo com Cereto (2003, p.13) o estádio com estrutura fechada apresenta estrutura formal sem permeabilidade visual com o entorno, enquanto o estádio de estrutura aberta apresenta uma estrutura formal com abertura nas estruturas das arquibancadas permitindo a permeabilidade visual.

¹³⁹ Depois de passar por reformas, com a colocação de cadeiras, a capacidade do Almeidão caiu para 20.000 lugares.

Construtivamente, o estádio se caracterizou, ao mesmo tempo, pela suntuosidade da estrutura utilizada na cobertura em balanço do setor das cadeiras, e pela simplicidade formal e espacial do restante da elipse baseada em conceitos de racionalidade e modulação. Com grande sensibilidade estrutural, o arquiteto projetou uma estrutura pretendida em balanço que definiu o caráter formal do estádio. Dezoito pórticos semelhantes, em formato de arcos, marcaram a entrada ao edifício. Também definiu a expressividade da obra o predomínio do uso do concreto bruto e aparente, o qual foi utilizado tanto na macroestrutura quanto nos detalhes construtivos e acabamentos: arquibancadas, escadas, guarda-corpos, panos de quebra-sóis, bancadas, etc. Material, por sinal, utilizado comumente nesse período nas grandes obras patrocinadas pelo governo militar.

Em 1978, foi a vez de o Centro Turístico ter sua construção anunciada nos jornais locais, sendo prevista na região central¹⁴⁰. Dois anos depois, o então governador Burity anunciou a construção definitiva do Centro Turístico (1980)¹⁴¹, futura sede da PB-TUR¹⁴², situado na praia de Tambaú, em terreno plano de esquina, de frente para o mar. Localização que não trouxe consigo a carga de edifícios administrativos em seu entorno, mas sim de dois edifícios significativos como: o Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes - 1966) e o Mercado de Artesanato (Tertuliano Dionísio - 1972) (PB-TUR construirá..., 1980, p. 8). Ambos marcados por uma geometria circular rígida, e que mesmo assim não foi requerida a articulação dos prédios entre si.

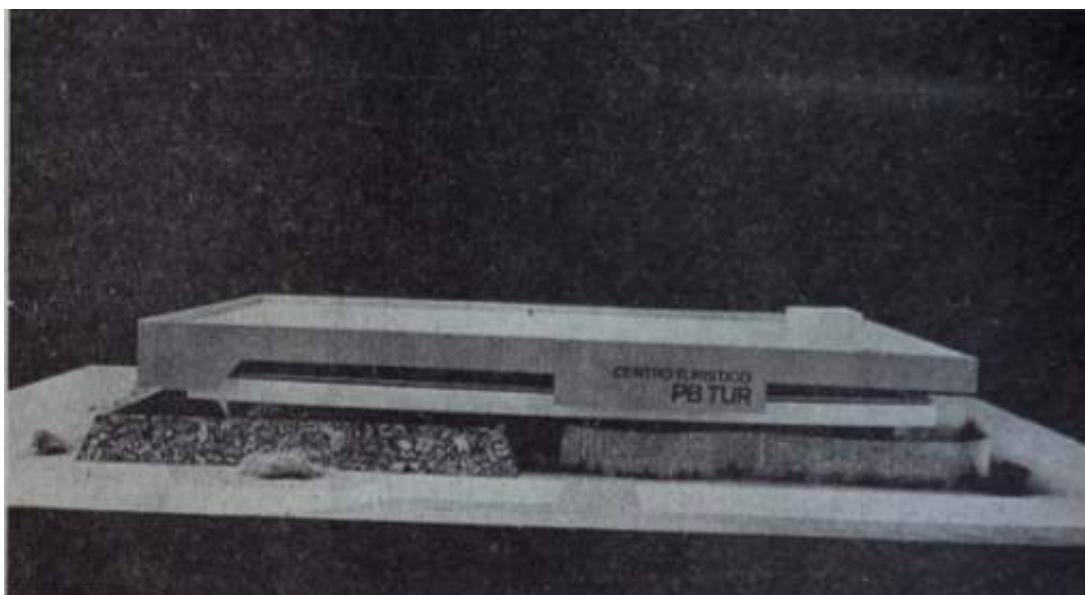


Figura 180: Maquete do Centro Turístico de Tambaú (1980), Regis de Albuquerque Cavalcanti. Fonte: JOÃO PESSOA terá..., 1981, p. 5.

¹⁴⁰ Em 1978, foi prevista pela Prefeitura Municipal a construção do Centro Turístico na região central, ocupando o Pavilhão do Chá – proposta do arquiteto Saulo Berreto (PREFEITURA cria..., 1978, p. 8).

¹⁴¹ Sua construção foi iniciada em 1981, mas só foi concluída em 1988 devido a problemas financeiros.

¹⁴² A PB-TUR foi criada pelo governador Ivan Bichara, como uma organização de economia mista, através da Lei nº 3.779, de 27 de maio de 1975, tendo como finalidade o desenvolvimento turístico da Paraíba.

O projeto, também de autoria de Regis Cavalcanti, partiu de referências diferentes daquelas utilizadas no edifício do Fórum de João Pessoa (1978), assim como do partido adotado para o hotel e o mercado. Apesar do terreno de dimensões generosas, o arquiteto optou por utilizar uma grande cobertura como partido arquitetônico.

Solução que, numa aproximação muito simplista, poderia servir para aproximar ou referenciar formalmente o Centro Turístico, por exemplo, à garagem de barcos do Clube Santa Paula (Vilanova Artigas - 1961), ou ao Pavilhão de Osaka (Paulo Mendes da Rocha - 1969), por sua cobertura retangular e pelo uso expressivo do concreto e da pedra bruta, deixados aparentes. Contudo, aqui não foi utilizada grande experimentação estrutural de “estética engenharia”, com pilares desenhados analogamente às forças estáticas suportadas.

Com extensas dimensões, a cobertura plana disposta longitudinalmente através de vigas-calha foi apoiada internamente em pilares regularmente espaçados em uma malha estrutural. Diferindo das soluções estruturais paulistas, onde poucos pontos de apoio, em geral localizados em extensas abas laterais, sustentavam a cobertura. Ou daquelas soluções em que “*a união formal entre viga periférica e pilar, por meio da curva, gerou inúmeras variações nos anos 60-70 (...)*” (BASTOS & ZEIN, 2010, p. 133).

Talvez mais nos moldes do “*Roteiro para construir no Nordeste*”, na sede da PB-TUR o arquiteto paraibano conseguiu obter uma ampla área sombreada sem interferências visuais para os usuários do espaço, em meio à localização privilegiada na orla de Tambaú. Partido que também favoreceu a ventilação natural vinda do oceano, somado aos vazios internos verticais. Por sua vez, a iluminação natural foi complementada pelo grande *domus* em alumínio e vidro fumê, favorecendo o interior do edifício.

Praticamente sem vedos, com exceção de algumas abas laterais utilizadas como letreiros, a edificação anunciada a receber o órgão também foi pensada para abrigar um local destinado a ser um grande veículo de apoio aos turistas em visita à capital paraibana. Então, não foram oferecidas soluções específicas conforme cada uso. Os dois programas foram locados em dois pavimentos distintos sob a mesma cobertura: um térreo, destinado às atividades de comércio e serviços voltadas ao turista; e um pavimento superior, destinado à administração e secretarias do aparelho oficial. Baterias de banheiros, anexo sob o edifício, e corpo da escada seguiram formalmente as concepções arquitetônicas dominantes da arquitetura moderna brasileira.

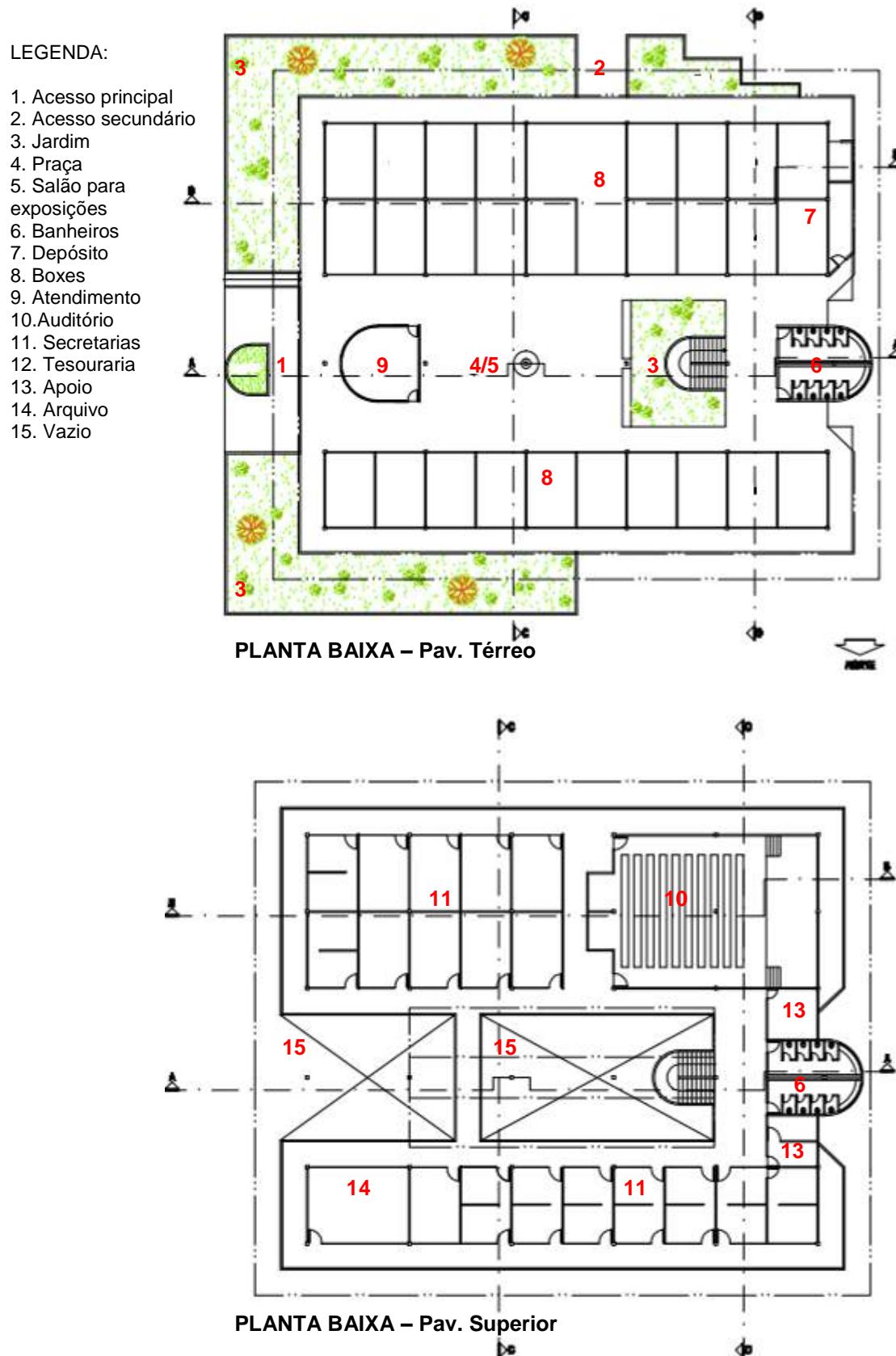


Figura 181: Centro Turístico de Tambaú (1980), Regis de Albuquerque Cavalcanti. Fonte: Arquivo da PB-TUR (2010), desenho da autora.

Também em 1979, foi a vez de o Aeroporto Castro Pinto ter o seu projeto anunciado (CASTRO Pinto já conta..., 1979, p. 1), em um momento em que o transporte aéreo representava importância crescente no cenário nacional e internacional. Inicialmente, o projeto contou apenas com a ampliação da pista de pouso e decolagem que teve seus 1.500 metros ampliados para 2.500 metros de extensão, o que possibilitaria o pouso de maiores aeronaves. Projeto que estava incluído dentro do programa do governo estadual em ativar o desenvolvimento do turismo do Estado. O segundo passo foi o projeto de ampliação do terminal de passageiros com equipamentos mais modernos para torná-la “*mais funcional e adaptada*”, “*além de por fim a dependência de Pernambuco*”, como pensava o governador *Tarcísio Burity* (REFORMA DO CASTRO PINTO vai..., 1981, p.8; AEROPORTO Castro..., 1981, p. 12), substituindo o antigo terminal erguido em 1957¹⁴³.



Figura 182: Antigo terminal do Aeroporto Castro Pinto. (1957). Fonte: Acervo da autora.

O projeto seria realizado inicialmente pelo arquiteto *Luiz Cunha Ortiga*¹⁴⁴ da INFRAERO, porém o governador convidou Sérgio Bernardes para desenvolver uma proposta da nova estação de passageiros. O desejo de *Burity* era de construir “*um aeroporto a altura da cultura e do progresso de seu Estado*” (BURITY firma... 1981, p. 12). O projeto foi apresentado, em 1981, pelo arquiteto carioca, que acompanhava a construção do Espaço Cultural (1979). De tal modo como idealizou para a Schering do Brasil (1974), no Rio de Janeiro, e para o centro cultural, como veremos adiante [na seção “*A praça do povo paraibano*”, Capítulo 3], *Bernardes* propôs um edifício pavilhonar, de configuração retangular, com uma coberta em telhas metálicas e estrutura espacial metálica abrigando todo o programa proposto.

¹⁴³ O antigo terminal não foi demolido, mas deu lugar ao terminal de cargas.

¹⁴⁴ Não localizamos maiores informações sobre esse arquiteto.



Figura 183: Aeroporto Castro Pinto (1981), Sérgio Bernardes. Fonte: Acervo Google imagens, 2012.

Localizado em um terreno sem declividade, o aeroporto foi disposto perpendicularmente à pista de pouso e decolagem, e seu sentido longitudinal foi disposto na direção leste-oeste; em suas laterais foram locados os dois pátios para as aeronaves; na porção posterior, entre o terminal e a pista, ficou a torre de controle de tráfego aéreo; e o estacionamento de veículos, com 200 vagas, foi locado na porção anterior do edifício. A forma retangular da estação se contrapôs ao volume cilíndrico verticalizado que abriga a torre de controle. Sua volumetria, marcadamente horizontal, alongou longitudinalmente o edifício no terreno, o que contribuiu para diminuir a sua verticalidade.

Sem uso de escadas, os três pavimentos do terminal foram interligados por rampas que, ao mesmo tempo, permitiram a comunicação dos pisos e uma diversidade de perspectivas internas. O contato visual com o ambiente externo não foi menos valorizado pelo arquiteto já que o edifício, todo aberto, permitia a integração do mesmo com os ambientes internos. Temas tão próprios à arquitetura moderna como a *promenade architectural* e o solo livre se revelaram nesse projeto, diretrizes semelhantes as que foram empregadas também por Sérgio Bernardes no projeto do Espaço Cultural do Estado (1979).

Por sua vez, o arranjo dos espaços internos privilegiou o percurso do passageiro, seguindo uma lógica de funcionamento. Saguão, bateria de banheiros e serviços básicos para o embarque foram dispostos no térreo. Serviços secundários, como lojas comerciais e escritórios, setor de alimentação e atividades administrativas,

organizaram-se no primeiro andar. Os ambientes foram dispostos de acordo com a setorização funcional que estabeleceu percursos de passageiros e de funcionários, não havendo mistura ou contraposição dos fluxos (LIMA; VASCONCELOS, 2010, p. 13).

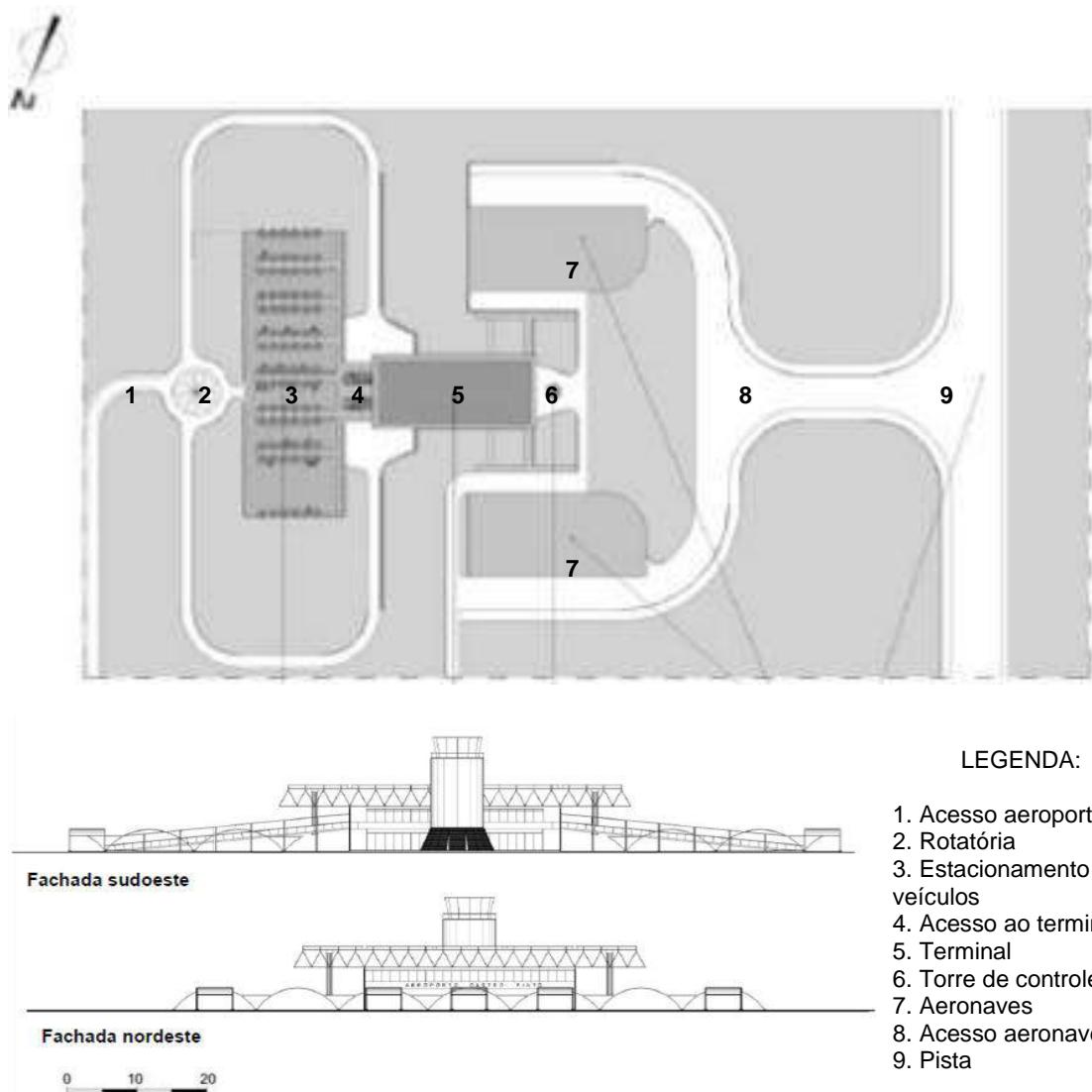


Figura 184: Aeroporto Castro Pinto (1981), Sérgio Bernardes. Fonte: LIMA; VASCONCELOS, 2010, editado pela autora.

A ausência de uma distinção rígida entre interior e exterior também marcou o projeto, conceito comum ao movimento moderno, e que possibilitou a ventilação e iluminação naturais. Além da grande coberta que sombreava e abrigava os ambientes internos das intempéries, as únicas proteções solares que Bernardes fez uso foram os fechamentos metálicos empregados em torno da estrutura metálica da cobertura. A opção por recuar os ambientes internos em relação à projeção da coberta também favorecia um nível distinto de proteção. Apenas alguns ambientes internos receberam ar condicionado.



Figuras 185, 186, 187, 188 e 189: Aeroporto Castro Pinto (1981), Sérgio Bernardes. Fonte: LIMA; VASCONCELOS, 2010.

A nitidez do edifício também foi expressa no tratamento dos materiais, os quais não eram dissimulados, com exceção da estrutura independente dos ambientes internos, assim como dos pilares de aço tubular da coberta, que receberam um tratamento compositivo de cores. Os demais elementos foram deixados aparentes, revelando a função construtiva e a qualidade estética de seus materiais. Os dutos das instalações elétricas e hidráulicas também foram despidos, mas os dutos de queda das águas pluviais receberam um tratamento especial. Formados por quatro tubos metálicos, os tubos despejavam as águas em dois espelhos d'água, localizados nas laterais do edifício, criando pequenas cataratas. Solução também utilizada por Bernardes no Espaço Cultural, mas aqui de maneira mais pontual, não dispondo os dutos ao longo

de toda a extensão dos perímetros laterais, mas restringindo-os na extensão dos corpos d'água e das rampas. Proposta que contemplou o passeio dos usuários.

Se a estrutura metálica prevaleceu na macroestrutura através do sistema treliça-pilar, o concreto armado foi utilizado em rampas, lajes e no piso. A concepção estrutural, baseada em conceitos de racionalidade e modulação, foi pensada de maneira a possibilitar futuras e necessárias ampliações do aeroporto¹⁴⁵. Por problemas financeiros a obra não foi finalizada no governo de Tarcísio Burity, sendo concluída apenas em 1985 durante a administração de Wilson Braga (1983-1986).

Com vistas a ampliar o espaço da prática esportiva, a proposta de construir um ginásio poliesportivo em João Pessoa surgiu desde o período da construção do Estádio “O Almeidão” com a intenção de criar uma praça de esportes junto ao estádio, como foi feito, por exemplo, em Brasília. Porém, os primeiros passos só foram dados no início do ano de 1981 quando o então prefeito Damásio Franca (1979-1983) anunciou a sua construção. O “Ginásio Municipal será *um dos mais modernos*” (GINÁSIO MUNICIPAL será..., 1981, p. 7), “se constituirá no maior ginásio de esportes da Paraíba”, “será uma das maiores realizações na área da educação” (PLANO do Ginásio..., 1981, p. 5), noticiaram os jornais locais. A elaboração do projeto, de autoria de Mário Glauco Di Lásio, teve a participação de vários setores do esporte amador, que opinaram sobre a estrutura da obra (MEC interessado..., 1981, p. 5), mas o projeto não foi adiante sendo realizado apenas no início da década de 90, agora pelo Governo do Estado.

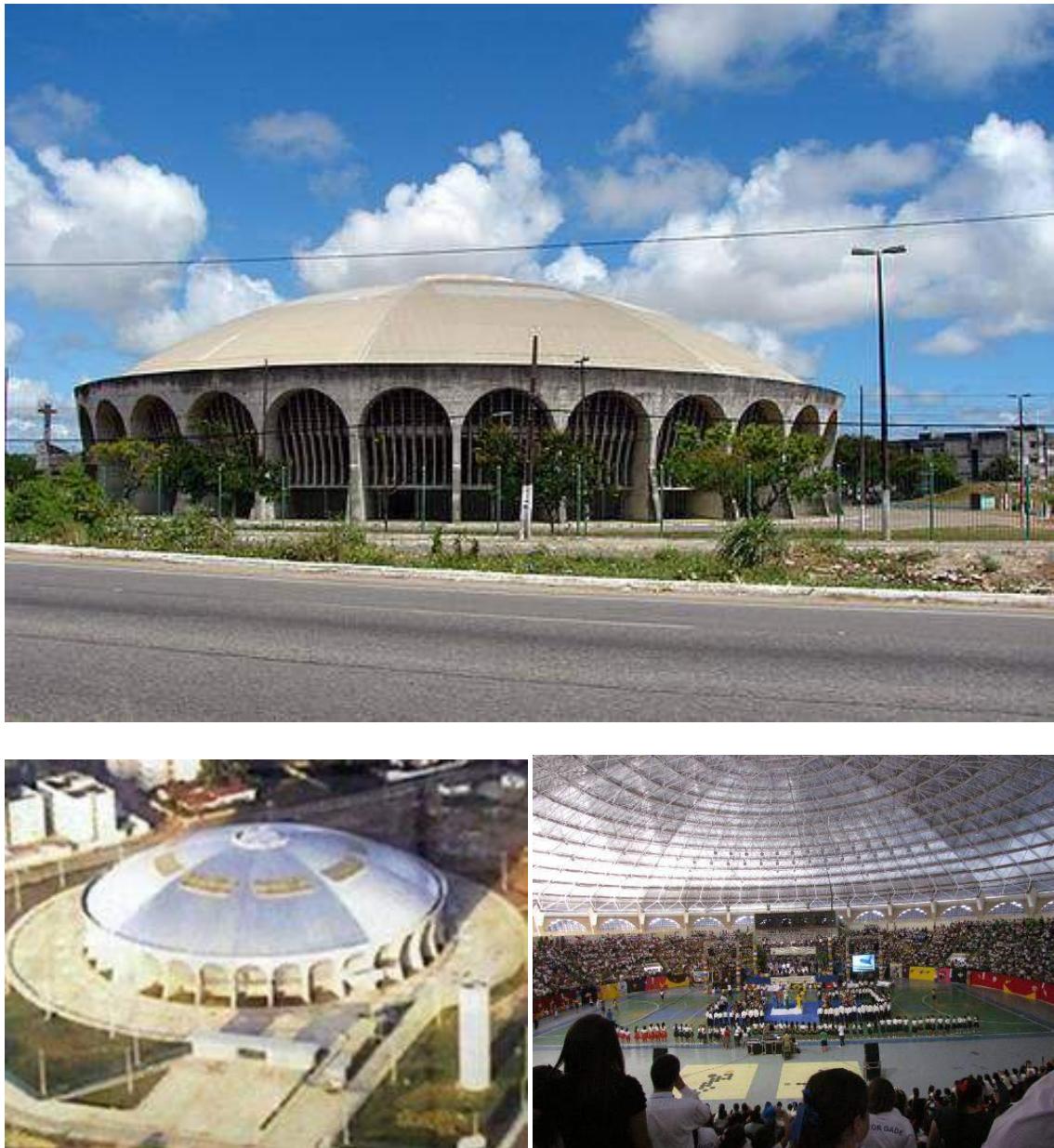
O projeto de autoria do paraibano Carlos Alberto Melo de Almeida¹⁴⁶, arquiteto da SEPLAN, não seguiu o partido retangular do projeto da década de 80, para 20 mil pessoas. O arquiteto optou por seguir as linhas do Estádio “O Almeidão”, utilizando um volume com desenho circular formado por uma estrutura em arcadas de concreto armado bruto e aparente apoiando uma cobertura em abóbada com estrutura espacial em alumínio e telhas metálicas. Partido arquitetônico que, segundo o próprio arquiteto, surgiu de uma solicitação do então governador Ronaldo da Cunha Lima, que o apresentou um ginásio nos mesmos moldes, a partir de uma fotografia¹⁴⁷. Esse estádio exposto serviu de premissa para os projetos dos ginásios de João Pessoa e de Campina Grande¹⁴⁸- o Ginásio Plínio Lemos (Carlos Alberto M. de Almeida – 1990), popularmente conhecido por “O Meninão”.

¹⁴⁵ O Aeroporto Castro Pinto foi descaracterizado entre 2004-2008, quando passou por uma reforma. (PEREIRA, 2012).

¹⁴⁶ Carlos Alberto Melo de Almeida (n. formou-se pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

¹⁴⁷ Em entrevista, Carlos Alberto M. de Almeida não soube precisar qual era o ginásio e onde foi construído. Mas provavelmente tenha sido o projeto padronizado para ginásios esportivos desenvolvido pelo escritório de Ícaro de Castro Mello, sob a responsabilidade de Eduardo de Castro Mello, em parceria com a empresa Alusud Engenharia.

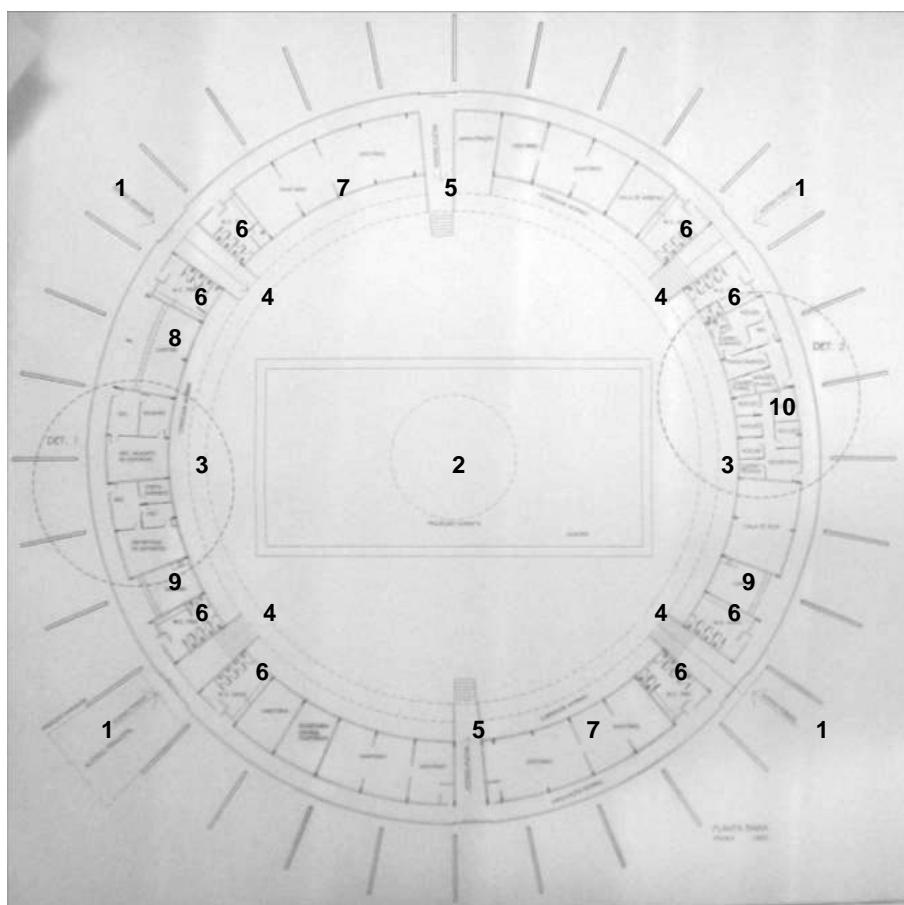
¹⁴⁸ No Ginásio Plínio Lemos, localizado no bairro Dinâmérica.



Figuras 190, 191 e 192: Ginásio Poliesportivo (1990-92), Carlos Alberto M. de Almeida. Fonte: Acervo da autora, 2010.

O edifício foi construído a leste do estádio comportando a quadra poliesportiva disposta na porção central do volume, com arquibancadas circundantes cuja inclinação abriga as demais funções complementares ao ginásio, dispostas ao nível da quadra. Em sua maioria, os ambientes internos foram dispostos de forma eqüidistante e, simetricamente, opostas, a partir do eixo longitudinal da quadra. Da mesma forma, os acessos ao ginásio e à quadra foram previstos, porém a partir do eixo transversal da quadra. Em seu programa foram previstas bilheterias, cabines de imprensa, cantinas, guarita, posto médico, sala de apoio, sala de árbitro, sala de aula, sala de gerência, sala de manutenção, sala de reunião, secretaria, banheiros, vestiários, uma subestação com gerador próprio e uma tribuna de honra com 110 lugares.

Por sua vez, a estrutura principal, composta por 32 arcadas, foi criada para apoiar a cobertura em treliça espacial e telhas metálicas. Os arcos arredondados emolduraram a porção superior do vão, enquanto que seus pilares de configuração trapezoidal apresentavam desenho de acordo com as forças estáticas. No encontro entre dois arcos foi fixada a estrutura de apoio da coberta, a qual recebeu um lanternim na parte alta para adequar a ventilação natural. Por sua configuração circular, não tendo fachadas definidas, o edifício foi exposto à iluminação solar. Panos de brises verticais colocados entre os vãos das arcadas protegem o interior do ginásio da insolação vinda principalmente no sentido leste-oeste.



LEGENDA:

1. Acesso ginásio
2. Quadra
3. Arquibancadas
4. Rampas (arquibancadas)
5. Escadas (quadra)
6. Banheiros
7. Vestiários
8. Lanchonete
9. Cantina
10. Administração
11. Tribuna
12. Posto médico
13. Sala de apoio
14. Salas de aula
15. Manutenção

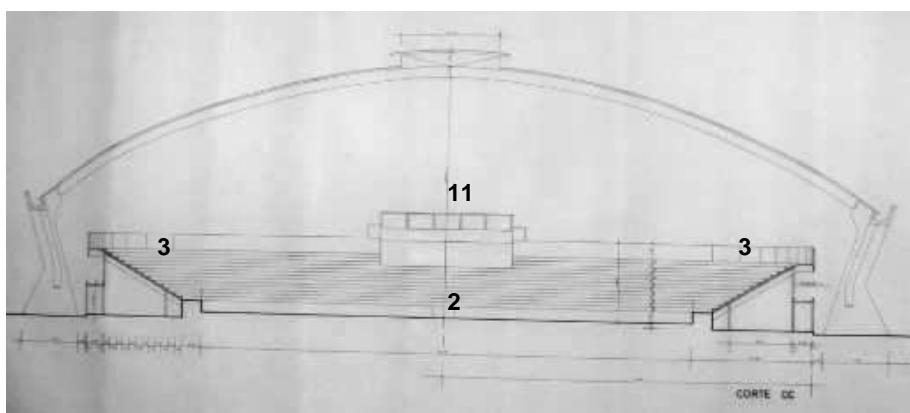


Figura 193 e 194:
Ginásio
Poliesportivo
(1990-92), Carlos
Alberto Melo de
Almeida. Fonte:
Arquivo SUPLAN,
2010, editado pela
autora.

Enfim, estas e outras obras da produção arquitetônica pessoense recente, como pudemos constatar, foram realizadas predominantemente por arquitetos de outras regiões do país. Aqui não se consolidou o processo de migrações internas, como destacado por Segawa (1998, p. 131) em seu texto “*Arquitetos Peregrinos, Nômades e Migrantes*”, mas o que se tornou comum dentro do território nacional: “*arquitetos projetarem obras em outros estados ou regiões, por meio de convites ou concursos, estabelecendo juntamente a divulgação das obras pelas revistas de circulação nacional, uma teia de referências cruzadas*” (BASTOS & ZEIN, 2010, p. 142).

As grandes obras, em sua maioria, foram fruto de um momento de pujança econômica e de aparelhamento estatal. Esses edifícios representaram uma etapa do processo de desenvolvimento histórico, mas especialmente, uma ampliação das necessidades que se refletiram em diversas áreas, criando contingenciamentos que forçaram a novas soluções, na dimensão dos problemas surgidos. Prevaleceram as construções em concreto armado ou concreto protendido aparentes nos moldes da arquitetura moderna corrente, como apontou Segawa (1998, p. 191). Mas novos materiais como as estruturas metálicas foram introduzidas graças à experimentação e à vanguarda de arquitetos como Sergio Bernardes. Longe de ser uma ruptura, a continuidade da prática projetual moderna prevaleceu nas grandes obras públicas, entre 1970 e 1985, seja diante das questões funcionais, tecnológicas, espaciais e construtivas.

A praça do povo paraibano

A exigência de uma biblioteca pública para a cidade correspondeu a um antigo anseio da população dada à deficiência da antiga Biblioteca Pública do Estado, sobretudo quanto à quantidade crescente de novos leitores e a qualidade insuficiente do acervo de obras paraibanas. Instalada em um edifício eclético do século XIX, localizado a Rua General Osório, foi constantemente noticiada pela imprensa a necessidade de reforma do antigo prédio, que além de contar com um estoque reduzido de livros, não tinha um acervo expressivo de obras paraibanas (ESPAÇO CULTURAL, 1980, p.4). A falta de espaços para a preservação do folclore, da alma popular, do artesanato, da memória, da história, enfim, da cultura e educação paraibana, era sentida na cidade.

Ao final dos anos 1970, surgiu a proposta do governador Tarcísio Buriti (1979-1982), de criação de um centro de preservação da memória paraibana, motivado por esta carência de espaços culturais na Paraíba, e que se alinhava ao que vinha ocorrendo em outras partes do mundo, onde a criação de espaços polivalentes em detrimento dos espaços isolados, como museus, bibliotecas, etc. se tornou uma nova alternativa.



Figura 195: Antigo prédio da Biblioteca Pública do Estado. Fonte: Arquivo Walfredo Rodrigues.

As iniciativas de preservação da cultura, muito em moda nos anos 1970, e a proliferação de centros culturais, talvez, contribuíram para a criação do Espaço Cultural da Paraíba, em 1979. Empreendimento que se alinhou, por exemplo, à construção do Centro Georges Pompidou (1975), de Renzo Piano e Richard Rogers, em Paris. Segundo Milanesi (1990, p. 21-22 *apud* DABUL, 2008, p. 259), foi a partir da criação e construção do centro parisiense que houve uma estimulada e crescente disseminação de centros culturais, a partir da década de 1970, no Brasil e no mundo. Por conseguinte, “*um número imenso de centros culturais, em diversos países, por diferentes razões e processos foram então construídos*¹⁴⁹ (...)” (DABUL, 2008, p. 259).



Figura 196: Centro Cultural Georges Pompidou (1975), Renzo Piano e Richard Rogers. Fonte: Google Imagens.

¹⁴⁹ Como o Barbican Center, em Londres, a Biblioteca Pública e Complexo Cultural Mariano Moreno, em Buenos Aires, e o Lincoln Center, em Nova Iorque, dentre muitos outros. Numerosos centros culturais foram construídos também no Brasil, como o Centro Cultural São Paulo, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, Paraíba, o Centro de Criatividade de Aracaju, Sergipe. (DABUL, 2008, p. 259).

“A idéia da construção de um centro desta natureza na Paraíba ocorreu ao governador desde a época em que era o Secretário da Educação e Cultura, no governo anterior¹⁵⁰” (SÉRGIO Bernardes vem..., 1980, p. 12), quando chegou a ser anunciado, em 1976, durante o governo de Ivan Bichara, a proposta de criação do Centro Estadual de Arte e Cultura, atendendo as diretrizes traçadas pelo Governo no seu plano de ação cultural, a fim de *“oferecer melhor assistência aos vários setores da atividade artístico-cultural do Estado”* (CULTURA terá..., 1976, p. 5). Até então, a Paraíba estava desprovida de um espaço para a divulgação e preservação da cultura local, além de não existirem equipamentos para esse fim, ainda que em edifícios isolados.

A criação do Espaço Cultural como forma de incentivo à cultura paraibana só ocorreu três anos depois, quando Tarcísio Burity, agora no cargo de Governador do Estado, convidou o arquiteto carioca Sérgio Bernardes para o planejamento de um centro para canalização de toda produção artístico-cultural estadual. Apesar de, em fins dos anos 1970, existirem alguns arquitetos atuando na cidade, ou mesmo haver uma intensa atividade dos arquitetos radicados em Recife, Bernardes, também autor do Hotel Tambaú (1966), foi escolhido para desenvolver um projeto de tamanha envergadura. Profissional consagrado nacionalmente por uma produção consistente e ampla experiência, Sérgio Bernardes ainda era referência na arquitetura pública.

Além do projeto do edifício, ele foi responsável pela escolha da localização, assim como procedera com o Hotel Tambaú (PEREIRA, 2008, p. 162), manifestando sua predileção, inicialmente, por uma área da Mata do Buraquinho, embora a Praça da Independência e o Campo do Botafogo (antigo Campo de Aviação da Imbiribeira) também servissem para a construção (BERNARDES: Centro..., 1980, p.7). Foi escolhido o terreno com 40.850 metros quadrados em Tambauzinho, onde funcionou inicialmente o Aeroclube da Paraíba (1940). A grande quadra, localizada entre o centro e a praia, em um platô ocupado, sobretudo por construções residenciais, daria espaço para a mais importante realização em defesa da cultura paraibana. Durante divulgação da construção do empreendimento, no Rio de Janeiro, o governador manifestou seu desejo de que *“o Espaço Cultural seja a obra mais perene de seu governo conservando o que existe de mais regional, de mais concreto, de mais palpitante, na alma da nossa terra e de nosso povo”* (BURITY quer..., 1981, p. 5).

O anúncio da construção do empreendimento se deu apenas em 1980, em pleno aniversário do primeiro ano da administração de Tarcisio Burity (1979-1982), em janeiro de 1980 (SÉRGIO Bernardes vem..., 1980, p. 12), reforçando seu vínculo com

¹⁵⁰ Tarcísio de Miranda Burity foi Secretário de Educação e Cultural do Estado no governo Ivan Bichara (1974-1978), por intermédio do escritor José Américo de Almeida (autor de 'A Bagaceira').

o empreendimento, como destacou a imprensa local, já que o desejo inicial de realizar um centro cultural polivalente era atribuído ao político e não ao arquiteto. O projeto, principalmente por ter nascido de “uma decisão praticamente pessoal” do governador (BURITY e o Espaço, 1981, p. 2), gerou diversas críticas e controvérsias, mas teve apoio de intelectuais, artistas, músicos, cineastas, escritores, professores, que participaram com sugestões para o novo espaço durante esboço do projeto (BERNARDES: Centro..., 1980, p. 7). Postura diferente foi adotada por parte do IAB-PB, como noticiaram os periódicos, que considerando o momento econômico de recessão do país, considerou a obra inoportuna, além de incoerente na paisagem urbana, levando o Instituto a questionar a real viabilidade do projeto. Por sua vez, Sérgio Bernardes (BERNARDES: Centro..., 1980, p. 7) esclareceu que:

“Não haverá suntuosidade na arquitetura do Centro Cultural do Estado. A monumentalidade da obra – que será uma construção bastante simples e de baixo custo – caberá à sua perpetualidade. Não existe, portanto, faraonismo algum da decisão de construí-la, como não será faraônico o projeto executado (...).”

Nas falas de Sérgio Bernardes se evidenciou a ideia do arquiteto de criar “mais um ponto de encontro de todas as pessoas, de todas as classes sociais, do povo”, “uma praça coberta, como se fora um abrigo, uma proteção, totalmente arborizada e com dois pontos de apoio nas extremidades” (BERNARDES: Centro..., 1980, p. 7). O espaço polivalente com amplo programa de necessidades dispunha de teatro (com capacidade para 800 pessoas), cinema (com capacidade para 800 pessoas), mercado de livros, oficinas de arte, lojas de troca e empréstimo, exposição permanente, planetário e ponto de festas populares. “Será um centro didático-pedagógico ligado à cultura nordestina”, destacou o arquiteto (ESPAÇO CULTURAL tido..., 1981, p.12).

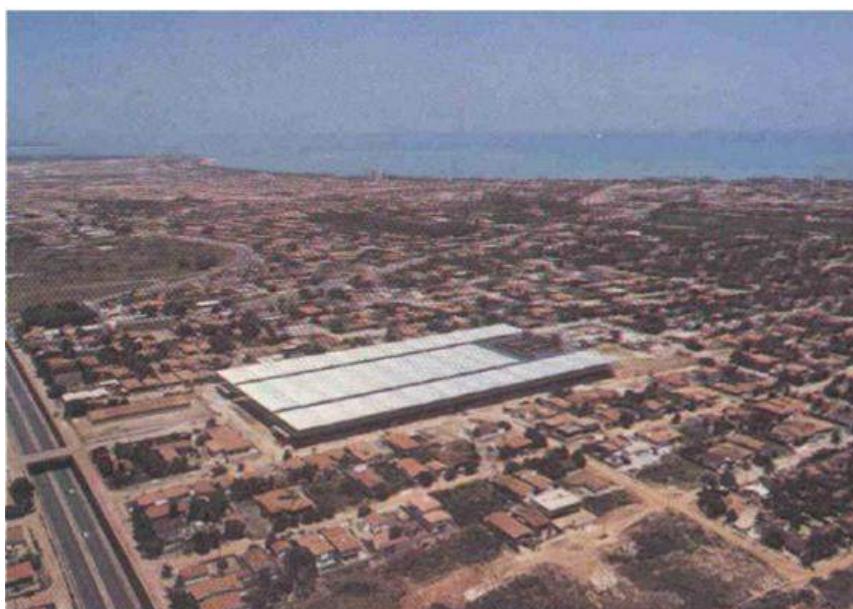


Figura 197: Bairro de Tambauzinho, durante a implantação e construção do Espaço Cultural da Paraíba (1979), em 1980.
Fonte: COUTINHO, 2004, p. 101.

Também foram previstos serviços de variadas formas de arte, além do museu, do arquivo e da biblioteca central do Estado, e também áreas destinadas a lazer e entretenimento, contando ainda com um planetário¹⁵¹, já incluído no esboço do projeto inicial (SÉRGIO Bernardes vem..., 1980, p. 12). Um conjunto de atrativos em um único espaço destinado a uma população crescente e carente de espaços dessa natureza na capital paraibana.

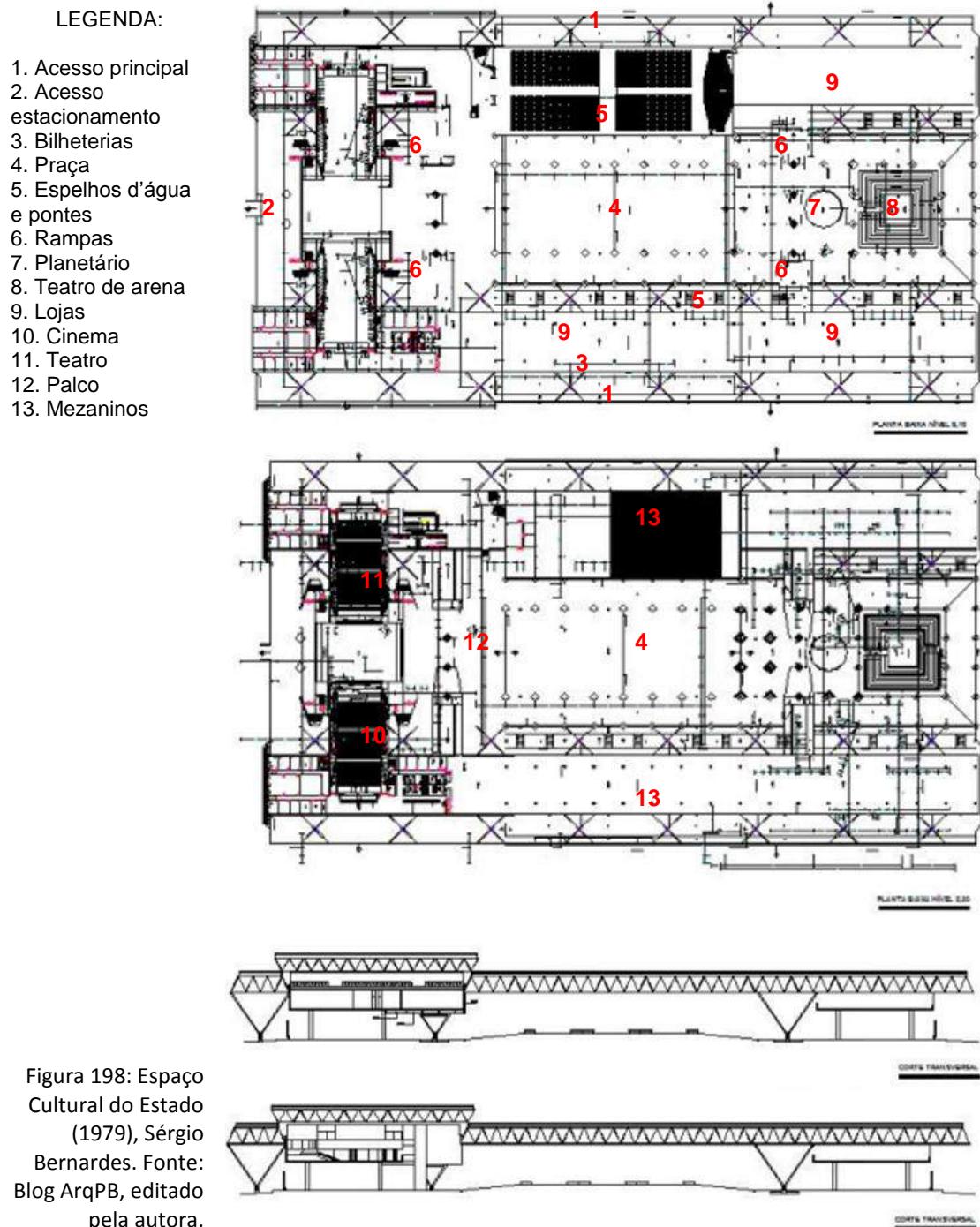
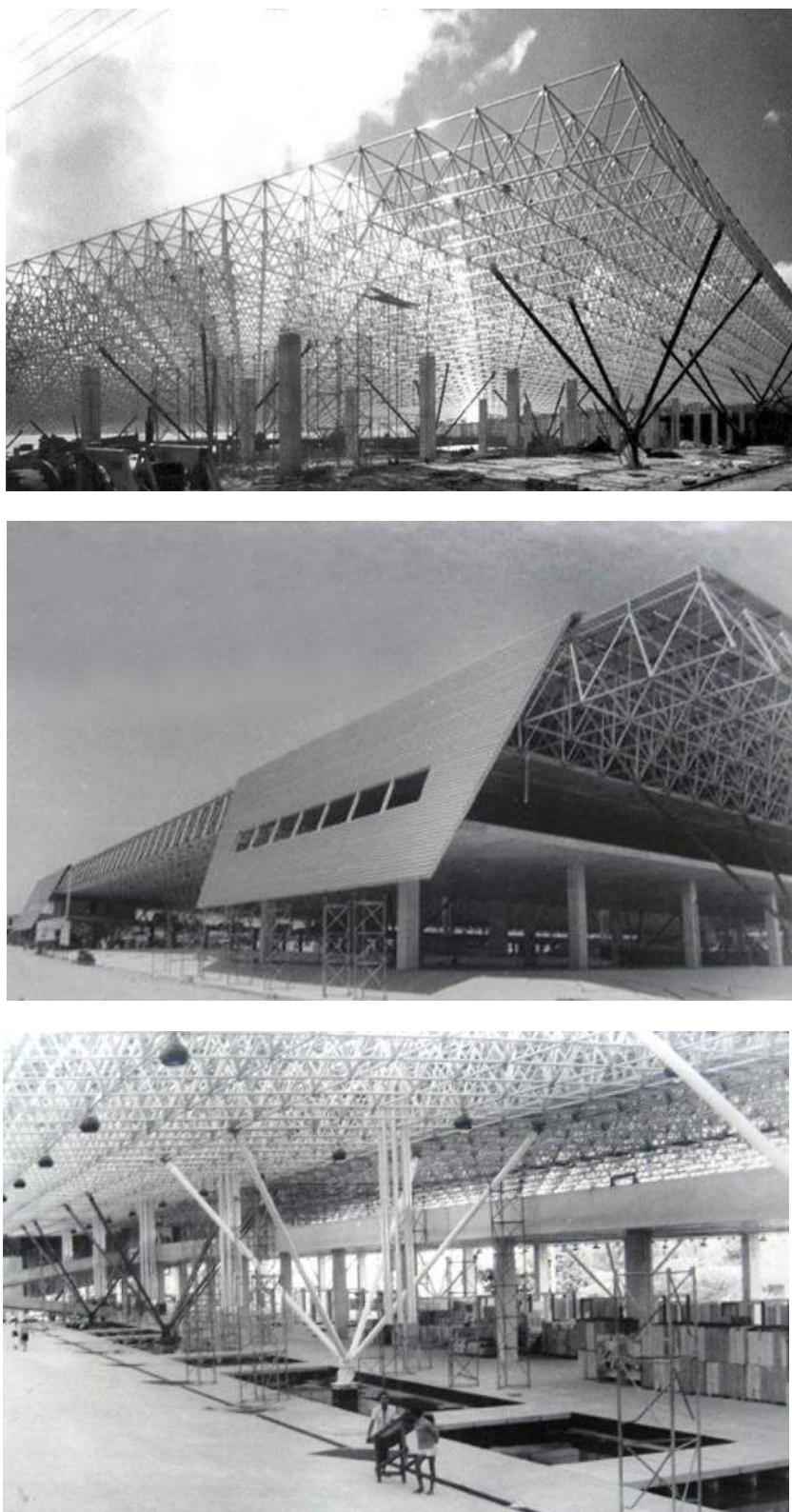


Figura 198: Espaço Cultural do Estado (1979), Sérgio Bernardes. Fonte: Blog ArqPB, editado pela autora.

¹⁵¹ O planetário, com uma cúpula interna de 12,5 metros de diâmetro, e externamente 15,3 metros, proveniente da empresa Zeiss, da Alemanha, seria o sexto no país e o primeiro e único, até então, na Região Norte-Nordeste (EQUIPE ALEMÃ virá..., 1981, p. 12).

Sua organização espacial, numa aproximação ao plano horizontal da arquitetura paulista, baseada em uma grande cobertura apoiada em poucos pontos de apoio, foi pensada para abrigar uma praça coberta e arborizada, ocupando uma área de 240 metros de comprimento por 130 metros de largura. Em suas extremidades foram locados os equipamentos que poderiam estar disseminados na cidade: teatro, cinema, centro de artes, centro de convenções, restaurante, em uma; e na outra, o teatro de arena, planetário, a concha acústica, etc. O arquivo e a biblioteca foram semi-enterrados “*como se fossem as sementes da cultura*”, explicou o arquiteto (BERNARDES: Centro, 1980, p.7) e sobre o teto deles a praça, que em seu plano elevado, recebeu varandas, margeando-a. “*A praça é um ato político*”, disse Bernardes, destinada ao exercício da liberdade, expresso através da circulação livre, de um ponto a outro da praça. Por sua vez, as circulações verticais entre os pavimentos dispensaram a instalação de escadas ou elevadores, substituídos por lances de rampas. Aqui, o arquiteto explorou o percurso como estratégia conceitual através do conceito da “*promenade architectural*”, pontuando a experiência de fruição do edifício evidenciada desde a chegada ao mesmo. “*O observador tomava consciência desse ao se movimentar, utilizando principalmente o sentido da visão, mas também o tato e até mesmo a audição*”, através da “*provocação sensorial na arquitetura de Sérgio Bernardes*” (VIEIRA, 2007, p. 1).

Externamente prevaleceu a macroestrutura metálica marcada pela racionalidade e simplicidade, e o grande volume vertical em concreto destinado ao restaurante panorâmico e às caixas do teatro e do cinema. Dimensões essas que foram conseguidas graças ao uso da treliça espacial plana em alumínio, tecnologia que, nesse período, já vinha sendo empregada em alguns projetos desenvolvidos no país, “*desde terminais rodoviários, mercados municipais, centros culturais e de convivência, até ginásios e quadras poliesportivos, além de mobiliário*” (MARINHO, 1988, p. 107). A ampla estrutura da coberta permaneceu aparente, apenas os mezaninos foram resguardados por grandes empenas metálicas da insolação excessiva. A iluminação e ventilação naturais foram garantidas pela permeabilidade da estrutura espacial, que também permitiu a facilidade na instalação das tubulações de água, energia e ar condicionado. A captação de águas pluviais ganhou tratamento distinto sendo evidenciada através de um conjunto de tubos metálicos entre os vãos dos pilares de sustentação das treliças espaciais. Através deles, a água da chuva do telhado aconteceu feito cascata dentro dos espelhos d’água, levando o arquiteto a explorar e “*brincar*” com a atração dos dias chuvosos (VIEIRA, 2007, p. 2).

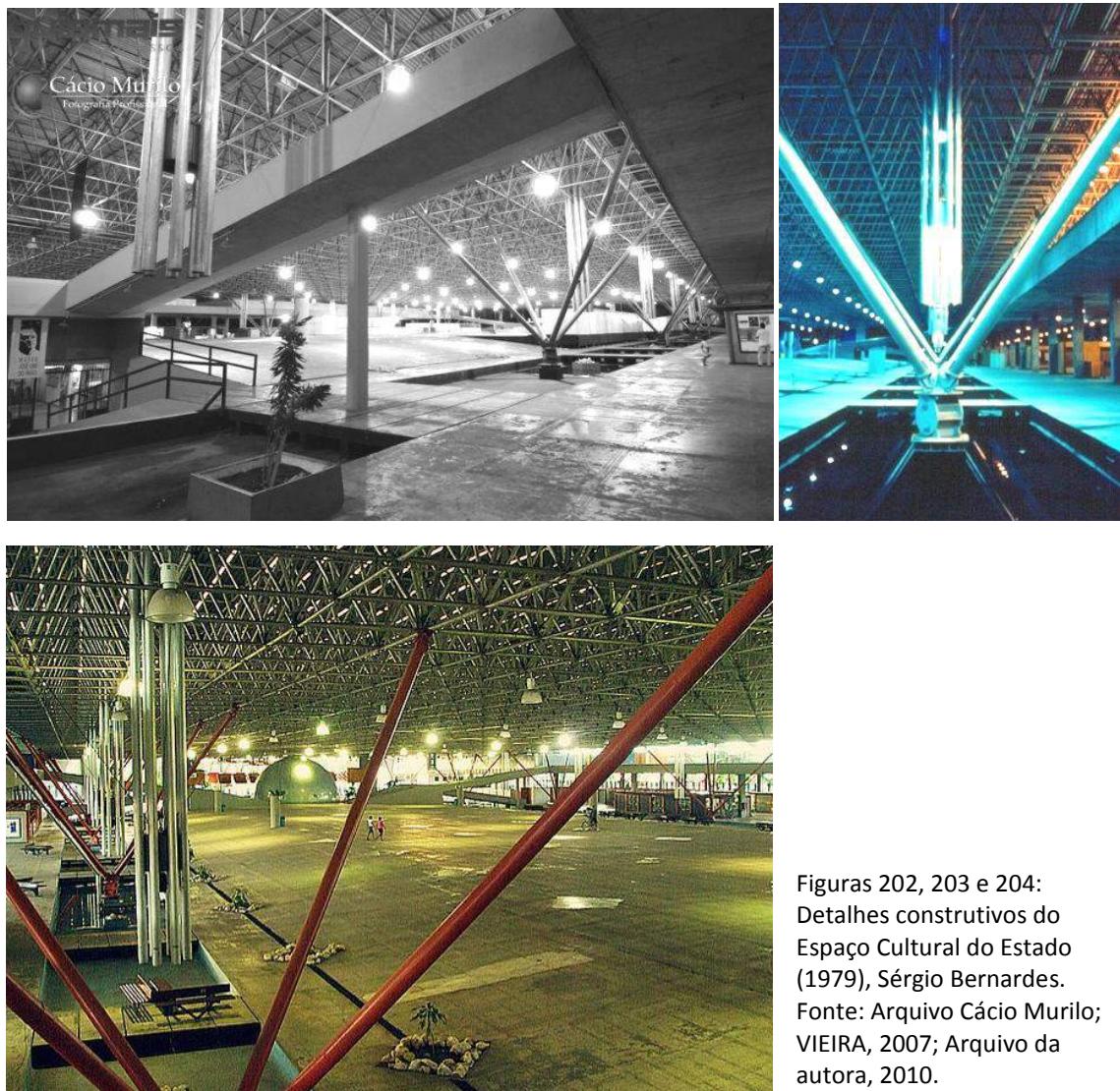


Figuras 199, 200 e 201:
Diferentes etapas da
construção do Espaço
Cultural da Paraíba
(1979), Sérgio Bernardes.
Fonte: Arquivo da ENARQ
Engenharia; Acervo da
FUNESC.

Diante da grandiosidade de seu conjunto e apesar de ser acusado de obra faraônica, o Espaço Cultural não era oposto ao debate sobre estandardização e industrialização da construção, nem mesmo à preservação ambiental. Fundamentado na pré-fabricação, princípios como a repetição, simetria e simplicidade definiram seus elementos, além da economia construtiva. Princípio defendido pelo movimento moderno e, segundo

Bruand (2003, p. 289) comum à obra de Sérgio Bernardes, quem mais se destacou quanto à experimentação de materiais e formas (VIEIRA, 2007, p. 10).

De acordo com Conduru (2004, p. 91) “*o que distinguiu o trabalho de Bernardes foi sua abordagem tecnológica, gerando uma arquitetura de inovações programáticas, sistemas portantes arrojados e formas simples, conectadas ao movimento das megaestruturas*”. Por conseguinte, a estrutura metálica fugiu de soluções plásticas rebuscadas; assim como a estrutura em concreto armado utilizada nas rampas, mezaninos e ambientes internos; a ostentação de grandes vãos ficou restrita à grande cobertura metálica e às extensas lajes dos mezaninos (executadas em concreto protentido); materiais industrializados foram priorizados, como as telhas onduladas em zinco, os perfis metálicos, etc.; os fechamentos eram em técnica convencional de tijolos; os materiais não foram revestidos evidenciando suas diferentes funções construtivas e suas qualidades tectônicas.



Figuras 202, 203 e 204:
Detalhes construtivos do
Espaço Cultural do Estado
(1979), Sérgio Bernardes.
Fonte: Arquivo Cácio Murilo;
VIEIRA, 2007; Arquivo da
autora, 2010.

Soma-se que, a despeito das mudanças econômicas, já não era dada seqüência às experiências arquitetônicas do período do “milagre econômico”, isto é, àquelas alinhadas às formulações de Niemeyer ou Artigas, definidas por Segawa (1993, p. 115) como a “(...) *ditadura do concreto aparente, das grandes empenas de concreto, dos pilares esculturais, das estruturas pretendidas, do exibicionismo estrutural, da competição por vãos maiores, dos panos de vidro*”. Ocorria agora uma emancipação técnico-construtiva em relação ao concreto com a adoção de novos materiais para que a arquitetura moderna se revelasse a partir das novas condições favoráveis para sua amplitude estética. Como destacou Conduru (2004, p. 88), “a produção arquitetônica brasileira dos anos 1980 evidenciava um emprego mais variado e livre dos sistemas construtivos, apesar de persistir a dominância do concreto”. Além disso, a perspectiva desenvolvimentista dava lugar ao obscurantismo da recessão e o grave quadro institucional do país. É, portanto, diante desse novo quadro econômico que devemos compreender esta obra.

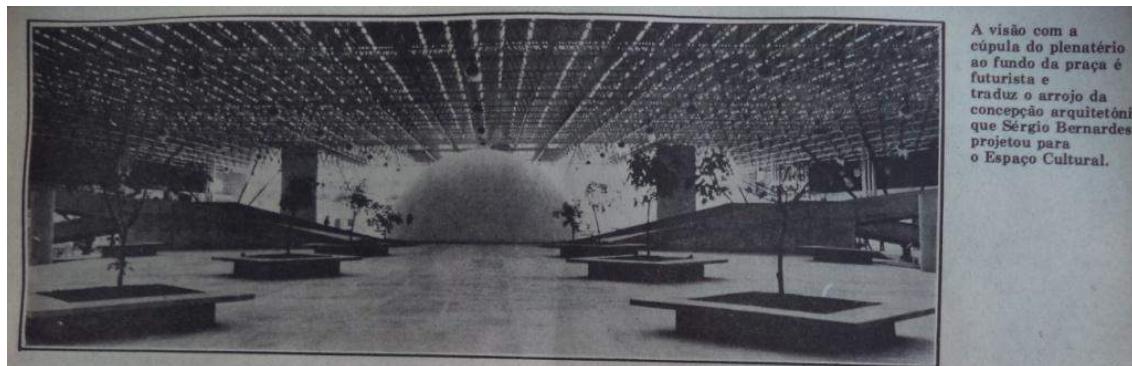


Figura 205: Espaço Cultural (1979), Sérgio Bernardes. Fonte: ESPAÇO CULTURAL: a..., 1982, p.1.

Diante da concretização do Espaço Cultural do Estado, a afirmação de uma imagem desenvolvimentista foi então enaltecida pela imprensa local, mas principalmente por autoridades, artistas, políticos, etc. que elogiaram o projeto pioneiro, moderno e funcional. O vice-presidente na época destacou o valor da obra:

*“Levo da visita que faço ao Espaço Cultural (...) a melhor idéia possível, sob todos os aspectos. Não só na concepção funcional e cultural, mas pelas suas características construtivas. Acho que o governador *Tarcísio Buriti* pode se orgulhar desta obra, que não é apenas um exemplo para a Paraíba, de tantas tradições a serem cultuadas. É um exemplo para todo o país (...).”* (AURELIANO destaca..., 1982, p. 12).

A contestação mais enfática ao Espaço Cultural, no entanto, foi quanto a sua suposta suntuosidade ou “faraonismo”. Certamente, suas dimensões eram incomuns à cidade, principalmente no bairro onde foi construído. Acima disso, estava o fato de ser um empreendimento público em presença das dificuldades socioeconômicas locais, mas principalmente nacionais, que instigou essa contestação, à qual foi rebatida por

diversas autoridades quanto pelo próprio arquiteto. Sérgio Bernardes, em uma de suas constantes visitas à obra, pedia mais críticas ao seu projeto: “*Continuem mais críticos e se aprofundem até que estas deixem de existir*” (SÉRGIO Bernardes..., 1981, p. 5). As autoridades, de modo geral, se colocaram em defesa do empreendimento, do trabalho do arquiteto quanto do próprio governador, como o então Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwing: “*o trabalho do arquiteto supera minhas expectativas. Eu já tinha conhecimento do que estava se fazendo aqui e acho que o Espaço Cultural deve ser motivo de orgulho, tanto para o governador, que o idealizou, como para o arquiteto que o concebeu*” (ESPAÇO Cultural é..., 1982, p. 1). Postura semelhante adotada pelo Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que além de realçar o Espaço Cultural como “*uma obra monumental (Não conheço nada igual neste país)*” e sem precedentes no país, dirigiu suas palavras no sentido de minimizar sua recepção:

“*o mais importante é que esta obra, de grandes dimensões, é feita sem prejuízo daquelas outras atividades fundamentais do Estado (...) não tenho dúvidas de que o Espaço Cultural projetará a Paraíba em breve na admiração de todo o país (...). Eu creio sinceramente, sem sequer saber se alguém critica esta obra, que aqueles que se opuserem ao Espaço Cultural, a uma obra dessa importância, sentir-se-ão no futuro envergonhados de tê-lo criticado*” (ABI-ACKEL enaltece..., 1982, p. 12).

Com certeza, o momento econômico do país, quando a ditadura brasileira entrou em decadência e o governo não conseguiu mais estimular a economia e diminuir a inflação crônica, favoreceu parte das críticas e oposição à realização do projeto. Com tantas atividades integradas e nas dimensões do empreendimento, talvez a ideia que se construiu foi a de uma obra suntuosa e dispendiosa, que pudesse não se concretizar ou torna-se um elefante branco. Fato não consolidado uma vez que o Espaço Cultural foi enaltecido na imprensa: “*O terceiro maior centro cultural do mundo muda o sistema de se fazer arte em todo o Estado*”; “*O ‘Espaço’ é hoje o QG das manifestações artísticas da PB*” (CARDOSO, 1988, p. 8) ¹⁵².

Enfim, fomentado pelo desejo de se ter “*um dos mais modernos pólos de concentração de atividades culturais do país, passando assim a figurar com destaque entre os Estados onde as manifestações artísticas dispõem de efetivas condições para o seu exercício prático*” (BURITY e o Espaço, 1981, p. 2), que o Espaço Cultural se concretizou como símbolo do futuro. Representação fomentada pelo próprio discurso do governador, que tinha na constante alusão aos grandes centros do país e do mundo, sua principal defesa para o empreendimento.

¹⁵² Em 07 de janeiro de 1982, o governador Tarcísio Burity sancionou a lei nº 4.315, criando a Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), entidade, de autonomia administrativa e financeira, e duração indeterminada, com sede e foro em João Pessoa, para promover, preservar e difundir a educação, a cultura e as artes nas suas diferentes formas de manifestação e expressão.

Ou mesmo pelo próprio arquiteto Sérgio Bernardes, visionário, tinha o empreendimento não como obra para o futuro imediato, mas para os anos 2000, talvez. Nas palavras do arquiteto, “este espaço não é uma obra arquitetônica. É uma obra industrial. É você conviver com a dinâmica e a cibernetica” (OS JOGOS da..., 1982, p. 1). Bernardes era animado pelo ideal construtivo de transformação social com as novas formas e técnicas.

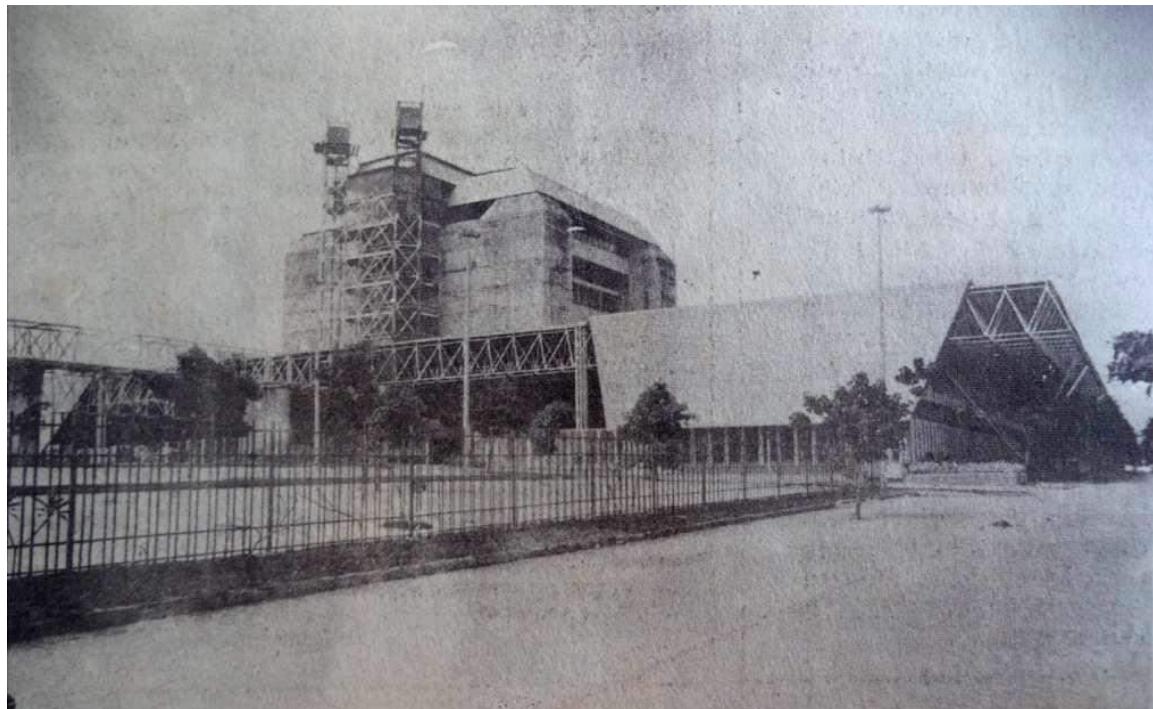


Figura 206: Espaço Cultural do Estado (1979), Sérgio Bernardes. Fonte: [ESPAÇO Cultural], 1990, p. 9.

Esse edifício não ficou, no entanto, relegado a uma obra isolada. Outros edifícios foram construídos, posteriormente, introduzindo a construção industrializada em estrutura metálica com treliça espacial utilizada por Sérgio Bernardes: o Aeroporto Castro Pinto (1981), também de Bernardes, e o Ginásio Poliesportivo “O Ronaldão” (1990), do arquiteto Carlos Alberto de Almeida, ambos apresentados antes [na seção “As grandes obras públicas”, Capítulo 3]. Obras que se enquadram no que Conduru (2004, p. 97) chamou de “tendência sincrética” da arquitetura moderna brasileira, principalmente a partir dos anos 1980, quando construções híbridas explorando diferentes materiais e sistemas construtivos passaram a ser empreendidas no Brasil. “Mais do que a novidade do aço, a produção arquitetônica brasileira dos anos 1980 evidenciava um emprego mais variado e livre dos sistemas construtivos, apesar de persistir a dominância do concreto” (CONDURU, 2003, p. 88).

Ainda não se podia falar em “boom” da construção industrializada no país, mas sua participação no total da área construída já era expressiva nesse período (MARINHO, 1988, p. 107). A estrutura metálica espacial se consolidava na arquitetura das grandes

obras e o seu emprego na produção nacional, de acordo com Roberto Conduru (2003, p. 88) “foi estimulado pela crítica à dominação estética, ideológica e econômica do concreto, pela produção de peças específicas para a construção civil e pelas campanhas sistemáticas desenvolvidas pelos fabricantes de aço em veículos da imprensa especializada – como fora antes realizado pela indústria do cimento”.

Este fato se fez notar, a partir de meados dos anos 1980, nas principais revistas especializadas tais como *Projeto* e *AU*, as quais trouxeram publicidades de algumas empresas que trabalhavam com o sistema espacial em alumínio, divulgando uma diversidade de obras produzidas com o material. Nos jornais locais a divulgação do uso do material se fez notar igualmente através de matérias que traziam um reflexo do aumento da produção e do consumo do material, registrando que “Até 79 o Brasil vai produzir todo seu aço” (ATÉ 79..., 1976, p. 4), ou que a “Demanda de alumínio vai superar a oferta no mundo” (DEMANDA de..., 1980, p. 9). Episódios que demonstraram o acompanhamento das discussões em torno do novo material, pelo menos por parte do grande público.



Figura 207: Publicidade de empresa de estruturas espaciais ALUSUD Engenharia diversas obras realizadas. Fonte: Revista PROJETO. nº 114, 1988.

O fato de ter um custo-benefício melhor e, sobretudo, por propiciar vãos maiores que aqueles em concreto, abriu caminho para o emprego do sistema construtivo metálico em diferentes programas, em um momento quando o país passava por dificuldades econômicas e institucionais. Desse modo, a ditadura e limitação do concreto davam lugar à liberdade e flexibilidade do alumínio, talvez mais pelas limitações técnicas e econômicas do que pelas questões ideológicas e culturais. Arquitetos como Ícaro Castro Mello, Acácio Borsoi, Paulo Mendes da Rocha, entre outros, realizaram projetos utilizando o sistema construtivo em alumínio, difundindo-o pelo país.

Portanto, a obra de Sérgio Bernardes em João Pessoa se insere nesse momento de pluralidade da arquitetura brasileira, sem esquecer-se do pluralismo da própria obra do arquiteto, entre o regionalismo e o *high-tech* (SEGRE, 2002). Seus projetos indicaram o modo realista e visionário de adequar os princípios modernos às necessidades do bioclima e às possibilidades construtivas e econômicas do país. Acrescenta-se a maneira como o arquiteto estava aberto à experimentação e inovação, atualizado quanto às novas tecnologias em favor da anticonvencionalidade (CAVALCANTI, 2004, p. 40).

Seu trabalho influenciou, em seguida, os arquitetos locais quanto ao uso do novo sistema, o qual foi difundido posteriormente em alguns projetos realizados por arquitetos locais, como por exemplo, nos projetos da sede da Fundação de Apoio ao Deficiente - FUNDAD (Expedito Arruda – 1986), do Hemocentro da Paraíba (arquiteto não-identificado – 1988), do Hospital Estadual de Emergência e Trauma (arquiteto não-identificado – 19??), e do Terminal Rodoviário de Campina Grande (Glauco Campello – 1982). Todos de iniciativa pública, fato que demonstra a popularização da estrutura espacial metálica e o seu emprego em programas diversos, confirmando a versatilidade do mesmo e a sua popularização no cenário local.

As novas construções residenciais

Com a dispersão da cidade para o leste, ocupando as regiões norte e sul da orla marítima, a propagação das residências modernas, que vinha ocorrendo desde os anos 1960 (PEREIRA 2008, p. 139), se consolidou nessa direção. Se até os anos 1960, as construções residenciais, através dos projetos de Roberval Guimarães e Acácio Gil Borsoi, “representaram certamente uma transformação em relação às vigentes residências locais” (PEREIRA, 2008, p. 95); nos anos 1970 já se consolidava a assimilação de novas soluções arquitetônicas e técnicas construtivas que representaram uma visível renovação das residências praianas. Assim sendo,

podemos dizer que houve uma ampliação da presença da arquitetura moderna na paisagem urbana de João Pessoa, através do trabalho de outros profissionais, os quais pareceram trazer outras referências da arquitetura brasileira e internacional. Renovação que não foi acompanhada pelos jornais locais, mas podia ser acompanhada diariamente na paisagem urbana.

Em 1971, Maria Grasiela de Almeida Dantas trouxe, depois de sua recente formação em Recife, novas contribuições projetuais, técnicas e formais para a arquitetura moderna residencial. Um de seus primeiros projetos em João Pessoa foi a Residência Adolfo Lira Fernandes Maia (1974), na Avenida Cabo Branco. Localizada em um terreno extenso longitudinalmente, mas estreito em sua largura, a construção foi implantada solta dos limites do lote, na metade posterior do terreno, enquanto que na metade anterior, foram distribuídos os jardins elevados. A configuração retangular do lote poderia favorecer uma casa térrea ocupando toda a extensão linear do terreno, porém a arquiteta optou por distribuir o programa em uma casa com dois pavimentos.

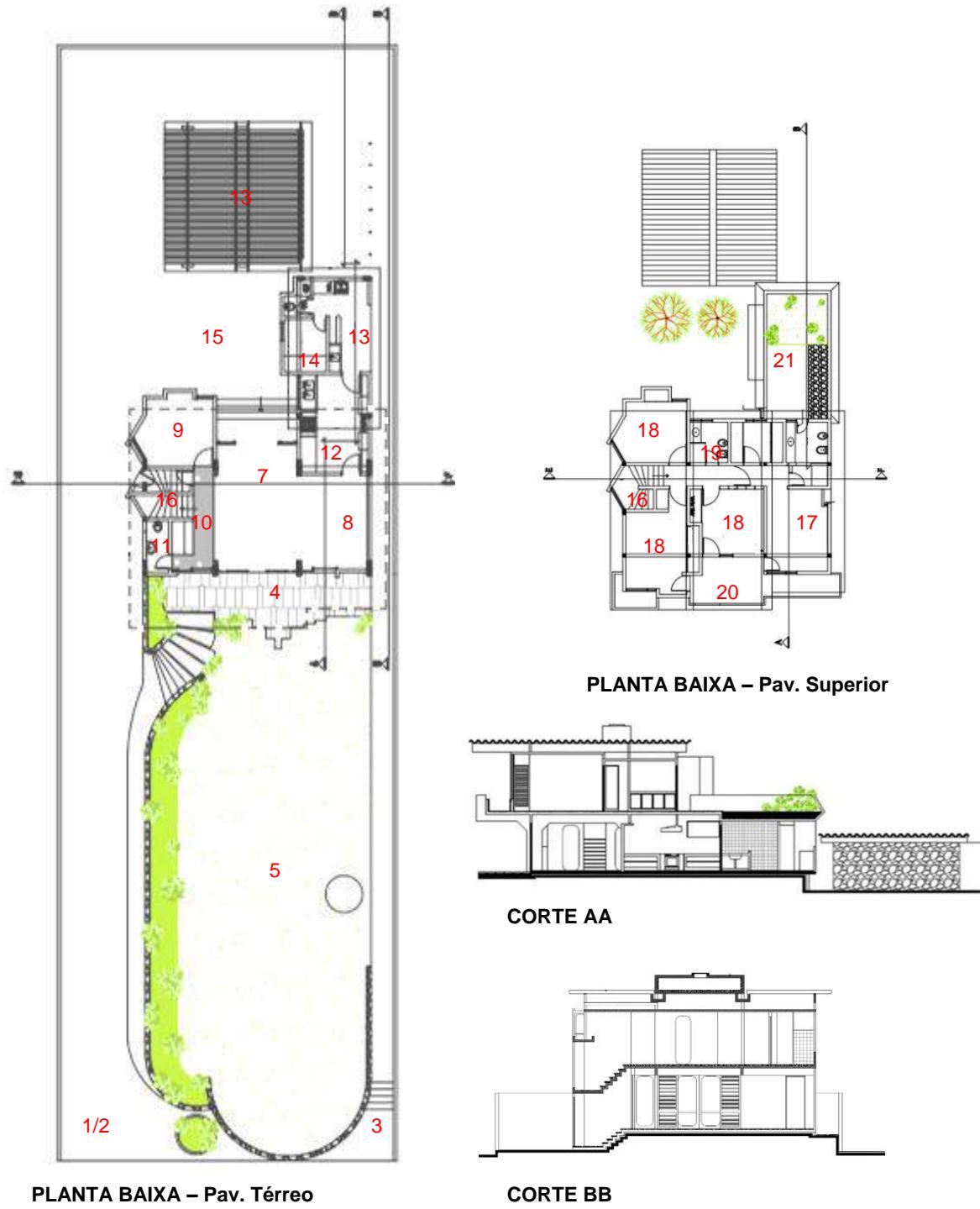
Elevada em relação à rua, a residência tem em seu pavimento térreo os ambientes sociais (terraço, sala de estar, sala de jantar, lavabo) que foram dispostos anteriormente, e os ambientes de serviço (cozinha, área de serviço, depósito, garagem e banheiro de serviço) que recuaram conforme os seus requerimentos funcionais. No pavimento superior foram dispostos a suíte, três quartos, banheiro, gabinete e um solário, reservando a área íntima.

Por sua vez, a área livre recebeu um traçado sinuoso dando aos jardins um desenho um pouco mais orgânico, diferentemente dos traçados geométricos, dos volumes retangulares e das aberturas em seteiras. Elementos que, em conjunto com os balanços das varandas, os balcões, deram dinamicidade à fachada, a qual evidenciou o tratamento dado aos materiais.

Estrutura e elementos de vedação permaneceram aparentes evidenciando suas qualidades tectônicas, mesmo com a utilização de alguns elementos cerâmicos nas varandas. As vigas-calhas da coberta e as telhas de fibrocimento que se projetam em balanço resguardam a laje plana que cobre a casa. Solução que remeteu às alternativas criadas por Delfim Amorim e Heitor Maia Neto ao criar um espaço para circulação de ar entre a laje e o telhado. As esquadrias foram realizadas em madeira e receberam vedação em vidro e em venezianas. O tratamento que foi dado aos materiais no exterior não foi o mesmo que receberam os interiores, como verificado por Costa (2011, p. 79), onde os tijolos aparentes receberam pintura interna na cor branca – desejo dos clientes por ambientes mais claros.



Figuras 208, 209, 210 e 211: Residência Adolfo Lira Maia (1974), Maria Grasiela de Almeida Dantas.
Fonte: CAVALCANTI, 2008; LEMOS & MONTEIRO, 2009.



LEGENDA:

| | | |
|-------------------------|---------------------|----------------|
| 1. Acesso social | 8. Sala de jantar | 15. Pátio |
| 2. Acesso de automóveis | 9. Gabinete | 16. Circulação |
| 3. Acesso de serviço | 10. Vestíbulo | 17. Suíte |
| 4. Terraço | 11. Lavabo | 18. Quarto |
| 5. Jardim | 12. Cozinha | 19. Banheiro |
| 6. Garagem | 13. Área de serviço | 20. Varanda |
| 7. Sala de estar | 14. Depósito | 21. Solário |

Figura 212: Residência Adolfo Lira Fernandes Maia (1974), Maria Grasiela de Almeida Dantas. Fonte: LEMOS & MONTEIRO, 2009, editado pela autora.

Na Residência Luiz Sálvio Galvão Dantas (1974), também no Cabo Branco, Maria Grasiela optou por um partido diferente. Apenas o sistema estrutural e o muro de pedras foram mantidos aparentes, as alvenarias foram revestidas e o telhado ficou encoberto por platibandas. Prevaleceu o jogo volumétrico entre telhados planos e inclinados, além da oposição de volumes a partir do eixo vertical da caixa d'água, trazendo referências da arquitetura tardia de Delfim Amorim, como por exemplo, na Residência Alfredo Pereira Corrêa (1969). A abertura diretamente para a rua seguiu os moldes das residências americanas também utilizados por Amorim. Entretanto a separação das entradas social e de serviço se aproximou da arquitetura tradicional.



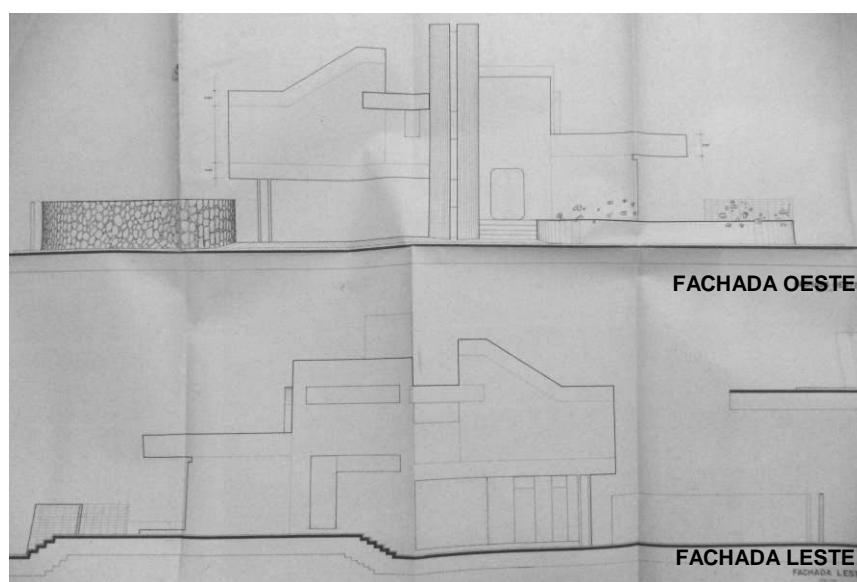
LEGENDA:

1. Abrigo
2. Entrada
3. Lavabo
4. Hall
5. Abrigo
6. Bar
7. Vestíbulo
8. Estar
9. Jantar
10. Cozinha
11. Serviço
12. Dependência

Figuras 213 e 214:

Residência Luiz Sálvio Galvão Dantas (1974), Maria Grasiela Dantas.

Fonte: ARAÚJO, 2011; Arquivo Central/PMJP, editado pela autora.

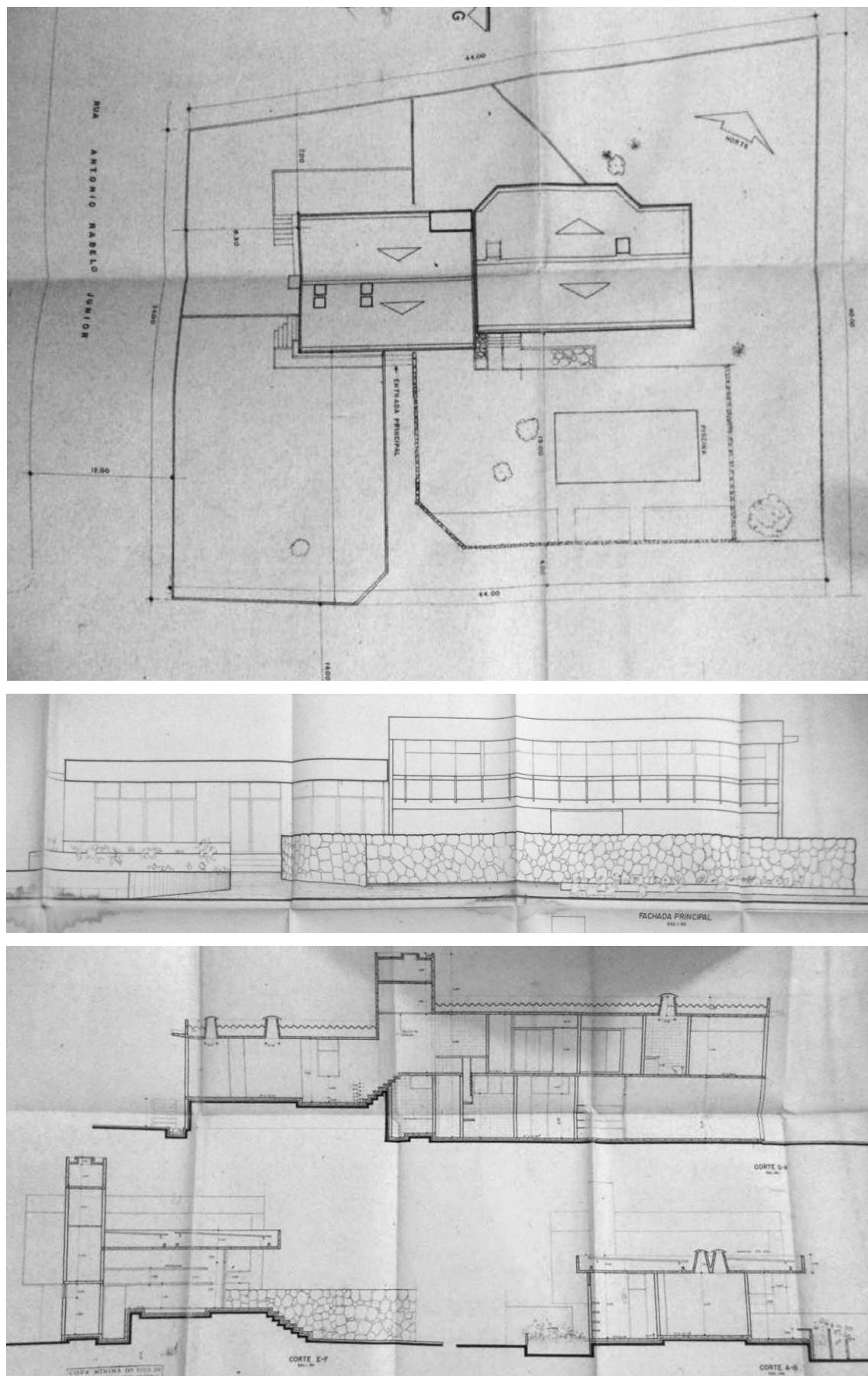


Mais uma vez a arquiteta tirou partido do jogo de níveis de piso, ainda que de maneira contida, permitindo visuais dos ambientes internos e uma maior permeabilidade dos ventos através da ventilação cruzada. Fato que contribuiu para o melhor resfriamento da casa, uma vez que suas fachadas de maior extensão ficaram voltadas para as orientações de maior incidência solar: leste e oeste. A boa setorização funcional também contribuiu para uma melhor ambiência: todo o setor social e de serviço foi programado no pavimento térreo, enquanto o setor íntimo foi mantido apenas no pavimento superior. Os ambientes de maior permanência foram direcionados para sudeste favorecendo um melhor conforto térmico.

Poucos anos depois, na Residência Hermano José da Silveira Farias (1977), a arquiteta trouxe uma nova proposta arquitetônica: uma casa mais introspectiva demonstrando uma relação espacial mais fechada para a rua e mais aberta para o seu interior graças à criação de um pátio interno. Certamente por sua localização distante da beira-mar a relação interior-exterior ficou enfraquecida, sobretudo quando o nível térreo da casa foi elevado do nível da rua, resguardando os seus interiores dos olhos dos transeuntes. Mesmo implantada em um terreno de esquina de grandes dimensões, no bairro de Miramar, não houve uma exploração das duas testadas do lote. O acesso principal e o de automóveis foram concentrados na testada de maior extensão, denotando a orientação principal do edifício.

A distribuição da construção no terreno resultou em um equilíbrio entre os espaços construídos e os espaços permeáveis. Por sinal, área livre tinha proporções bem maiores que a própria área edificada. Totalmente solta dos recuos laterais, sua implantação a privilegiar uma orientação climática favorável, além de visar um melhor aproveitamento do terreno, demonstrou preocupações de ordem funcional.

Com efeito, a solução plástica do edifício foi condicionada por aspectos funcionais. Em dois volumes distintos, o programa foi distribuído linearmente em três diferentes níveis, de acordo com a setorização funcional. Distinção que se estendeu para os acessos ao interior dos diferentes setores. O nível mais baixo, que foi alinhado com o nível da rua, foi destinado à garagem e parte do setor de serviço (dependência, lavanderia, depósito e engomados). Copa, cozinha e despensa foram aproximadas do setor social no pavimento intermediário. A delimitação entre essas áreas foi feita apenas com um desnível de dez centímetros no piso. Dormitórios e escritório foram abrigados no pavimento superior e se voltaram para os ventos predominantes: sudeste. As varandas e os balanços protegeram da insolação as aberturas. Brises, pérgulas ou elementos vazados não foram utilizados, apenas domos para iluminação zenital foram utilizados na sala de estar e nos banheiros aumentando a captação da luz natural.



Figuras 215, 216 e 217: Residência Hermano José da Silveira Farias (1977), Maria Grasiela Dantas. Fonte: Arquivo Central/PMJP, editado pela autora.

Maria Grasiela Dantas, não se distanciando muito de sua produção anterior, utilizou soluções construtivas aparentes conformando a aparência do edifício. Telhados planos, ainda que escondidos por platibandas em concreto aparente, foram recobertos com telhas industriais de fibrocimento. A diferenciação entre estrutura e vedação foi evidenciada. Também foi explorado o uso de tubos de queda d'água como elemento plástico na fachada. As texturas dos materiais foram valorizadas. O tratamento das superfícies refletiu as diferenças construtivas dos diferentes materiais.

Elementos que encontraram em Recife uma possibilidade de assimilação direta, visto que a partir dos anos 1960, conforme Naslavsky (2004, p. 217) essas preocupações se tornaram mais evidentes e corriqueiras nos projetos dos arquitetos pernambucanos, quando, “em meados dos anos 60 (1966), Artigas influenciou as de obras Delfim Amorim e das novas gerações” (NASLAVSKY, 2004, p. 184). A obra residencial tardia de Delfim Amorim em parceria com Heitor Maia Neto utilizou extensamente esses elementos aparentes, como por exemplo, na Residência Miguel Doherty (1970) ou Residência José da Silva Rodrigues (1970), e que segundo Naslavsky (2004, p.187), “não são essencialmente os partidos arquitetônicos da arquitetura paulista”.

Também teve uma produção sistemática e extensa de residências em João Pessoa, Régis de Albuquerque Cavalcanti. Apesar de já atuar na capital paraibana desde meados dos anos 1970, até então, seus projetos estiveram voltados para os setores comercial e institucional, quando projetou, por exemplo, a concessionária de veículos PROMAC (1974) ou a sede da EMATER-PB (1978), ambos localizados na BR-230. Apesar de já ter produzido algumas casas na cidade, foi apenas na década seguinte que Régis desenvolveu uma produção residencial extensa, e amadurecida a partir de alguns elementos utilizados primeiramente na Residência Virgílio Veloso Freire Filho (1978)¹⁵³ erguida no Bairro dos Estados.

Nesta fase, talvez um dos primeiros grandes projetos residenciais do arquiteto tenha sido, a nosso ver, a Residência Roberto Costa de Luna Freire¹⁵⁴ (1981), erguida na Avenida Senador Ruy Carneiro, em um terreno de esquina com declividade bastante acentuada. Projeto que exprimiu o amadurecimento profissional do arquiteto no campo de sua produção residencial e que se tornou uma marca do seu trabalho nos projetos que sucederam.

¹⁵³ Residência marcada pelo jogo de volumes prismáticos; pela expressão da textura do concreto e da pedra; por gárgulas e outros elementos expressivos, utilizados como elementos compositivos dos telhados, se projetam nas fachadas. Ver mais em: ARAÚJO, R. *Op. cit.* 2011. p. 109-114.

¹⁵⁴ Entre 2009 e 2010, a Residência Roberto Costa de Luna Freire foi demolida para dar lugar a construção de um edifício residencial multifamiliar.



Figura 218: Residência Roberto Costa de Luna Freire (1981), Régis de Albuquerque Cavalcanti. Fonte: ARAÚJO, 1989 *apud* MARTINS, 2012.

Regis Cavalcanti optou por abrir mão da declividade natural do terreno e, assim, elevar o edifício em um platô favorecendo a vista do edifício para o mar e para a avenida. Desse modo, a residência teve seus interiores resguardados dos olhares dos transeuntes, deixando visível apenas o jogo de tons, texturas e volumes de seu exterior. Estrutura e vedação também foram evidenciadas explorando as características tectônicas dos materiais: concreto aparente na estrutura, tijolo aparente nas paredes, pedras brutas no muro de arrimo, elementos vazados cerâmicos. Apenas a coberta definida por telhas de fibrocimento não foi evidenciada. Contudo, contrastaram as coberturas planas com o telhado extremamente inclinado. Elementos que se tornaram de uso corriqueiro na arquitetura nacional e internacional, tais como gárgulas, domos, etc. não se fizeram presentes, apenas seteiras e volumes expressivos foram utilizados na composição. Vitrails coloridos complementaram a obra.

As grandes dimensões do terreno permitiram ao arquiteto explorar a construção em todo o pavimento térreo, na busca por um maior aproveitamento do lote. Nesse nível foram locados os setores social e de serviço, com acessos diferenciados e autônomos. Resquícios de uma tradição colonial que se evidenciaram também na segregação espacial dos espaços de serviço, locados em volume nos fundos do lote (ainda que anexo ao corpo do edifício). A cozinha voltada para a fachada principal (e não mais nos fundos do lote) não seguiu um dimensionamento econômico. O grande número de ambientes sociais foi voltado, predominantemente, para o interior do lote. Até mesmo os terraços não se voltaram para a fachada principal, mas fizeram alguma conexão interior-exterior. Talvez, pelo fato de a fachada principal ter se voltado para o oeste, a residência foi obrigada a se fechar parcialmente para a rua.

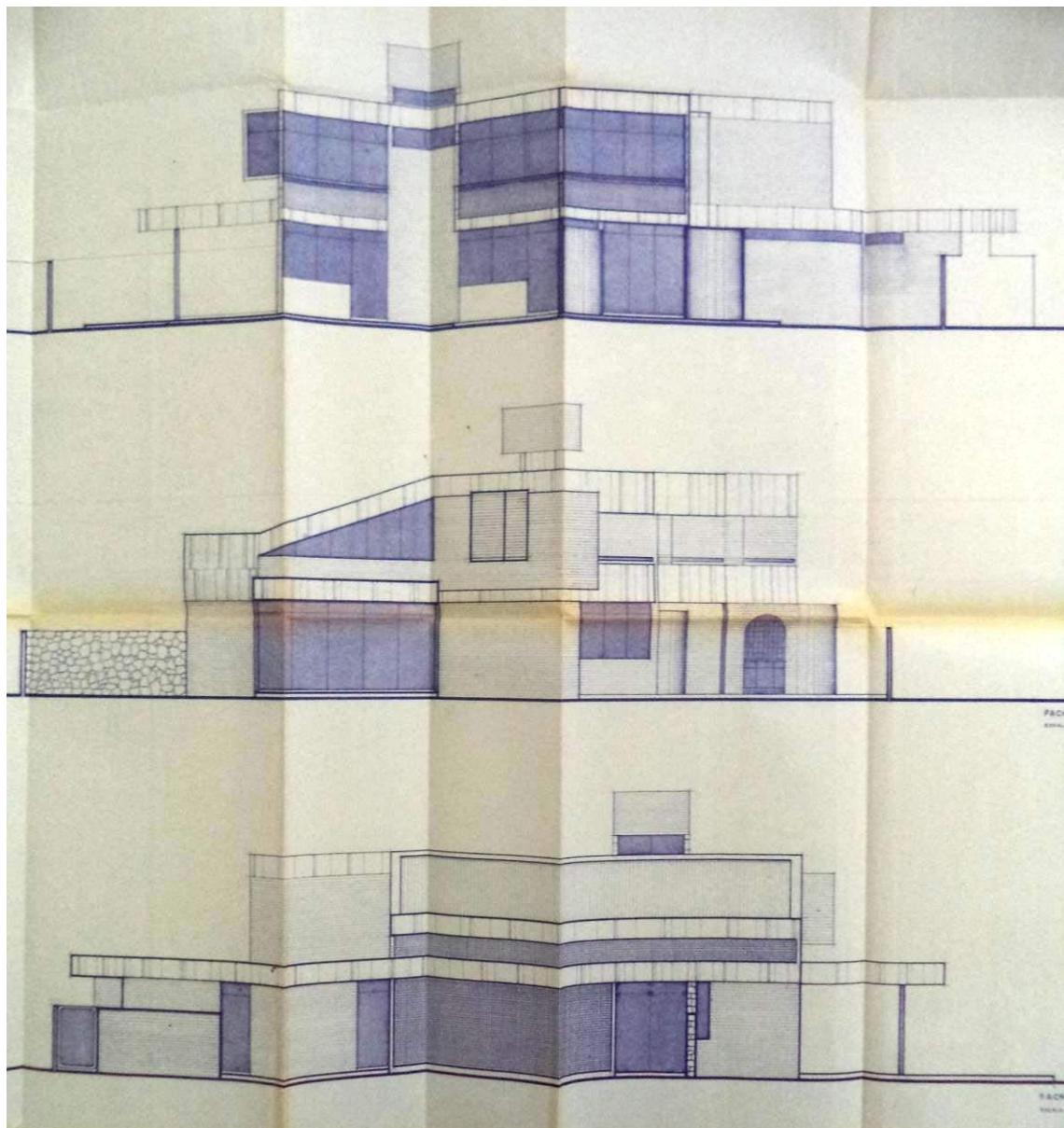


Figura 219: Residência Roberto Costa de Luna Freire (1981), Régis de Albuquerque Cavalcanti: fachadas leste, sul e oeste. Fonte: Arquivo Central/ PMJP, editado pela autora.

A zona íntima foi abrigada no pavimento superior, onde três suítes, direcionadas para a orientação leste, receberam as melhores condições climáticas: iluminação natural vinda de leste e ventilação natural vinda, maiormente, de sudeste. Adaptações climáticas que se somaram à proteção de suas aberturas com esquadrias em madeira, as quais foram resguardadas por varandas e balanços individuais. Ambientes de menor permanência, como a circulação vertical e um mezanino, que se voltou para o setor social, foram abrigados no espaço remanescente do telhado inclinado. Um grande balanço, elementos vazados, pérgulas protegeram a fachada principal da forte insolação vespertina, ajudando no controle das condições térmicas dos cômodos voltados para ela. Artifícios que deram uma leitura distinta aos volumes e interiores.

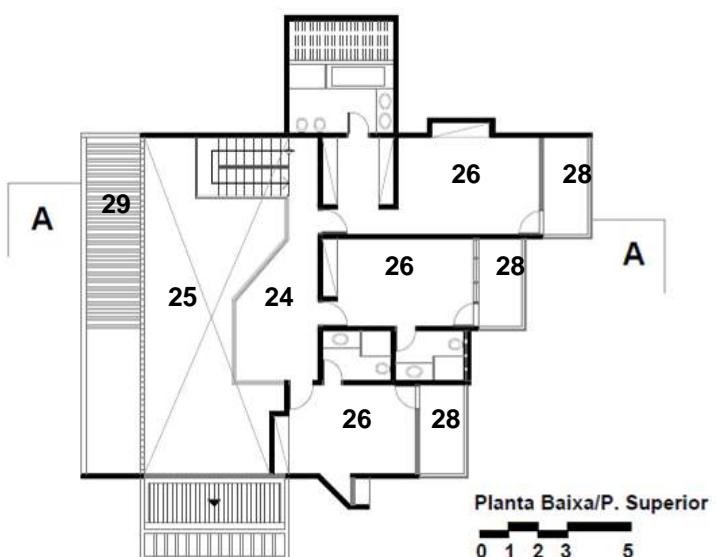
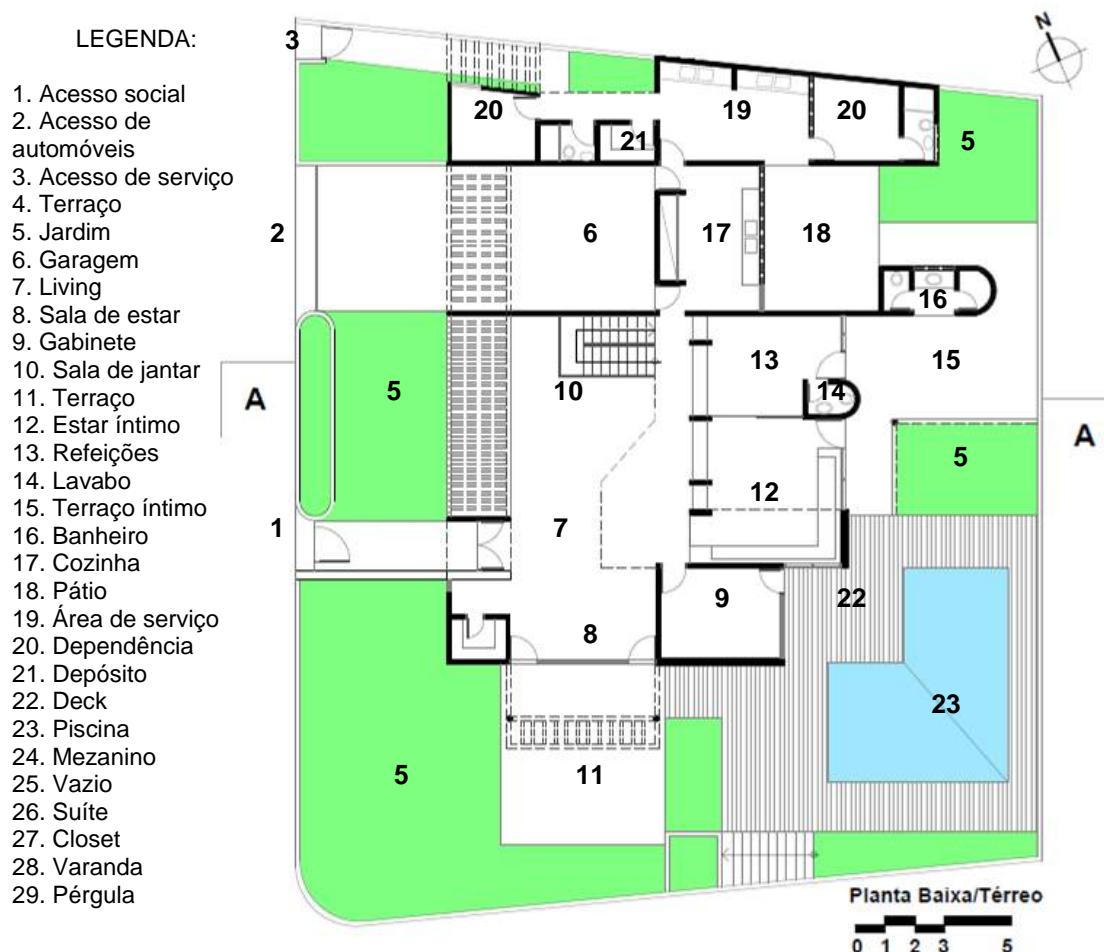
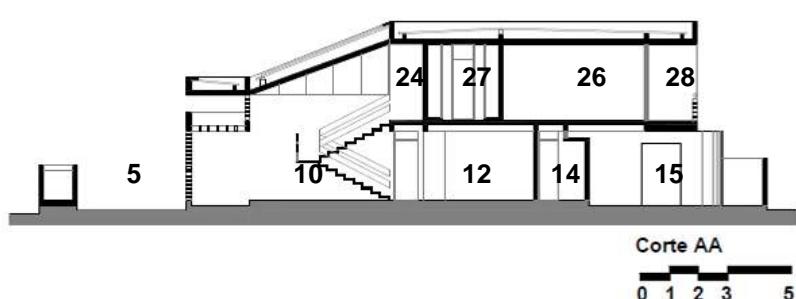


Figura 220:
Residência Roberto
Costa de Luna Freire
(1981), Régis de
Albuquerque
Cavalcanti. Fonte:
Arquivo Central/
PMJP, desenho da
autora.



Na Residência Cícero de Lucena Filho (1983), construída no bairro do Bessa para um político paraibano, em um programa de necessidades menor, o arquiteto trouxe estes artifícios associados a novas formulações, então amadurecidas. No terreno de extensas dimensões, o arquiteto dispôs o amplo programa livremente jogando com casa e jardim, deck e piscina. Respeitando os recuos impostos pela legislação, ele projetou a residência com desenho em “L”, conformando um pátio interno para onde se voltaram a maioria dos ambientes. O programa foi distribuído em quatro níveis: a garagem, no nível mais baixo; área social e de serviço foram recebidas no nível térreo; o mezanino situado a meio nível, e a área íntima, no nível superior; articulados através de lances de escadas no espaço remanescente da coberta inclinada.

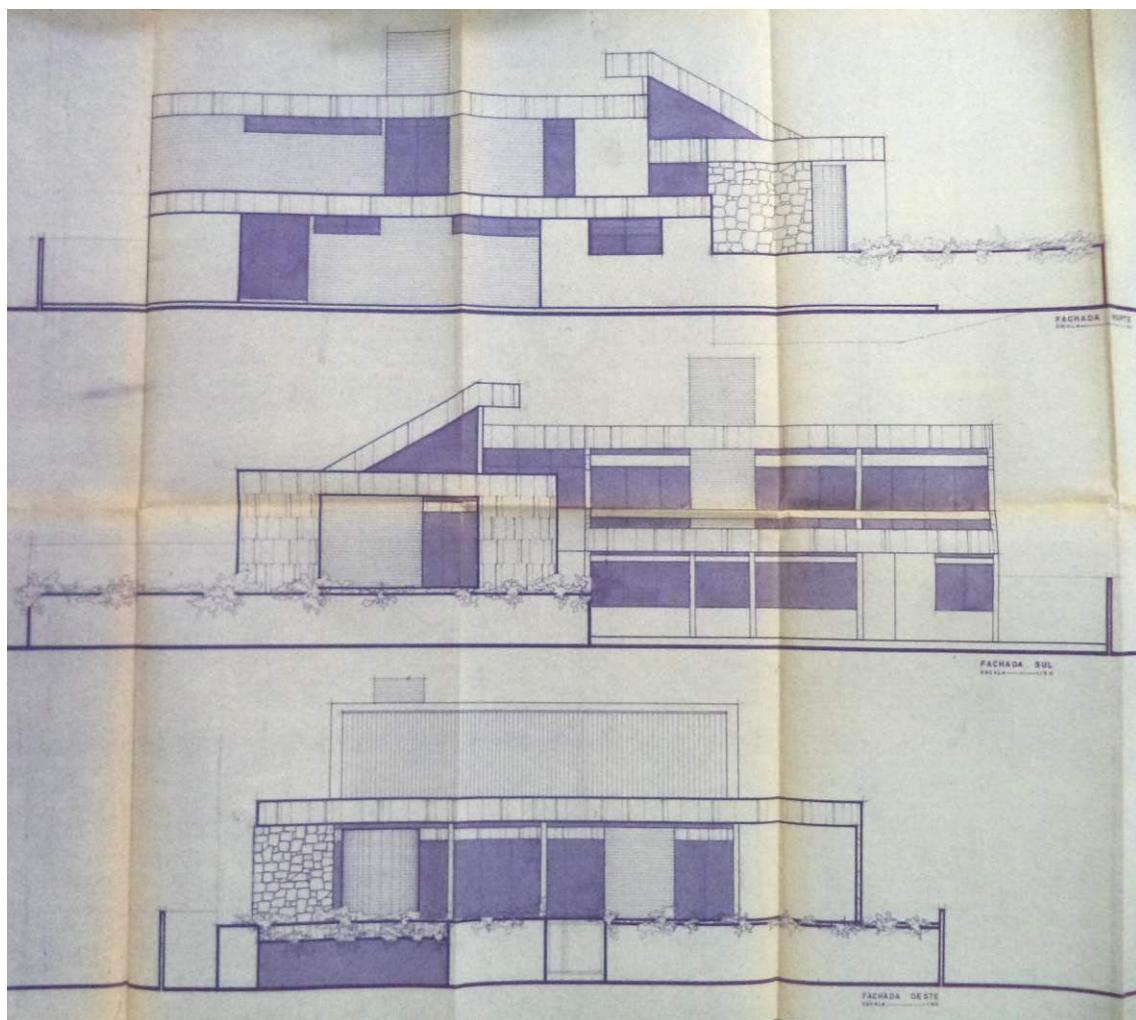


Figura 221: Residência Cícero de Lucena Filho (1983), Regis de Albuquerque Cavalcanti: fachadas norte, sul e oeste, respectivamente. Fonte: Arquivo Central/PMJP, editado pela autora.

O espaço fluído da área social se mostrou mais compartimentado na área de serviço. Enquanto a cozinha, delimitada apenas por uma parede, foi mantida próximo às salas; a área de serviço foi locada nos fundos do corpo da construção. Também a área de lazer ficou resguardada na porção posterior do terreno, se fechando para o exterior,

mas se abrindo em um pátio, orientado favoravelmente para os ventos dominantes. Os amplos terraços interligaram-se com os ambientes sociais fazendo a integração interior-exterior. No pavimento mais elevado, os dormitórios, também voltados para o pátio interno, foram resguardados por uma extensa e contígua varanda.

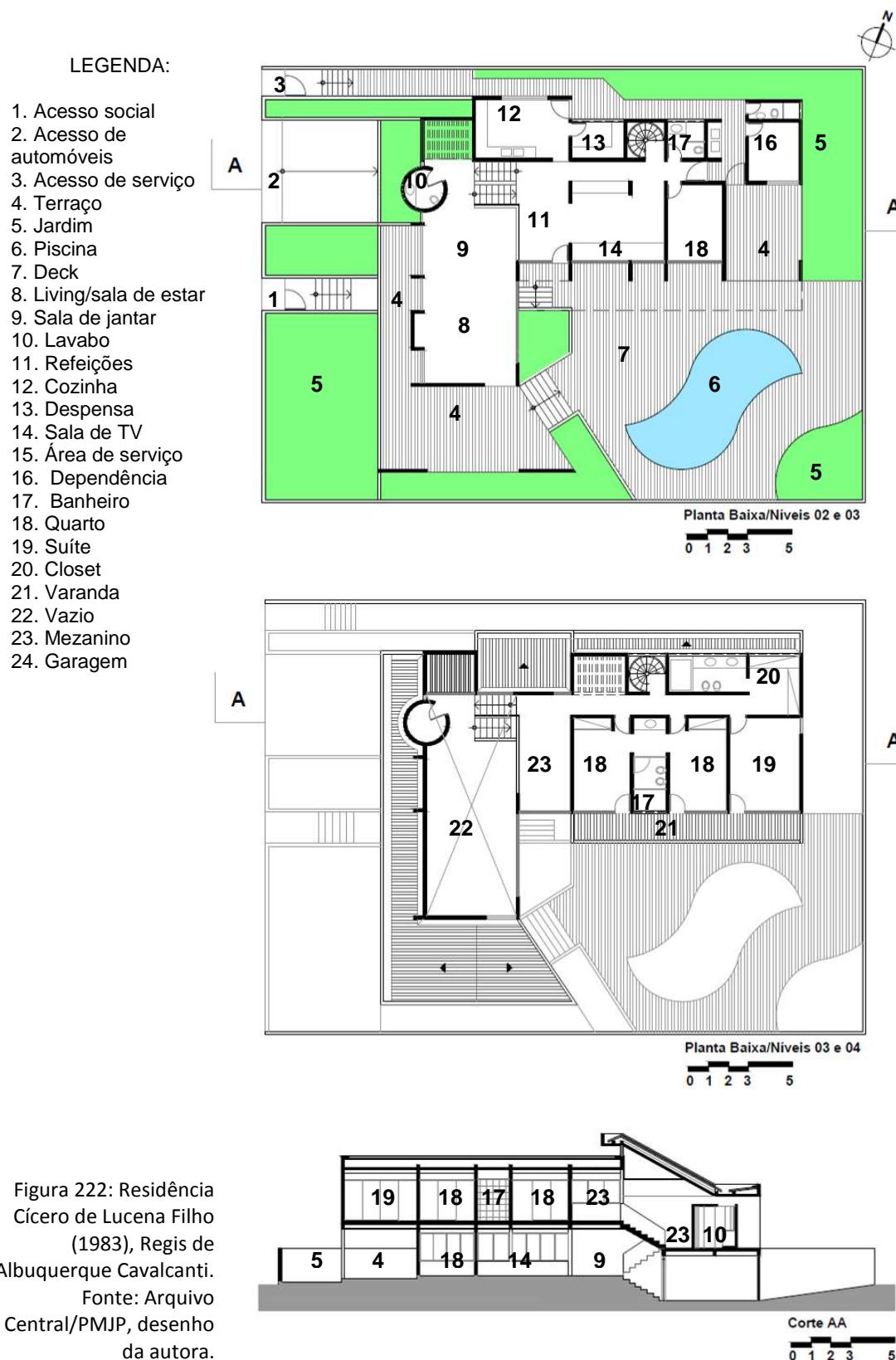


Figura 222: Residência Cícero de Lucena Filho (1983), Regis de Albuquerque Cavalcanti.

Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

Como na Residência Roberto Costa de Luna Freire, a fachada principal também se voltou para a orientação oeste, obrigando o edifício a se fechar para a rua. Porém, aqui poucos artifícios de controle térmico foram empregados. Por sua vez, os materiais construtivos utilizados se restringiram ao concreto nos elementos estruturais e ao tijolo e à pedra bruta nos fechamentos. O contraste de texturas se estendeu tanto no exterior quanto no interior da residência. Mesmo com uma paleta restrita, o arquiteto conseguiu trabalhar com a riqueza das diferentes texturas dos materiais, que deixados aparentes, complementaram a expressividade do edifício. Expressividade conseguida também pelo uso do jogo de níveis como pelo jogo de volumes e telhados inclinados.

Recursos muito presentes na recente produção dos mestres pernambucanos como na obra de Acácio Borsoi e de Delfim Amorim/Heitor Maia Neto, por exemplo, nas residências José Carlos Penna (1965) e Alfredo Pereira Corrêa (1969), respectivamente, e que se fizeram presentes na obra do arquiteto Regis Cavalcanti. Outro elemento que também se tornou comum nas residências de Regis foi o uso dos vitrais, utilizados principalmente nos vãos dos telhados inclinados, e que segundo o arquiteto, eram elementos interessantes, tanto do ponto de vista estético quanto técnico, por permitir a entrada da luz natural (CAVALCANTI, 2012).

Este partido arquitetônico de utilizar a expressividade dos elementos estruturais e dos materiais construtivos, de modo rústico e aparente, se estendeu pela obra residencial do arquiteto. Soma-se o respeito aos rigores do clima quente tropical presente na utilização de peitoris e bandeiras ventiladas, panos de elementos vazados, grandes beirais, pérgulas, varandas, etc. Conjunto de características e elementos que caiu no gosto dos clientes pessoenses e tornaram a obra residencial do arquiteto reconhecida por sua linguagem diferenciada. Nesse sentido, a obra de Regis incitou a renovação arquitetônica de João Pessoa, através de uma maior aproximação de referências neobrutalistas. É verdade que Regis, no entanto, não costumava explorar as instalações aparentes, mas sim procurava manusear um grupo restrito de materiais e valorizar suas qualidades tectônicas, o que se aliou à integração entre arquitetura e obra-de-arte pelo uso dos painéis de vitrais coloridos.

Na Residência Edvaldo Trindade ¹⁵⁵ (198?), construída em um lote plano no bairro de Tambaú, a duas quadras da praia, esta vertente encontrou seu ponto alto. Com a fachada principal não mais orientada para oeste, mas agora para o norte, Regis abriu o edifício para a rua. Assim, a introspecção verificada nos projetos anteriores não se verificou nessa residência, a não ser pela implantação da área de lazer nos fundos do lote. Mesmo com as grandes dimensões do terreno, a construção foi orientada

¹⁵⁵ Em 2013, a Residência foi parcialmente descaracterizada para abrigar uma escola de idiomas.

paralelamente à rua. Orientação que evidenciou o trabalho do arquiteto com os diferentes níveis, o jogo de volumes, o contraste de texturas, e, sobretudo, os elementos de proteção solar: varandas, balanços e brises enriqueceram a composição.

Nesta ocasião, além de um programa mais extenso, a maior disponibilidade de área conduziu a uma solução mais complexa, resolvida em quatro níveis, com a garagem no nível mais baixo do subsolo; ao nível da rua, foram locados os setores de serviço e social, com acessos autônomos; e o setor íntimo nos níveis intermediário e superior, onde os dormitórios foram voltados para o pátio interno, beneficiados pela ventilação natural predominante de sudeste. A residência resultou, pois, numa construção com franca integração com o exterior. Grandes aberturas com panos de vidros foram utilizadas nos ambientes sociais voltados para a rua, mas foram protegidas por terraços e varandas cobertas.



Figuras 223 e 224:
Residência Edvaldo
Trindade (198?), Régis de
Albuquerque Cavalcanti.
Fonte: Arquivo da autora,
2010.

Assim como Regis Cavalcanti, Expedito Arruda trouxe em sua ampla produção residencial, novas propostas arquitetônicas para o cenário local. A produção inicial do arquiteto se utilizou inicialmente de referências consagradas da arquitetura moderna brasileira, incitadas por seus estudos em Recife, mas também pelas muitas viagens que ele fez naquele período, muitas vezes para acompanhar o que estava sendo realizado em São Paulo ou no exterior (ARRUDA, 2012).

A Residência Haroldo Coutinho de Lucena (1979), juntamente com a Residência Gualberto Chianca (1979), foi um dos primeiros projetos residenciais do arquiteto onde estas referências se fizeram presentes. Construída na principal avenida do bairro do Bessa, em um lote plano de esquina, numa posição favorável pela possibilidade de obter maior superfície iluminada e arejada, principalmente por estar situada nas proximidades da praia. Nesse sentido, o arquiteto dispôs a construção no sentido longitudinal do terreno, concentrando seus acessos em uma das frentes livres.

Expedito optou por utilizar uma solução pavilhonar onde todo o programa, resolvido em dois pavimentos, foi resguardado por uma única cobertura plana. Partido arquitetônico que poderia ser associado ao “grande abrigo” de parte da arquitetura residencial produzida em São Paulo, a partir dos anos 1960. Porém, diferentemente das residências fechadas e interiorizadas paulistas, definidas pela pesada massa de sua estrutura, a Residência Haroldo Coutinho de Lucena se abriu para o exterior, e a preponderância dos vazios sobre os cheios acentuou o aspecto leve do edifício. Suas abas laterais foram abertas e o edifício apenas se fechou totalmente na sua porção posterior (oeste). Certamente sua localização nas proximidades da beira-mar incitou uma relação mais franca entre interior e exterior. Assim as fachadas receberam tratamentos distintos, segundo suas orientações climáticas. A coberta plana também foi aberta através de pérgulas que foram utilizadas para uma maior captação da iluminação natural, enquanto brises e varandas protegeram da insolação as aberturas.



Figura 225: Residência Haroldo Coutinho de Lucena (1979), Expedito Arruda. Fonte: Arquivo da autora, 2010.

A textura dos materiais construtivos, tais como o concreto empregado no edifício, ou o do espesso muro de alvenaria de pedra situado no alinhamento, contribuíram para a expressão da residência. Se a residência seguiu um desenho de linhas retas, o traçado sinuoso se fez presente na área de lazer, com deck e piscina com formas amebóides.

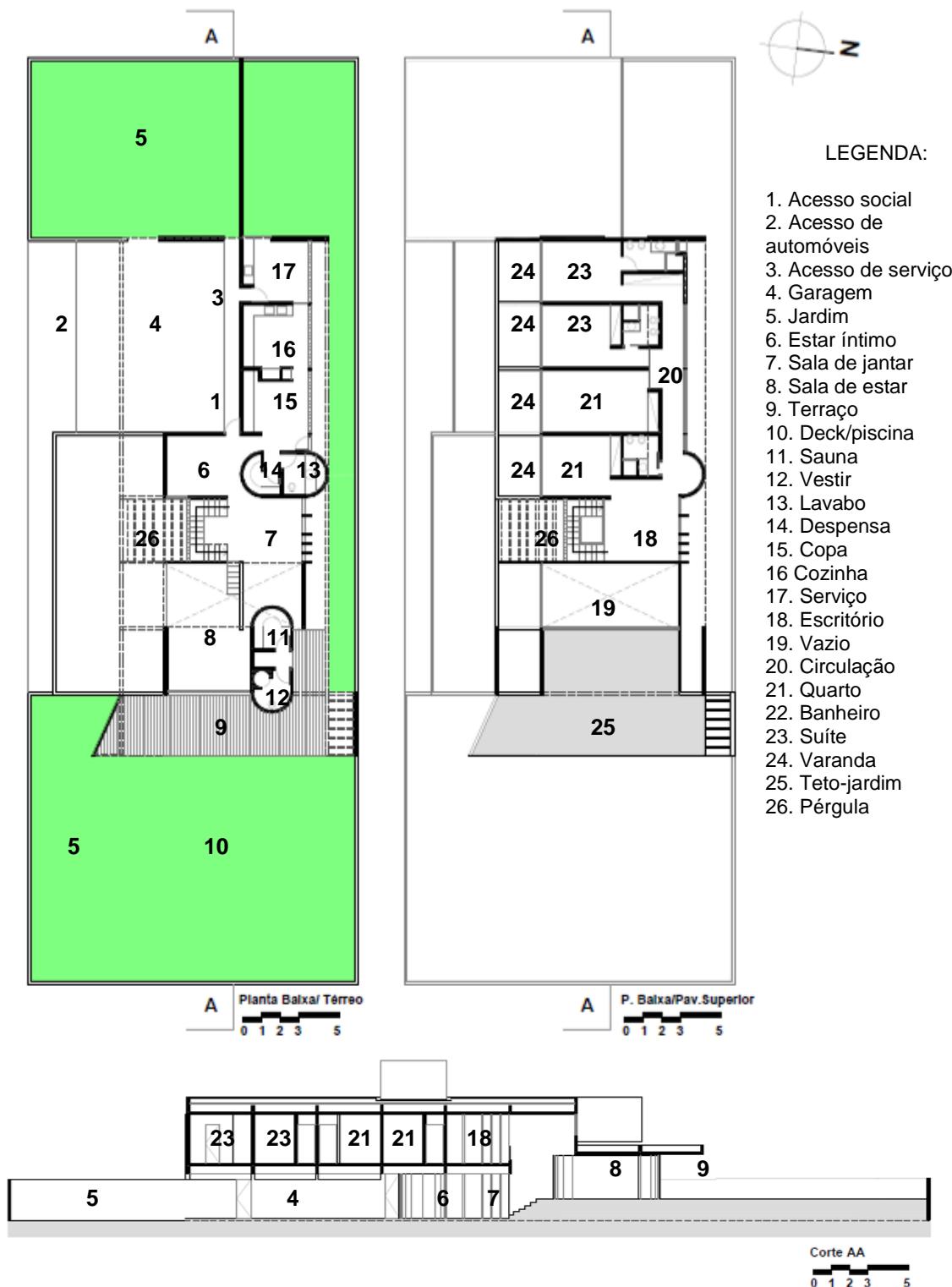


Figura 226: Residência Haraldo Coutinho de Lucena (1979), Expedito Arruda. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

Seguindo uma precisão geométrica e a modulação espacial (a cada três metros e cinqüenta centímetros), os ambientes internos foram definidos, com distribuição mais ou menos coincidente com a organização da estrutura. Alguns deles, os de menores dimensões, ganharam importância formal, quebrando a regularidade da geometria do edifício. O setor social e de serviço foram locados no pavimento térreo. Na porção posterior, copa, cozinha, serviço e garagem foram incorporados ao volume edificado. Dependência de empregada não foi prevista, demonstrando uma mudança de paradigma das regras sociais. As salas, e os dormitórios localizados no pavimento superior, se voltaram para os ventos dominantes vindos de sudeste. Por sua vez, as grandes aberturas dos dormitórios, cujas esquadrias em madeira favoreceram a ventilação contínua, foram protegidas das intempéries por varandas da própria projeção da coberta.

Na Residência Ary Carneiro Vilhena (1981)¹⁵⁶ implantada no Jardim Visão Panorâmica (atual bairro Altiplano), esta vertente de sua produção se tornou mais clara e encontrou seu ponto alto. Uma obra singular onde um alto grau de experimentação estrutural e formal foi aplicado a um edifício relativamente pequeno, de programa simples e com poucas limitações de terreno. O edifício foi definido por uma coberta, apoiada em apenas quatro pontos de apoio dispostos simetricamente nas duas laterais extensas, que abrigou todo o programa residencial. O conjunto cobertura e grandes empenas laterais em concreto se projetaram em quatro pilares com formato em “V”, sendo amparados anteriormente, na própria fundação, enquanto posteriormente, diretamente nas juntas maciças de aço sobre o bloco da fundação, deixado aparente. Solução estrutural que suportou e definiu os espaços arquitetônicos, na mesma medida em que serviu como elemento plástico. Esse modo de tratar a estrutura como definidora de todos os espaços arquitetônicos sob uma caixa portante foi um partido comum na produção de vários arquitetos paulistas como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, João de Gennaro, Ruy Ohtake, Décio Tozzi, entre tantos outros, e que se convencionou chamar de “*brutalismo paulista*” ou “*escola paulista brutalista*”¹⁵⁷, para alguns autores; e “*linha paulista*”¹⁵⁸, para outros. Entretanto, uma solução fechada para o exterior, diferentemente da solução local.

¹⁵⁶ Em 2013, a Residência Ary Carneiro Vilhena foi demolida para dar lugar a um empreendimento imobiliário da Construtora Alliance, a qual ocupava a residência desde 2009.

¹⁵⁷ Pelos autores: FUÃO, Fernando Freitas. Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno. São Paulo: **Vitruvius**, dez.2000. ACAYABA, Marlene Milan. Brutalismo caboclo e as residências paulistas. In: **Projeto**, São Paulo; nº 73. mar. 1985. ZEIN, Ruth Verde. **Arquitetura Brasileira, Escola Paulista e as casas de Paulo Mendes da Rocha**. Dissertação de Mestrado, FAU-UFRGS, Porto Alegre, 2000, 435p. SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Brutalismo, uma análise compositiva de residências paulistanas entre 1957 e 1971**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1997. ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese de doutorado. São Paulo/Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2005.

¹⁵⁸ Como para SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990)**. 1ª. Edição. São Paulo: EdUSP, 1998.



Figuras 227, 228, 229, 230 e 231: Residência Ary Carneiro Vilhena (1981), Expedito Arruda. Fonte: MARTINS, 2012; Arquivo da autora, 2010.

Apesar de conformar uma caixa, a cobertura foi aberta através de pérgulas na própria malha estrutural e de aberturas zenitais, principalmente nas áreas molhadas, favorecendo o conforto ambiental. Foi retomada a conformação de um pátio aberto onde o vazio obtido serviria possivelmente para uma melhor circulação de ar e iluminação natural dos ambientes internos, vindos da orientação sudeste e leste, respectivamente, graças a um rasgo na empena deixando apenas o vigamento como elemento. Assim, o arquiteto conseguiu abrir a “caixa paulista” (grifo nosso) adequando-a a realidade de João Pessoa.

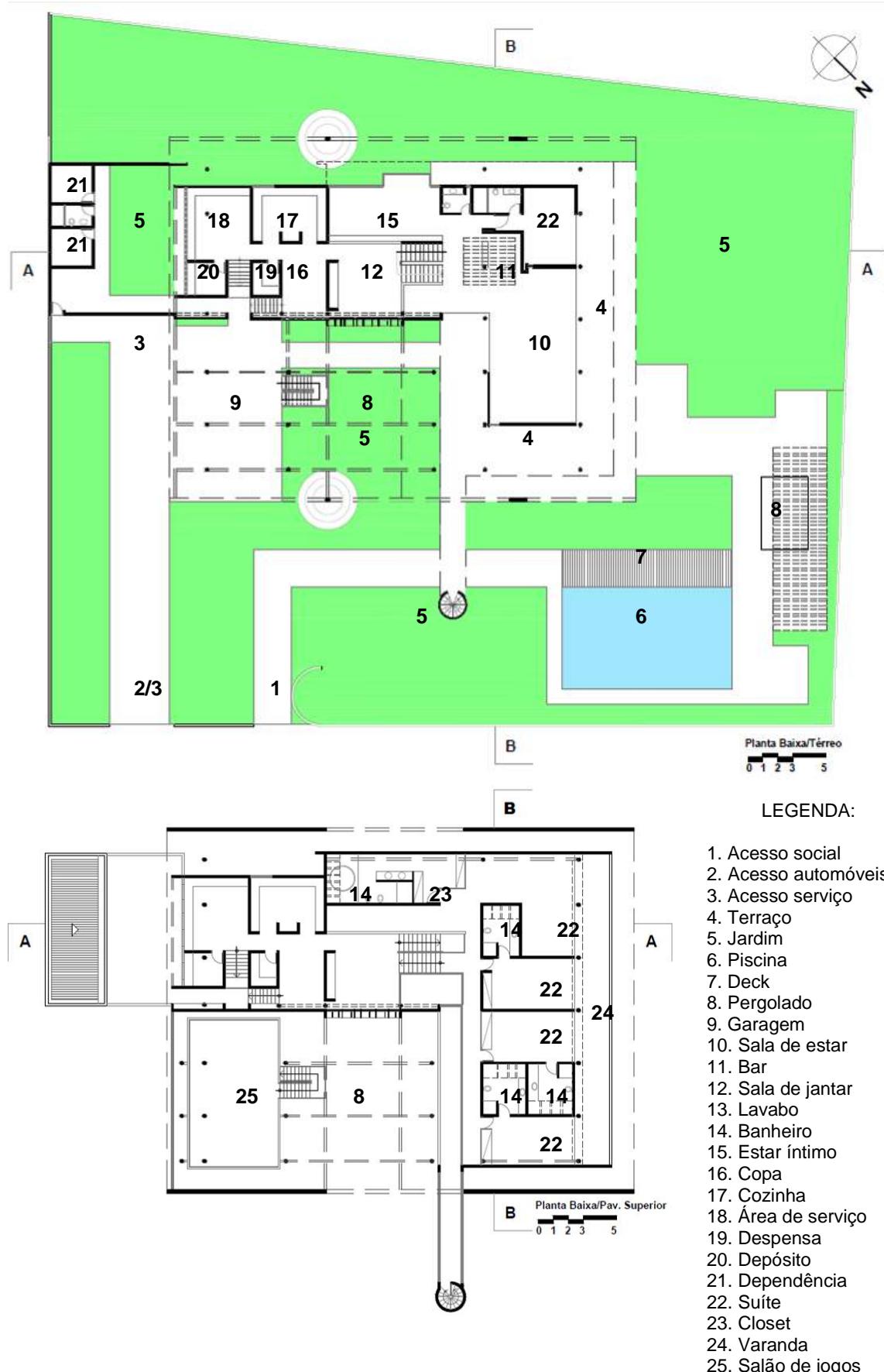


Figura 232: Residência Ary Carneiro Vilhena (1981), Expedito Arruda. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

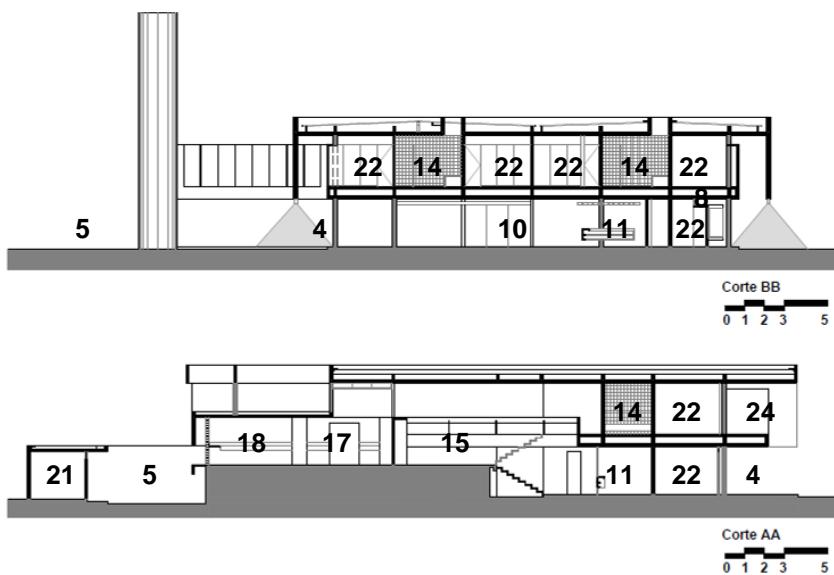


Figura 233:
Residência Ary
Carneiro Vilhena
(1981), Expedito
Arruda. Fonte:
Arquivo
Central/PMJP,
desenho da autora.

O extenso programa, destinado a cinco dormitórios, foi resolvido em níveis distintos conforme a setorização funcional: garagem, dependências e área social, no nível mais baixo; a área de serviço, cozinha e sala de jantar no pavimento intermediário; e o setor íntimo no pavimento mais elevado. A segregação dos cômodos dos empregados do setor de serviço pareceu retomar uma tradição colonial da edícula no fundo do lote em volume anexo ao edifício principal. Distinções que foram articuladas num espaço contínuo propiciado pelas alturas intermediárias dos pavimentos entre si e pelo pé direito elevado da sala de jantar. Espaço fluído que se somou às preocupações de ordem climática. Salas e quartos foram voltados para noroeste, orientação climática desfavorável. Mas brises e varandas protegeram a maioria das aberturas, enquanto pérgulas garantiram a iluminação e ventilação naturais dos demais ambientes.

Quanto aos materiais, prevaleceu o uso do concreto, principalmente na estrutura. No edifício ocorreu a franca exploração das possibilidades formais e construtivas do concreto armado deixado em estado bruto. Na caixa portante foram utilizados blocos de concreto nos fechamentos das empenas, deixando aparentes as ranhuras e os furos das formas. Alvenaria cintada foi usada internamente. O emprego de dispositivos tais como rasgos de iluminação zenital, brises, “panos” de concreto, pérgulas, etc., também em concreto aparente, evidenciou as preocupações na composição formal, mas principalmente, as questões de ordem do conforto climático e ambiental.

Estes projetos, além de outros desenvolvidos em anos posteriores, tais como a residência Carlos Eduardo Cunha (1983), indicaram uma propensão do arquiteto Expedito Arruda em utilizar referências da arquitetura moderna brasileira, principalmente de viés paulista. Eles demonstraram cabalmente sua adesão à nova tendência, ao mesmo tempo em que marcaram sua contribuição ao introduzir novos

elementos da arquitetura moderna na arquitetura local. Dentre os arquitetos por nós levantados, talvez, ele tenha sido o único que mais trouxe essas referências. Contudo, a interlocução com o “*brutalismo paulista*” não foi uma constante em sua obra.



Figuras 234, 235, 236, 237 e 238: Residência Albino Martins Ribeiro (1984), Expedito Arruda. Fonte: LINHAS SIMÉTRICAS em equilíbrio. 1987. p. 80.

Nesse mesmo tempo, Expedito Arruda projetou a Residência Albino Martins Ribeiro (1984)¹⁵⁹, localizada a beira-mar da Praia do Cabo Branco. Projeto que foi destaque pelo equilíbrio de suas linhas arquitetônicas e pelo “*número reduzido de divisórias internas propiciando uma integração quase total dos ambientes*” (LINHAS REDUZIDAS em..., 1989, p. 78). Assim essa obra foi apreendida, quando de sua publicação na revista *Arquitetura & Construção*, em 1989.

Em um terreno retangular de grandes dimensões, voltado para uma rua de frente e outra rua de fundos, o arquiteto optou por implantar a casa recuada das divisas do terreno. Apenas pérgulas foram utilizadas dentro de parte dos recuos laterais. Se no recuo anterior, o espaço foi destinado aos jardins, a área de lazer ficou resguardada no recuo posterior. Os ambientes internos, dimensionados com generosas proporções, foram distribuídos em dois pavimentos: área social e de serviço no térreo, e área íntima no primeiro pavimento, com os dormitórios privilegiados por extensas varandas.

Diferentemente do partido adotado nos projetos anteriores, nessa residência o arquiteto escolheu trabalhar com elementos da arquitetura tradicional ou regional. A coberta era aparente com um telhado único em quatro caimentos. Os terraços em torno de toda a construção retomaram a idéia do alpendre colonial. Janelas em madeira do tipo veneziana protegeram as aberturas. Houve a delimitação entre uma cozinha limpa e a cozinha suja, como resquícios da arquitetura tradicional.

Estes elementos foram conjugados com soluções modernas. Lajes planas serviram para apoiar a estrutura do telhado. O pavimento superior foi erguido sobre pilotis, ampliando as áreas livres. Apesar da estrutura em concreto armado de lajes e vigas, e da estrutura metálica do pilotis, prevaleceram os materiais regionais: esquadrias em madeira, telhado aparente em telha colonial, forro em lambri de madeira, etc. A leveza da construção foi acentuada pela preponderância dos vazios sobre os cheios.

Aquelas abordagens em que se deu maior evidência aos elementos portantes enfatizando a tectônica dos edifícios foram deixadas um pouco de lado pelo arquiteto. Aqui houve uma afinidade essencial entre a arquitetura tradicional brasileira e a racionalista, e que se repetiu, por exemplo, na Residência Antônio Ciraulo Barroso (1984) construída no bairro de Tambauzinho. Trabalhos que seguiram a mesma linguagem e partido daquele desenvolvido pelo arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha na Residência Fernando Carneiro da Cunha (1978), também localizada na Avenida Cabo Branco, distante poucas quadras dali. Aqui Expedito Arruda se voltou para referências da arquitetura moderna paraibana.

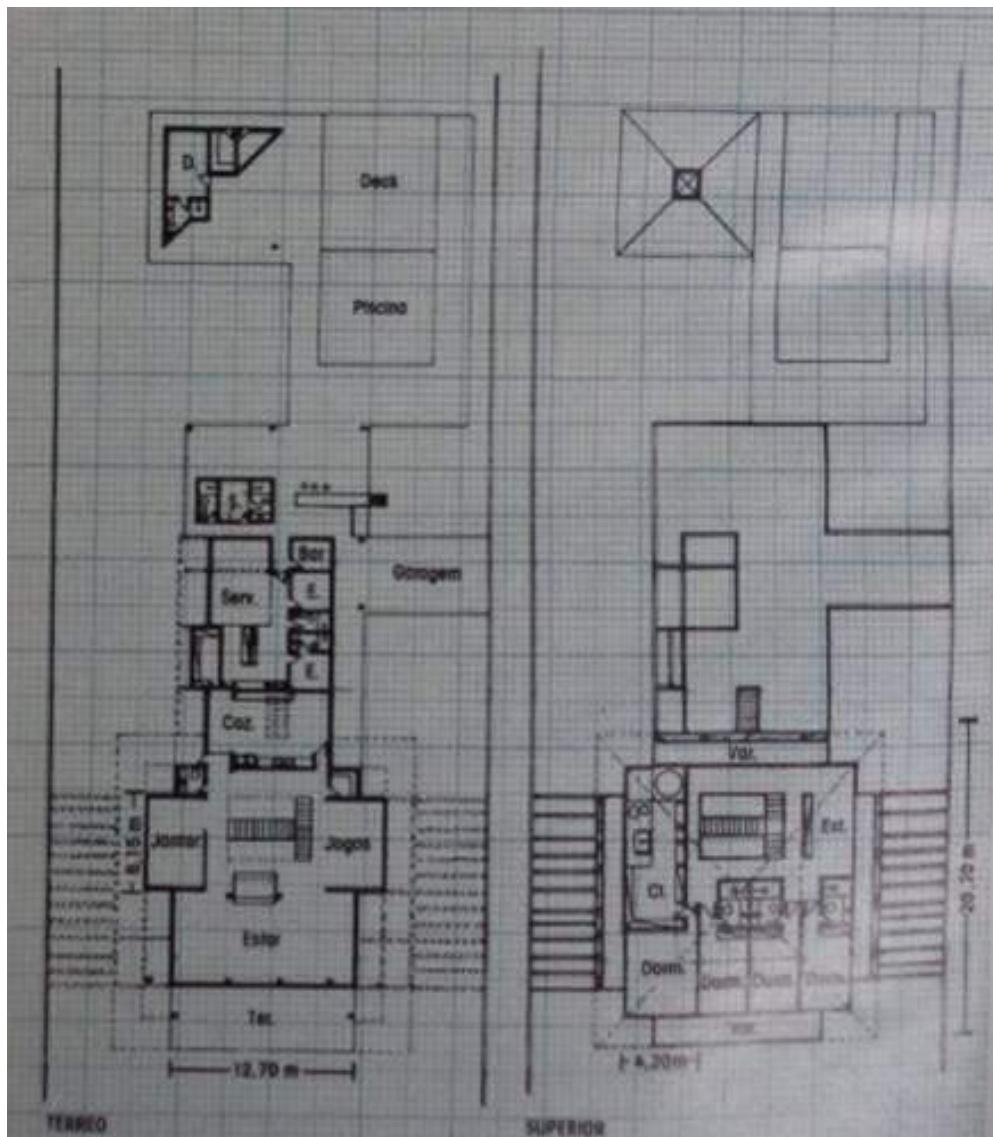
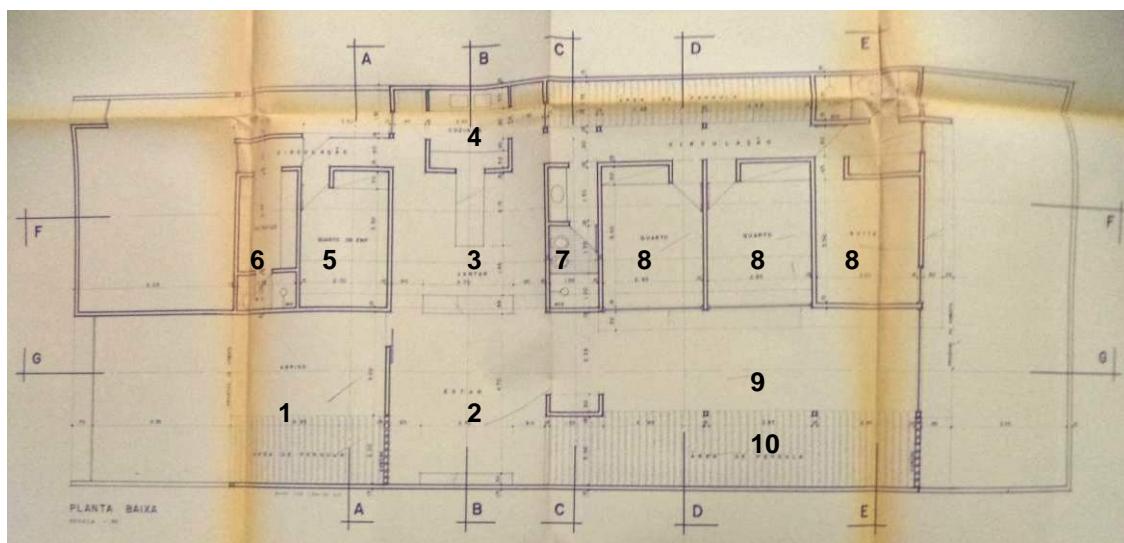


Figura 239: Residência Albino Martins Ribeiro (1984), Expedito Arruda. Fonte: LINHA SIMÉTRICAS em equilíbrio. 1987. p. 80.

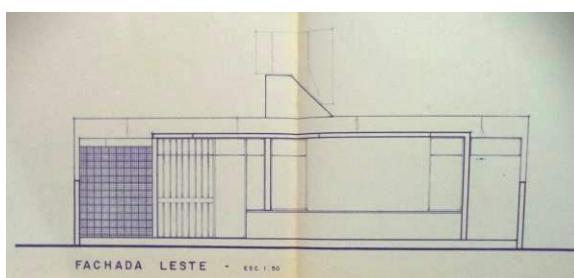
Enfim, também existiu nesse momento em João Pessoa trabalhos de contextualização do racionalismo, seja pela geração contemporânea, seja pela geração anterior de arquitetos paraibanos. Segundo uma tendência nacional, como destacada por Conduru (2004, p. 74) onde “o gosto pelo alternativo e o rústico disseminou-se por todo o território brasileiro nas últimas décadas, incentivado pelas campanhas de preservação ambiental, pelo desgaste dos modelos vigentes em concreto armado e pela re-emergência do ideal regionalista no panorama internacional. Deste modo, a obra de Expedito Arruda não seguiu uma trajetória única e bem definida. Foi recorrente e seus projetos a assimilação de diferentes fontes referenciais. Fato que não contrariou seu alinhamento à arquitetura moderna, mas apenas abriu uma vertente de experimentação e inovação em sua obra.

Por sua vez, o arquiteto Amaro Muniz Castro também teve uma produção residencial ampla no cenário local. Logo após trabalhar na execução de projetos arquitetônicos para a Universidade Federal da Paraíba (CASTRO, 2012), Amaro passou a projetar residências, ao final dos anos 1970; e algumas em parceria com seu colega o arquiteto pernambucano Armando de Carvalho, quando os dois foram sócios. Seus primeiros projetos caracterizaram-se por casas térreas como a Residência Teones Barbosa de Lira (1978), Residência Jailton Dantas (197?) ou na residência que fez para si, em 1979. Projetos que tinham em comum o partido horizontal em contraposição ao volume vertical da caixa d'água; o uso de *sheds* de ventilação e iluminação, nos moldes daqueles utilizados por Carlos Milan na Residência Antonio Delboux (1962), por exemplo. Nessas casas, Amaro também trouxe uma nova organização programática onde a cozinha e área de serviço foram levadas para frente da casa, enquanto os dormitórios foram resguardados nos fundos (às vezes votados para pátios laterais, às vezes pátios de fundos), numa referência à recente arquitetura pernambucana de Delfim Amorim e Heitor Maia Neto, Luis Lacerda, Marcos Domingues ou de Frank Svensson – sob influência da popularização dos partidos paulistas (NASLAVSKY, 2004, p. 218). Partido que deixou as casas pessoenses mais interiorizadas.



LEGENDA:

| | |
|----------------|----------------|
| 1. Abrigo | 6. Serviço |
| 2. Estar | 7. Banheiro |
| 3. Jantar | 8. Dormitórios |
| 4. Cozinha | 9. Terraço |
| 5. Dependência | 10. Pérgula |



Figuras 240 e 241: Residência do arquiteto 91979), Amaro Muniz Castro. Fonte: Arquivo Central/PMJP, editado pela autora.

Além destes projetos mais introspectivos, Amaro passou a projetar residências mais abertas como a Residência José Carlos Teixeira de Carvalho (1980), na então Avenida Panorâmica, implantada em um terreno plano, num amplo promontório com visão para o mar, de onde provinham os ventos dominantes, quatro suítes e os ambientes sociais foram voltados para essa vista.

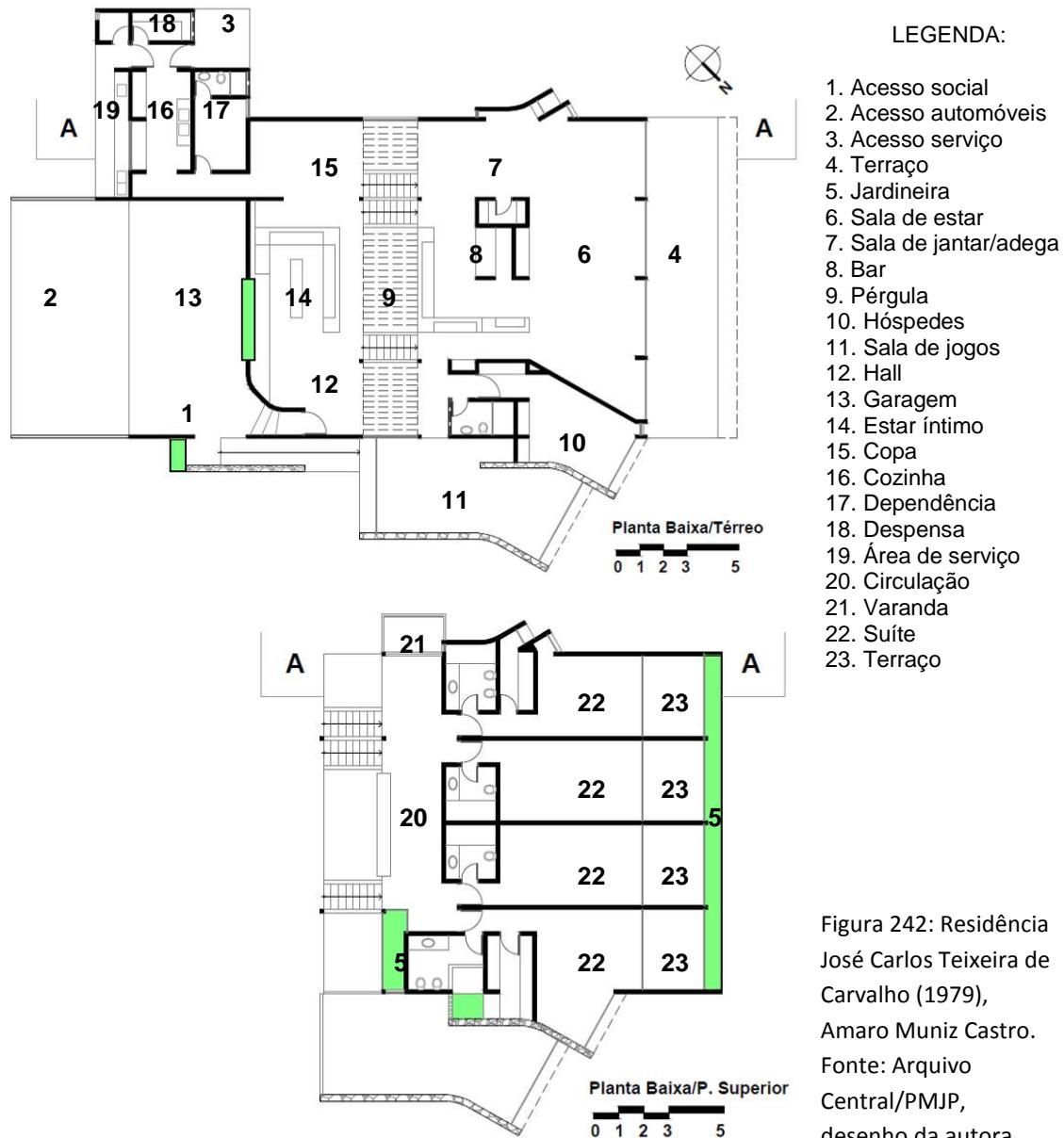
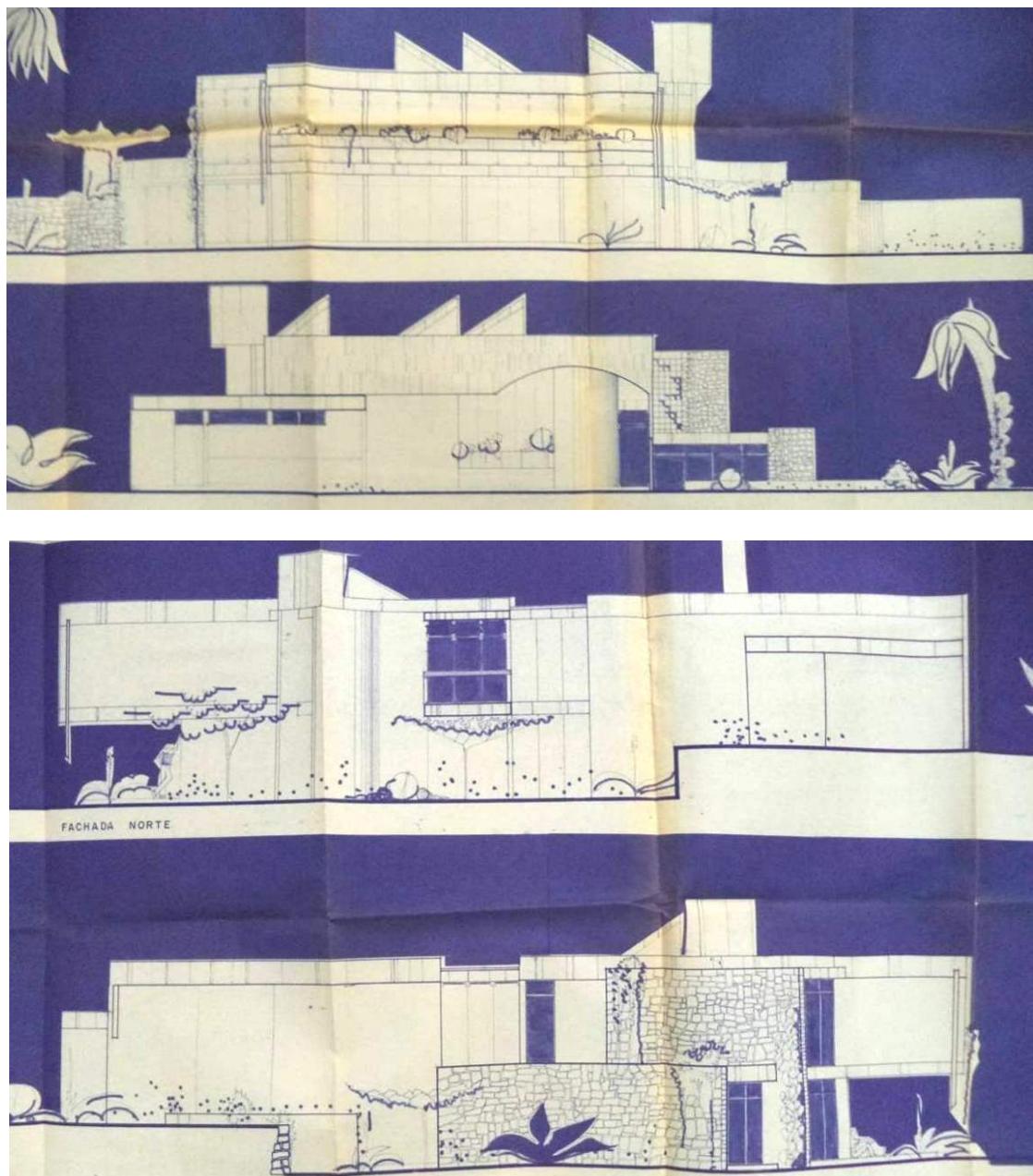


Figura 242: Residência José Carlos Teixeira de Carvalho (1979), Amaro Muniz Castro. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

A textura dos materiais foi explorada tanto externamente quanto internamente. O concreto foi deixado aparente nos elementos estruturais; nas vedações, alvenarias caiadas foram intercaladas com alvenarias de pedra; elementos tradicionais que se intercalaram com esquadrias em alumínio e telhas em fibrocimento. Tubos de queda d'água foram evidenciados na fachada, não escondendo suas funções. Alguns elementos foram utilizados no sentido de melhorar o conforto térmico, como as

pérgolas. Seteiras e *sheds* aumentaram a captação da luz e ventilação, enquanto diferentes níveis de piso aumentaram a integração soa ambientes internos. Elementos recorrentes em sua obra e que continuaram a ser utilizados posteriormente.



Figuras 243 e 244: Residência José Carlos Teixeira de Carvalho (1979), Amaro Muniz Castro: fachadas leste, oeste, norte e sul, respectivamente. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

Enfim, houve uma produção heterogênea e diversificada de residências em João Pessoa, entre 1970 e 1985, graças aos novos profissionais atuantes, que dentro de suas produções individuais, trouxeram diversas referências e, sobretudo, ampliaram a variedade de técnicas construtivas, englobando desde o uso extensivo do concreto aparente à aplicação de novos materiais como o tijolo e o aço. Mesmo esses arquitetos tendo passado pelo mesmo centro de formação em Recife, eles

desenvolveram particularidades em suas obras, e que em conjunto, transformaram as residências que surgiram no espaço urbano.

Neste sentido, as residências então projetadas em João Pessoa tinham em comum uma maior aproximação com as experiências de exploração da expressividade dos materiais construtivos com certa “*ênfase tectônica*”. Em sua maioria, elas foram projetadas de forma a valorizar os elementos estruturais em concreto aparente, as alvenarias em tijolos ou em pedras, também aparentes, e as esquadrias em madeira. Elementos construtivos e de controle térmico também foram explorados plasticamente. Em algumas residências de padrão mais elevado houve um maior destaque aos sistemas portantes utilizados como elementos expressivos, como verificados em parte da obra de Expedito Arruda. Tais características ficaram restritas a obras pontuais, como as residências Ary Carneiro Vilhena (1981) ou Carlos Eduardo Cunha (1983). Em outras, elementos tradicionais foram resgatados, como os telhados tradicionais em quatro águas com o uso de telha canal, como na Residência Albino Martins (1984).

Mesmo com o deslocamento das discussões arquitetônicas para São Paulo e Brasília, ainda nos anos 1960, a produção residencial de João Pessoa se mostrou também associada as questões locais, se aproximando das discussões arquitetônicas do Recife, por exemplo. As residências se voltaram essencialmente para o exterior, seja por uma orientação climática mais favorável, seja pelas qualidades paisagísticas do lugar. Mesmo àquelas de orientação desfavorável, obrigando o edifício a se fechar para o interior, tiveram seus pátios abertos e voltados igualmente para o exterior. Varandas, terraços, pérgulas, janelas altas, painéis de cobogós, vitrais coloridos, etc. foram utilizados extensivamente no controle térmico e lumínico de seus interiores. Certa consciência face ao entorno, ao lugar, se mostraram mais presentes.

Por fim, estes projetos também confirmaram o próprio crescimento da capital paraibana em direção ao mar. Dos 48 projetos de residências realizados entre 1970 e 1990, que foram verificados na pesquisa, 08 deles foram implantados à beira-mar, 39 nos bairros de recente expansão (Bairro dos Estados, Tambauzinho, Cabo Branco, Tambaú, Manaíra, Bessa e Altiplano), além de 15 deles estarem nas principais vias de desenvolvimento da cidade em direção à orla; e apenas 02 no centro da cidade. Igualmente, as residências evidenciaram a valorização dos bairros próximos à orla, em detrimento dos bairros localizados na região sudoeste, onde não se localizou nenhuma das residências, reconfirmando a segregação espacial já revelada na pesquisa de Pereira (2008, p. 160). “*Eram as regiões mais valorizadas que as residências eruditas projetadas por esse grupo de arquitetos estavam a modernizar, em especial as proximidades da Avenida Epitácio Pessoa e a praia*”.

Capítulo 4

UM PANORAMA EM ABERTO

Permanências e transformações na cidade

O urbanismo acelerado verificado na capital paraibana, principalmente a partir dos anos 1970, transformava aquela cidade de ares bucólicos em cidade urbanizada. Sua população cresceu de 228.418 habitantes, em 1970, para 337.761 em 1980, passando para 497.306 habitantes no início da década seguinte (IBGE, 1992). O número de domicílios cresceu de 38.663 para 64.647, em 1980, e saltou para 113.665 domicílios, em 1991 (IBGE, 1992). Também cresceu a quantidade de aparelhos telefônicos, que em 1970, era de 4.400, passando a 50.347 telefones instalados (PEREIRA, 2008, p. IBGE, 229; PMJP, 2004, p. 24), nos anos 1990; a disponibilidade de leitos hospitalares, de 2.932 para 3.566 unidades (PEREIRA, 2008, p. 229; IBGE, 2000); o número de agências bancárias mais que duplicou, de 26 para 59, no início dos anos 1990.

Mudanças que se somaram às novas extensões físicas de João Pessoa, que já eram distintas das décadas anteriores. Se em 1970 sua área urbana tinha 3.788 hectares (RODRIGUEZ, 1987, p. 598 *apud* PEREIRA, 2008, p. 230), em 1994, ela já totalizava 8.032 hectares (OLIVEIRA, 2006, p. 170). Com efeito, João Pessoa se urbanizava, ocorrendo uma maior ocupação das áreas livres no município. Crescimento verificado principalmente com a consolidação da ocupação das porções leste e sudeste da

cidade. Na zona leste as moradias permanentes ocupavam o lugar das áreas de veraneio. Novas construções residenciais eram empreendidas seja nas principais ruas ou em grandes loteamentos. Movimento concretizado pela abertura das principais avenidas, tais como: Avenida Ruy Carneiro (1971), Avenida José Américo de Almeida (1973), Avenida Flávio Ribeiro Coutinho (1972), Avenida Panorâmica (1973) e Avenida Argemiro de Figueiredo (197?); também acompanhado pelas agências bancárias e pelos órgãos e instituições públicas. Ocupação que se deveu em grande parte ao Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), em 1977, tido como “a redenção da Praia de Tambaú, em termos de urbanização” (BNH aprova..., 1977, p. 5). Assim, a orla continuou a ser privilegiada tendo a implantação de todo o sistema viário e obras de infra-estrutura, como saneamento básico, abastecimento de água, telefone, além de áreas de lazer e equipamentos turísticos (PRAIAS terão..., 1979, p. 1).

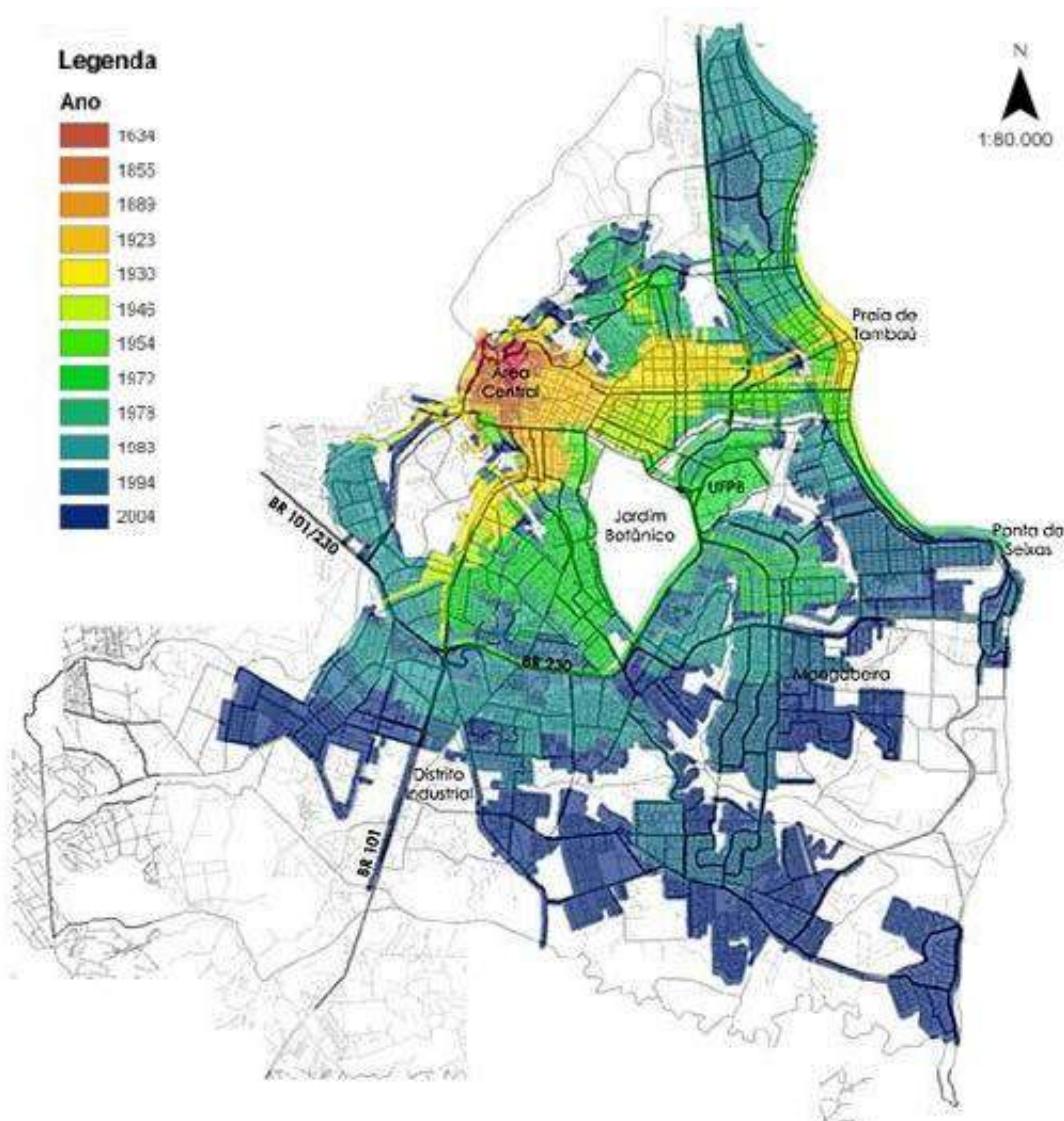


Figura 245: Mapa de reconstituição da expansão urbana de João Pessoa entre 1964-2004. Fonte: OLIVEIRA, 2006, p. 166, editado pela autora.

Por outro lado (e em paralelo), na porção sudeste se consolidava a ocupação através dos conjuntos habitacionais, seguindo uma tendência já verificada anteriormente (PEREIRA, 2008, p. 231). Assim foram construídos dezenas deles, principalmente entre 1975 e 1985 (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 46-47). O fato de João Pessoa não poder crescer mais para o leste, tendo em vista a presença do mar; nem para o oeste, pelos limites entre os municípios vizinhos de Bayeux e Santa Rita; além das poucas áreas para o norte; fizeram da região sul “*a saída para a cidade crescer*” (ZONA Sul..., 1984, p. 13). Assim, previram as empresas que tratavam da política habitacional local¹⁶⁰ ao escolher essa área como mais viável e compatível com o programa da habitação popular. Os conjuntos habitacionais contribuíram, então, para o esgarçamento do tecido urbano para essa porção da cidade. Região onde antes foram implantados o Distrito Industrial (1963) e o campus universitário da UFPB (1965), e que depois também recebeu o campus universitário do Unipê (1979) e o Centro Administrativo Municipal (1982).



Figura 246: Parque Residencial Valentina de Figueiredo (1983). Fonte: ZONA Sul, 1984, p.13.

Desse modo, esses dois vetores de crescimento da cidade confirmavam o processo de seletividade do espaço urbano (CAVALCANTI, 1999, p. 26 *apud* PEREIRA, 2008, p. 231), onde a segregação social se refletiu na ocupação do território. Seletividade que se entendeu quanto aos investimentos governamentais. Se os bairros localizados na orla marítima eram providos de infra-estrutura graças às verbas governamentais, por sua vez, os bairros da zona sul sofreram com poucos investimentos e com a

¹⁶⁰ Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP)

precariedade da infra-estrutura, uma vez que a construção dos conjuntos não foi acompanhada de saneamento básico e pavimentação das vias.

Áreas em que o descompasso era sentido e criticado pela população residente muito pela deficiência da infra-estrutura, mas, principalmente, por serem mal servidas pelos ônibus que faziam as ligações entre aqueles núcleos residenciais e o centro da cidade. Reclamações que eram captadas pela imprensa diariamente, e que ganharam destaque a partir dos anos 1980: “*Usuários afirmam que os coletivos são deficientes*” (USUÁRIOS afirmam..., 1979, p. 3), “*Coletivos estão mais escassos em todos os bairros da Capital*” (COLETIVOS estão..., 1980, p.4), “*Conjuntos estão mais servidos pelos coletivos*” (CONJUNTOS estão..., 1980, p. 4). Alguns dos noticiários que se misturavam aos anúncios de expansão e renovação da frota de ônibus, quanto de melhoramentos no funcionamento da rede rodoviária de ônibus urbanos. Serviços que incluíram a criação de faixas exclusivas, além de paradas e terminais urbanos.

Melhorias que se somaram às iniciativas de incentivo a novas modalidades de transporte de massa. Em 1980, o prefeito Damásio Franca (1979-1983) reivindicou “*a instalação de ônibus elétricos em João Pessoa e a criação de uma Companhia Municipal de Transportes Urbanos*” (DAMÁSIO quer..., 1980, p. 1) no sentido de melhorar o transporte urbano na capital. No mesmo ano, o governador Tarcísio Burity (1979-1983) reivindicou a reativação dos trens suburbanos “*com o duplo objetivo de economizar o consumo de combustível na Paraíba e de beneficiar as populações de baixa renda da Grande João Pessoa*” (TRENS suburbanos, 1980, p. 1). Fato que ocorreu apenas em 1982, quatorze anos após a sua desativação pelo Governo Federal em favor da indústria automobilística. Em 1981 foi assinado um convênio entre Estado, Prefeitura e a Empresa Brasileira de Transportes para estudar o transporte alternativo para João Pessoa (CONVÊNIO dará..., 1981, p.8).

Nesse contexto, o levantamento da situação dos transportes urbanos realizado em 1983, pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), visou justamente a elaboração do plano de transportes urbanos de João Pessoa. Como resultado da etapa final dos estudos, somado às idéias contidas no plano integrado de transportes e estrutura urbana, foi elaborado por Jaime Lerner (n. 1937), entre 1977 e 1978 (OLIVEIRA, 2006, p. 103), o Plano Diretor de Transporte Urbano – PDTU (1985). Plano que retomava algumas das experiências bem sucedidas de planejamento urbano desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no início da década. Desse modo, procurava-se, partindo de um exame clínico da cidade, a definição de uma estrutura de crescimento através do controle do uso do solo, adequação do sistema viário e dos transportes de massa.



Figura 247: Publicidade divulgando a reativação do trem urbano de João Pessoa.
Fonte: AGORA o trem..., 1983, p. 3.

De acordo com Oliveira (2006, p. 135), o plano teve como objetivo básico “*identificar um sistema de transporte que pudesse seguir as estratégias de longo prazo de desenvolvimento espacial do aglomerado urbano de João Pessoa*”. Como a malha viária do sistema principal de transportes de João Pessoa caracterizava-se por um sistema radial, onde todos os corredores convergiam para o Centro, o sistema foi desenvolvido em função da importância e caracterização das vias. Desse modo, o sistema viário funcionava como elemento de viabilização do sistema de transporte e deveria atuar efetivamente na política de uso do solo, através de serviços agregados à malha viária: rede de água e esgoto, energia elétrica, telefonia etc., determinando o processo de ocupação urbana (OLIVEIRA, 2006, p. 137).

Para atingir as novas extensões territoriais, mas também, melhor interligar a região metropolitana em vias de formação, além de garantir melhores condições de trânsito e tráfego na cidade, foram criados novos corredores urbanos. Dentro do Projeto Aglomerados Urbanos (AGLURB) da Grande João Pessoa, executado pela Empresa

Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)¹⁶¹, vias foram concebidas como vias estruturais que tinham a função de ligar o centro histórico aos centros secundários: a Avenida Liberdade (1983), ligando João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, pondo fim ao famoso “Corredor da Morte”; o Corredor da Pedro II (1983), conectando o centro da cidade a Cidade Universitária e a zona sul; o corredor Dois de Fevereiro (1983), desafogando os bairros do Cristo Redentor e Varjão; e a Via Norte (atual Avenida Tancredo Neves – 1983), um novo acesso viário ligando as praias de Manaíra, Bessa e de Cabedelo ao centro de João Pessoa (NOVOS caminhos..., 1985, p. 6). O projeto incluiu ainda a implantação de faixas e vias exclusivas para ônibus, melhorias na sinalização, implantação de semáforos sincronizados, pavimentação de vias públicas, e até mesmo, aumento da frota de coletivos (JOÃO PESSOA terá..., 1983, p. 5).

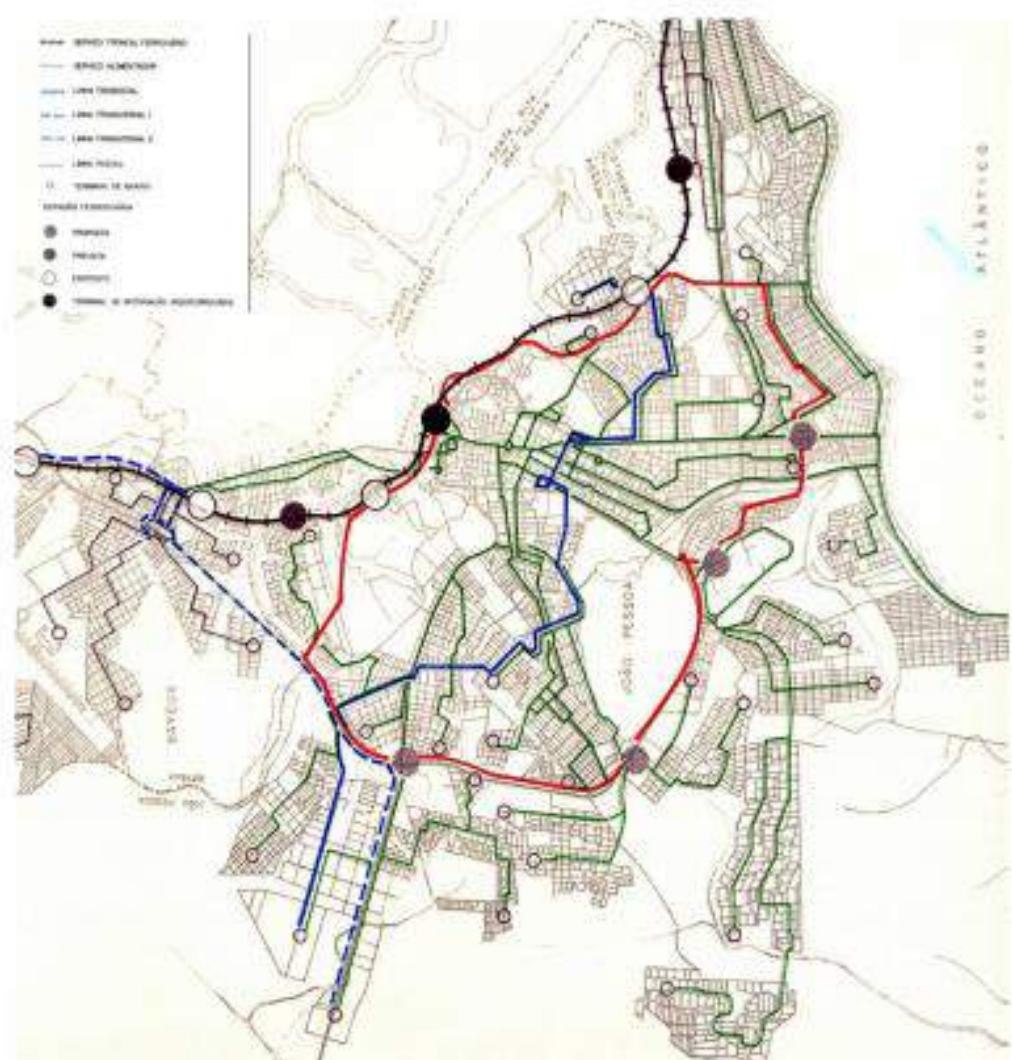
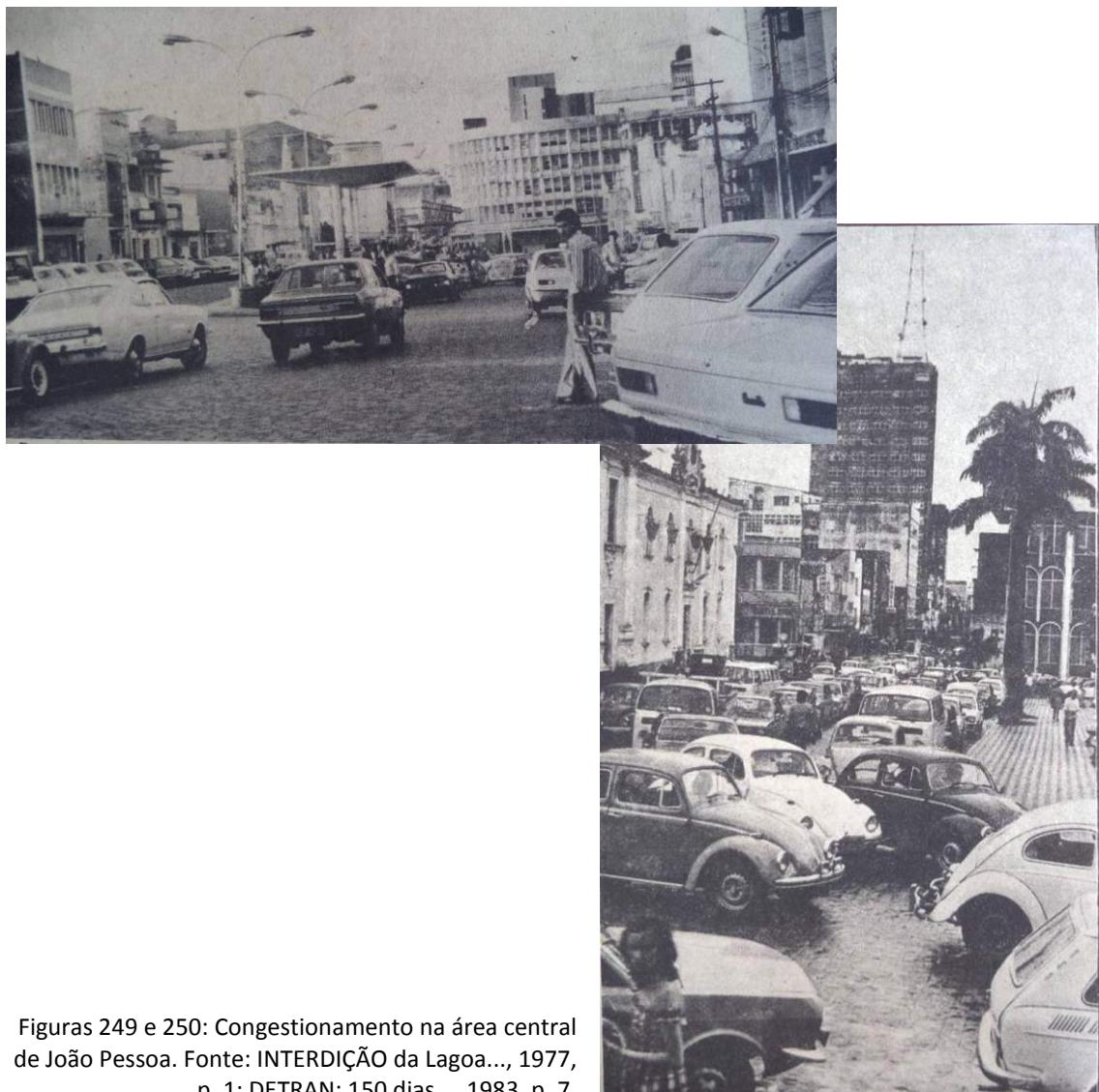


Figura 248: Plano de Transportes Urbanos elaborado pelo GEIPOT (1983): um serviço troncal ferroviário, uma linha transversal, uma linha tangencial e uma linha grande circular. Fonte: OLIVEIRA, 2006, p. 136.

¹⁶¹ A capital paraibana foi a décima área urbana incluída no projeto, o qual já havia beneficiado as áreas urbanas da Baixada Santista, Distrito Federal, São Luiz, Cuiabá, Maceió, Florianópolis, Natal, Goiânia, e o Vale do Aço, em Minas Gerais.

Mesmo com os investimentos no transporte público, foi o transporte individual que mais cresceu, aumentando proporcionalmente às novas distâncias. Se em 1973 eram 10.724 unidades automotivas, em 1990, já eram mais de 90 mil veículos¹⁶². Um número maior de veículos nas ruas passou a configurar um problema crescente no trânsito, o que levou a adoção de soluções para a cidade que crescia. O congestionamento do trânsito e falta de estacionamento na região central levou a municipalidade, através da URBAN, a adotar soluções trazidas do Sul do país, como o sistema de exploração do estacionamento, de forma rentável. A ideia de implantação desse sistema tinha a finalidade de reservar áreas do centro de João Pessoa para estacionamento “*evitando que veículos fiquem estacionados na via pública prejudicando o tráfego já que tomam parte das faixas de rolamento*” (J. PESSOA terá..., 1974, p. 3).



Figuras 249 e 250: Congestionamento na área central de João Pessoa. Fonte: INTERDIÇÃO da Lagoa..., 1977, p. 1; DETRAN: 150 dias..., 1983, p. 7.

¹⁶² Nos anos 2000 João Pessoa possuía 100.427 veículos, de acordo com dados do DETRAN-PB.

Contudo, seguindo uma tendência nacional, mesmo com as medidas para o melhoramento do tráfego na área central em favor de uma melhor circulação dos veículos, também foi parcialmente introduzida a ideia de criar os calçadões para pedestres em algumas ruas do centro histórico. Assim em 1977/78, parte das ideias contidas no plano integrado de transportes e estrutura urbana elaborado por Jaime Lerner ganhou espaço dentro das ações públicas voltadas para o planejamento local e melhoramento da circulação no Centro. As experiências pioneiras realizadas em Curitiba tiveram espaço em João Pessoa numa tentativa de conciliar as diretrizes do planejamento às condicionantes colocadas pela cidade. A atuação da URBAN nesse processo foi um testemunho da situação distinta onde um órgão público buscou conduzir o crescimento da cidade, ao invés de ir a reboque da iniciativa privada, buscando soluções bem-sucedidas em grandes cidades do país.

No entanto, mesmo com as ações públicas voltadas a gestão espacial da cidade, somado às melhorias na infra-estrutura, o crescimento urbano acelerado veio acompanhado com o aumento no número de favelas. Os jornais locais registravam: “*Favelas às margens do Jaguaribe*” (FAVELAS às margens..., 1979, p. 11), “*Favelas se multiplicam na Grande João Pessoa*” (FAVELAS se..., 1981, p. 12). Situação que levou alguns a cogitarem a possibilidade da capital paraibana virar uma “*cidade de favelas*”, quando as populações de renda mais baixa correspondiam a um quinto da população. Em 1981, foram registradas cerca de quarenta e cinco favelas, onde já habitavam quase 50.000 pessoas, em condições deficientes de moradia (JOÃO PESSOA tem 50 mil..., 1981, p. 12). Altos números em decorrência da seca e da falta de trabalho no campo (situação já registrada anteriormente no Estado), somado a onda de desemprego que atingiu o país nos primeiros anos de 1980.

Problemas que eram reconhecidos pelas autoridades locais, mas que não estavam ocorrendo apenas na capital, como bem ressaltou o prefeito:

“*O desemprego – enfatizou o prefeito Damásio Franca – é a principal causa dos problemas que têm surgido nas favelas de João Pessoa, que, no entanto, não foi a única cidade atingida. Recentemente, quando estive na inauguração das Lojas Americanas, um dos seus dirigentes me contou que o Rio de Janeiro tem mais de 16 mil favelados na periferia. Recife também passa pelo mesmo drama e a nossa João Pessoa não teve condições de escapar do problema*” (FAVELAS se..., 1981, p. 12).

Nesse contexto, a situação na capital paraibana era preocupante e as expectativas não eram nada animadoras para a década seguinte, segundo dados da Fundação Instituto de Planejamento (FIPLAN).

"Se as condições financeiras da população continuarem sendo afetadas pela política econômica adotada pelo país, e outros indicadores, como o êxodo rural por exemplo, continuarem da mesma forma, nos próximos cinco anos a população favelada na área da Grandes João Pessoa terá pelo menos duplicado" (...) (POPULAÇÃO favelada..., 1984, p. 17).

Esse processo rápido foi modificando o aspecto físico da cidade, que tinha um crescimento bem menor que o aumento populacional. Em 1990, a Secretaria do Trabalho e Promoção Social registrava 46.500 famílias – uma média de 232.500 pessoas ou mais de um terço da população – morando em favelas. *"Ao todo são 155 favelas na cidade, localizadas em sua maioria na periferia de João Pessoa"* (PROLIFERAÇÃO de favelas..., 1990, p. 4). Calcula-se que só na capital paraibana eram quase 100 comunidades (APESAR do crescimento..., 1990, p. 5), sendo as demais localizadas no aglomerado urbano.



Figura 251: Favela às margens do Rio Jaguaribe (Beira-Rio). Fonte: APESAR do crescimento..., 1990, p. 5.



Figura 252: Favela às margens da BR-230. Fonte: FAVELAS às margens... 1979, p.

Contrariando o Código de Urbanismo, essas comunidades clandestinas foram se instalando desordenadamente às margens dos bairros da periferia e dos grandes conjuntos habitacionais, como também nas áreas baixas e alagadiças dos vales dos rios Jaguaribe e Sanhauá. Áreas que funcionavam como alternativa viável de “morar” para essa esfera da população à margem do mercado habitacional. A política oficial de erradicação de favelas já não era a maneira adequada e eficaz para diminuir a população em comunidades irregulares. Desse modo, o trabalho da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT) teve como metodologia tentar melhorar as condições de vida nessas favelas levando a infra-estrutura necessária, além de desenvolver o apoio à mão-de-obra desempregada através da geração de trabalho (POPULAÇÃO favelada..., 1984, p. 17). Política que vinha sendo desenvolvida pelo Ministério do Interior, desde 1979, através do Programa PROMORAR, para dotar o contingente de baixa renda existente nas favelas com melhores condições de moradia. Com efeito, em 1990, havia uma maior proporção de residências atendidas pela rede de esgotamento sanitário, em torno de 75%, enquanto que o abastecimento de água foi ampliado chegando a 88% das residências com acesso à água (IBGE, 1991).

Somado à proliferação de favelas em João Pessoa, a destruição de suas áreas verdes foi uma questão que também preocupou as autoridades locais, uma vez que vinham contribuído para a descaracterização e degradação do meio físico natural. A própria imprensa, nos anos 1980, defendeu a necessidade de uma maior atenção para o meio ambiente. Os noticiários sobre meio ambiente, poluição, desmatamento, entre outros temas ligados à ecologia, se tornaram frequentes: “Ecologia: a ciência onde o homem e a natureza se juntam” (ECOLOGIA: a ciência..., 1978, p. 8); Ganharam destaque também nos jornais a importância de nossas áreas verdes: “Buraquinho: o respirador da cidade e agente anti poluidor” (BURAQUINHO..., 1980, p.1), chamando atenção para sua função como o pulmão da cidade; ou “Nossos parques e jardins no olho crítico do paisagista Burle Marx” (NOSSOS PARQUES e..., 1985, p. 1), abordando o discurso do paisagista sobre o estado das obras que desenvolveu para a capital.

Foi sintomático do crescente interesse nessa época pelas questões relacionadas ao meio ambiente, que o então governador Dorgival Terceiro Neto (1978-1979)¹⁶³, em 1978, criou o primeiro órgão específico para a preservação do meio ambiente na Paraíba, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SUDEMA). Uma autarquia regional com o intuito não exclusivamente conservacionista, mas que propunha o uso racional do meio ambiente em benefício do homem (GOVERNO cria..., 1978, p. 8).

¹⁶³ Quando foi eleito indiretamente vice-governador junto com o governador Ivan Bichara, em 1974.

Anos depois, também foi defendida a arborização de quintais, ruas, avenidas e praças, como noticiavam os jornais: “*Prefeitura plantará dez mil árvores até agosto de 1985*” (PREFEITURA plantará..., 1984, p. 5) numa tentativa de reverter o recente quadro de desmatamento verificado na cidade, principalmente devido ao aumento das construções pela cidade. Fato que nos fez vislumbrar o possível desejo das autoridades de dar continuidade às iniciativas empreendidas, nos anos 1970, para aumentar a cobertura verde de João Pessoa: “*Uma árvore em cada quintal é a meta do prefeito*” (UMA ÁRVORE em cada..., 1974, p. 3); “*Prefeitura leva arborização às ruas dos bairros*” (PREFEITURA leva..., 1976, p. 5).

Desejo que também se mostrou com as constantes iniciativas públicas de trazer o paisagista Burle Marx para realizar palestras, atividades e alguns projetos, como o Parque Cabo Branco [como vimos na seção “*A verticalização da orla marítima*”, no Capítulo 02], e o Bosque Cultural (1984)¹⁶⁴, para os jardins da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Esse último visou “*o aproveitamento e a valorização dos jardins e do bosque existente na Casa de José Américo a fim de identificar as plantas existentes, replantio de outras variedades, construção de recantos e estatuas típicas da região*” representando personagens do romance “*A Bagaceira*” (BURLE MARX chega..., 1984, p. 7). Na ocasião da apresentação do projeto, Burle Marx destacou a forma como o progresso vinha sendo compreendido pelos setores da sociedade, especialmente o de João Pessoa, e a importância de criar áreas verdes na cidade contemporânea:

“*Os quintais e jardins residenciais estão cada vez mais reduzidos. O descanso que proporcionavam terá que ser procurado em jardins públicos. Com a nossa vida sedentária, o esporte assume papel importante e os parques terão que oferecer possibilidades e opções para a prática de esportes e para jogos de crianças. E devemos criar parques industriais, jardins botânicos e zoobotânicos para ensinar a conhecer a vegetação*” (FUNDAÇÃO terá..., 1984, p. 1).

Mesmo com todas as ações em defesa do meio ambiente, e da participação ativa de Lauro Pires Xavier e de Roberto Burle Marx para a preservação da paisagem natural do Cabo Branco e conscientização da população, como vimos anteriormente [na seção “*A verticalização da orla marítima*”, no Capítulo 2], em detrimento da verticalização da orla, os desmatamentos nos bairros da praia acompanharam o ritmo de crescimento da cidade, se estendendo pelos anos 1990. Cenário desagradável que não se conseguiu reverter e que foi presenciado e sentido pela população, a qual exigia providências das autoridades locais. Em matéria “*População reclama do desmatamento nos bairros da praia*” (POPULAÇÃO reclama..., 1990) registrava-se:

¹⁶⁴ Não localizamos esse projeto e não sabemos em que nível ele chegou a ser desenvolvido pelo escritório de Burle Marx.

“(...) A cada dia que passa a ‘cidade verde’ perde ainda mais a sua característica, vindo o concreto a ocupar o lugar de frondosos arvoredos que davam frutos (...), a especulação imobiliária chegou e deu início a destruição de árvores centenárias que nenhum mal fazia a sua presença ao ser humano (...).”

Providências urgentes devem ser tomadas por parte das autoridades, evitando desta forma que o verde paraibano e em especial o pessoense permaneça em extinção. Campanhas para a preservação e plantio de árvores devem ser iniciadas com urgência, evitando desta forma que as gerações futuras venham a sofrer com o desaparecimento das mais belas espécies de árvores que durante longos anos ornamentaram a nossa capital, dando-lhe em troca o pseudônimo de ‘cidade verde’.”

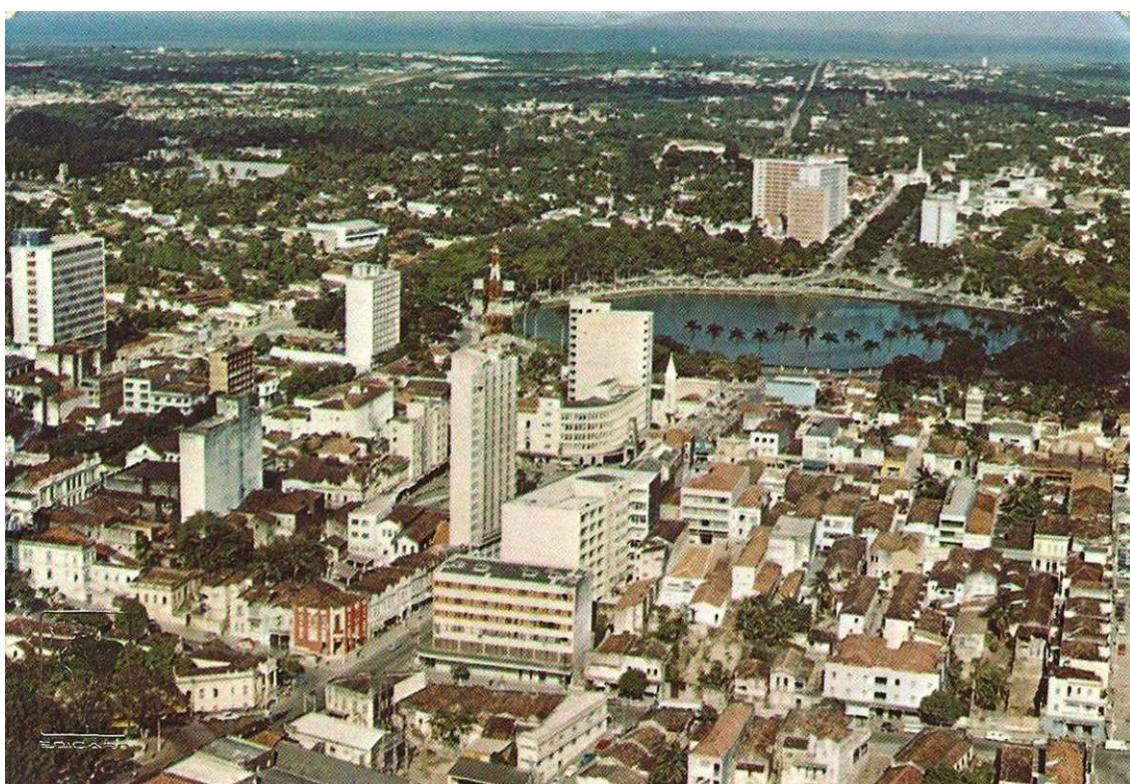


Figura 253: Vista panorâmica do centro à orla pessoense. Fonte: JOÃO PESSOA: AU especial, 1980, p. 1.

Assim, mesmo com todos estes problemas de sua urbanização, João Pessoa cresceu e se modernizou, ao seu jeito, como registraram os noticiários e as fotografias da época. Modernização e crescimento associados à diversificação no setor comercial, mas especialmente, ao crescimento da construção civil, percebido nos últimos dez ou quinze anos, e que se firmava ao final dos anos 1980. Os edifícios altos passaram a pontuar as imediações das principais avenidas e as novas construções residenciais que surgiram, especialmente na orla marítima, se somaram às novas construções: supermercados, *shopping-centers*, galerias, etc. proliferaram na cidade trazendo novidades nos setores de serviços e do comércio. Edificações que ao mesmo tempo em que reaqueceram o mercado imobiliário, trouxeram consigo a imagem de progresso da cidade.

Mas, sobretudo, foi através dos investimentos no setor turístico que se projetava a imagem de desenvolvimento e progresso da cidade. A partir da postura de planejamento adotada pela Prefeitura, na renovação dos parques Sólon de Lucena e Arruda Câmara, mas especialmente adotada pelo Estado no desenvolvimento de projetos de grande envergadura, a exemplo do Parque do Cabo Branco (1981), da revitalização do Centro Histórico (1987), e criação dos pólos turísticos, como o Projeto Costa do Sol (1987), que se objetivou modernizar ainda mais a capital paraibana. Para tal, técnicos de renome nacional foram trazidos para auxiliar no desenvolvimento desses grandes projetos.



Figura 254: Avenida Getúlio Vargas depois de intervenções. Fonte: JOÃO PESSOA: AU especial, 1980, p. 1.

O anunciado Projeto Costa do Sol (1988), principal carro-chefe do segundo mandato do governo de Tarçísio Burity (1987-1991), teve como objetivo transformar as praias ao sul do Cabo Branco (Praias do Seixas, da Penha, Jacarapé e do Sol) no “*marco definitivo para o turismo em João Pessoa*” (BURITY visita..., 1988, p. 8). Foi historicamente a primeira iniciativa arrojada nesse setor¹⁶⁵, ao propor a criação de um complexo hoteleiro e comercial, em uma área de 350 hectares, naquela região, de acordo com o zoneamento funcional proposto pelo Código de Urbanismo. O projeto desenvolvido pelo arquiteto José Luciano Agra, e que contou com a participação de

¹⁶⁵ Graças ao Plano de Desenvolvimento Turístico da Paraíba, que foi o primeiro plano de turismo do Estado a ganhar uma maior abertura no cenário político.

técnicos externos a convite do próprio arquiteto, como Maria Elisa Costa (n. 1934)¹⁶⁶, foi inspirado no modelo turístico implantado para o pólo turístico de Cancun, no México (MOURA; GARCIA, 2007, p.03). Além de dinamizar o turismo do Estado, o Costa do Sol foi um plano efetivo da gestão pública para a ocupação planejada do litoral sul, respeitando o zoneamento funcional indicado no Código de Urbanismo, e a preservação ambiental. Em linhas gerais, foram propostas três zonas de ocupação e uso do solo: Zona Turística Exclusiva, Zona Residencial e Zona Especial de Preservação¹⁶⁷. Mas o projeto mal saiu do papel.

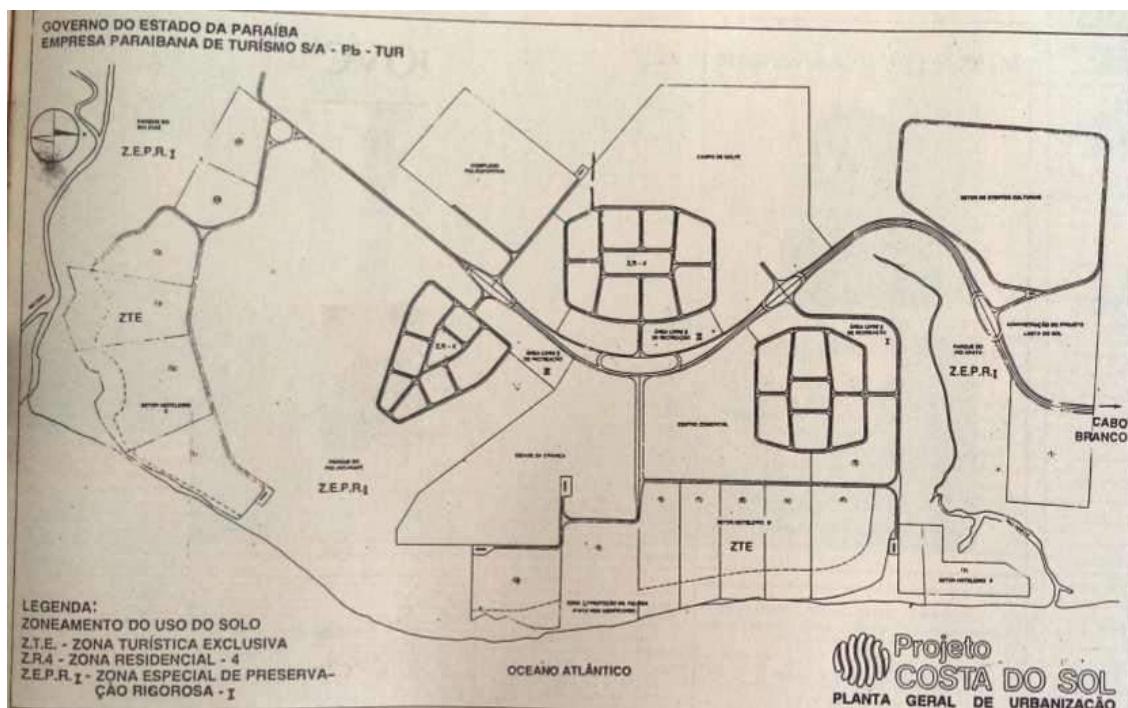


Figura 255: Projeto Costa do Sol (1987), José Luciano Agra de Oliveira. Fonte: ACESSO ao Projeto..., 1990, p. 5.

A modernização da cidade foi acompanhada pelas primeiras iniciativas de preservação e restauração de suas construções, que por efeito da implementação do Código de Urbanismo, foram empreendidas no sentido de preservação e revitalização da Área de Interesse Histórico. Seguindo uma tendência nacional, aonde a preservação histórica vinha assumindo relevância crescente, a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa também visou o desenvolvimento do turismo na cidade. Ainda em 1981, o “*Programa Cidade Históricas*” liberou verbas para a recuperação do Convento São Francisco (HILDEBRANDO vê..., 1981, p. 12). Já o projeto de recuperação dos

¹⁶⁶ Maria Elisa Costa (n. 1934) seguiu o mesmo caminho do pai Lúcio Costa (1902-1998), formou-se, em 1958, na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi Arquiteta da Divisão de Urbanismo do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da NOVACAP, sob a direção de Lucio Costa e Augusto Guimarães Filho, Rio de Janeiro, 1959/64 e sócia da *Projeto Arquitetos Associados*, Rio de Janeiro, 1968/69; e sócia da *C&S Planejamento Urbano Ltda.*, Rio de Janeiro, 1970/82.

¹⁶⁷ Ainda integravam a área do projeto, zonas destinadas especificamente para a administração, segurança, saúde, serviço de apoio, comunicação, força e luz, abastecimento de água, drenagem e esgoto sanitário.

monumentos antigos, aprovado em abril de 1987, pela Fundação Nacional Pró-Memória (PRÓ-MEMÓRIA aprova..., 1987, p. 4), iniciou uma nova etapa no desenvolvimento arquitetônico e urbanístico da cidade. Mesmo sendo um programa que se restringiu, inicialmente, para a restauração de monumentos religiosos¹⁶⁸, evoluiu para um convênio de cooperação firmado entre o Governo da Paraíba e o Governo da Espanha, “com o objetivo de recuperar o patrimônio histórico e cultural de João Pessoa, onde se concentram as mais raras arquiteturas barrocas portuguesas do país” (BURITY assina..., 1987, p. 8), intitulado “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987)”.¹⁶⁹

Este fato assegurou uma nova e rica experiência de intercâmbio cultural e profissional entre os técnicos dos dois países permitindo a elaboração de um programa que promoveria o reencontro de João Pessoa com sua vocação de centro cultural e turístico, como ainda o aprimoramento da qualidade de vida urbana. O resgate da paisagem histórica, então ameaçada pela transformação da área até fins dos anos 1970, resguardaria suas características excepcionais. O acervo arquitetônico tradicional da cidade estava sendo frequentemente substituído por novas edificações, sem um critério que conseguisse evitar o desaparecimento da história da fundação da cidade. Fato importante para a valorização daquela área por parte da população de João Pessoa, que nos anos 1980, sofria com a deterioração e a segregação espacial, quando de acordo com Scocuglia (2004, p. 01) “novas centralidades urbanas proliferaram enquanto o antigo centro perdeu sua importância comercial e residencial”.

Mas a revitalização e recuperação do acervo histórico da cidade não ficaram voltadas apenas para os monumentos antigos. Edifícios recentes, especialmente aqueles construídos já no século XX, foram alvo de projetos de restauração e recuperação graças às iniciativas públicas não diretamente ligadas ao convênio espanhol-brasileiro, tais como: o Hotel Tambaú, em 1979 (TROPICAL aplica..., 1979, p. 1), o Mercado de Artesanato de Tambaú, em 1981 (PB-TUR faz..., 1981, p. 8), o Mercado Central, em 1980 (RECUPERAÇÃO do Mercado..., 1980, p. 4), o Lyceu Paraibano, em 1982 (OBRAS DE APLICAÇÃO..., 1982, p. 5), demonstrando uma preocupação com alguns dos importantes edifícios da produção arquitetônica moderna de João Pessoa.

Enfim, o papel das iniciativas públicas compreendidas neste período foi fruto da implementação do Código de Urbanismo, confirmado sua importância como efetivo

¹⁶⁸ Especialmente a Igreja da Misericórdia, Igreja de São Francisco, Igreja do Carmo e Igreja de São Bento, além da Praça Antenor Navarro e o prédio da antiga Alfândega, localizado no Porto do Capim (CONVÉNIO assegura..., 1987, p. 1).

¹⁶⁹ Ver mais em: SCOCUGLIA, Jovanka B. C. **Sociabilidade, espaço público e cultura: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa**. Tese de doutorado em Sociologia Urbana. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

instrumento para ordenar o crescimento da cidade e para favorecer a gestão pública desse processo. Iniciativas que confirmaram não apenas uma nova etapa do desenvolvimento urbanístico de João Pessoa, mas que promoveram modificações na dinâmica do espaço urbano, do transporte coletivo, da verticalização urbana, além da consolidação das práticas em torno do patrimônio histórico e paisagístico. Políticas urbanísticas focadas no longo prazo, e que talvez, conseguiram estabelecer uma união, ainda que frágil, entre o setor público e privado, até a chegada do Plano Diretor (1992).

Não podemos esquecer que estas políticas tiveram a participação mais efetiva de profissionais de arquitetura, demonstrando a importância do papel dos arquitetos na construção da cidade – em um período de desvalorização do planejamento urbano nos anos 1980. Apesar já haver um número maior de profissionais atuando na cidade, mais uma vez, arquitetos consagrados foram convidados para intervir nesse processo.

Um novo meio arquitetônico local

Em paralelo às transformações e permanências locais, foi noticiada nos periódicos a formação do meio arquitetônico de João Pessoa. As tentativas de afirmação da atividade arquitetônica local, empreendidas ainda nos anos 1970, como a abertura de uma delegacia local do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em 1973; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), em 1976; além da criação dos cursos de Arquitetura, da Universidade Federal da Paraíba (1974) e no Centro Universitário de João Pessoa (1999)¹⁷⁰, como vimos anteriormente [na seção “O curso de Arquitetura”, no Capítulo 1], tiveram espaço de divulgação no noticiário pessoense.

Se nos anos 1970, foram lançadas as bases para afirmação da atividade de arquitetura no meio local, foi apenas nos anos 1980 que se constituiu um ambiente profissional mais rico e profícuo, graças ao crescente número de arquitetos¹⁷¹ e a uma maior organização de classe. Com efeito, a imprensa noticiou vários debates desenvolvidos pelo IAB-PB: “IAB promove Congresso de Arquitetura” (IAB promove..., 1982, p. 8); “Arquitetos promovem debate sobre sítios históricos” (ARQUITETOS promovem..., 1983, p. 7). Também aumentaram as notícias relacionadas à arquitetura e urbanismo, e ao pensamento ou ao trabalho dos arquitetos: “Arquiteto denuncia a má qualidade de projetos habitacionais pelo país” (ARQUITETO denuncia..., 1985, p. 5); “Festival de arte debaterá arquitetura e urbanismo” (COSTA, 1984, p. 19),

¹⁷⁰ As primeiras tentativas para criação do curso particular de Arquitetura foram feitas entre os anos de 1972 e 1973, porém apenas foi efetivado em 1999 (PEREIRA, 2008, p. 240).

¹⁷¹ Se ao final dos anos 1970 eram em torno de 50 profissionais na cidade (ARAÚJO, 2010, p. 38), ao final dos anos 1980, o número de arquitetos no Estado era em torno de 200 arquitetos (WOLF, 1988, p. 65).

“Arquitetos do Brasil fazem reunião hoje em João Pessoa” (ARQUITETOS do Brasil..., 1987, p. 01).

O Instituto, além de atuar como órgão educador, esclarecendo a importância da categoria na sociedade, também teve o papel fundamental de organizar manifestações e debates sobre grandes projetos que estavam sendo empreendidos nesse período em João Pessoa. Foi desse modo que ocorreu com a construção do novo Terminal Rodoviário de João Pessoa, bem como do projeto de acessos, provisório e definitivo, ao novo terminal; e do Espaço Cultural, pelo porte do projeto. Manifestações que, além do destaque no noticiário, ganharam espaço nas revistas especializadas, a exemplo da revista *Projeto*, graças aos contatos com editores das revistas nacionais com os quais o Instituto mantinha contato, favorecendo a divulgação dos projetos citados. Também foi de responsabilidade do IAB a organização de palestras, eventos, etc., possibilitando ao meio local o contato com o debate nacional.

Além do Instituto, os poucos arquitetos efetivamente instalados em João Pessoa (já que os demais profissionais ali atuantes eram radicados em outras cidades, principalmente em Recife), atuaram de forma pioneira na redução das limitações do meio paraibano em relação ao contexto nacional e regional. Se “*por volta de 1974 eram cerca de cinco os arquitetos que residiam e atuavam em João Pessoa: Mário Di Lásio, Pedro Abrahão Dieb, Antônio José do Amaral, Maria Berenice do Amaral, Manoel Tavares de Souza*” (HONORATO, 1987, p. 32 *apud* PEREIRA, 2008, p. 240); ao final da década já eram cinqüenta profissionais, enquanto, ao final dos anos 1980, o número de arquitetos no Estado era em torno de 200 arquitetos (WOLF, 1988, p. 65). Quadro que se ampliou e modificou em razão das oportunidades de trabalho nos setores da construção civil e do planejamento urbano.

Mesmo assim, ainda provinham de formação em Recife os novos arquitetos: Maria Grasiela Dantas, Régis Cavalcanti, Expedito Arruda, Amaro Muniz Castro, Armando Ferreira de Carvalho, Hélio da Costa Lima, José Luciano Agra, entre outros, que passaram a residir e atuar efetivamente na capital paraibana, como verificamos ao longo de toda a pesquisa. Não podemos esquecer também dos profissionais de outras procedências, sobretudo do Rio de Janeiro e de Brasília, que vieram a João Pessoa para o corpo docente do Curso de Arquitetura da UFPB (PEREIRA, 2008, p. 244). Assim, todos esses novos profissionais tiveram uma relação constante com a cidade e não apenas eventual, conforme a demanda por novos projetos. Somam-se, nos anos 1980, as primeiras turmas de arquitetos egressos do curso de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba (cerca de 20 novos profissionais diplomados por ano), ampliando o número de profissionais atuantes em João Pessoa, constituindo um

cenário mais favorável ao desenvolvimento da profissão na cidade, como lembrou Wolf (1998, p. 01):

“À parte projetos pioneiros de Clodoaldo Gouveia, Mario Di Lascio, Pedro Dieb, Leonardo Stuker e a presença marcante de Acácio Gil Borsoi, nos anos 40, 50 ou 60, e a produção competente de uma geração intermediária, como Carlos A. Carneiro da Cunha, Régis Cavalcanti e Amaro Muniz, nos anos 70 (sem esquecer, é claro, as contribuições significativas de José Luciano Agra e Alberto José de Souza, na área do urbanismo), a cidade ressentia-se de uma expressão arquitetônica mais contínua. Isso ocorre a partir dos anos 80, em consequência de vários fatores. Entre outros: o ingresso no mercado das primeiras turmas de arquitetos formados em João Pessoa, o processo de verticalização imobiliária e a construção de condomínios, o acesso irrestrito às informações resultante da globalização e, inclusive, a democratização do exercício profissional, o que possibilitou a abertura de outros nichos de atuação para os arquitetos da região”.

Apesar de apresentar um grupo de arquitetos atuantes um pouco maior, e dos mesmos terem uma produção significativa e extensa em João Pessoa, por não existir um periódico especializado, seus projetos não eram publicados e divulgados no meio profissional nem para a sociedade em geral. Apenas os jornais locais noticiavam os projetos, na maioria das vezes, sem conhecimento do assunto arquitetônico não dando conta da qualidade da produção dos arquitetos paraibanos. Muitas vezes nem citavam o nome do arquiteto ou do escritório envolvido na concepção. Além disso, as reportagens não expressavam as principais ideias e teses que circulavam no período, ou reportagens sobre crítica ou questões filosóficas do debate arquitetônico nacional ou internacional. De certo modo, os registros refletiram as limitações do debate arquitetônico local, mas eram as fontes principais de informação e atualização dos profissionais locais.

Fato que obrigou os arquitetos a recorrerem às publicações nacionais e internacionais, além dos livros de arquitetura e urbanismo, apesar da quase inexistência de edições de textos críticos e de obras sobre a arquitetura brasileira, na tentativa de diminuir o abismo existente entre o debate nacional e local. Coube então à universidade o papel fundamental na divulgação da produção local ao organizar debates, palestras e seminários sobre o panorama arquitetônico local, regional e nacional, como o ciclo de debates *“Tradição e Modernidade na Arquitetura Brasileira”* (WOLF, 1988), que contou com a coordenação do arquiteto Carlos Alberto Ferreira Martins, da Universidade de São Paulo (USP), trazendo à tona os novos e principais arquitetos e escritórios atuantes naquele momento, situando nossa produção no cenário nacional.

Entretanto foi com a formação das primeiras turmas concluintes de arquitetos do curso da UFPB, ainda em 1979, que as expectativas em relação ao panorama arquitetônico

local se mostraram positivas. O quadro de profissionais se ampliava e se consolidava, e esses novos arquitetos, lançados do mercado de trabalho emergente, eram agora efetivamente instalados na cidade, o que implicava um contato direto e constante com o meio em que atuavam. Desse modo, aconteceu com os muitos recém-formados na década de 80, em João Pessoa: Jussara Dantas, Gilberto Guedes, Antônio Cláudio Massa, Jussara Dantas, Paulo Mota, Vânia Paiva Martins, Germana Terceiro Neto, Ernani Henrique, Paulo Macêdo, Paulo Peregrino, Sandra Moura, entre tantos outros, os quais passaram a constituir parte no cenário da produção arquitetônica contemporânea.

Apesar de algumas discrepâncias e dificuldades no ensino local, esses profissionais tinham agora à disposição, além das revistas *Módulo*, *Projeto* e *AU*, alguns livros especializados lançados pelo mercado editorial nacional, como vimos inicialmente (na seção “*Introdução*”). Entre os mais significativos livros de arquitetura do período¹⁷² estiveram “*Arquitetura Contemporânea no Brasil*” (1981) de Yves Bruand; “*Caminhos da Arquitetura*” (1981) de Vilanova Artigas; “*Arquitetura Moderna Brasileira*” (1982) de Sylvia Fischer e Marlene Acyaba; “*Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*” (1987) de Alberto Xavier; e “*Arquitetura no Brasil/Anos 80*” (1988) de Hugo Segawa, só para citar alguns. Foi um momento em que “*o número de editoras com um fundo editorial dedicado à arquitetura quadruplicou*” (SEGAWA, 1990, p. 46).

Para diminuir a defasagem do ensino em relação às regiões Sul e Sudeste do país, os novos arquitetos paraibanos também se utilizaram “(...) das publicações internacionais, do intercambio profissional e da discussão cultural (...) com trabalhos paralelos ou estágios em escritórios de Arquitetura”, como expuseram os arquitetos Antônio Cláudio Massa e Ernani Henrique (WOLF, 1988, p. 68).

Soma-se, que agora, ao concluirão sua formação, os profissionais também encontravam como oportunidade de aperfeiçoamento profissional os cursos de mestrado já existentes. Na época já existiam no Brasil, sem considerar os cursos de especialização, apenas os cursos de mestrado em arquitetura da nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Brasília e na USP¹⁷³. Também já começavam a ser criados os primeiros cursos relacionados com a questão urbana e regional na sociedade brasileira¹⁷⁴.

¹⁷² Alguns dos livros mais citados em: SEGAWA, Hugo. Os dez mais significativos livros de arquitetura dos anos 80. In: **Projeto**. São Paulo. nº 129. jan-fev. 1990. p. 46-53.

¹⁷³ Os cursos de mestrado em arquitetura da UnB (Brasília – 1962), da USP (São Carlos - 1971 e São Paulo - 1972), o da UFBA (Bahia -1983) e da UFRJ (Rio de Janeiro – 1987).

¹⁷⁴ Os cursos de mestrado em planejamento urbano da UFRGS (Rio Grande do Sul, 1970), da UnB (Brasília, 1976), desenvolvimento urbano da UFPB (Recife, 1973), desenho urbano da UnB (Brasília, 1986). A única universidade a oferecer o curso de doutorado foi o da FAU-USP, criado em 1980.

Um grupo de profissionais que tinha que enfrentar um quadro de transição na arquitetura brasileira, com a informatização da arquitetura, por exemplo. A grande explosão da informática começava a marcar presença em praticamente todos os campos de atividade humana, dada a necessidade de rapidez operacional em todos os sentidos. O uso do computador nas áreas de desenho e simulação vinha aumentando nos últimos anos. Em 1984, o arquiteto Bernardo Rubstein apresentava o software “Pró-Arquitetura”. No mesmo período, o desenho auxiliado por computador (CAD/CAM: *computer aided design/computer aided manufacturing*) incorporava o computador como ferramenta de desenho, aumentando a produtividade e a capacidade criativa dos profissionais. Algumas das novas tecnologias e opções de aperfeiçoamento para os arquitetos formados ainda nos laboratórios de pranchetas.

Transição também enfrentada no momento em que ocorreu o desaparecimento de importantes expoentes da arquitetura brasileira. Em 1985 morreu Firmino Saldanha (1905-1985)¹⁷⁵, aos 80 anos; Vilanova Artigas (1916-1985), aos 69 anos, em plena atividade profissional; Flávio Império (1935-1985), aos quase 50 anos. Um ano antes Rodrigo Lefèvre (1938-1984), Plínio Croce (19??-1984) tinham falecido. Também estavam se aposentando ou diminuindo sua atividade profissional arquitetos como Acácio Gil Borsoi, que completava 60 anos; Sérgio Bernardes, 66 anos, Oswaldo Bratke, aos 87; e Severiano Porto (n. 1928), em 1990. Entretanto, ainda estavam atuando Oscar Niemeyer (1907-2012), com 78 anos, Paulo Mendes da Rocha (n. 1928), João Filgueiras Lima (1932-2014), Décio Tozzi (n. 1936).

Brasília, utopia da modernidade e concebida como símbolo do planejamento urbano, chegou ao 25º aniversário de fundação sob olhares de desconfiança, uma vez que foi na capital federal que se instalou o poder discricionário. Percebeu-se que o fato arquitetônico e urbano de Brasília (à parte suas qualidades e defeitos) era impotente em si mesmo para mudar a realidade social e política do país.

Apesar da perda parcial destas referências, estes profissionais tinham acesso a três publicações especializadas, tais como *Módulo*, *Projeto* e a recente *AU* (Arquitetura e Urbanismo), além das muitas revistas não-especializadas voltadas para o grande público. Revistas que foram imprescindíveis para a grande divulgação da produção arquitetônica de todas as regiões do país, permitindo, pela primeira vez, que se tivesse uma ideia geral do que estava sendo produzido em termos de arquitetura. Uma produção que refletiu o descrédito na arquitetura do “*pensamento único*”, revelando

¹⁷⁵ Firmino Saldanha (1905-1985) formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes, em 1931. Atuou no comando do IAB dando-lhe estrutura nacional e promovendo a participação dos departamentos estaduais em sua Direção Geral.

em seu lugar uma pluralidade de proposições e soluções. Desse modo, os novos arquitetos tinham uma maior liberdade de concepção, pensamento e posicionamento.

Revistas que deram algum espaço para a divulgação do trabalho de alguns destes arquitetos paraibanos, anunciando outros sotaques e linguagens, regionais e locais, da produção arquitetônica brasileira recente. Foi assim que Regis Cavalcanti, Expedito Arruda, Antônio Claudio Massa, Ernani Henrique, Gilberto Guedes, e o pioneiro Mário Glauco Di Lásio tiveram algum espaço na revista *AU* (Arquitetura e Urbanismo).

Em meio a esse cenário, o debate internacional do pós-modernismo, apesar de ter apenas reverberado no Brasil, contribuiu para reacender os regionalismos e incentivou uma maior diversidade na arquitetura nacional. Como vimos anteriormente, foram estas manifestações e discussões de cunho regionalista que trouxeram à tona novos valores, em especial àqueles ligados às especificidades de cada região: a necessidade de diálogo do edifício com seu contexto urbano, a adequação ao clima e a ao ambiente natural, a importância da preservação da história e cultura locais. A arquitetura produzida através do uso de técnicas e materiais locais, aliando tecnologia à tradição, passou a ser valorizada em detrimento das soluções universais.

Também nos anos 1980, especialmente a partir de 1983, a arquitetura brasileira voltava a ter espaço na vida cultural brasileira. As exposições e mostras de arquitetura voltavam a fazer parte da vida cultural do país. A mostra “*Arquitetura Brasileira Atual*” (1983) evidenciava o fato de que a arquitetura praticada no Brasil não se resumia mais àquela observada no eixo tradicional. Igualmente, vários e novos eventos voltavam a ser organizados no país, tais como: o Arquimemória I (1981), em São Paulo; o XI Congresso Brasileiro de Arquitetos (1982), em Salvador; o XII Congresso Brasileiro de Arquitetos (1985), em Belo Horizonte; o Arquimemória II (1987), em Belo Horizonte; e o XIII Congresso Brasileiro de Arquitetos (1988), no Rio de Janeiro, aproximando ainda mais o amplo quadro de arquitetos brasileiros.

Uma maior organização dos profissionais resultou ainda na criação da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), entidade de grau superior e órgão nacional de representação da categoria profissional dos arquitetos, congregando os Sindicatos de Arquitetos nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Seguindo a tendência nacional, em 1987, foi criado o Sindicato dos Arquitetos no Estado da Paraíba (SINARQ/PB), sob a presidência de Nelci Tinem, representando a categoria no Estado. Diante do crescente número de arquitetos, fossem eles ligados à atividade de projeto ou ao ensino, se verificou uma maior

organização de classe na Paraíba, a partir dos anos 1980. Ambiente favorável para a constituição de um debate arquitetônico local e maior afirmação profissional.

Maior organização que derivou, por exemplo, na coordenação e realização da 78º reunião do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil (COSU), reunindo arquitetos de todo o país para discutir a “*Reforma dos Estatutos da Entidade*” e defender as eleições diretas juntamente com o povo (ARQUITETOS elaboram..., 1988, p. 5). Os arquitetos ainda se mostraram preocupados com a degradação do espaço físico das cidades reconhecendo que todos os brasileiros tinham o direito à moradia.

“Preocupam-nos, de modo especial, neste momento diante das recentes catástrofes ocorridas no país, o destino das populações pobres de nossas cidades. A cidade que desmorona, alaga e mata, o faz exatamente por ser a expressão física das políticas públicas implementadas. As ocupações irregulares e as favelas tornaram-se a única opção do povo de conseguir moradia pela falta da oferta de habitação acessível e digna por parte das agências governamentais e pela ausência de mecanismos institucionais que dêem acesso à terra urbana ou rural” (ARQUITETOS elaboram..., 1988, p. 5).

Desse modo, se vislumbrava uma maior participação dos profissionais locais no ambiente arquitetônico pessoense, graças ao maior número de arquitetos, os quais já não precisavam se deslocar para os grandes centros do país para terem uma formação. Soma-se a ampliação do campo profissional que ganhava maior espaço na cidade graças às possibilidades diversas de atuação que se vislumbraram a partir da década de 70. Além da execução de projetos em grandes empresas (privadas ou estatais), no aparelho do Estado e nos escritórios particulares, os arquitetos paraibanos podiam trabalhar nas áreas de planejamento urbano ou na preservação histórica graças às iniciativas públicas empreendidas em João Pessoa, especialmente nos anos 1980. Enfim, consolidou-se o meio arquitetônico local e maior afirmação profissional.

“A depender, enfim, do amadurecimento crítico e conceitual, além da auto-estima, essa arquitetura, descontados os equívocos decorrentes da fase juvenil, revela energia e inquietação suficientes para forjar uma linguagem arquitetônica alternativa. Ou seja: uma linguagem que, sem perder as características de ternura e espontaneidade, seja resultado da alquimia (síntese) de várias correntes e estilos filtrados através do olhar local (o “espírito do lugar”), assim como ocorreu com a formação biogenética do próprio povo paraibano. Um povo marcado pela mesclagem de índios, negros e europeus. Uma linguagem arquitetônica, em suma, da nova era: leve, ecológica e plural, mas com luz própria. (...) Ainda desconhecida da mídia especializada, a nova arquitetura paraibana chama a atenção pela jovialidade e contrastes. O próprio Gian Carlo Gasperini, em entrevista a AU (77), se confessou surpreso com o que viu ao passar por João Pessoa - essa arquitetura ‘tem um sabor de autenticidade cada vez mais difícil em outras regiões do País’, declarou” (WOLF, 1998, p. 01).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, o que empreendemos nessa pesquisa foi uma tentativa de resgatar, entender e construir parte da história da arquitetura moderna do Brasil, entre os anos 1970 e 1985, pouco abordada pelos clássicos da historiografia nacional. Assim como tantas outras pesquisas que vem sendo realizadas no país, tentamos reunir alguns elementos de uma história pouco apreciada em livros de arquitetura e em revistas especializadas. Mesmo com esse hiato, procuramos captar parte constituinte da recente produção da arquitetura moderna em João Pessoa diante das transformações do espaço urbano empreendidas pelos diferentes autores identificados. Tentativa necessária e urgente em face do atual e crescente processo de destruição, descaracterização e perda dessa arquitetura.

Além de complementar as lacunas e reparar omissões, esta tentativa foi necessária para desmistificar a idéia de que a produção arquitetônica das regiões Norte-Nordeste, especialmente da capital paraibana, foi resultante apenas de variações regionais ou desdobramentos menores, dependentes e influenciados pelas arquiteturas do Centro-Sul do país. O fato de nossa produção não ter comparecido nos cânones não diminui a sua legitimidade em face das condições locais, nem sua qualidade é menor pelo fato de seguir ou não certos modelos e paradigmas da modernidade oficial.

Não tentamos agrupar obras e arquitetos em possíveis correntes ou linhas de contato, através da busca de influências, ou procurar por rótulos abrangentes e características genéricas, por considerarmos que esse processo implicaria em reduções que ignorariam importantes especificidades e não refletiria as posturas arquitetônicas adotadas pelos arquitetos paraibanos. Entretanto, procuramos tecer um panorama histórico da arquitetura de João Pessoa diante de uma nova conjuntura urbana e de novos atores, não nos esquecendo de fazer as conexões necessárias com o trabalho precedente realizado por Fúlvio Pereira. Verificamos que a arquitetura recente de João Pessoa refletiu atitudes diversas e coerentes com seu meio.

Certamente, as iniciativas de gestão do espaço público urbano, fazendo valer as leis e instrumentos urbanísticos, foram fundamentais nesse período, no sentido de uma maior reestruturação da malha urbana. A regulação da atividade especulativa imobiliária foi fundamental para a valorização do solo urbano e para a preservação de áreas naturais. Quer seja através da criação de mais áreas verdes, da revitalização do Centro Histórico, do escalonamento da verticalização na orla, das vias exclusivas para pedestres, ou das intervenções de grande porte, o poder público conseguiu agir de diversas formas, em várias esferas, na busca de uma melhor qualidade de vida para o crescente número de habitantes de João Pessoa.

Houve a participação efetiva de arquitetos neste processo, confirmando a consolidação e ampliação de seu campo de atuação em larga escala, principalmente na dimensão da cidade. Soma-se a discussão de questões novas como a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Ampliação que não favoreceu os arquitetos locais, talvez pelo quadro ainda reduzido de arquitetos especializados na cidade, mas a participação de profissionais consagrados nacionalmente, tais como Sérgio Bernardes, Roberto Burle Marx, Jaime Lerner, Maria Elisa Costa, entre outros. Fato que, por si só, não confirmou o sucesso de algumas das intervenções empreendidas, como por exemplo, parte das soluções urbanas trazidas de Curitiba, entre elas a criação de ruas exclusivas para pedestres no núcleo central; a implantação de faixas e vias exclusivas para ônibus; a elaboração de um plano ciclovário; ou ainda, a mudança de conformação radial da expansão para uma linearizada. Entretanto, a participação desses profissionais foi fundamental para o desenvolvimento bem-sucedido de outras ações, como o caso da melhoria e integração do transporte público; da preservação do centro urbano de grandes vias e do adensamento sem controle; ou da criação e preservação de áreas verdes para recreação e lazer. Assim, o trabalho destes arquitetos era em torno do

desenvolvimento de uma cidade mais democrática, não nos moldes urbanísticos de Brasília, mas sim da capital paranaense.

A ação do setor público contemplou também a escala arquitetônica, mantendo uma orientação moderna em suas obras. De forma manifesta, isso se verificou na concretização do Espaço Cultural da Paraíba (Sérgio Bernardes – 1979), o qual foi planejado para firmar um símbolo de modernidade e progresso para a capital paraibana, além de sua direta associação à figura do governador. Embora com menor grau de publicidade, mas com mesmo grau de importância, também foram construídos outros edifícios representativos, como o Centro Turístico (Regis Cavalcanti -1980), o Ministério da Fazenda (Antônio Carlos de Almeida e Sylvia Maria Andrade – 1983) e o Aeroporto Castro Pinto (Sergio Bernardes – 1981), os quais se mantiveram alinhados com diferentes experiências da arquitetura moderna brasileira.

As obras públicas realizadas no período continuaram sob a supervisão dos arquitetos, mesmo com um mercado de trabalho composto em maior número por engenheiros e desenhistas desempenhando a atividade projetual. Uma produção que confirmou a continuidade de algumas posturas projetuais voltadas para as concepções arquitetônicas dominantes, onde a institucionalização de uma arquitetura moderna brasileira expressa em concreto aparente, muito difundido nas décadas anteriores, prevaleceu como traço simbólico da produção nacional.

Quadro verificado também no campus universitário, onde prevaleceu a atuação de diversos arquitetos, que apesar de advindos de diferentes regiões do país, continuaram produzindo edifícios predominantemente em concreto armado. Mesmo havendo proposições quanto à conservação da unidade arquitetônica do conjunto de edifícios universitários, a partir da utilização da mesma estrutura e dos mesmos materiais construtivos, houve uma tendência de alinhamento com as posturas arquitetônicas brasileiras dominantes pelo emprego excessivo do concreto armado em alguns exemplares. Contudo, alguns arquitetos souberam se desvincilar da onipresença do material empregando-o juntamente com o tijolo aparente, respeitando as questões de economia, racionalização e simplicidade defendidas no Plano Diretor.

Entretanto, em João Pessoa, nos projetos para os edifícios públicos também houve espaço para o emprego de outros materiais, como a estrutura metálica utilizada primeiramente nos projetos de Sérgio Bernardes, e que acabou sendo maciçamente empregada pelos arquitetos locais em diversos projetos nos anos posteriores. Desse modo, se estabelecia a busca de uma arquitetura contemporânea empregando o aço e o alumínio. Diferentemente de outras experiências realizadas em outros estados, o

tijolo aparente não passou a dar expressão aos edifícios públicos locais. Seu emprego foi limitado às iniciativas voltadas para programas residenciais, especialmente àquelas voltadas para a população de maior renda, como consideramos a seguir.

As agências bancárias também produziram marcas significativas na paisagem urbana, do centro a orla marítima, em virtude da grande quantidade de edifícios erguidos. Obras que promoveram, especialmente, a renovação de construções antigas e a ocupação dos poucos terrenos livres da região central, acompanhando a crescente valorização da Avenida Epitácio Pessoa. A arquitetura desses edifícios também permaneceu alinhada ao “*racionalismo brasileiro*”, seja através de posturas arquitetônicas em continuidade à arquitetura brasileira até Brasília, seja através de posturas arquitetônicas distintas a essa. Diversidade de posturas que poderia ser justificada em virtude da heterogeneidade de profissionais que realizaram estes edifícios. Ainda assim, esse pequeno mostruário de bancos de João Pessoa confirmou invariavelmente o emprego da exposição do concreto armado, conferindo aos edifícios uma qualidade formal pela expressão de seu caráter construtivo, com certa “*ênfase tectônica*”.

Igualmente, os incorporadores imobiliários imprimiram algumas marcas na paisagem urbana, embora pontuais e em menor quantidade, Graças às restrições urbanísticas, foram poucos os edifícios altos construídos por esses agentes nesse período no centro urbano. Eles passaram a ser edificados de forma pulverizada na malha urbana, em bairros vizinhos ou próximos ao Centro. Na praia, a construção de edifícios em altura sofreu entraves significativos freando a ação da especulação imobiliária. Agora, a arquitetura dessas obras, igualmente guiada por soluções modernas, não foi determinada pelos incorporadores imobiliários, os quais agora recorriam ao trabalho dos arquitetos então atuantes na cidade para a autoria dos projetos.

Se as obras públicas e os bancos demonstraram certo alinhamento com a arquitetura moderna brasileira pelo uso extensivo do concreto armado como material, não houve a busca por uma originalidade formal através de “*plasticismo simbólico*” ou de volumes escultóricos. As referências formais se pautaram muito mais na combinação de tecnologia construtiva e elementos de controle bioclimático, além da utilização em alguns casos de “*partidos espacializantes*” muitos difundidos nessa época, do que em soluções plásticas audaciosas. Assim sendo, a arquitetura moderna de João Pessoa entre 1970 e 1990 não se manifestou unitária, sobretudo pelo grupo diverso de arquitetos que atuaram nesses projetos, os quais adotaram posturas arquitetônicas diversas, em meio a um cenário heterogêneo no contexto nacional e internacional, onde várias tendências, correntes, atitudes, etc. se disseminavam.

Mesmo aquele grupo de profissionais advindos de igual formação na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, não seguiu as mesmas posturas arquitetônicas, por exemplo, alinhadas a uma possível “escola pernambucana”. Fato observado na produção residencial local desses arquitetos e também na trajetória individual de cada um deles. Ao tempo em que Maria Grasilea Dantas produziu residências orientadas em referências da arquitetura pernambucana e nordestina, também produziu obras públicas que dialogavam com a arquitetura moderna brasileira, como por exemplo, o edifício da Caixa Econômica (1985); Regis Cavalcanti realizou os projetos para a Caixa Econômica Federal (1980) ou do Centro Turístico (1981), próximas às experiências paulistas, e também projetou residências com referências à arquitetura pernambucana realizada por Delfim Amorim e Acácio Borsoi. Por sua vez, Expedito Arruda utilizou diferentes fontes de referência em suas obras: na Residência Ary Carneiro Vilhena (1981), se aproximou das experiências paulistas, em especial de Ruy Ohtake, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha; na Residência Alcindo Martins Ribeiro (1984), assimilou soluções comuns à obra de Carlos Carneiro da Cunha, ou de Lúcio Costa, por exemplo, através do uso contemporâneo de elementos da arquitetura tradicional colonial. Entretanto, mesmo com essas “*interlocuções*” ou “*diálogos*”, os arquitetos paraibanos conseguiram desenvolver uma arquitetura orientada com as especificidades locais, onde as escolhas formais, espaciais e tecnológicas adotadas se adequaram e se relacionaram com o lugar e com o seu entorno.

Em sua maioria, as obras passaram a evidenciar uma maior exploração dos componentes estruturais (pilares, vigas, lajes, arcadas, pórticos e abóbadas), e o princípio da distinção entre os elementos portantes e os delimitadores espaciais ficou mais evidente. A expressão artística da construção agora estava particularmente relacionada à questão dos meios de produção e à exposição da lógica estrutural do edifício. Também foram valorizados os materiais construtivos em seu estado aparente e natural, em detrimento do uso de acabamentos e revestimentos. Uma produção que plasticamente se afastou da produção da geração anterior realizada pelos arquitetos paraibanos, mas que se aproximou da produção nacional pautada por uma sensibilidade plástica que enfatizava a expressividade das estruturas em concreto.

Desse modo, se entre 1956 e 1974 não se revelou na pesquisa de Pereira (2008, p. 249) “*a moda (ou ditadura) das grandes estruturas de concreto, do concreto aparente, dos pilares esculturais, das estruturas protendidas, do exibicionismo estrutural, a competição por vãos livres maiores, dos panos de vidro*” descrita por Segawa (1998, p. 191); entre 1970 e 1990, em nossa pesquisa se mostrou. A experimentação dos desafios técnicos e da plasticidade que o concreto armado possibilitava na criação de

formas livres e incomuns, não foi por nossa pesquisa verificada. Apesar da prevalência do uso do concreto armado, a produção pessoense neste período não se revelou presa às posturas arquitetônicas de certo momento áureo da arquitetura brasileira, mas aberta à experimentação de novas técnicas construtivas e à exploração de outros materiais.

Isto não poderia ser creditado diretamente ao grau de desenvolvimento tecnológico local, que ainda tinha suas limitações (segundo os arquitetos por nós entrevistados), mas em parte à industrialização da construção no país que estimulava a utilização e diversificação do setor. O concreto armado, muito difundido na década anterior, perdeu espaço a outros sistemas construtivos, principalmente de aço. Os arquitetos paraibanos valeram-se também de meios e modos de construção artesanais com tijolo e pedra aparentes e a madeira, “*de acordo com as condições específicas de cada realização e seus desígnios projetivos*”. Assim, o pouco desenvolvimento tecnológico e econômico da cidade, e às dificuldades trazidas pelo relativo isolamento, não impediram o desenvolvimento de soluções arquitetônicas satisfatórias em consonância com a realidade local, mas alinhadas com posturas arquitetônicas diversificadas.

A partir de então, o tijolo foi mais bem explorado “*como uma alternativa à onipresença do concreto armado na arquitetura nacional*”, seguindo uma tendência nacional. Contudo permaneceu associado às estruturas de concreto sem chegar a ser empregado como material único, não atingindo a coberta dos edifícios. O aço também foi utilizado especialmente como cobertura nos grandes vãos, como opção a prevalência do concreto armado. Empregado primeiramente nos projetos de Sérgio Bernardes, do Espaço Cultural (1979) e do Aeroporto Castro Pinto (1981), o material foi difundido no meio local através do emprego do sistema espacial em diversos programas, posteriormente, especialmente em grandes obras públicas. A pedra bruta também foi utilizada, mas seu emprego ficou restrito à alvenaria dos muros e embasamentos das edificações.

Houve, portanto, uma experimentação de novas técnicas construtivas, e a exploração de novos materiais se evidenciou a partir dos anos 1970, mas, sobretudo nos anos 1980, seguindo uma tendência nacional. Porém, foi a tecnologia do concreto armado que predominou nos projetos realizados na capital paraibana, indicando a prevalência do material também no cenário local. A opção pelo concreto armado aparente - que poderia ser associada ao “*brutalismo internacional*” e, em alguns casos, ao “*brutalismo paulista*” pelo fato de as obras apresentarem certas características “*brutalistas*”, em maior ou em menor grau -, demonstrou certo alinhamento de posturas arquitetônicas com a arquitetura moderna brasileira e internacional. Utilizar o rótulo “*brutalista*” para

as obras de João Pessoa e destacar certas características do “*abecedário brutalista*” implicaria em reduções que ignorariam importantes especificidades e, ao mesmo tempo, em generalizações impróprias, se não apenas em aproximações de cunho estilístico e superficial.

A prevalência do uso da tecnologia do concreto armado na produção arquitetônica de João Pessoa caminhou no sentido de criar estruturas econômicas, salvo algumas exceções como o estádio e o ginásio (pelo porte de suas construções). Pilares angulosos, grandes vigas, empenas cegas, etc. não foram verificados na produção local. A maioria das soluções estruturais não se mostrou dominantes na expressão formal dos edifícios, mas coadjuvantes, formando exoesqueletos expressivos que dialogaram, em termos de proporção e texturas, com os delimitadores espaciais. Também o emprego de dispositivos tais como rasgos de iluminação zenital, quebra-sóis, “panos” de concreto, pérgulas, etc., igualmente em concreto aparente, evidenciou as preocupações na composição formal, mas principalmente, as questões de ordem do conforto climático e ambiental. Elementos industrializados ou pré-moldados visando a máxima racionalidade construtiva pouco compareceram em nossa pesquisa, sendo insuficientemente explorados, demonstrando talvez relativo atraso na construção local.

Não havia mais uma grande crise econômica na Paraíba nesse período, como em décadas anteriores, mas muitas obras, especialmente nos anos 1980, ficaram inacabadas por alguns anos até serem retomadas posteriormente. Foi o caso, por exemplo, do Aeroporto Castro Pinto (Sérgio Bernardes - 1981), que deveria ter sido concluído em 1983, mas só foi concluído em 1985; ou o Centro Turístico (Regis Cavalcanti - 1981), cuja construção ficou paralisada por longo tempo, sendo concluído apenas em 1987. Obras que, segundo os jornais da época, tiveram problemas financeiros devido aos altos investimentos do governo na concretização do Espaço Cultural (Sérgio Bernardes - 1979). Outros projetos, concebidos ainda no início dos anos 1970, só foram construídos na década seguinte como, por exemplo, a Câmara Municipal (Tertuliano Dionísio – 1973), que teve sua construção iniciada em 1978 e concluída em 1982; ou o Fórum de João Pessoa (Mário Glauco Di Lásio – 1973), iniciado em 1985 e concluído na década seguinte. É verdade que o país passava por um momento de crise econômica e institucional, e que parece ter refletido no âmbito local contribuindo para o atraso na conclusão das obras.

De modo contrário, as manifestações realizadas pelos incorporadores imobiliários não revelaram as mesmas dificuldades. O fato de muitos projetos não terem seguido adiante nesse setor, especialmente os edifícios em altura, foi devido as restrições construtivas e aos debates sobre a verticalização na orla marítima, levando a não-

concretização de muitos deles. O vigor do mercado imobiliário foi freado pelas medidas protecionistas que protegiam a paisagem natural do litoral paraibano da especulação imobiliária desenfreada, não obstante o simbolismo de progresso e crescimento ser reconhecido nos discursos e nos projetos das construtoras e imobiliárias.

De fato, houve uma diversidade de filiações seguidas pelos arquitetos atuantes em João Pessoa, intercalando projetos direcionados em torno das posturas dominantes da arquitetura moderna brasileira, salvo algumas aproximações eventuais a referências internacionais; com projetos direcionados em torno de propostas regionais, quando os arquitetos paraibanos se afastaram da linguagem oficial ao fundir elementos modernos e tradicionais, buscando desenvolver uma arquitetura condizente e integrada ao sítio e expressa no emprego de soluções construtivas artesanais, de materiais tradicionais e locais, no tratamento rústico *des* materiais, na preocupação de adequação climática (beirais generosos, varandas, terraços, etc.), revisitando a tradição vernácula. Entretanto, prevaleceram na produção local os princípios modernos aliados às questões ambientais, sem se alienar da técnica contemporânea e das questões de economia e simplicidade. Também houve algumas iniciativas voltadas para o pós-modernismo, como os primeiros edifícios de escritórios – Edifício Atrium e o Edifício Síntese, e algumas com algum grau de exploração da ostentação estrutural.

Enfim, a arquitetura recente produzida em João Pessoa, nesta ocasião se mostrou, em parte, diversificada em relação à produção da geração anterior de arquitetos paraibanos, principalmente em termos de variedade formal e estética, na medida em que houve um redirecionamento das posturas arquitetônicas da nova geração em face da aclamada “*grande-arquitetura-oficial-brasileira-moderna*”. Enquanto a “*segunda geração*” se manteve alinhada com as concepções arquitetônicas em continuidade à arquitetura brasileira até Brasília, a “*terceira geração*” de arquitetos buscou referências nas concepções arquitetônicas alinhadas com a arquitetura moderna pós-Brasília, em torno da heterogeneidade. Mesmo com a voga dos debates da pós-modernidade no plano internacional, e com o cenário de crise e renovação no plano nacional, entre 1970 e 1985 em João Pessoa, o panorama arquitetônico ainda se mostrou um “*continuum*” com a prática projetual moderna brasileira, especialmente pela importância técnica, formal e simbólica do concreto armado. Assim, não houve uma evidente ruptura com os preceitos modernos e a arquitetura local se tornou ainda mais reiterada nesse período, se constituindo de aproximações ou de desvios, de semelhanças ou diferenças da linguagem oficial. Fato que não diminui a importância e riqueza da contribuição moderna pessoense.

REFERÊNCIAS

[A LIGAÇÃO do Bessa com a BR-230...]. **O Norte**. João Pessoa, 11 ago. 1973. p. 3.

A ERA moderna da arquitetura na Paraíba. **A União**. João Pessoa. 21 jan. 1989. p. 1 Caderno 2.

A REALIDADE assusta os paisagistas. **O Norte**. João Pessoa, 05 ago. 1984, p. 19.

[AS OBRAS da avenida Beira-Rio...]. **O Norte**. João Pessoa. 15 fev. 1976. p.1.

ACAYABA, Marlene. FICHER, Silvia. Arquitetura brasileira: tendências atuais. *In: Projeto*. São Paulo, nº 16. nov. 1979. p. 23-30.

_____. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.

ACAYABA, Marlene. Brutalismo Caboclo: as residências paulistas. *In: Projeto*. São Paulo. nº 73, mar. 1985.

ACESSO ao Projeto Costa do Sol ficará pronto até março. **A União**. João Pessoa. 03 fev. 1990. p. 5.

AEROPORTO Castro Pinto deverá contar com nova estação de passageiros. **A União**. João Pessoa, 22 mai. 1981. p. 12.

AGORA o trem é para todos. **A União**. João Pessoa, 10 nov. 1983, p. 3.

ALMEIDA, Adriana Leal de. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande**: registros e especulações (1960-1969). Trabalho de graduação. João Pessoa, CAU/UFPB, 2007.

_____. **Modernidade e Modernização**: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande. Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. “**Difusão da arquitetura moderna brasileira**”: construindo um tema, anos 1970-80. *In: 4º DOCOMOMO Norte-Nordeste - Arquitetura em cidades “sempre novas”*: modernismo, projeto e patrimônio. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

AMARAL, Izabel. NASLAVSKY, Guilah. Praça Fleming: um conjunto residencial orgânico? *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 038.08. ano. 4, jul. 2003.

AMORIM, Luiz do Eirado. Delfim Amorim: construtor de uma linguagem síntese. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 22. fev.-mar. 1989. p. 94-97.

_____. Uma escola regional? *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 94. fev. 2001. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/94/uma-escola-regional-23699-1.aspx> Acesso em: 23 abr. 2014 às 11:41.

_____. Modernismo recifense: uma escola de arquitetura, três paradigmas e alguns paradoxos. *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 012. 03. ano 01. mai. 2001.

APESAR do crescimento, cidade também convive com favelas. **A União**. João Pessoa, 17 jul. 1990. p. 5.

ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. **Aspecto plástico (1980-1988)**. Trabalho final de graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, João Pessoa, 1989.

_____. **Arquitetura residencial em João Pessoa:** A experiência moderna nos anos 1970. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, Natal, 2010.

_____. CUNHA, Marcio Cotrim; TINEM, Nelci Arquitetura residencial moderna em João Pessoa nos anos de 1970. In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo. nº 126.03. ano 11. nov. 2010.

ÁREA de valor histórico não poderá ser alterada. **O Norte**. João Pessoa. 13 set. 1980. p. 1.

ARQUITETA elogia setor turístico. **O Norte**. João Pessoa, 27 mar. 1987. p. 4.

ARQUITETO apresentou projeto do novo Fórum. **A União**. João Pessoa. 08 mar. 1973. p. 1.

ARQUITETO denuncia a má qualidade de projetos habitacionais do país. **A União**. João Pessoa, 18 out. 1985. p. 5.

ARQUITETOS do Brasil fazem reunião hoje em João Pessoa. **A União**, João Pessoa, 26 mar. 1987, p. 01.

ARQUITETOS elaboram manifesto em que pedem eleições diretas. **O Norte**. João Pessoa, 31 mar. 1988. p. 5.

ARQUITETOS promovem debate sobre os sítios históricos. **O Norte**. João Pessoa, 23 nov. 1983. p. 7.

ARQUITETOS terão concurso nacional. **O Norte**. João Pessoa, 05 mai. 1981, p. 2.

ARRUDA, Expedito. **Entrevista** [26/06/2012]. Entrevistador: Rayssa Martins, João Pessoa, 2012.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Fundação Vilanova Artigas/PINI, 1986.

ARTIGAS, Rosa. THOMAZ, Dalva. Escola Paulista: sobre brutalismo, mitos e bares (ou de como se consagrar uma impropriedade). In: **AU (Arquitetura e Urbanismo)**. São Paulo, nº 17. abr-mai/1988. p. 61-63.

ARTISTAS em prol da da orla marítima. **O Norte**. João Pessoa, 05 dez. 1982, p.8.

AS NOVAS fórmulas para locomoção. **A União**. João Pessoa, 01 fev. 1975. p. 9. Caderno 2.

ATÉ 24 meses. Loteamento Visão Panorâmica. **A União**. João Pessoa, 19 ago. 1980. p. 13.

AURELIANO, Christianne. **Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFPB**: anteprojeto para suas novas instalações. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, 2001.

AURELIANO destaca valor do Espaço Cultural. **A União**. João Pessoa, 12 jan. 1982. p. 12.

AUTÔNOMA abre vagas e prevê Arquitetura. **A União**. João Pessoa, 03 jan. 1973. p. 8.

AUTÔNOMA já tem seu campus. **O Norte**. João Pessoa. 05 mai. 1981. p. 1. Caderno 2.

BANCÁRIOS terão seu conjunto. **A União**. João Pessoa, 22 dez. 1977. p. 8.

BANCÁRIOS vão construir a sua sede com o apoio da CEF. **A União**. João Pessoa, 17 jan. 1979. p. 2.

BANHAM, Reyner. **El Brutalismo en arquitectura ¿ética o estética?** Barcelona: Ed. Gustavo Gili S.A, 1967. 196 p.

BARBOSA, Camila Fialho; ANDRADE, Juliana Xavier de. **Registro moderno:** Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Trabalho de Estágio Supervisionado. João Pessoa: CAU/UFPB, 2010. Orientação: Nelci Tinem.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília:** rumos da Arquitetura Brasileira: discurso, prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2003.

_____. **Dos anos 50 aos anos 70:** como se completou o projeto moderno na arquitetura brasileira. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2004.

_____. ZEIN, Ruth Verde. **Brasil:** arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.

[BEIRA-RIO]. **A União.** João Pessoa, 21 nov. 1974. p. 3.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna.** 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BEP terá nova sede. **A União.** João Pessoa, 22 mar. 1973. p. 2.

BERNARDES: Centro Cultural será uma praça do povo. **A União.** João Pessoa, 22 jan. 1980. p. 7.

BIBLIOTECA Central da UnB: o problema da autoria. **Projeto.** São Paulo. nº 58. dez. 1983, p. 12.

BIBLIOTECA enfrenta problemas. **A União.** João Pessoa. 10 mar. 1985. p. 8.

BONATES, Mariana Fialho. **Ideologia da casa própria... Sem casa própria.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BORGES, Ana Silvia L. V.; PARAGUAY, Ana Elizabeth. **João Pessoa:** do milagre econômico à crise atual. Trabalho final de graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, 1992.

BNH aprova recursos para o Projeto Cura. **A União.** João Pessoa, 03 dez. 1977. p. 5.

BRASÍLIA inaugurou seu moderno ginásio. **A União.** João Pessoa, 20 jun. 1973. p. 4.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** 1^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURAQUINHO: o respirador da cidade e agente anti-poluidor. **A União.** João Pessoa, 05 ago. 1980. Caderno Especial, p. 1.

BURITY e o Espaço. **O Norte.** João Pessoa, 7 mai. 1981. p. 2.

BURITY assina convênio para recuperar núcleo histórico. **O Norte.** João Pessoa. 14 ago. 1987, p. 8.

BURITY autoriza Burle Max a projetar um novo parque. **A União.** João Pessoa, 06 fev. 1980. p. 1.

BURITY desapropria o Cabo Branco. **A União.** João Pessoa. 29 ago. 1979. p. 1.

BURITY firma termo aditivo para novas obras no aeroporto. **A União.** João Pessoa. 17 set. 1981. p. 12.

BURITY quer preservar a cultura. **A União.** João Pessoa. 11 jun. 1981. p. 5.

BURITY visita obras do Projeto Costa do Sol. **O Norte.** João Pessoa. 02 jul. 1988. p. 8.

BURLE MARX diz que jardins botânicos podem desaparecer. **A União.** João Pessoa, 28 mai. 1981, p. 10.

BURLE MARX chega 2^a a João pessoa. **O Norte**. João Pessoa. 22 nov. 1984. p. 7.

BURLE MARX: é preciso levar-se em conta o futuro desta cidade. **A União**. João Pessoa, 25 mai. 1981, p. 1.

BURLE MARX insiste para que Cabo Branco seja preservado. **A União**. João Pessoa. 7 ago. 1980. p. 8.

BURLE MARX recebe projeto do Altiplano. **O Norte**. João Pessoa. 11 jun. 1980. p. 12.

BURLE MARX vai transformar o Cabo Branco. **A União**. João Pessoa, 06 fev. 1980. p. 8.

CABRAL, Renata Campello. Por uma visão integral da arquitetura. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 96. jun. 2001. Disponível em: < <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/96/por-uma-visao-integral-da-arquitetura-23728-1.aspx> > Acesso em: 01/07/2014 às 09:43.

CAIXA adquire terreno e construirá nova agência. **O Norte**. João Pessoa, 20 fev. 1986. p. 5.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL inaugura moderna agência em CG. **O Norte**. João Pessoa. 26 jan. 1986, p. 8.

CAIXA vai instalar agência na Epitácio. **A União**. João Pessoa. 13 mar. 1979. p. 8.

CÂMARA será inaugurada por Burity. **A União**. João Pessoa, 26 mar. 1980. p. 1.

CAMPUS vai abrigar 10 mil alunos. **A União**. João Pessoa. 30 mai. 1979. p. 2.

CANTALICE, Aristóteles. **Um brutalismo suave: traços da arquitetura em Pernambuco (1965-1980)**. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE, Recife, 2009.

_____. MOREIRA, Fernando Diniz. **Plástica e jogos volumétricos na arquitetura pernambucana, 1965-1980**. *In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil - Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio Recente*. Brasília: UnB, 2011.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. **Recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira nos números especiais das revistas especializadas europeias (1940-1960)**. *In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil - Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio Recente*. Brasília: UnB, 2011.

CAPITAL terá ginásio junto ao Almeidão. **A União**. João Pessoa. 06 jan. 1981. p. 4.

CARDOSO, Fábio. Espaço Cultural. *In: O Norte*. João Pessoa, 31 dez. 1988. p. 8.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MAFRA, Fátima; FIGUEIRÔA, Aline. **Os jardins de Burle Marx no Recife**. Recife: MXM Gráfica, 2009. 17p.

CARRASCOSA, João. Arquitetura brasileira abre caminho para o pluralismo. *In: Projeto*. Jornal. São Paulo, nº 102. ago. 1987. p. 42-43.

CARVALHO, Armando José. **Entrevista** [09/08/2014]. Entrevistador: Erika Diniz A. dos Santos. João Pessoa/Recife. 2014.

CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa**: ações, revitalização e habitação. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

_____. **Entrevista** [14/08/2012]. Entrevistador: Rayssa Martins. João Pessoa, 2012.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era moderno**: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. 468 p.

_____. **Sergio Bernardes**: herói de uma tragédia moderna. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2004. 124 p.

CAVALCANTI, Pautília. **Arquitetura moderna na orla marítima**: a produção residencial nas praias de João Pessoa. Trabalho final de graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, 2008.

CAVALCANTI, Regis de Albuquerque. **Entrevista** (13/08/2012). Entrevistador: Rayssa Martins. João Pessoa, 2012.

CEF conclui obras em agências do interior. **A União**. João Pessoa, 07 mai. 1977. p. 8.

CEF iniciará construção de sua nova sede. **A União**. João Pessoa, 12 mar. 1976. p. 8.

CEMITÉRIO Parque dos Ipês teve as obras paralisadas. **A União**. João Pessoa, 27 ago. 1980. p. 8.

CEMITÉRIO-PARQUE terá área de 5 hectares. **A União**. João Pessoa. 30 mar. 1977. p. 8.

[CENTRO Comercial Mundial]. **A União**. João Pessoa, 06 jan. 1970. p. 2.

CENTRO TURÍSTICO poderá ter as obras paralisadas. **A União**. João Pessoa. 26 abr. 1983. p. 4.

CERETO, Marcos Paulo. **Estádios brasileiros de futebol, uma reflexão modernista?** In: 5º Seminário DOCOMOMO Brasil - Arquitetura e urbanismo modernos. Projetos e preservação, São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, 2003.

_____. **Arquitetura das massas**: o caso dos estádios brasileiros. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CEVADA, Caroline Munoz; DANTAS, Luína Alves Marinho. **Análise e registro de edificação moderna: Ministério da Fazenda (João Pessoa, PB)**. Trabalho e Estágio Supervisionado VI. João Pessoa: CAU/UFPB, 2010.

[CITYCORP Center]. **A União**. João Pessoa, 10 dez. 1977. p. 10.

COLETIVOS estão mais escassos em todos os bairros da Capital. **A União**. João Pessoa, 22 mar. 1980. p. 4.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Protótipo e monumento, um ministério, o ministério. In: **Projeto**, São Paulo; nº 102, ago. 1987. p. 137-149.

_____. Arquitetura moderna 1930 a 1960. In: MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife: UFPE, 2002. p. 20-25.

COMAS, Carlos Eduardo Dias; PEIXOTO, Marta; MARQUES, Sergio M. (orgs.) **Concreto**: plasticidade e industrialização na arquitetura do cone sul-americano, 1930/70. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2010. 314 p.

COMEÇA O AUTÓDROMO. **O Norte**. João Pessoa. 23 jan. 1972. p. 1.

CONCORRÊNCIA para a Beira-Rio. **A União**. João Pessoa. 25 ago. 1973. p. 8.

CONDURU, Roberto. Tectônica tropical. In: ANDREOLLI, Elisabetta; FORTY, Adrian. **Arquitetura moderna brasileira**. Londres: Phaidon Press, 2004.

CONHEÇA esta cidade de bonde: San Francisco. **A União**. João Pessoa. 12 nov. 1974. p. 11.

CONSTRUÇÃO DE AVENIDAS é discutida. **A União**. João Pessoa. 03 set. 1983. p. 1.

CONVÊNIO assegura reforma no acervo histórico da cidade. **A União**. João Pessoa. 24 nov. 1987, p. 1.

CONVÊNIO dará recursos à Paraíba para estudar transporte alternativo. **A União**. João Pessoa. 04 set. 1981. p. 8.

CORDEIRO, Aristóteles. **Histórico**. In: Blog oficial Arquitetura e Urbanismo – UFPB. Disponível em: <<http://arquiteturaufpb.wordpress.com/o-curso/historia-do-curso/>> Acesso em: 15/04/2014 às 23:02.

COSTA LIMA, Hélio da. LEDER, Solange Maria. O Terminal Rodoviário e o “Roteiro para construir no Nordeste”. In: **Vitruvius**. São Paulo. Projetos. nº 129.04.ano 11, set. 2011.

COSTA, Paula Augusta Ismael da. TINEM, Nelci. **A difusão da arquitetura moderna na orla marítima de João Pessoa**: os periódicos como documentos pré-canônicos. In: 1º Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte, 2008

COSTA, Roberta Xavier da. **Residências da orla marítima de João Pessoa**: um patrimônio moderno. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil – Cidade moderna e contemporânea: síntese e paradoxo das artes. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/167.pdf>> Acesso em: 16/11/2012 às 20:50.

_____. **Casas modernas na orla marítima de João Pessoa. 1960-1974**. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2011.

COSTA, Vera Guedes. Festival de arte debaterá arquitetura e urbanismo. In: **O Norte**. João Pessoa, 11 mar. 1984, p. 19.

COUTINHO, Marco Antonio Farias. **Evolução urbana e qualidade de vida**: o caso da Avenida Epitácio Pessoa. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

_____. ANDRADE, Patrícia Alonso de. VIDAL, Wylnna Carlos Lima. **Expansão no campus João Pessoa da Universidade Federal da Paraíba**: entre o dialogo e a alienação. In: 3º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste – Morte e vida severinas: das ressurreições e conservações (im)possíveis do patrimônio moderno no Norte e Nordeste do Brasil. João Pessoa: UFPB, 2010.

CULTURA terá seu Centro. **O Norte**. João Pessoa. 31 mar. 1976. p. 5.

CUNHA, Márcio Cotrim. **Construir a casa paulista**: o discurso e a obra de Vilanova Artigas entre 1967 e 1985. Tese de doutorado. Barcelona: ETSAB, 2007.

_____. TAVARES, Marieta Dantas; SOARES, Eduarda. **Novos rumos de uma obra marginal**: escalonamentos e ângulos irregulares na obra de Acácio Gil Borsoi. In: X DOCOMOMO Brasil – Arquitetura moderna e internacional - Conexões brutalistas – 1955-1975. Curitiba: PUC-PR, 2013.

CURTIS, William. **Arquitetura moderna desde 1900**. 3ª edição. Bookman, Porto Alegre, 2008.

DABUL, Lígia Maria de Souza. Museus de grandes novidades: centros culturais e seu público. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, vol.14 nº 29. jan-jun. 2008. p. 257-278. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a11v14n29.pdf>> Acesso em: 13/12/2013 às 22:40.

DAHER, Luiz Carlos. O espaço arquitetônico brasileiro dos últimos vinte anos e a formação profissional do arquiteto. In: **Projeto**, São Paulo. nº 42, 1982. p. 90-100. Edição especial.

DAMÁSIO quer elétricos em João Pessoa. **A União**. João Pessoa, 03 fev. 1980. p. 1.

DE FUSCO, Renato. *Un código virtual*. In: DE FUSCO, Renato. **Historia de la arquitectura contemporánea**. Madrid: Celeste Ediciones, 1992. cap. VII. p. 407-548.

DEMANDA de alumínio vai superar a oferta. **A União**. João Pessoa, 24 jan. 1980. p. 9.

DETRAN: 150 dias de administração. **A União**. João Pessoa. 08 nov. 1983. p. 7.

EDIFÍCIO Clarissa III. **O Norte**. João Pessoa. 21 ago. 1983. p. 7.

EDIFÍCIOS, ou não? **A União**. João Pessoa, 24 mai. 1981. p. 3.

EDILIDADE vai iniciar construção da Câmara. **A União**. João Pessoa. 21 jan. 1975. p. 3.

EM MOSTRAS. **A União**. João Pessoa, 28 ago. 1981. p. 10.

EMATER-PB terá a sua nova sede. **A União**. João Pessoa. 01 jun. 1978. p. 8.

EMPRESÁRIOS VS Ecologia. **O Norte**. João Pessoa, 19 dez. 1982, p. 5.

EMUR apressa nova Estação Rodoviária. **A União**. João Pessoa. 29 nov. 1974. p. 3.

EQUIPE ALEMÃ virá instalar o planetário do Espaço Cultural. **A União**. João Pessoa. 14 jan. 1981. p. 12.

ESPAÇO CULTURAL. **A União**. João Pessoa. 22 jan. 1980. p. 3.

ESPAÇO CULTURAL: a prioridade é para o que se faz na terra. **A União**. João Pessoa, 16 mar. 1982, p. 11.

ESPAÇO CULTURAL é monumento marcante. **A União**. João Pessoa, 11 mar. 1982. p. 1.

ESPAÇO CULTURAL tido como a praça do povo. **A União**. João Pessoa. 7 mai. 1981. p. 12.

ESPIGÃO? Sou contra! **A União**. João Pessoa. 2 fev. 1975, p. 5.

ESPIGÕES na Câmara. **O Norte**. João Pessoa, 13 mar. 1984. p. 3.

ESTAÇÃO Rodoviária. João Pessoa, PB. **Módulo**. Rio de Janeiro. nº 1 (edição especial). mar. 1981.

FAVELAS se multiplicam na Grande João Pessoa. **A União**. João Pessoa. 07 mai. 1981. p. 12.

FARIAS, Wellington. Apartamentos: o crescimento vertical em João Pessoa. In: **A União**. João Pessoa, 5 ago. 1984. p. 19.

_____. Burle Marx: é preciso levar-se em conta o futuro desta cidade. **A União**. João Pessoa, 25 mai. 1981. p. 1.

FAVELAS às margens do Jaguaribe. **A União**. João Pessoa, 15 dez. 1979. p. 11.

FECHAMENTO causa prejuízos ao comércio da Rua Duque de Caxias. **A União**. João Pessoa, 06 fev. 1980. p. 4.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. (Org). **UFPB: 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

FERRO, Sérgio. Reflexões sobre o Brutalismo Caboclo (Entrevista concedida a Marlene Aciaya). In: **Projeto**, São Paulo. nº 86, abr 1986, pp. 68-70.

FERRONI, Eduardo Rocha. **Aproximações sobre a obra de Salvador Candia**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: FAUUSP, 2008. 308 p.

FICARÁ pronta em março a Avenida Ruy Carneiro. **A União**. João Pessoa. 29 jan. 1971. p. 3.

FIGUEIREDO inaugura novo trecho do metrô no Rio. **A União**. João Pessoa, 19 set. 1981. p. 7.

FIRMADO CONTRATO para biblioteca da Universidade. **A União**. João Pessoa. 03 dez. 1978. p. 8.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Rappel à l'ordre, the case for the tectonic*. In: NESBITT, Kate. **Theorizing a new agenda for architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 2006.

FREIRE, Adriana L. de Almeida. **Modernização e modernidade**: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970). Dissertação de mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo: Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

FREIRE, Adriana. De Recife: Marcos Domingues da Silva. In: **AU (Arquitetura e Urbanismo)**. São Paulo. nº 178, jan. 2009.

FUNDAÇÃO terá um bosque cultural. **O Norte**. João Pessoa. 27 nov. 1984. p. 1.

GALBINSKI, José. **Comentários sobre a arquitetura brasileira após Brasília**. In: X Congresso Brasileiro de Arquitetos. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), 1979. 7 p.

_____. **Planejamento físico de bibliotecas universitárias**. José Galbinski, Antonio L. C. de Miranda, auxiliar Frederico Flósculo. Brasília: PROBIB, 1993.

GARCEZ, Naná. Borsoi: ícone da arquitetura. In: **Revista Edificar**. João Pessoa: NovaMídia. ano 01 nº 02. dez. 2009/jan. 2010. p. 51.

_____. A arquitetura paraibana é vibrante e criativa, afirma José Wolf. In: **Revista Edificar**. João Pessoa: NovaMídia. ano 02 nº 09. fev-mar. 2011. p. 63.

GIL BORSOI venceu o concurso. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 30 nov. 1968. p. 8.

GINÁSIO MUNICIPAL será um dos mais modernos. **A União**. João Pessoa, 11 jan 1981. p. 7.

GNOATO, Salvador. Racionalismo e rigor construtivo. In: **AU (Arquitetura e Urbanismo)**. São Paulo. nº 160. jul. 2007.

GONÇALVES, Regina C. et. al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. UFPB/NDIHR, 1999.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. A ditadura na Universidade Federal da Paraíba. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. (Org). **UFPB: 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds: architecture new and old**. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

GOVERNO cria órgão para preservar meio ambiente. **A União**. João Pessoa, 29 nov. 1978. p. 8.

GOVERNO deverá concluir metrô do Rio em 1982. **A União**. João Pessoa, 25 out. 1979. p. 9.

GOVERNO do Estado do Paraná. **Espirais do tempo – Bens tombados do Paraná**. Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura: Curitiba, 2006. 590 p.

GOVERNO do Estado da Paraíba. **Constituição do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 05 out. 1989. Atualização, João Pessoa, 2009.

GRAEFF, Edgar. Como vai o ensino de arquitetura? In: **Módulo**. nº 61. nov/dez 1980. p. 94-99.

_____. Cinco anos de recuperação. In: **Módulo**. Rio de Janeiro. Edição especial. Mar. 1981. p. 9-12.

GUERRA, Abílio. Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx: síntese entre arquitetura e natureza tropical (1). In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo, nº 029.05. ano 03, out. 2002.

_____. RIBEIRO, Alessandro José C. Casas brasileiras do século XX. *In: Vitruvius*. Arquitextos, São Paulo, nº 07.074.01. ano 07. jul. 2006.

_____. O brutalismo paulista no contexto paranaense: a arquitetura do escritório Forte Gandolfi. *In: Vitruvius*. Resenhas Online. São Paulo. nº 106.02. ano 09. out. 2010.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Banco do Brasil na Paraíba – 90 anos**. João Pessoa: Sal da Terra. 2007. 174 p.

HILDEBRANDO vê Programa das Cidades Históricas. **A União**. João Pessoa. 17 jan. 1981. p. 12.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste**. Recife: MDU/UFPE, 1976.

HONORATO, Rossana Cristina. **O difícil caminho da formação**: 10 anos de curso de Arquitetura e Urbanismo – UFPB. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, 1987.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS entusiasma cirurgião. **A União**. João Pessoa. 18 dez. 1974. p. 1.

HOSPITAL de ensino está funcionando. **A União**. João Pessoa, 25 mar. 1979. p. 4.

IAB promove Congresso de Arquitetura. **O Norte**. João Pessoa, 18 mai. 1982. p. 8.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assistência hospitalar e para-hospitalar. 1968. *In: Estatísticas do Século XX*. 1970. Anuário estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro. IBGE, v. 31, 1970. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/saude>> Acesso em: 05/03/2014 às 11:55.

_____. Domicílios particulares permanentes segundo a situação do domicílio. *In: Censo demográfico, 1991*. Paraíba. 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>> Acesso em: 05/03/2014 às 11:55.

_____. População residente, segundo os municípios das capitais - 1872/1991. *In: Estatísticas do Século XX*. 1992. População 1991-2000. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>> Acesso em: 05/03/2014 às 15:15.

IMOBILIÁRIAS condenam os tombamentos. **A União**. João Pessoa, 25 set. 1981, p. 1.

[INTENSO movimento...]. **A União**. João Pessoa, 01 set. 1981. p. 5.

INSTITUTO de Patologia e Citologia Dr. Ely Chaves. **A União**. João Pessoa, 23 nov. 1980. p. 3.

INTERDIÇÃO da Lagoa deverá ocorrer já na próxima semana. **A União**. João Pessoa, 08 mar. 1977. p. 1.

IPHAEP condena agressão e desfiguração de Tambaú. **O Norte**. João Pessoa, 07 set. 1980, p. 5

IPHAEP tombará prédio da antiga rádio Tabajara. **A União**. João Pessoa, 22 jun. 1978. p. 8.

J. PESSOA: urbanismo é um dos mais acelerados das cidades brasileiras. **A União**. João Pessoa, 1973, p. 3.

JOÃO PESSOA. Lei nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975. Institui o Código de Urbanismo, integrante do Plano Diretor físico do município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. João Pessoa, 3 abr. 1976. p. 24-64.

_____. Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978. Dispõe sobre o Cadastramento e o Tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**. João Pessoa. 26 out. 1978. p. 3-5.

_____. Decreto nº 9.482, de 13 de maio de 1982. Dispõe sobre o tombamento da área destinada ao Parque Estadual de Cabo Branco. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa. 14 mai. 1982.

_____. Decreto nº 11.204, de 23 de janeiro de 1986. Revoga os Decretos nº 9.482, de 13 de maio de 1982, e 9.483, de 13 de maio de 1982. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa. 23 jan. 1986.

_____. AU especial. **A União**. João Pessoa, 05 ago. 1980. p. 1. Caderno especial.

JOÃO PESSOA ampliará ligações telefônicas. **A União**. João Pessoa, 10 nov. 1974. p. 8.

JOÃO PESSOA tem 50 mil pessoas em 45 favelas. **A União**. João Pessoa, 26 ago. 1981. p. 12.

JOÃO PESSOA terá Centro Turístico. **A União**. João Pessoa, 10 jun. 1981, p. 5.

JOÃO PESSOA terá sua rodovia ferroviária. **A União**. João Pessoa. 4 dez. 1974. p. 3.

JOÃO PESSOA terá Cr\$ 5 bilhões para melhorar trânsito. **A União**. João Pessoa. 13 abr. 1983. p. 5.

KATINSKY, Julio. O arquiteto e a cultura brasileira nos anos 80. *In: Módulo*. nº 84. mar. 1985. p. 30-40.

_____. Arquitetura paulista: uma perigosa montagem ideológica. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 17. abr-mai. 1988. p. 66-71.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.

LARA, Fernando Luiz. 25 anos de arquitetura brasileira em revista. *In: Projeto Design*, São Paulo, v. 275, 2003, p. 28-29.

_____. *Dissemination of design knowledge: evidence from 1950's Brazil*. *In: The Journal of Architecture*. vol. 11. nº 2. 2006. p. 241-255.

_____. Cartografias imprecisas: mapeando arquiteturas contemporâneas na América Latina. *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 150.02. ano 13, nov. 2012.

LAURO quer ampliar áreas verdes. **A União**. João Pessoa. 21 ago. 1979. p. 2.

LAVIERI, Maria Beatriz F.; LAVIERI, João Roberto. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. *In: GONÇALVES, Regina C. et. al. A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB/NDIHR, 1999.

LEAL, Willis. Defesa do patrimônio histórico e artístico paraibano: retrospecto e realidade. *In: A União*. João Pessoa. 26 nov. 1974. p. 9.

LÉFRÈVRE, Rodrigo. O arquiteto assalariado. *In: Módulo*. Rio de Janeiro. nº 66. set. 1981. p. 68-71.

LEITE, Cecília Urquiza; BEZERRA, Thiago Mateus Bezerra. **Terminal Rodoviário Severino Camelo**: registro e análise de obra modernista em João Pessoa – PB. Trabalho de Estágio Supervisionado. João Pessoa: CAU/UFPB, 2009. Orientação: Nelci Tinem.

LEMOS, Carlos Alberto C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. Arquitetura bancária e outras artes. *In: Projeto*. São Paulo. nº 26, jan. 1981. p. 27-28.

LEMOS, Denise A.; MONTEIRO, Raissa G. **Arquitetura moderna na orla marítima de João Pessoa**: Residência Major Adolfo Lira Fernandes. Trabalho de Estágio Supervisionado. João Pessoa: CT/UFPB, 2009. Orientação: Nelci Tinem.

LIMA, Eliana Costa; VASCONCELOS, Maiara Dutra. **Aeroporto Castro Pinto: uma obra moderna desaparecida**. Trabalho de Estágio Supervisionado. João Pessoa: CT/UFPB, 2010. Orientação: Nelci Tinem.

LYNALDO entrega obras que dão marcas definitivas ao campus de João Pessoa. **A União**. 13 fev. 1980. p. 5.

LINHAS SIMÉTRICAS em equilíbrio. *In: Arquitetura & Construção*. ano 5. nº 8. ago. 1989. p. 78-87.

MADRUGA, Wilson. Marx e os pássaros. *In: A União*. João Pessoa. 22 mar. 1980. p. 8.

MAHFUZ, Edson da Cunha. Transparência e sombra: o plano horizontal na arquitetura paulista. *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 079.01, ano 07, dez. 2006.

MAIS 5 mil árvores. **A União**. João Pessoa. 05 set. 1974, p. 3

MAIS do que nunca o espetáculo não pode parar. **A União**. João Pessoa. 18 dez. 1974. p. 11.

MANCHETE faz reportagem da Paraíba. **O Norte**. João Pessoa. 02 out. 1975. p. 8.

MANDOLFO, Eduardo. Arquitetura pós-moderna e hibernação tropical. *In: Módulo*. Rio de Janeiro, nº 82 e 83 (parte I e parte II). 1984.

MARINHO, Gabriela. Estruturas espaciais: mercado e tecnologia, o alumínio em expansão. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 18, jun-jul. 1988. p. 107-111.

MARQUES, Sônia M. B.; NASLAVSKY, Guilah. **Recepção x difusão**: reflexões para preservação do patrimônio recente. *In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil - Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio Recente*. Brasília: UnB, 2011.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Um pioneiro esquecido. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 20, out-nov, 1988. p. 86-90.

MARTINS, Rayssa R. Souza. **Régis Cavalcanti, Amaro Muniz, Expedito Arruda e o legado arquitetônico moderno na cidade de João Pessoa entre 70 e 80**. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa: Unipê, 2012.

MARX, Roberto Burle. Jardim e Ecologia (parte I). *In: O Norte*. João Pessoa. 15 fev. 1970. p. 12.

_____. Jardim e Ecologia (parte II). *In: O Norte*. João Pessoa. 23 fev. 1970. p. 12.

MEC aprova projeto que cria Arquitetura na UFPB. **A União**. João Pessoa, 17 set. 1974. p. 3.

MEC interessado na construção de praça de esportes. **A União**. João Pessoa, 15 mai. 1981. p. 5.

MELLO, Alexandra C. Seabra de. **Yes, nós temos arquitetura moderna!** Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, 2004.

MELLO, Eduardo Cavalcanti de. A evolução das agências. *In: A história dos bancos na Paraíba*. João Pessoa: edição do autor, 2008. p. 48-135.

METRÔ de João Pessoa. **A União**. João Pessoa. 05 jan.1990. p. 1.

MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro/Amsterdam, Colibris, 1956.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno**: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

MONTENEGRO, Agrimar Santa Cruz. **UFPB: etapas do desenvolvimento**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1983. 67p.

MOREIRA, Fernando Diniz; FREIRE, Ana Carolina de Mello. **Wandenkolk Tinoco: experimentação de um novo conceito de moradia nos anos 1970**. In: 2º DOCOMOMO Norte-Nordeste - Desafios da preservação: referências da arquitetura e do urbanismo modernos no Norte e no Nordeste. Salvador: FAU/UFBA, 2008.

_____. HOLANDA, Ana Carolina. **Arte e ética dos materiais na obra de Vital Pessoa de Melo, 1968-1982**. In: 2º DOCOMOMO Norte-Nordeste - Desafios da preservação: referências da arquitetura e do urbanismo modernos no Norte e no Nordeste. Salvador: FAU/UFBA, 2008.

_____. OLIVEIRA, Monik Gonçalves de. **Valores da arquitetura moderna e contemporânea pernambucana: as obras de Glauco Campello e Frank Svensson**. In: VIII CONIC e II CONITI. Recife: UFPE, 2010.

_____. FREIRE, Ana Carolina de Mello. O Edifício-quintal de Wandenkolk Tinoco: reflexões sobre a moradia em altura nos anos 1970. In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo. nº 129.04. ano 11. fev. 2011.

MOURA, Anna Karla Cavalcante; GARCIA, Loreley Gomes. **O discurso do turismo sustentável no contexto do Pólo Turístico Cabo Branco, João Pessoa, PB**. In: VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/o_discurso_d_o_turismo_sustentavel.pdf> Acesso em: 06/04/214 às 15:01.

MOVIMENTAÇÃO intensa na Estação Rodoviária. **A União**. João Pessoa, 10 abr. 1974. p. 8.

NASLAVSKY, Guilah. **O estudo do protorracionismo no Recife**. Trabalho Final de Graduação. Recife: UFPE, 1992. Orientação: Sônia Marques.

_____. AMARAL, Izabel. **Identidade Nacional ou Regional?** A obra de Acácio Gil Borsoi. In: 5º Seminário DOCOMOMO Brasil – Arquitetura e Urbanismo modernos. São Carlos: EESC, 2003.

_____. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951-1972**: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2004.

_____. FREIRE, Adriana; MORAIS, Mariana. **Ir, vir e voltar**: novas conexões, outros brutalismos. In: X Seminário Docomomo Brasil - Arquitetura moderna e internacional: conexões brutalistas 1955-1975. Curitiba: PUC-PR, 2013.

NOSSOS PARQUES e jardins no olho crítico do paisagista Burle Marx. **O Norte**. João Pessoa, 04 jun. 1985, p. 1.

NOVA CONCORRÊNCIA para os estádios. **A União**. João Pessoa. 25 abr. 1974. p. 1.

NOVA rodoviária só na próxima administração. **A União**. João Pessoa. 27 out. 1974. p. 3.

[NOVO ELEMENTO de Arquitetura]. **CJ Arquitetura**. Rio de Janeiro. ano I. jan. 1973. p. 59.

PROJETO do Espaço Cultural não sofre qualquer mudança. **A União**. João Pessoa. 07 jan. 1980. p. 12.

[NOVO PRÉDIO]. **A União**. João Pessoa, 05 jan. 1975. p. 4.

NOVOS caminhos para uma cidade de 400 anos. **A União**. João Pessoa, 12 mar. 1985. p. 6

O METRÔ Paulista. **A União**. João Pessoa. 24 set. 1974. p. 1.

O PARAIBAN necessita de sede própria. **A União**. João Pessoa. 01 out. 1985. p. 5.

OBRAS DE APLICAÇÃO dos vitrais deverão ser concluídas hoje. **O Norte**. João Pessoa. 02 out. 1982. p. 5.

OBRAS NA G. VARGAS já em conclusão. **A União**. João Pessoa, 11 mar. 1977. p. 1.

OLIMPICO está sendo discutido em Brasília. **A União**. João Pessoa. 17 jun. 1973. p. 4.

OLIVEIRA, Almir Felix B. de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano**. In: Cadernos do CEOE – ano 22, nº 30. Políticas públicas; memórias e experiências. Unochapecó, 2009. p. 55-81.

OLIVEIRA, Déh. O que é de direito. In: **AU (Arquitetura e Urbanismo)**. São Paulo. nº 179. fev. 2009. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/179/o-que-e-de-direito-125394-1.aspx>> Acesso em: 15/10/2013 às 23:02.

OLIVEIRA, José Luciano Agra de. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transportes e crescimento urbano: o caso de João Pessoa - PB**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ÓRGÃOS discutem planos para interditar a Lagoa. **A União**. João Pessoa, 08 mar. 1977. p. 8.

OS JOGOS da Copa no Espaço Cultural. **A União**. João Pessoa, 14 mar. 1982. p. 1.

[OTHON Palace]. **A União**. João Pessoa, 14 dez. 1974. p. 4.

PAISAGISMO: Marx condena mau uso de flores. **O Norte**. João Pessoa. 28 nov. 1984. p. 7.

PARAÍBA, ONTEM E HOJE. João Pessoa. nº 01. 1975.

PARAIBAN constrói sede própria e dá seqüência a sua modernização. **A União**. João Pessoa. 11 jun. 1989. p. 3.

PARQUE Residencial Guarapari. **A União**. João Pessoa, 26 ago. 1979. p. 3.

PATRIMÔNIO tombará orla paraibana para evitar prédios altos. **A União**. João Pessoa, 23 set. 1981, p. 12.

PAVIANI, Aldo. Brasília: conceito urbano espacializado? (1). In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo. nº 051.00. ano 05. set. 2004.

PB-TUR construirá um centro turístico na praia de Tambaú. **A União**. João Pessoa. 28 dez. 1980. p. 8.

PB-TUR faz reforma no mercado de artesanato. **A União**. João Pessoa. 13 jun. 1981. p. 8.

PB-TUR tem novas instalações e vai ficar mais próxima do mar. **O Norte**. João Pessoa. 20 abr. 1988. p. 6.

PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). **Perfil do Município de João Pessoa**. João Pessoa: Secretaria do Planejamento, 2004. Disponível em:

<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/perfiljpa.pdf>> Acesso em: 27/03/2014 às 13:35.

PETROLI, Marcio Amado. **A avis rara do arquiteto Jorge Debiagi:** uma análise sobre a influência brutalista em duas de suas obras bancárias. In: X Seminário Docomomo Brasil - Arquitetura moderna e internacional: conexões brutalistas 1955-1975. Curitiba: PUC-PR, 2013.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974).** 276p. Dissertação de mestrado. São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

_____. **Em nome da “modernização”:** a reforma do Aeroporto Castro Pinto, em João Pessoa. In: 4º DOCOMOMO Norte-Nordeste - Arquitetura em cidades “sempre novas”: modernismo, projeto e patrimônio. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

PHOENIX Edifício. **O Norte.** João Pessoa. 25 mar. 1984. p. 2.

PLANO do Ginásio Municipal já foi entregue ao MEC. **A União.** João Pessoa, 06 mar. 1981. p. 5.

PONTUAL, Virgínia Pitta. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: prática profissional e filiações teóricas. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ) - Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro: Prourb, 2010.

POPULAÇÃO favelada deve duplicar. **A União.** João Pessoa. 05 ago. 1984. p. 17.

POPULAÇÃO reclama do desmatamento nos bairros da praia. **A União.** João Pessoa. 04 jan. 1990. p. 5.

PRAIAS terão benefícios com o CURA. **A União.** João Pessoa. 100 mar. 1979. p. 1.

PRÉDIO do BB já vai na 7ª laje. **A União.** João Pessoa, 9 jan. 1972. p. 1.

PRÉDIO na 1817 é demolido para dar lugar ao Banespa. **A União.** João Pessoa, 17 jan. 1979. p. 1.

PRÉDIOS históricos despertam interesse da Câmara. **A União.** João Pessoa, 1975, p. 3.

PREFEITO planeja erradicar favelas em João Pessoa. **A União.** João Pessoa. 22 ago. 1979. p. 2.

PREFEITURA asfaltará a E. Pessoa. **A União.** João Pessoa. 15 abr. 1977. p. 5.

PREFEITURA colabora com recuperação de prédios históricos. **A União.** João Pessoa. 21 abr. 1976. p. 8.

PREFEITURA construirá Centro administrativo até o final do ano. **A União.** João Pessoa. 02 set. 1981. p. 5.

PREFEITURA cria Centro Turístico. **A União.** João Pessoa. 13 jun. 1978. p. 8.

PREFEITURA demolirá monumento histórico. **A União.** João Pessoa, 13 jan. 1981. p. 1.

PREFEITURA desloca ação para bairros. **A União.** João Pessoa. 13 nov. 1974. p. 3.

PREFEITURA escolhe Tambaú para iniciar projeto urbanístico. **A União.** João Pessoa. 14 mai. 1977. p. 5.

PREFEITURA leva arborização às ruas dos bairros. **A União.** João Pessoa, 21 abr. 1976. p. 5.

PREFEITURA plantará dez mil árvores até agosto de 1985. **O Norte**. João Pessoa. 10 ago. 1984. p. 5.

PRESERVAÇÃO do patrimônio com Burle Marx. **O Norte**. João Pessoa, 23 mai. 1981. p. 10.

PRÓ-MEMÓRIA aprova o projeto da prefeitura. **O Norte**. João pessoa. 15 abr. 1987. p. 4., 1987, p. 4

[PROGRESSO disparado]. **A União**. João Pessoa. 05 jan. 1973. p. 3.

PROJETO da Estação Rodoviária estará pronto em 120 dias. **A União**. João Pessoa, 13 mai. 1977. p. 5.

PROJETO DE HOTEL foi aprovado e entrará em pauta na Sudene. **A União**. João Pessoa. 12 dez. 1974. p. 3.

PROJETO do Espaço Cultural não sofre qualquer mudança. **A União**. João Pessoa, 18 dez. 1980. p. 12.

[PROSSEGUEM em ritmo acelerado...]. **A União**. João Pessoa, 13 mar. 1977. p. 1.

RABELO, Clévio. Sobre revistas e revisões: o que aconteceu com as revistas brasileiras de arquitetura? In: **Vitruvius**. São Paulo. Drops nº 010.03. ano 05, jan. 2005.

RECEITA FEDERAL vai construir a sua nova sede. **A União**. João Pessoa. 07 jun. 1978, p. 1.

RECEITA vai construir a sede própria. **A União**. João Pessoa. 28 mar. 1979. p. 8.

RECUPERAÇÃO do Mercado Central está paralisada. **A União**. João Pessoa. 05 mar. 1980. p. 4.

REDE Ferroviária local recebe vagões da linha JP-CAB. **A União**. João Pessoa, 06 jan. 1982. p. 5.

REFORMA DO CASTRO PINTO vai custar quase 200 milhões. **A União**. João Pessoa, 03 mai. 1980. p. 8.

RIBEIRO, Alanna Maria; PINTO, Eduardo. NISHIDA, Nathalia. **Um registro da arquitetura moderna: Residência Austregésilo Freiras**. Trabalho de Estágio Supervisionado. João Pessoa: CT/UFPB, 2010. Orientação: Nelci Tinem.

ROCHA, Germana Costa. **O Caráter Tectônico do Moderno Brasileiro: Bernardes e Campello na Paraíba**. Tese de doutorado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Considerações geográficas sobre a evolução urbana de João Pessoa. In: MELLO, José Octávio de Arruda (coord.). **Capítulos de História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987. p. 591-599.

RODOVIÁRIA. **A União**. João Pessoa. 14 mai. 1977. p. 3.

RODOVIÁRIA acusou movimento incomum. **A União**. João Pessoa. 31 dez. 1974. p. 3.

RODOVIÁRIA terá melhor sistema de plataformas. **A União**. João Pessoa. 12 dez. 1976. p.1.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **A universidade em positivo e negativo: a memória fotográfica da UFPB**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

SABBAG, Haifa Yazigi. As perspectivas dos arquitetos nos dias atuais. In: **Módulo**. Rio de Janeiro, nº 76. 1976. p. 59-62.

_____. Arquitetura bancária. In: **Módulo**. Rio de Janeiro, nº 79, mar. 1984. p. 40-63.

_____. Glauco Campello: desenhando “um lugar”. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 24. jun.-jul. 1989. p. 100-105.

SAMARITANO vai inaugurar com modernas instalações. **O Norte**. João Pessoa. 03 jan. 1970. p. 7.

SAMPAIO, João. Rodoviárias & Coberturas. *In: Projeto*. São Paulo, nº 35. nov-dez. 1981. p. 24-26.

SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Ressonâncias e inflexões do modernismo arquitetônico no Ceará**: a contribuição de Gerhard Bormann. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012. 290 p.

SANTANA, Geraldo. **Entrevista** [10 mar. 2013]. Entrevistador: Guilah Naslavsky e Mariana Moraes. Recife, 2013.

SANTOS, Erika Diniz A. dos. **Requalificação urbana no entorno do Estádio ‘O Almeidão’**: em meio aos grandes eventos esportivos. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa: CAU/UFPB, 2011. Orientação: Marcos Santana.

_____. **Brutalismo, sim sinhô!** Trabalho de estágio Supervisionado. João Pessoa: CAU/UFPB, 2010. Orientação: Marcio Cotrim e Nelci Tinem.

_____. **Duas bibliotecas de José Galbinski**: “conexões brutalistas”? *In: X Seminário DOCOMOMO Brasil – Arquitetura moderna e internacional - Conexões brutalistas – 1955-1975*. Curitiba: PUC-PR, 2013.

SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi: 1962-1973**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PPGAU, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C.; Sociabilidades e usos contemporâneos do patrimônio cultural (1). *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 051.08. ano 05. set. 2004.

_____. MONTEIRO, Lia; MELO, Marieta Dantas Tavares de. Arquitetura moderna no Nordeste 1960-1970: a produção de Borsoi em João Pessoa. *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 063.02. set. 2005.

SEDE de 15 andares do Banco do Brasil funcionará no fim de 1972. **A União**. João Pessoa, 10 out. 1971. p. 3.

SEDE do BEP com 11 andares. **A União**. João Pessoa, 20 jun. 1973. p. 1.

SEDE DO BRADESCO depende agora do parecer do IPHAN. **A União**. João Pessoa, 7 jan. 1979. p. 1.

SECRETARIA cria Central para planejar Governo. Hidroservice foi a escolhida. **A União**. João Pessoa. 21 out. 1971. p. 1.

SEGAWA, Hugo Massaki. Arquiteturas no Brasil/Anos 80. *In: Projeto*. São Paulo, nº 114, set, 1988.

_____. Os dez mais significativos livros de arquitetura dos anos 80. *In: Projeto*. São Paulo. nº 129. jan-fev. 1990. p. 46-53.

_____. A pesada herança: dilema da arquitetura brasileira. *In: Projeto*. Ensaio & Pesquisa. nº 168. out, 1993. p. 85-87.

_____. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990)**. 1ª. Edição. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas (1). *In: Vitruvius*. Arquitetos. São Paulo. nº 057.10. ano 05, fev. 2005.

SEGRE, Roberto. Sérgio Bernardes (1919-2002): Entre o regionalismo e o high tech (editorial) (1). In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo. nº 026. 00. ano 3. jul. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.026/764/pt>> Acesso em: 28/05/2014 às 14:25.

SÉRGIO Bernardes pede críticas ao “Espaço”. **O Norte**. João Pessoa, 7 mai. 1981. p. 1.

SÉRGIO Bernardes vem lançar projeto de centro cultural. **A União**. João Pessoa, 18 jan. 1980. p. 12.

SÉRGIO faz projeto para Cabo Branco. **A União**. João Pessoa, 18 dez. 1980. p. 12.

SHOPPING CENTER tem boa movimentação. **A União**. João Pessoa. 14 nov. 1989. p. 5.

_____. Armando de Holanda. In: **Arquitetura e Urbanismo**. Documento. nº 69. dez, 1996. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/69/documento-24727-1.asp>> Acesso em: 14/07/2013 às 20:05.

SILVA, Izabel Fraga do Amaral. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi**: obras e projetos residenciais 1953-1970. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.

_____. Quase tudo que você queria saber sobre tectônica, mas tinha vergonha de perguntar. In: **Pós** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 16. nº 26. dez. 2009. p. 148-167.

SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura moderna**: a atitude alagoana, 1950-1964. Maceió, UFAL/IAB-AL/Governo de Alagoas, 1991.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; **Percursos e processo de evolução urbana**: o caso da Avenida Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa – PB. 2004. Tese de doutorado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE, Recife. 2004.

SOHSTEIN, Regina von. Mercado de Artesanato Paraibano e Paraibano. In: **A União**. João Pessoa. 21 dez. 1989. p. 13. Caderno 2.

SOLAR dos Navegantes. **A União**. João Pessoa, 01 jan. 1980. p. 10.

SPADONI, Francisco. Dependência e resistência: transição na arquitetura brasileira nos anos de 1970 1980. In: **Vitruvius**. Arquitextos. São Paulo, nº 102, v. 1, 2008.

_____. **A transição do moderno**: arquitetura brasileira nos anos de 1970. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. **As transformações na tipologia e no caráter do prédio bancário em meados deste século**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PROPAR, 1999.

SUA BUSCA termina na Ruy Carneiro, no edifício Villa Soraya. **O Norte**. João Pessoa, 27 abr. 1986. p. 9.

SUPLAN faz sede de 2.600 metros em Jaguaribe. **O Norte**. João Pessoa. 14 fev. 1976. p. 8.

SUPLAN inaugura nova sede. **A União**. João Pessoa. 29 dez. 1976. p. 8.

TÉCNICO defende os projetos da Urban para interditar ruas. **A União**. João Pessoa. 23 mar. 1977. p. 3.

TELEFONIA na Paraíba: um pouco de sua história. **Paraíba ontem e hoje**. João Pessoa, nº 01. 1975. P. 30-31.

TELPA inaugura dia 2 novos terminais. **A União**. João Pessoa, 11 mar. 1977. p. 1.

TEPERMAN, Sérgio. De como entrar numa polêmica. Sem querer. *In: Projeto*. São Paulo, nº 26, jan. 1981. p. 31-33,

_____. Arquitetura para Empresas de Telecomunicações. *In: Projeto*. São Paulo, nº 45, nov. 1982. p. 51-70.

TERMINAL Rodoviário de João Pessoa. **Módulo**. Rio de Janeiro. nº 47. out./nov./dez. 1977.

TERMINAL rodoviário de João Pessoa. **Projeto**. São Paulo. nº 35. nov./dez. 1981. p. 27-29.

TERMINAL Rodoviário fica pronto em julho. **A União**. João Pessoa, 19 jan. 1979. p. 1.

TERRENOS só com impostos pagos. **A União**. João Pessoa, 23 nov. 1974. p. 3.

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro**: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. 2ª edição. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. 240 p.

TJ contrário ao Fórum em Mangabeira. **O Norte**. João Pessoa. 04 jun. 1985. p. 1.

TJ impede construção na praia. **O Norte**. João Pessoa, 02 jun. 1983, p. 12.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **DVOP**: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização. (Paraíba, Década de 1930). 2003. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. *In: Vitruvius*, Arquitextos, São Paulo, nº 078.05. ano 07. nov. 2006.

TROPICAL aplica 13 milhões no Hotel Tambaú. **A União**. João Pessoa. 01 dez. 1979. p.1.

UFPB já tem mais 2 cursos reconhecidos. **A União**. João Pessoa, 08 mar. 1979. p. 5.

UFPB vai transferir setores. **A União**. João Pessoa. 21 mar. 1979. p. 7.

UNIVERSIDADE concluirá seu hospital. **O Norte**. João Pessoa. 16 jan. 1979. p. 8.

URBAN decide que Ipês não vai ser concluído. **A União**. João Pessoa. 19 jun. 1981. p. 8.

URBAN devolve dinheiro dos Ipês. **A União**. João Pessoa. 13 mai. 1981. p. 5.

URBAN inicia o Cemitério Parque. **O Norte**. João Pessoa. 16 set. 1978. p. 5.

URBANISMO: o espaço é cada vez menor. **A União**. João Pessoa, 31 mar. 1976. p. 8.

URBANIZAÇÃO do Cabo Branco tem projeto. **A União**. João Pessoa, 18 jan. 1976. p. 1.

USUÁRIOS afirmam que os coletivos são deficientes. **A União**. João Pessoa, 25 mar. 1979. p. 4.

VIDAL, Wylnna. **Transformações urbanas**: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 e 1940. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VIEIRA, Monica Paciello. A provocação sensorial na arquitetura de Sérgio Bernardes. *In: Vitruvius*. Arquitextos. São Paulo. nº 084.05, ano 07, maio 2007.

WISSENBACH, Vicente. Tendências atuais da arquitetura brasileira. *In: Projeto*. São Paulo. 1985.

WOLF, José. Vida no 'satélite' verde. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 19, ago-set, 1988. p. 64-74.

_____. Arquitetura 4: sob inspiração da paisagem regional. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 20, out-nov. 1988. p. 102-107.

_____. Algo de novo na Terra do Sol... Arquitetura paraibana, sim senhor! *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 79. ago. 1998. Disponível em: <<http://www.revistaaau.com.br/arquitetura-urbanismo/79/algo-de-novo-na-terra-do-sol-arquitetura-paraibana-sim-23947-1.asp>> Acesso em: 18/06/2012 às 20:50.

_____. Uma história para celebrar, rever e relembrar. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo. nº 137, ago. 2005. p. 28-37.

_____. Jerônimo & Pontual: a estrutura como expressão essencial. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*, São Paulo. nº 26. out-nov. 1989. p. 112-117.

_____. Acácio Gil Borsoi: um mestre ainda aprendiz. *In: AU (Arquitetura e Urbanismo)*, São Paulo. nº 84. jun-jul. 1999.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. **Arquitetura moderna paulistana**. São Paulo: PINI, 1983.

XAVIER, Alberto. Pós-Brasília, pós-milagre. *In: Módulo*. Rio de Janeiro. nº 82. set. 1984. p. 42-52.

_____. **Arquitetura moderna em Curitiba**. São Paulo: PINI; Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1985.

_____. **Arquitetura moderna brasileira**: depoimento de uma geração. São Paulo: PINI/Fundação Vilanova Artigas, 1987.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. São Paulo: PINI, 1987.

ZANETTINI, Siegbert. Arquitetura bancária assim como todas as artes... *In: Projeto*. São Paulo. nº 26, jan. 1981. p. 29-30.

_____. **Siegbert Zanettini**: arquitetura, razão, sensibilidade. São Paulo: EdUSP, 2002.

ZEIN, Ruth Verde. Sacudindo a poeira mas valorizando o patrimônio. *In: WISSENBACH, Vicente. Tendências atuais da arquitetura brasileira. In: Projeto*. São Paulo. 1985. p. 9-23.

_____. O futuro do passado, ou as tendências atuais. *In: Projeto*. São Paulo. nº 104. out. 1987. p. 87-114.

_____. Vilanova Artigas: a obra do arquiteto. *In: _____*. **O lugar da crítica**: ensaios oportunos de arquitetura. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, ProEditores, 2002. p. 123-137.

_____. **A arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese de doutorado. São Paulo/Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROPAR/UFRGS, 2005.

ZONA Sul, a saída para a cidade crescer. **O Norte**. João Pessoa, 05 ago. 1984, p. 13.

ARQUIVOS E FONTES PESQUISADAS

Instituições

Brasília: Biblioteca Central, Universidade de Brasília (BC-UnB).

Curitiba: Biblioteca de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Paraná (CT-UFPR).

João Pessoa: Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Biblioteca Dumerval Trigueiro, Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA); Biblioteca Central, Centro Universitário (BC-UNIPÊ); Biblioteca Central, Universidade Federal da Paraíba (BC-UFPB); Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP); Biblioteca Irineu Pinto, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia (CT-UFPB); Seção de Projetos, Prefeitura Universitária do Campus I (PU/DEP-UFPB).

Recife: Biblioteca Joaquim Cardozo, Centro de Artes e Comunicação (CAC-UFPE).

Revistas

Acrópole. São Paulo. 1965-1970. nº (315, 318, 336, 338, 341, 342, 343, 344, 347, 373).

Arquitetura & Construção. São Paulo. 1987, nº (10, 11). 1988, nº (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10). 1989, nº (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12). 1990, nº (1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10). 1991, nº (4).

AU - Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 1986-1991. nº (5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 37, 38).

Casa Cláudia. São Paulo. 1986. nº (297, 298, 301, 302, 303). 1987. nº (305, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315). 1988. nº (1, 2, 3, 4, 5).

CJ Arquitetura. Rio de Janeiro. 1973-1977. nº (0, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17).

Módulo. Rio de Janeiro. 1976-1990 (40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89-90, 91, 92, 97, 98, 99, 100. Edições Especiais. mar, 1981. jun, 1983, out, 1983).

Pampulha. Belo Horizonte. 1979-1981 (1, 2, 3, 4)

Projeto. São Paulo. 1978-1993 (7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 41, 42, 44, 55, 58, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 129, 156, 168).

Jornais

A União. João Pessoa. 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1992 (exemplares avulsos).

Correio da Paraíba. João Pessoa. 1968, 1989. (exemplares avulsos).

O Norte. João Pessoa. 1968, 1970, 1973, 1980, 1981, 1983, 1989 (exemplares avulsos).

Entrevistas

Armando José Ferreira de Carvalho (ago. 2014)

Carlos Alberto Melo de Almeida (jun. 2014)

Expedito Arruda Pires de Freitas (jun. 2014)

Maria Grasiela Dantas de Almeida (jun. 2014)

APÊNDICE A

Lista de arquitetos atuantes em João Pessoa entre 1970 e 1990, por ordem alfabética, e seus respectivos projetos¹⁷⁶.

ACÁCIO GIL BORSOI
Nasceu no Rio de Janeiro (1924). Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura (1949). Radicou-se em Recife (1951). Lecionou na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1951-1974).

1968

Biblioteca Central da UFPB (atual Reitoria). Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

1970

Residência Antônio de Pádua. Rua Giácomo Porto. Miramar.

1972

Reforma na Residência Agnaldo Veloso Borges. Avenida Epitácio Pessoa, 2025. Bairro dos Estados.

1982

BANDEPE. Rua Duque de Caxias, 592. Centro.

ALBERTO JOSÉ DE SOUZA

Arquiteto formado pela Universidade Federal de Pernambuco (19??). Professor da Universidade Federal da Paraíba desde 1983.

1975

Academia Paraibana de Letras. Rua Duque de Caxias, 25. Centro.

ALCYR BORIS DE SOUZA MEIRA

Nasceu em Belém (19??). Formou-se na em engenharia (1956) e em arquitetura (1966) na Universidade Federal do Pará.

1971

Plano Diretor da Cidade Universitária. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

[197?]

Pórticos da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

AMARO MUNIZ DE CASTRO

Nasceu em Campina Grande (1951). Graduou-se em Arquitetura na Universidade Federal de Pernambuco (1975). Mudou-se para João Pessoa (1977) onde abriu escritório.

1977

Residência Anderson de Figueiredo Diniz. Rua Prefeito Severino Cabral. João Agripino (Co-autoria: Armando Ferreira de Carvalho).

Residência Edílio Souto. Rua Osíris de Belli, 80. Cabo Branco. (Co-autoria: Armando Ferreira de Carvalho).

1979

Residência Alcindo Lima Filho. Avenida São Gonçalo com Avenida Silvino Chaves. Manaíra.

Residência do arquiteto. Avenida Monteiro da Franca, s/n. Manaíra.

1980

Residência do arquiteto. Avenida Machado de Assis. Centro.

Residência José Carlos Teixeira de Carvalho. Avenida Panorâmica. Altiplano Cabo Branco.

¹⁷⁶ Os projeto estão listados de acordo com a data de concepção e não de aprovação ou construção.

Residência Júlio
Minervino Neto. Avenida
Antônio Lira. Tambaú.

1981

Residência Rivanildo
Hardman. [Endereço?].
Bessa.

1982

Conjunto residencial. Rua
Desembargador Botto de
Menezes. Centro.

Residência Jailson de
Oliveira Dantas. Avenida
Projetada (atual Rua
Francisca Gonçalves de
Abrantes). Bessa.

1983

Residência Gilfredo
Costa. Avenida
Governador Argemiro de
Figueiredo, 4325. Bessa.

1984

Edifício residencial
Mourine. Avenida Rio
Grande do Sul, 1422.
Bairro dos Estados. (Co-
autoria: Germano
Romero)

1985

Sede da TV e Jornal "O
Norte". Avenida Pedro II,
873. Centro.

1986

Edifício residencial
Expedito Sarmento.
Avenida Amazonas, 89.
Bairro dos Estados.

1988

Mercado de Artesanato
Paraibano. Avenida
Senador Ruy Carneiro,
241. Tambaú. (Co-autoria:
Régis de Albuquerque
Cavalcanti).

**AMÉRICO AMATO
JÚNIOR**

[Biografia?].

1971

Hospital das Clínicas
(Hospital Universitário
Público). Campus
Universitário, UFPB.
Castelo Branco.

**ANTÔNIO CARLOS
RODRIGUES DE
ALMEIDA, SYLVIA
MARIA DE OLIVEIRA
ANDRADE**

Integrantes do escritório
mineiro Sigma.

1983

Sede do Ministério da
Fazenda. Avenida
Epitácio Pessoa, 1705.
Bairro dos Estados.

**ANTÔNIO CARVALHO
NETO**

[Biografia?].

1982

Banco do Estado do
Ceará (BEC). Praça 1817.
Centro. (Colaboração:
Anselmo Martins Dantas).

**ANTÔNIO CLÁUDIO
MASSA E ERNANI
HENRIQUE JÚNIOR**

Arquitetos formados pela
Universidade Federal da
Paraíba, nos anos 1980
(Antônio em 1984 e
Ernani em 1988). Têm
escritório desde 1985.

1987

Edifício residencial.
Avenida Maria Rosa.
Manaíra.

Edifício residencial
Tapajós. Avenida
Buarque, 252. Cabo
Branco.

1988

Intermares Praia Hotel.
Praia de Intermares (não-
executado).

Residência Valter Brito.
[Endereço?].

**ANTÔNIO JOSÉ DO
AMARAL E SILVA,
MARIA BERENICE
FRAGA DO AMARAL
ARQUITETOS.**

Escritório do casal de
arquitetos. Antônio
formou-se na Faculdade
de Arquitetura da UFPE
(1969) e Berenice (n.
1946), pela mesma
instituição em 1971.
Radicaram-se em Recife
(1976).

1972

Residência Josemar
Meirelles da Cunha.
Avenida Epitácio Pessoa.
Loteamento Tambaú.

1973

Bloco de Psicologia.
Campus Universitário,
UFPB. Castelo Branco.

Conjunto Humanístico da
UFPB. Campus
Universitário, UFPB.
Castelo Branco.

Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas.
Campus Universitário,
UFPB. Castelo Branco.

Residência José
Guilherme Marques.
Loteamento San Juan,
Veado Sobradinho.
(Bairro dos Ipês).

1974

Restaurante Universitário
da UFPB. Campus
Universitário, UFPB.
Castelo Branco.

1975

Residência Rinaldo de
Souza e Silva. Avenida
Epitácio Pessoa, .
Tambauzinho.

1977

SENAI. Avenida das Indústrias, Rua B9 e B11. Distrito Industrial.

ANTÔNIO PRIMO VIANA NETO

Ingressou na Universidade Federal de Pernambuco (1973). Radicou-se em João Pessoa, concluindo o curso pela Universidade Federal da Paraíba (197?), além de abrir escritório próprio.

1983

Residência Gilberto Marques Targino. Avenida Almirante Tamandaré, 700. Tambaú.

1988

Shopping Center Manaíra. Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho, 900. Manaíra.

ARES ARQUITETURA

[Biografia?].

1977

Concurso para o Terminal Rodoviário de João Pessoa. Rua Francisco Londres, s/n. Varadouro. (Vencedor: Glauco Campelo e Luiz Pinho).

ARMANDO JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO

Nasceu em Recife (1951). Graduou-se pela Universidade Federal de Pernambuco (1975). Radicou-se em João Pessoa onde passou a atuar na Prefeitura Universitária da UFPB. Foi presidente do IAB-PB.

1977

Residência Anderson de Figueiredo Diniz. Rua

Prefeito Severino Cabral. João Agripino (Co-autoria: Amaro Muniz Castro).

Residência Edílio Souto. Rua Osíris de Belli, 80. Cabo Branco (Co-autoria: Amaro Muniz Castro).

1978

Biblioteca Central da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco. (Autoria: José Galbinski).

Laboratório de Pranchetas (Bloco de Arquitetura - CTH). Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

1979

Centro de Vivência da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco (Co-autoria: Hélio da Costa Lima)

1984

Escola de Música. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

[198?]

Creche universitária. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco.

[199?]

Hospital Geral da UNIMED. Avenida Ministro José Américo de Almeida, 1450 - Torre . (Co-autoria: Hélio da Costa Lima)

ARQUITETURA 4

Escritório pernambucano formado pelas arquitetas Vera Pires, Carmen Mayrinck, Clara Calábria e Liza Stacishin. Esteve 26 anos em atividade.

1978

Residência Jair Cunha. Avenida Goiás. Bairro dos Estados.

1984

Anteprojeto para Caixa Econômica Federal. Avenida Epitácio Pessoa, 1521. Bairro dos Estados. (Co-autoria: Maria Grasiela de A, Dantas).

Residência no Cabo Branco. [Endereço?]. Cabo Branco.

1986

Residência Múcio Sátiro. [Endereço?] Cabo Branco.

[198?]

Residência Josemar. Avenida Argemiro de Figueiredo, 3810. Bessa

CARLOS ALBERTO CARNEIRO DA CUNHA

Nasceu em João Pessoa (1932). Mudou-se para Recife nos anos 1950. Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1958).

1971

Residência Luiz Gonzaga de Oliveira Filho. Rua Almirante Barroso, 265. Centro.

Residência Jorge Ribeiro Coutinho. Avenida Tamandaré, 900. Tambaú.

1973

Centro Comercial Manoel Pires. Parque Sólon de Lucena, 205. Centro.

Residência Fernando Furtado. Avenida Almirante Tamandaré. Tambaú.

1974

Hotel Califórnia. Parque Sólon de Lucena. (Colaboração: Luiz Gonzaga de Oliveira Filho). Não-construído.

Residência José Waldomiro Ribeiro

Coutinho. Avenida Cabo Branco. Cabo Branco (Co-autoria: Dinauro Esteves).

1975

Residência Fernando Carneiro da Cunha. Rua Infante Bom Henrique. Tambaú. (Incorporação: E. Gerson Projetos e Construções).

1976

Residência Vanaldo Toscano Varandas. Ladeira de São Francisco. Centro.

1977

Residência Regina Lúcia von S. de Almeida. Rua Dr. San Juan. Bairro dos Estados. (Co-autoria: Edmundo Ferreira Barros).

1978

Residência Fernando Carneiro da Cunha. Avenida Cabo Branco, 2010. Cabo Branco.

Residência Hermano Costa Araújo. Avenida Juvenal Mário da Silva. Manaíra.

1980

Reforma da residência Maurício Gama Sito. Avenida Epitácio Pessoa. Tambauzinho.

CARLOS ALBERTO MELO DE ALMEIDA

Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie (1968). Foi para São Paulo onde estagiou com Rino Levi e Júlio Gotard. Depois de onze anos trabalhando na capital paulista, radicou-se em Campina Grande (1971). Possui escritório próprio sediado em Campina Grande.

1974

Residência Francisco de Medeiros Nóbrega. [Endereço?]. Bessa.

1975

Residência do arquiteto. Avenida Mato Grosso com Avenida Piauí. Bairro dos Estados.

Residência Petrônio Vilar. Rua Silvio Almeida. Tambauzinho.

1976

Residência Antônio Maria Amazonas Mac. Dowell. Avenida Espírito Santo. Bairro dos Estados. (Co-autoria: Zamir Sena Caldas).

1985

Sede da TV Paraíba. Rua 15 de Novembro, 2000. Palmeira. Campina Grande.

1986

Hotel Garden. Rua Engenheiro José Bezerra, 400. Mirante. Campina Grande.

1992

Ginásio Poliesportivo Ronaldo Cunha Lima (O Ronaldão). Rua Fenelon Câmara, s/n. Cristo Redentor.

CONSTRUTORA CAMPOS ROLIM

[198?]

Conjunto Integrado Mandacaru. Mandacaru.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO

Empresa de engenharia e construção criada em Pernambuco pelos irmãos Dario, Antonio, João e Mário de Queiroz Galvão (1953).

1986

Paraiban. Avenida Epitácio Pessoa, 1430. (Incorporação: Construtora Queiroz Galvão).

CYDNO RIBEIRO DA SILVEIRA

Nasceu no Rio de Janeiro (1950). Formou-se na Universidade de Brasília (1969). Colaborou com Oscar Niemeyer em diversos projetos. Radicou-se no Rio de Janeiro onde abriu escritório.

1978

Sede da FIEP/SESI/SENAI. Rua João Florentino de Carvalho. José Pinheiro. Campina Grande. (Co-autoria: Amélia Gama).

1989

Sede da TV Tambaú. Rua Monsenhor Walfredo Leal, 77. Tambá. (Incorporação: Marquise)

1997

Delegacia da FIEP-SESI. Rua Rodrigues Chaves, 90. Trincheiras.

EDIVALDO OURO

1972

[Biografia?].

SESC. Rua Desembargador Souto Maior, 281. Centro.

ENARQ ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

Empresa de engenharia e arquitetura paraibana sediada em João Pessoa.

1973

Viaduto Damásio Franca. Centro.

[197?]

| | | |
|---|---|---|
| Conjunto Residencial dos Bancários. (?? Unidades). Bancários. | Pessoa, 1521. Bairro dos Estados. | Residência Manoel de Sales Bezerra. Rua Miguel Sátiro. Cabo Branco. |
| 1979 | Edifício residencial Passárgada. Avenida Epitácio Pessoa, 4595. Tambaú. | 1984 |
| Conjunto Residencial Tarcísio Burity (1030 unidades). Mangabeira. | Residência Antônio Gualberto Vianna Chianca. Avenida Esperança. Manaíra. | Residência Albino Martins Ribeiro. Avenida Cabo Branco, 2650. Cabo Branco. |
| GERHARD ERNEST BORMANN | Residência Haroldo Coutinho de Lucena. Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo, 4333. Bessa. | Residência Antônio Ciraulo Barroso. Rua José Florentino Junior. Tambauzinho. |
| Nasceu no Rio de Janeiro (1939). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1964). Radicou-se em Fortaleza (1965). Lecionou na Universidade Federal do Ceará (1966-1980). Faleceu em 1980. | 1981 Residência Ary Carneiro Vilhena. Rua Poeta Targino Teixeira. Jardim Visão Panorâmica (atual Altiplano). | 1985 Edifício residencial Guarujá. Avenida Guarabira, 806. Manaíra. |
| 1970 | Edifício comercial Phoenix. Avenida Ruy Carneiro, 33. Tambauzinho. | Edifício residencial Xanadú. Rua Hildebrando Tourinho, 430. Miramar. |
| Banco do Nordeste do Brasil. Rua Gama e Melo, 53. Varadouro. (Co-autoria: José Liberal de Castro). | 1982 Caixa Econômica Federal. (Filial). Avenida das Trincheiras. Centro. (Co-autoria: Régis de Albuquerque Cavalcanti). | 1986 Residência Laureano Casado. Rua Adália Suassuna Barreto, 110. Pedro Gondim. |
| 1971 | Residência Abigail Almeida Pereira. Rua José Severino Massa Spineli. Torre. | [198?] Fundação de Apoio ao Deficiente Físico (FUNAD). Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n. Pedro Gondim. |
| Sede da PLASTINOR. Distrito Industrial. Co-autoria: José Liberal de Castro). | Residência Ranulfo Pereira de Sousa. Rua Hermenegildo Di Lásio, 100 . Tambauzinho. | Residência Ricardo Ibraílido. Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo, 3826. Bessa. |
| EXPEDITO ARRUDA PIRES DE FREITAS | Anteprojeto para o Centro de Assistência à Pessoa Deficiente. Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n. Pedro Gondim. | FÁBIO GARCIA, RICARDO MARTINS [Biografia?]. |
| Nasceu em Custódia. Graduou-se em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco (1974). Radicou-se em João Pessoa (1977), onde possui escritório até hoje. | 1983 Edifício residencial José Alves Xavier. Rua Professora Maria Sales, 600. Tambaú. | 1977 |
| 1977 | Residência Carlos Eduardo Cunha. Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo, 3759. Bessa. | Concurso para o Terminal Rodoviário de João Pessoa. Rua Francisco Londres, s/n. Varadouro. (Vencedor: Glauco Campelo e Luiz Pinho). |
| Cemitério Parque dos Ipês. Bairro dos Estados. | | |
| 1978 | | |
| Sol-Mar Hotel. Avenida Senador Ruy Carneiro, 500. Tambaú. | | |
| 1979 | | |
| Caixa Econômica Federal. (Filial). Avenida Epitácio | | |

GERALDO GOMES DA SILVA

Formou-se pela Universidade Federal de Pernambuco (1965), sendo professor desde 1976. Foi autor do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (1978).

1977

Restauração da Casa da Pólvora. Ladeira de São Francisco, s/n. Varadouro (Co-autoria: Sônia Calheiros).

GLAUCO DE OLIVEIRA CAMPELLO

Nasceu em Mamanguape (n. 1934). Graduou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, em 1959. Lecionou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (1969-71). Em 1975 abriu escritório no Rio de Janeiro.

1977

Terminal Rodoviário de João Pessoa. Rua Francisco Londres, s/n. Varadouro. (Co-autoria: José Luiz Pinho). Incorporação: ENARQ Engenharia e Arquitetura Ltda.

HEITOR DA SILVA MAIA NETO

Nasceu em Recife (n. 1928). Ingressou no Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Recife (1948-1952), onde lecionou entre 1952 e 1982.

1974

Supermercado Bomprix. Praça Castro Pinto, 57. Jaguaribe.

1983

Supermercado Bomprix. Rua Josimar Castro Barreto com Rua Joaquim Pires Ferreira. Bairro dos Estados.

1985

Supermercado Bomprix. Loteamento Cidade São Paulo. Bancários.

HÉLIO CAVALCANTI DA COSTA LIMA

Arquiteto formado pela Universidade Federal de Pernambuco (1974). Radicou-se em João Pessoa. Lecionou no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (1977-2012).

1979

Centro de Vivência da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco (Co-autoria: Armando José de Carvalho).

HELVIO POLITO LOPES

Formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (1960), onde lecionou. Realizou projetos de restauração ou de reutilização de bens culturais em Recife. Morreu aos 58 anos.

1982

Parque de lazer. Antigo Horto da Igreja de São Francisco. Centro (não-executado).

HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA.

Empresa brasileira de engenharia, projetos e consultoria fundada em São Paulo (1958) pelo

engenheiro Henry Maksoud (1929-2014).

1973

Central de Abastecimento (CEASA). Avenida Raniere Mazilli, s/n. Cristo Redentor.

HUGO MIGUEL JIMÉNEZ SALINAS

Arquiteto estrangeiro formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1962).

1972

Residência Luiz Vasconcelos de Castro. Loteamento San Juan. Bairro dos Estados.

1974

Residência Marivaldo Toscano de Oliveira. Rua Bancário Francisco Mendes. Pedro Gondim.

ITAUPLAN

Empresa de engenharia e planejamento, sediada em São Paulo, responsável pelas obras do grupo Itaú.

1984

Banco Itaú. Rua Duque de Caxias, 524. Centro.

JAIME LERNER

Nasceu em Curitiba (1937). Formou-se pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1964. Participou da criação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

1977

Plano Integrado de Transportes (não executado).

| | | |
|--|---|---|
| 1978 | JOÃO CARLOS DE ALMEIDA SAMPAIO Nasceu em Niterói (1941). Graduou-se na Universidade Federal Fluminense. Abriu escritório próprio no Rio de Janeiro. Lecionou na Universidade Federal Fluminense. Foi prefeito de Niterói (1992). Faleceu em 2011. | JOSÉ LIBERAL DE CASTRO Nasceu em Fortaleza (1926). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1955). Radicou-se em Fortaleza (1957). Lecionou na Universidade Federal do Ceará (1965-1995). |
| JANETE FERREIRA DA COSTA Nasceu em Garanhuns (1932). Graduou-se pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro (1961). Atuou nos campos da arquitetura de interiores, design expositivo, design de produtos e divulgação da arte popular e do artesanato brasileiros. Faleceu em 2008. Era esposa de Acácio Borsoi. | 1977 Concurso para o Terminal Rodoviário de João Pessoa. Rua Francisco Londres, s/n. Varadouro. (Vencedor: Glauco Campelo e Luiz Pinho). | 1970 Banco do Nordeste do Brasil. Rua Gama e Melo, 53. Varadouro (Co-autoria: Gerhard Ernest Bormann). |
| 1975 Ambientação da PROMAC. Rua Afonso Barbosa, 1465. Conjunto Verde Mar. (Pista lateral da BR-230). | JORGE DECKEN DEBIAGI Arquiteto gaúcho formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1966). Projetou diversas agências bancárias da CEF no sul e sudeste. | 1971 Sede da PLASTINOR. Distrito Industrial. (Co-autoria: Gerhard Ernest Bormann). |
| 1978 Interiores do Restaurante Adega do Alfredo. Rua Coração de Jesus, s/n. Tambaú. | 1976 Anteprojeto para sede da Caixa Econômica Federal. Rua Miguel Couto. Centro. | JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PINHO Nasceu no Rio de Janeiro (1944). Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura (1968). Trabalhou com Glauco Campello. |
| [19??] Interiores de residência projetada por Acácio Borsoi. Tambaú. (Paisagismo: Gilda Pina). | JOSÉ GALBINSKI Nasceu em Porto Alegre (19??) e formou-se, em 1957, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mudou-se para Brasília (1968) para lecionar na Universidade de Brasília. | 1977 Terminal Rodoviário de João Pessoa. Rua Francisco Londres, s/n. Varadouro. (Co-autoria: José Luiz Pinho). Incorporação: ENARQ Engenharia e Arquitetura Ltda. |
| JERÔNIMO & PONTUAL ARQUITETOS LTDA Escritório formado pelos arquitetos Jerônimo da Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual (1969). | 1978 Biblioteca Central da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco. (Colaboração: Armando Ferreira de Carvalho). | JOSÉ LUCIANO AGRA DE OLIVEIRA Nasceu em Campina Grande (n. 1952). Formou-se na Universidade Federal de Pernambuco (1976). Atuou como arquiteto nas prefeituras de João Pessoa e Campina Grande e no Governo do Estado da Paraíba. |
| 1972 Reforma no BNN. Rua Barão do Triunfo, 454. Centro. | | |
| 1980 Caixa Econômica Federal (Agência Cabo Branco). Rua Miguel Couto, 221. Centro. | | |

| | | | |
|---|--|---|--|
| 1977 | Residência Pedro Crispim de Andrade. Rua Francisco de Oliveira Porto. Brisamar. | Residência Maria Grasiela Dantas. Rua Dr. Manoel Madruga, 204. Bairro dos Ipês. | Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1957). Fundou o curso de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Atuou no setor de projetos da mesma instituição. |
| 1978 | Residência Ezilda Prestes Rocha. Avenida Geraldo Costa. Manaíra. | Residência Hermano José da S. Farias. Rua Hildebrando Tourinho. Miramar. | |
| | Residência José Luciano Agra de Oliveira. [Endereço?]. Jardim Oceania II. | Residência Maria do Socorro Diniz. Rua Dr. Frutuoso Barbosa. Cabo Branco. | |
| 1988 | Projeto Costa do Sol. Cabo Branco. | 1978 Instituto de Patologia e Citolgia Dr. Ely Chaves. Avenida Dom Pedro II, 780. Centro. | 1972 Plano diretor da Cidade Universitária da Universidade federal da Paraíba. Castelo Branco. |
| | | Edifício Camboriu. Avenida Nego, 935. Tambaú. | 1972 Viaduto Dorgival Terceiro Neto. Avenida Miguel Couto. Centro. |
| MARIA GRASIELA DE ALMEIDA DANTAS | Nasceu em Campina Grande (n. 1947). Graduou-se pela Universidade Federal de Pernambuco (1969). Radicou-se em João Pessoa logo depois. Lecionou no curso de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. | 1984 Anteprojeto para Caixa Econômica Federal. Avenida Epitácio Pessoa, 1521. Bairro dos Estados. (Co-autoria: Arquitetura 4) | 1973 Fórum da Capital (atual Tribunal de Justiça). Praça Venâncio Neiva, s/n. Centro. |
| 1974 | Residência Adolfo Lira Maia. Avenida Cabo Branco. Cabo Branco. | 1985 Caixa Econômica Federal. (Filial) Avenida Epitácio Pessoa, 1521. Bairro dos Estados. | Residência José Américo Vieira. Avenida Minas Gerais com Avenida Roraima. Bairro dos Estados. |
| | Residência Manoel Fernandes. Avenida Maranhão, 504. Bairro dos Estados. | MARIA JANETE FREIRE DE MIRANDA [Biografia?]. | Sede do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP). Rua Eugênio de Lucena Neiva com Avenida Rio Grande do Sul. Treze de Maio. |
| 1975 | Residência Delmiro Fernandes Maia Filho. Avenida Cabo Branco, 3776. Cabo Branco. | 1975 Projeto de Reurbanização da Praça da Independência. Centro. (Não-construído) | 1974 Estação de Passageiros. Mercado Central. Centro. |
| | Residência Luiz Sálvio Dantas e Maria Grasiela Dantas. Rua Desp. José Eduardo de Holanda, 773. Cabo Branco. (Incorporação: Sotema Engenharia Ltda), | Urbanização e Paisagismo da Orla Tambaú-Cabo Branco. | Residência Gilson Espínola Guedes. Avenida Cabo Branco. Cabo Branco. |
| 1976 | | MÁRIO GLAUCO DI LÁSCIO Nasceu em João Pessoa (1929), onde permaneceu radicado. Formou-se na | 1975 Residência Francisco Xavier. Rua Antônio Lira, Cabo Branco. |
| | | | 1976 Anteprojeto da filial da Caixa Econômica Federal. Rua Miguel Couto, 221. Centro. |
| | | | Residência Augusto Rodrigues da Silva. Rua Frutuoso Dantas. Cabo Branco. |

| | | |
|--|--|---|
| Residência Diógenes dos Santos Souza Júnior. Avenida Rio Grande do Sul. Bairro dos Estados. | PEDRO ABRAHÃO DIEB Nasceu em Natal (1930). Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1963). Radicou-se em João Pessoa (1966). Lecionou no curso de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Faleceu em 2007. | (Serviço de Engenharia Emílio Baumgart LTDA). |
| Residência João Bezerra Guedes. Avenida Minas Gerais. Bairro dos Estados. | 1974 Estádio José Américo de Almeida (O Almeidão). BR-230, s/n. Cristo Redentor. (Incorporação: SEEBLA - Serviço de Engenharia Emílio Baumgart Ltda). | |
| 1978 | | |
| Edifício residencial Aristeu Casado. Avenida Edson Ramalho, 777. Manaíra. | | |
| Residência Múcio Antônio Sobreira Souto. Avenida Cabo Branco. Cabo Branco. | 1970 Sede da Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil. Rua 13 de Maio, 81. Centro. | RÉGIS DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI Nasceu em Fortaleza (n. 1948). Graduou-se arquiteto pela Universidade Federal de Pernambuco (1974). |
| Parque Aquático do CIEF. Avenida Espírito Santos, s/n. Bairro dos Estados. | | Radicou-se em João Pessoa (1976). |
| [197?] | | 1974 |
| Residência Laureado Casado da Silva. Avenida Senador Ruy Carneiro, 89. Brisamar. | 1971 Farol do Cabo Branco. Cabo Branco. | Sede da PROMAC. Rua Afonso Barbosa, 1465. Conjunto Verde Mar. (Pista lateral da BR-230). |
| 1982 | | 1975 |
| Calçadão da Rua Duque de Caxias. Centro. | | Edifício residencial Antônio de Pádua Carvalho. Avenida João Maurício. Manaíra. |
| MARQUISE | Pista de Atletismo da UFPB. Campus Universitário, UFPB. Castelo Branco. | Urbanização do Mercado Público de Jaguaribe. Rua Generino Maciel. Jaguaribe. |
| Empresa de engenharia e construção criada em Fortaleza por Erivaldo Arraes e José Carlos Pontes (1974). Em 1978 passou a atuar no Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. | Centro Integrado de Educação Física. Avenida Espírito Santo, s/n. Bairro dos Estados. | Residência Francisco de Sales Pinto. Rua Juiz Amaro Bezerra. Cabo Branco. |
| [1982] | 1977 Sede do CREA-PB. Avenida Dom Pedro I, 809. Centro. | 1976 Edifício residencial Antônio de Souza França. Avenida Antônio Lira esquina com Rua Adolfo Loureiro França. Tambaú. |
| Conjunto Residencial Tarcísio Buriti (710 unidades). Mangabeira. | Sede da ADUF-PB. Rua João Cirilo da Silva, 840. Altiplano. | Postos de Polícia Integrados. Avenida Epitácio Pessoa. Tambauzinho. |
| MARTHA MALHEIROS | RAUL DE LAGOS CIRNE | |
| [Biografia?]. | Nasceu em Belo Horizonte (1928). Formou-se pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (1952). Trabalhou para a SEEBLA | Residência Paulo Germano Cavalcanti Furtado. Avenida Alice de Almeida. Cabo Branco. |
| 1973 | | |
| Urbanização da Praça Tiradentes. Torre. | | |
| Urbanização da Praça São Gonçalo. Torre. | | |

1977
Residência Ary Carneiro
Vilhena. Rua José
Florentino Jr, 236.
Tambauzinho.

1978
Fórum Municipal
(Archimedes Souto
Maior). Rua Rodrigues de
Aquino, 09. Centro.
Sede da EMATER-PB
(Empresa de Assistência
Técnica e Extensão
Rural). BR-230.
Sede do Sindicato dos
Bancários da Paraíba.
Avenida José Américo de
Almeida, 3100. Torre.

1979
Edifício residencial
Guarapari. Avenida
Epitácio Pessoa, 4880.
Tambaú. (Incorporação:
Sotema Engenharia).
Residência Edvaldo
Fernandes Motta. Avenida
Maranhão. Bairro dos
Estados.

Residência João Bernardo
de Albuquerque. Rua
Major Ciraulo. Manaíra.

1980
Sede da CINEP
(Companhia de
Desenvolvimento da
Paraíba). Rua Feliciano
Cirne, 50. Jaguaribe.
Residência Cel. Hermano
Araújo. Rua Helena Meira
Lima. Tambaú.

1981
Centro Turístico de
Tambaú. (sede da
PBTUR). Avenida
Almirante Tamandaré,
100. Tambaú.
Residência Antônio
Ribeiro da Costa. Rua
Maria Caetano Fernandes
de Lima. Tambauzinho.

Residência Roberto Costa
de Luna Freire. Avenida

Senador Ruy Carneiro.
Miramar.

1982
Caixa Econômica Federal
(Filial) Avenida das
Trincheiras. Centro. (Co-
autoria: Expedito Arruda
Pires de Freitas).

1983
Residência Cícero Lucena
Filho. Rua Projetada ST-
21, QD-473, CT-96.
(Jardim Oceania IV)
Bessa.

1985
Edifício comercial Síntese.
Avenida Dom Pedro II,
1269. Torre.

1986
Edifício residencial
Itacaiúnas. Avenida Gov.
Argemiro de Figueiredo,
505. Bessa.

1987
Edifício Dunas. Rua
Desembargador Souto
Maior, 46. Centro.
Edifício residencial Syrius.
Rua Jaime Carvalho
Tavares de Melo.
Manaíra.

1988
Mercado de Artesanato
Paraibano. Avenida
Senador Ruy Carneiro,
241. Tambaú. (Co-autoria:
Amaro Muniz Castro).

[198?]
Residência Edvaldo
Trindade. Rua José
Augusto Trindade.
Tambaú.

**ROBERTO BURLE
MARX**
Nasceu em São Paulo
(1909). Estudou Artes
Plásticas e Arquitetura na
Escola de Belas Artes
(1930-1934). Iniciou sua
atividade como paisagista

em 1932. Na década de
60 abriu o escritório Burle
Marx & Cia. Ltda. Faleceu
em 1994.

1970
Jardim para a UFPB.
Campus Universitário,
UFPB. Castelo Branco.

1981
Anteprojeto do Parque
Cabo Branco. Altiplano,
Praia do Cabo Branco e
Praia do Seixas. (não-
construído).

Jardim do Aeroporto
Castro Pinto. Jardim
Aeroporto, s/n. Bayeux.
(Projeto Sérgio Wladimir
Bernardes).

1984
Anteprojeto do Bosque
Cultural (jardim da
Fundação Casa José
Américo de Almeida). Av.
Cabo Branco, 3336 -
Cabo Branco.

**SALVADOR ROQUE
AUGUSTO CANDIA**
Nasceu em Campo
Grande (1924). Formou-
se na Faculdade de
Arquitetura da
Universidade Mackenzie
(1948). Trabalhou com
Rino Levi, Oswaldo
Bratke e Vilanova Artigas.
Lecionou na Faculdade de
Arquitetura da
Universidade Mackenzie.
Faleceu em 1991.

1980
Banco do Estado de São
Paulo (Banespa). Praça
1817, 81. Centro.

**SENA CALDAS &
POLITO ARQUITETOS**
Escritório pernambucano
formado pelos irmãos
Sena Caldas (Zenildo Sena

Caldas e Zildo Sena Caldas) e por Hélvio Polito Lopes.

1978

Urbanização e Paisagismo do Parque Sólón de Lucena. Centro.

SÉRGIO TEPEMAN

Graduou-se pela FAUUSP (1962). Trabalhou com Jorge Wilheim e como estagiário no escritório de Henrique Mindlin. Desde 197? é titular do escritório Sérgio Teperman Arquitetos Associados.

1974

Telingra/TELPA - Estação Telefônica 1. Rua Visconde de Pelotas, 280. Centro.

Telingra/TELPA - Estação Telefônica 2. Avenida Epitácio Pessoa, 1487. Bairro dos Estados.

Telingra/TELPA - Estação Telefônica 3. Avenida Infante Dom Henrques, 650. Tambaú.

SÉRGIO WLADIMIR BERNARDES

Nasceu no Rio de Janeiro (1919). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1948). Depois fundou o escritório Sérgio Bernardes Associados. Faleceu em 2002.

1979

Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Rua Abdias Gomes de Almeida, 800. Tambauzinho.

1980

Projeto de Urbanização da Orla Tambaú-Seixas (Não-executado).

1981

Aeroporto Castro Pinto. Jardim Aeroporto, s/n.

Bayeux. (Incorporação; Construtora OAS).

SIEGBERT ZANETTINI

Nasceu em São Paulo (1934). Formou-se arquiteto e urbanista pela FAUUSP (1959). É titular do escritório Zanettini Arquitetura, desde os anos 1970, escritório de arquitetura, planejamento e consultoria.

1981

Banco Noroeste. (Agência Central). Rua Duque de Caxias, 250. Centro.

SOTEMA ENGENHARIA

Empresa de engenharia e arquitetura paraibana sediada em João Pessoa, de propriedade do engenheiro civil Luiz Sálvio Galvão Dantas.

[198?]

Conjunto Residencial Tarcísio de Miranda Burity (1500 unidades). Mangabeira.

SUPLAN

Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba é uma autarquia criada em João Pessoa (1966), pelo ex-governador João Agripino.

1973

Quartel do Corpo de Bombeiros.

1975

Instituto Previdenciário do Estado (IPEP). Rua Eugênio Lucena Neiva, s/n. Jardim das Acáias.

Sede da SUPLAN. Rua Feliciano Cirne, 326. Jaguaribe.

1981

Sede do Instituto de Polícia Científica e Instituto Médico Legal. Bodocongó. Campina Grande.

TERTULIANO DIONISIO DA SILVA

Nasceu em Campina Grande (1931). Graduou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1962). Faleceu em 1983.

1970

Hotel para João Pessoa. Avenida das Trincheiras. Centro.

1972

Mercado Público do Bairro dos Estados. Avenida Maranhão. Bairro dos Estados.

Posto de Serviços da Petrobrás. Avenida Epitácio Pessoa. Tambauzinho.

1973

Mercado de Artesanato de Tambaú. Avenida Senador Ruy Carneiro, s/n. Tambaú.

1974

Câmara Municipal de João Pessoa. Rua das Trincheiras, 43. Centro.

1975

Residência Afrânio Braz. [Endereço?].

1976

Hotel na Praia de Manaíra (não-construído). Rua Dr. Seixas Maia. Manaíra. (Co-autoria: Norma Costa).

Escola de 1º Grau do Governo do Estado. Bairro do Roger.

**PROJETOS DE
AUTORES NÃO
IDENTIFICADOS**

1970

Hospital Samaritano. Rua
Júlia Freire, 35. Torre.

1971

Banco do Brasil. Praça
1817. Centro.

1986

Paraiban. Avenida
Epitácio Pessoa, 1430.
(Incorporação:
Construtora Queiroz
Galvão).

1987

Hemocentro da Paraíba.
Avenida Dom Pedro II,
1119. Torre.

APÊNDICE B

Linha do tempo (1966-1987)

| | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Arquitetura local | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arquitetura regional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arquitetura nacional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arquitetura mundial | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

